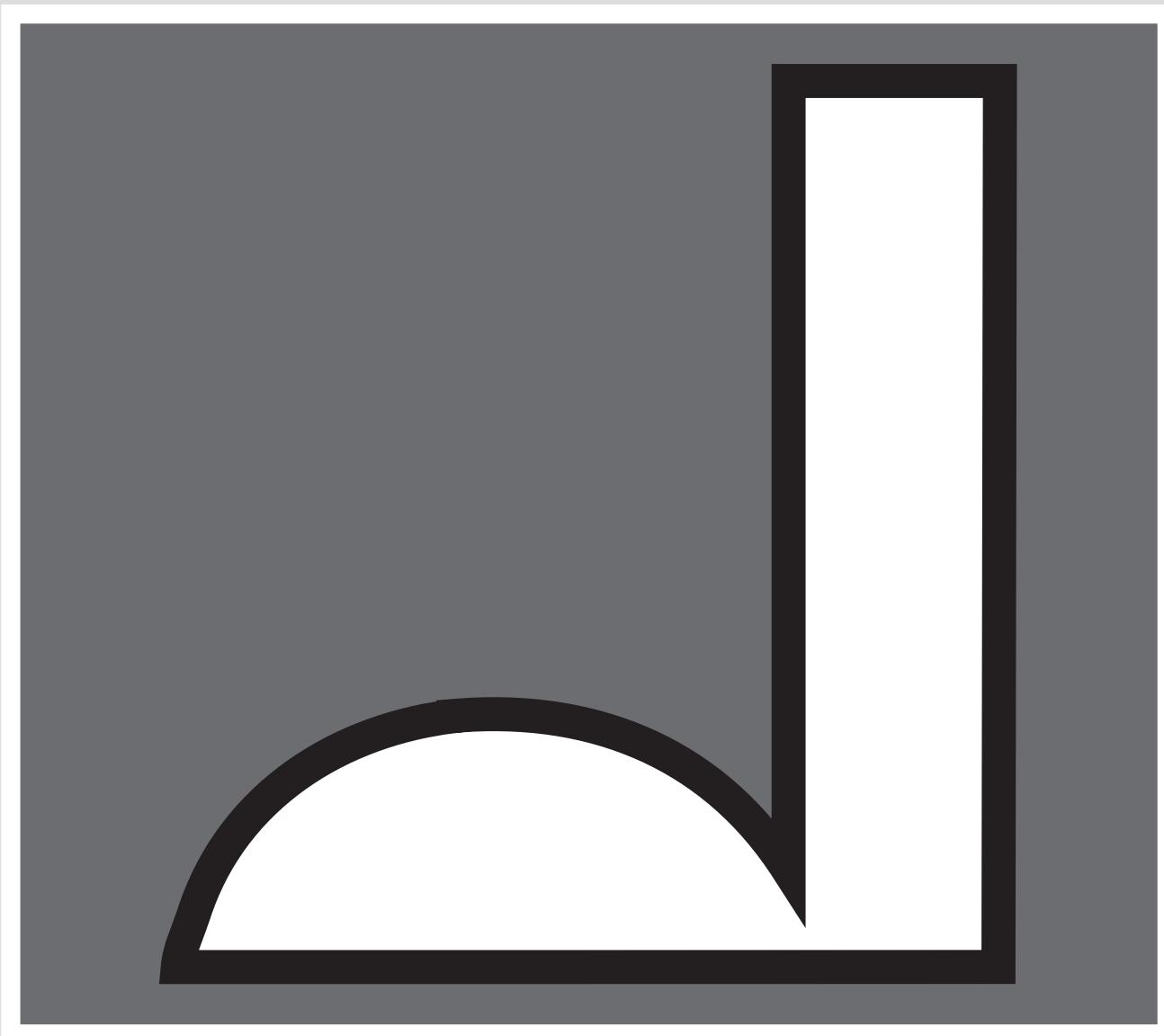




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - N° 034 - TERÇA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	2º - João Durval - (PDT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27	Bloco Parlamentar. (PSDB/DEM) - 15
Líder Humberto Costa - PT	Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rego Eduardo Braga Gilvam Borges Waldemir Moka Ricardo Ferrão Casildo Maldaner	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Líder do DEM - 5 José Agripino (2)
Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias	Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque	Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	
Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata		Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rego
Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL		

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 25ª SESSÃO ESPECIAL, EM 14 DE MARÇO DE 2011	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o nonagésimo aniversário de fundação do jornal Folha de S. Paulo , nos termos do Requerimento nº 146, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço e outros Srs. Senadores.....	06677
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)	
1.2.2 – Oradores	
Senador Marcelo Crivella.....	06679
Senador Ricardo Ferraço.....	06682
Senadora Kátia Abreu.....	06683
Senador Mozarildo Cavalcanti	06685
Senador Cristovam Buarque.....	06695
Senador Pedro Simon.....	06696
Senador Alvaro Dias	06698
Senador Eduardo Suplicy	06699
Senador Wilson Santiago.....	06702
Senador José Agripino.....	06703
Senador Cícero Lucena	06703
Sr. Otavio Frias Filho (Diretor Editorial da Folha de S. Paulo).....	06704
Senador Vital do Rego (art. 203 do Regimento Interno)	06705
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATA DA 26ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE MARÇO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicação da Presidência	
Dedicação da primeira hora do Período do Expediente da presente sessão para comemorar a Batalha do Jenipapo, de acordo com o Requerimento nº 75, de 2011, do Senador Wellington Dias e outros Srs. Senadores.....	06706
2.2.2 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)	
2.2.3 – Oradores	
Sr. Laurentino Gomes (historiador).....	06707

2.2.4 – Apresentação do Hino do Estado do Piauí	
2.2.5 – Oradores	
Senador Wellington Dias.....	06709
Senadora Vanessa Grazziotin.....	06713
Senador Mozarildo Cavalcanti	06714
Senador Marcelo Crivella.....	06715
Deputado Assis Carvalho	06716
Deputado Hugo Napoleão	06718
Sr. Wilson Nunes Martins (Governador do Estado do Piauí)	06720
2.2.6 – Suspensa às 16 horas e 16 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 21 minutos	
2.2.7 – Leitura de requerimentos	
Nº 202, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	06723
Nº 203, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes.	06724
Nº 204, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.	06725
2.2.8 – Comunicação	
Da Senadora Marta Suplicy, solicitando ratificação da presença de S. Exª nesta Casa no dia 3 do corrente. (Ofício nº 2/2011, de 3 do corrente)	06726
2.2.9 – Discursos do Expediente	
SENADOR PAULO PAIM – Encaminhamento de requerimentos de voto de pesar e solidariedade às famílias pelo falecimento do ex-Deputado Federal Eduardo Valverde e do boxeador Tairone Silva; e outros assuntos.	06726
2.2.10 – Leitura de requerimentos	
Nº 205, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Tairone Silva.	06733
Nº 206, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de solidariedade aos familiares de Mário Covas Júnior, pelos 10 anos de seu falecimento.	06733

2.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Encaminhamento de requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Francisco Lopes de Arruda, pai do Senador Inácio Arruda..... 06734

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre projeto de lei, de autoria de S. Ex^a, sobre a criação de um colégio militar em Roraima..... 06735

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Preocupação com as enchentes no Estado do Paraná e apelo ao governo federal para que providências sejam adotadas com celeridade..... 06737

2.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 207, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando a retirada em caráter definitivo do Requerimento nº175, de 2011. **Deferido.** 06738

Nº 208, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Eduardo Valverde..... 06738

Nº 209, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Eduardo Valverde..... 06739

Nº 210, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Lopes de Arruda. 06741

Nº 211, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando voto de louvor à Ministra Maria do Rosário Nunes. 06742

Nº 212, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Tribunal de Contas da União. 06744

2.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR HUMBERTO COSTA – Comemoração pelo transcurso dos 194 anos da Revolução Pernambucana..... 06745

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Comentários acerca das enchentes que assolam o Estado do Paraná e das medidas de socorro que estão sendo tomadas. 06747

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Importância da visita que o Presidente norte-americano, Barack Obama, fará ao Brasil 06748

SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Alerta para os índices recordes de violência em Alagoas e defesa de uma reformulação do modelo atual de segurança pública..... 06749

SENADOR ITAMAR FRANCO – Indagações quanto ao Ato da Diretoria-Geral nº 3.219, de 2011, que trata do pedido de suspensão do recebimento de aposentadoria, apresentado por S. Ex^a. 06751

2.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 213, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando informações à Diretoria-Geral..... 06752

2.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR WELLINGTON DIAS – Manifestação de apoio às vítimas das enchentes no Paraná e em Santa Catarina; e outros assuntos..... 06753

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro da apresentação de projeto de lei que permite assinaturas eletrônicas em projetos de lei de iniciativa popular..... 06755

2.2.16 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para admitir e disciplinar a subscrição eletrônica de projeto de lei de iniciativa popular. 06758

2.2.17 – Mensagens da Presidente da República

Nº 52, de 2011 (nº 65/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Alessandro Octaviani Luis para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, do Ministério da Justiça. 06763

Nº 53, de 2011 (nº 66/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Fernando de Magalhães Furlan para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como conselheiro. 06771

2.2.18 – Comunicações

Da Liderança do PT no Senado Federal, de indicação de membros como representantes do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal na Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 153, de 2011 (**Ofício 32/2011, de 14 do corrente**). Designação dos Senadores Aníbal Diniz e Jorge Viana para comporem a referida comissão. 06777

Da Liderança do PRB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (**Ofício nº 86/2011, de 2 do corrente**). Designação do Senador Marcelo Crivella para compor o referido conselho. 06777

Da Liderança do PRB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (**Ofício nº 87/2011, de 2 do corrente**). Designação do Senador Marcelo Crivella para compor o referido conselho. 06777

Da Liderança do PRB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar o Programa Senado Jovem Brasileiro (**Ofício nº 88/2011, de 2 do corrente**). Designação do Senador Marcelo Crivella para compor o referido programa. 06778

2.2.19 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento à publicação do discurso do Senador Wilson Santiago sobre a passagem dos 180 anos da Batalha do Jenipapo.....

06778

Nº 56, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 250, de 2009 (nº 2.207/2007, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.390, de 2011.....

06792

2.2.20 – Pareceres

Nºs 32 e 33, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007.....

06779

Nº 59, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2010 (nº 5.819/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.391, de 2011.....

06793

2.2.21 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofício nº 304/2010, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).....

06792

Nº 60, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2010 (nº 6.498/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.392, de 2011.....

06793

Lembrança ao Plenário de que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de amanhã será destinado a comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2011, cujo tema será *Fraternidade e a Vida no Planeta*, nos termos do Requerimento nº 51, de 2011, da Senadora Ana Rita e outros Senadores.

06792

Nº 61, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2010 (nº 4.628/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.393, de 2011.....

06793

2.2.22 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 212, de 2011, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 472, de 2011, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, com informações complementares resultantes da auditoria realizada na Diretoria de Serviços Gerais do Ministério das Relações Exteriores e na Fundação Alexandre de Gusmão determinada pelo Acórdão 997/2009, proferidos nos autos do TC 012.093/2009-6, referente ao Requerimento nº 1.300, de 2007, do Senador Alvaro Dias.

06792

Nº 62, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 215, de 2009 (nº 7.022/2006, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.394, de 2011.....

06793

2.2.24 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, dia 11, sexta-feira, sem que tenham sido apresentadas emendas ao Projeto de Resolução nº 6, de 2011.....

06792

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 15, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

06793

2.3 – ENCERRAMENTO**3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 14.3.2011****SENADO FEDERAL****4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**2.2.23 – Mensagens da Presidente da República**

Nº 52, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2009 (nº 2.191/2007, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.386, de 2011.....

06792

Nº 53, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2010 (nº 4.640/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.387, de 2011.....

06792

Nº 54, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2010 (nº 5.255/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.388, de 2011.....

06792

Nº 55, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 271, de 2009 (nº 3.593/2008, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.389, de 2011.....

06792

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ovidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 25ª Sessão Especial em 14 de março de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 36 minutos e encerra-se às 14 horas e 3 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. Com revisão do Presidente.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar o 90º aniversário de fundação do jornal Folha de S. Paulo, nos termos do Requerimento nº 146, de 2011, dos Senadores Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço e outros Srs. Senadores.

Quero agradecer a presença de todos e convidar, para compor a Mesa, o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen. Quero também convidar os Senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço, autores do Requerimento. E quero convidar o Diretor Editorial da Folha de S.Paulo, Otavio Frias Filho, e a Srª Maria Cristina Frias para tomarem assento à Mesa. Quero convidar o Ministro Gilmar Mendes, que nos honra com sua presença.

Senhores componentes da Mesa, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, estamos hoje aqui reunidos para que o Senado se associe ao júbilo nacional e às homenagens prestadas à Folha de S. Paulo, no momento em que completa noventa anos.

A nossa geração foi testemunha da maior revolução tecnológica de todos os tempos na imprensa. O século XX assistiu ao papel desaparecer das redações, onde ele era o começo de tudo. Vieram os computadores, os sistemas de impressão e até a existência de um jornal feito de imagens, signos e sons.

Assistir a essas transformações e adaptar-se a elas, tendo a decisão de acompanhá-las, foi o desafio dos que fizeram os veículos impressos.

Na imprensa brasileira do século XX, a figura de Otavio Frias foi predominante e relevante. Não somente como testemunha, mas como protagonista dessa revolução da nossa modernidade, fazendo com que a Folha fosse a vanguarda das mudanças na forma e na linguagem, assumindo o lugar de maior jornal de circulação nacional.

Otavio Frias acompanhou a revolução das comunicações e entendeu a nova mídia e, antes que os outros, passou a viver o futuro. Fez um jornal moderno e a linguagem moderna desse novo tempo.

Fundado em 19 de fevereiro de 1921, a Folha que conhecemos tem sua história inaugurada quando, em 10 de agosto de 1962, foi assumida por Otavio Frias e Carlos Caldeira. Poucos anos antes, em 1960, a Folha da Noite — primeiro título do jornal —, a Folha da Tarde e a Folha da Manhã haviam se fundido sob o rótulo Folha de S. Paulo. Frias assumiu a presidência da empresa e, consolidada sua situação econômico-financeira, começou a incorporar o seu espírito inovador ao velho-novo jornal. Em 1968, o jornal foi o primeiro a ser rodado em offset; em 1971, o primeiro que usou a composição fotoeletrônica.

Otavio Frias foi uma personalidade fascinante, uma figura humana de traços inesquecíveis e marcantes. Na sua tranquilidade e no falar manso existia o dialético, não aquele que, no dizer de Engels, deseja chegar ao acordo das contradições, mas aquele que está mais chegado ao diálogo, que é conversa, ensino, filosofia de compreender os fatos. Seu famoso jeito de perguntar foi o contrário das indagações platônicas, porque eram concretas, reais, claras, objetivas.

Ele fez desse seu feitio de repórter o novo estilo da Folha. Cada matéria uma pergunta do Frias. Sua alma de repórter dando aos formuladores e fazedores do jornal o papel de trabalhar opiniões contrárias, diversas e deixar ao leitor julgá-las.

Conheci Otavio Frias em 1967. Eu era Governador do Maranhão e, no arroubo dos 37 anos, iniciei um programa educacional, o João de Barro (alusão ao pássaro que constrói a sua própria casa), para levar o ensino às zonas rurais, com a participação da comunidade, quando isso era chamado de comunismo. A velha Folha fazia uns cadernos educacionais dirigidos por Calazans Fernandes, e eu fui a São Paulo fazer uma exposição do meu projeto. A Folha daqueles anos fez um caderno sobre o assunto, e eu tive a oportunidade de fazer uma exposição sobre o projeto João de Barro aos seus jornalistas. E então conheci Frias. Recebeu-me para um coquetel, e nasceu uma

empatia de toda a vida. Nem os caminhos desencontrados, nem as surpresas que o destino me preparou nos afastou. Sempre o mesmo carinho e sempre a perguntar sobre tudo. Nunca discutimos, sempre perguntamos. Esse vínculo passou à sua família, filhos e filhas, Cristina a mais de perto.

Nessa nossa relação, havia divergências que não discutíamos e proposições que não analisávamos, para manter o que há de mais profundo no ser humano: o prazer da convivência e o gosto da amizade.

Desculpem se me detengo na pessoa de Otavio Frias de Oliveira. E falo de Otavio Frias porque é impossível dissociar a Folha de S.Paulo moderna de seu criador.

Com o fenômeno atual da comunicação em tempo real, há como que uma compressão do tempo. O tempo vai sendo comprimido, de tal maneira que não toma aquela elasticidade, aquela visão ampla que tínhamos no passado. Isso fez com que eu e Otavio Frias — que era de uma geração à frente da minha —, nos tornássemos quase contemporâneos da mesma geração, chegando mesmo a ter a impressão de que éramos contemporâneos de infância, de juventude e até mesmo de velhice. Tínhamos sido testemunhas privilegiadas de todos os fatos da História do Brasil dos últimos cinquenta anos.

Otavio Frias era um homem marcado profundamente por uma palavra na qual escondia todas as suas virtudes. Ressaltem-se a simplicidade e a austeridade com que ele soube consumir todos os seus dias. Era um homem totalmente despojado, de uma austeridade pessoal que se podia verificar no seu gabinete, no seu modo de vestir, no seu modo de falar e nos seus hábitos. Nunca ele, que era dono de um império de comunicação, colocou um pedaço desse império a serviço da vaidade pessoal. Nunca alguém o viu colocar a Folha de S.Paulo ou seus órgãos de comunicação e de mídia, em nenhum momento, a serviço pessoal, das suas virtudes, que eram muitas — e era necessário que fossem conhecidas, mas ele não os utilizou para que elas fossem conhecidas ou divulgadas no Brasil inteiro.

Ele tinha uma convicção, que era muito dele, do que era o jornal; e essa convicção, por mais longa que pareça a distância, era a mesma de Thomas Jefferson. Quando Jefferson colocou a emenda dando imunidade — pode-se dizer imunidade, liberdade de comunicação —, ele o fez porque, quando se criou o Congresso, o Congresso tinha de ser livre, os Parlamentares tinham de ter imunidade, porque eles tinham de falar contra os reis, tinham de falar contra os presidentes, que tinham o poder absoluto. E eles, então, precisavam não ser presos, precisavam não ser processados, preci-

savam não receber essa pressão, pois era impossível que começasse a florescer um regime, que o Lincoln formulou naquele famosa frase: “do povo, pelo povo, e para o povo”.

Pois bem. Aí, o Jefferson pensa que é preciso criar um instrumento no qual o povo também possa ter as mesmas imunidades que tinham os Parlamentos. E então ele concebe a liberdade de imprensa. Para quê? Para que ela fosse a voz desse povo, para que ele também tivesse as imunidades que tinham os homens que construíram e administravam a Nação, que era o Poder. Questionar o poder e questionar-se.

Era o sistema dos checks and balances. Nesse ponto, pela sua própria concepção, a imprensa é uma visão crítica da sociedade, tem de ser crítica por sua própria existência, porque nasceu para isso. Foi por isso que a liberdade de imprensa nasceu. E Frias tinha essa convicção. Se Jefferson concebeu a imprensa assim, Frias teve a oportunidade de fazer a imprensa assim.

Às vezes, achávamos que o seu jornal podia ser julgado como ácido, muito rigoroso, sem qualquer tolerância, com tolerância zero a respeito das coisas. Mas Frias tinha a concepção filosófica da função da imprensa, de que ela tem o dever crítico, de que ela é feita para questionar. Às vezes, diz-se que os fatos bons não são elogiados, mas essa não é realmente a função da imprensa, como ela foi criada, como instrumento político. Como instrumento de divulgação, sim, mas como instrumento político, não. Como instrumento político, ela tem de ter essa visão crítica. E devemos todos compreender que essa é a função primordial da própria imprensa e que assim foi concebida.

Os homens públicos sofrem com essa liberdade total, e muitas vezes sem motivação. Mas é melhor ter uma imprensa livre que não ter imprensa nenhuma. Ela exerce essa função, e foi essa função que Frias concebeu. Foi por isso que ele fez um jornal de opinião. Um jornal que acolhe todos os pluralismos, um jornal que acolhe todas as divergências. Aquilo não era um elogio para o jornal, era uma concepção que participava do “Seu” Frias, como era chamado entre todos os seus empregados. Vejo ali Eliane Cantanhêde também, quando falava no “Seu” Frias. Ele veio de uma escala muito baixa, trabalhando desde menino, vendedor em estações rodoviárias. Ele, sem dúvida alguma, foi construindo a sua vida, com o seu talento, de tal modo que faleceu deixando uma comoção nacional, como se fosse um jovem.

Eu acredito na genialidade de seus colaboradores, no talento que ele tinha para arregimentar as grandes figuras do pensamento brasileiro, para escolher essas equipes que fazem um jornal que foi pioneiro

na feição gráfica, na modificação de linguagem. Por mais que essa equipe tivesse tamanho talento e genialidade, ela não teria acontecido se não fosse essa liderança discreta e despojada, que exerceu Frias para construí-la. E construiu uma coisa muito difícil. Deixou para seus filhos esses sentimentos e as hipotecas dos seus valores.

Eu tenho a oportunidade de acompanhar ainda mais de perto o que representa a Folha de S.Paulo porque nela colaborei, na mesma coluna que até hoje ocupo todas as sextas-feiras, desde 1983, quando Expedito Quintas dirigia a Sucursal de Brasília. Depois, veio a Presidência. Escrever em jornais nem pensar.

Voltei a ser cidadão comum. Estava em 1990 na Cidade do México. O telefone tocou. Era Otavio Frias. O que queria ali o Frias comigo? Lá veio a pergunta: "Você quer voltar a escrever na Folha, na coluna das sextas-feiras?" Respondi sem tergiversar: "Quero, Frias." Frias pediu-me a confirmação: "Você quer aceitar mesmo colaborar na coluna da sexta-feira?" Eu disse: "Claro que aceito, Frias, e com muito gosto." Era tudo que eu queria mas não tinha coragem de postular. Desses colunas já vão oito livros de coletâneas publicadas e uma antologia, Tempos de Pacotilha, com algum sucesso de leitores.

Otavio Frias foi grande figura humana, grande amigo e grande jornalista. É difícil encontrar alguém que tenha sido tão firme em suas convicções de liberdade, de direitos humanos, de respeito à coisa pública, de coragem na hora de decidir, de enfrentar todas as iras para manter-se fiel a seu patriotismo, a sua consciência, a sua missão jornalística de informar.

Nesse lugar está junto a Patrocínio, Evaristo da Veiga, Carlos Castelo Branco, Joaquim Serra — de quem Joaquim Nabuco dizia que, se não fosse ele, a abolição não teria vindo —, Bocaiúva e mais tantos e tantos que fizeram a história da imprensa brasileira.

E a Folha de S.Paulo, ao fazer 90 anos, continua a exprimir a concepção que Frias tinha do que devia ser um grande jornal, e é um exemplo de jornalismo que tem seu lugar definitivo entre os grandes jornais do mundo.

Achei que a melhor maneira de comemorar estes 90 anos é lembrar Otavio Frias. Eu não seria sincero comigo mesmo nem com a minha consciência se, ao falar nos 90 anos da Folha eu não falasse na sua ligação, na sua total interligação com Otavio Frias. E transmitir a seus filhos Otavio Frias Filho, Cristina e Luís a nossa homenagem profunda, a nossa admiração e as nossas saudades comuns.

A Folha é feita com papel, mas, sobretudo, é feita com inteligência, com equipe, coragem e modernidade, e vive sempre em uma grande sedução: o futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, primeiro subscritor do requerimento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente; Sr. Ministro da Previdência, Garibaldi, meu colega; Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Exmº Sr. Gilmar Mendes; Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Exmº Sr. Ministro João Oreste.

Gostaria também de cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço, que assina comigo este requerimento, juntamente com os Senadores de São Paulo. Quero cumprimentar o Sr. Otavio Frias Filho e sua digníssima irmã, Maria Cristina Frias.

Quero saudar também o Sr. Melchiades Filho, que é o Diretor da Sucursal de Brasília; a Srª Eliane Cantanhêde, que é columista da *Folha* e autora de um dos livros que gostaria de recomendar a todos, que é a biografia do nosso Presidente José Alencar, uma leitura - para quem quer conhecer estes últimos anos da vida nacional - importantíssima.

Quero saudar também o Sr. Fernando Rodrigues, columista que nos honra com a sua presença; o Sr. Valdo Cruz e a todos os presentes, Srªs e Srs. Senadores, também os membros da imprensa e de outros veículos que estão aqui conosco.

Sr. Presidente, uma democracia que pretenda ser expressão da liberdade, da justiça e da busca permanente da paz...

Quero cumprimentar também os senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado que nos honram com sua audiência neste momento.

Mas eu dizia que uma democracia que pretenda ser expressão da liberdade, da justiça e da busca permanente da paz; um País que almeje ser respeitado entre as nações, pujante, rico, culto e poderoso, mas igualmente justo e humano; uma nacionalidade, a despeito de sua configuração física, dos acidentes imprevisíveis da sua formação histórica ou das convicções de crença que vincam sua índole e vocação; as instituições políticas, sociais ou religiosas, nenhum, nenhum desses entes pode prescindir da liberdade de imprensa, que confere a um povo, nos seus momentos dramáticos, o sagrado direito de acompanhar a evolução da civilização a que pertence e dispor livremente das informações que lhe permitam uma análise, uma síntese, um conceito e um julgamento e, assim, influir e participar da vida de maneira digna e consciente.

Hoje, celebramos os 90 anos da *Folha*, que representa muito mais do que o sucesso de um grupo empresarial. Sua trajetória de lutas e conquistas é um monumento à liberdade de imprensa, que é patrimônio cívico da nossa geração. E essa saga da *Folha* é

também um exemplo, inspiração e ânimo para outros veículos de imprensa, que são as redes de rádio e televisão, as revistas, os portais da Internet e os demais jornais impressos. Uma saga tecida no trabalho, na competência, no brilho de seus funcionários, na coragem de seus editores, no aperfeiçoamento tecnológico, mas, sobretudo e principalmente, na busca incansável e imbatível da verdade, que conquista o respeito, a admiração e a confiança do povo brasileiro, a maior riqueza da *Folha*.

Celebrar os 90 anos é celebrar a imprensa livre, presente e atuante, palpitando, dia a dia, em cada letra de cada palavra, em cada palavra de cada texto, nessa vigília diuturna dos acontecimentos para traduzir o cotidiano da vida e transformá-lo, todas as manhãs, numa alvorada de notícias e numa clarinada de novidades.

Há muita carga de humanidade num cidadão que, ao acordar, dirige-se à banca da esquina ou que abre um jornal na condução ou que caminha apressado na calçada com um exemplar debaixo do braço. São cenas simples, mas também um sintoma inconfundível e exuberante de cultura, de consciência e de cidadania. O jornal é essa fonte inesgotável de assuntos que ilustram o convívio humano, é o combustível das tribunas parlamentares e o objeto de análise percuciente da intelectualidade nacional.

Na construção da Pátria, nos momentos de superação das contingências inevitáveis da nossa evolução, na percepção de nossas potencialidades e vulnerabilidades, na formação dos elos que plasmam a nossa brasiliade, quando os brasileiros juntam os sonhos para rasgar nos horizontes a perspectiva do seu destino, todos devemos uma palavra de gratidão à *Folha de S.Paulo*.

A consciência democrática do povo brasileiro já não mais lhe permite viver sob a tutela de Governos de exceção que fecham e emudecem os Parlamentos, que coagem a Magistratura, que amordaçam a imprensa e que confiscam aqueles direitos, aquelas liberdades inerentes à dignidade da pessoa humana. A *Folha de S.Paulo*, na sua caminhada indômita, libertária e indomável, contribuiu decisivamente para a formação dessa consciência nacional.

Ela contou e conta com o brilho de vários ilustres cidadãos que a dirigiram. Entre eles e de maneira destacada, um conterrâneo: Otavio Frias, que a ela dedicou dias, meses, anos de um labor infindável e, se não foi quem a criou, foi talvez quem mais a amou, transformando, com imaginação e inteligência, aquele modesto periódico da década de 60 no maior jornal do País.

Não iria, e não irei, traçar uma biografia esquematizada desse valoroso brasileiro. Outros ainda o farão com um brilho e uma acuidade de que eu não seria capaz. Limo-me apenas a assinalar que a firmeza do seu caráter, a sobriedade e a lucidez da sua personalidade lhe possibilitaram enfrentar e superar inúmeras e consecutivas crises econômicas e políticas, bem como a prepotência da censura e a impiedade do arbítrio nos conflitos ideológicos do seu tempo conturbado, no dilúvio dos ódios e das paixões. Ele nos legou mais que um jornal, senão um exemplo majestoso do que é capaz o homem brasileiro, imbuído de idealismo e determinação.

Otavio Frias sabia que a causa do povo não requer radicalismos, mas coragem. Não foi um *publisher* apático, reacionário e entreguista, tampouco partidário do oposicionismo sectário, intolerante e implacável. Foi um homem que estabeleceu como lema para si e para a *Folha* a busca da verdade. Mas ele sabia que não é fácil encontrá-la.

Quantas vezes a pobre humanidade, em busca dessa verdade, rufou os tambores anunciando o sangue de uma nova guerra? Verdades proclamadas, materializadas em brasões e estandartes, em hinos e uniformes, em causas e fanatismos, em nacionalismos e armas, diante das quais, para muitos, a própria existência era a que menos conta.

Verdades que custaram a vida e mandaram para o exílio tantos patriotas. Foi por uma verdade considerada absoluta a seu tempo que Demóstenes foi condenado por ter escrito a Oração da Coroa, o mais terrível libelo contra as tiranias e o liberticídio. Cícero, cuja cabeça foi decepada e colocada no rosto do fórum romano, continua sendo, através dos séculos, o símbolo mais veemente de protesto contra os delírios da força e as insanias da truculência; ele também amargou uma verdade da sua época. Napoleão, que traçou com a ponta da sua espada o mapa da sua época, morreu exilado em Santa Helena sem a visão clara da verdade que o condenara. Chateaubriand e Victor Hugo foram compelidos a comungar a hóstia do ostracismo, banidos por sua oposição a uma verdade do momento.

Mas por que buscar tais exemplos em outras histórias e em outros povos, se os temos entre nós, não menos nobres nem menos belos?

Tiradentes, o herói enlouquecido de liberdade, enfocado, esquartejado, carne e sangue marcados pelo sal da maldição, para que outros construíssem depois a Pátria dos seus ideais, tombou diante da verdade da Colônia. Os Andradases, que nos deram a independência, foram exilados pela verdade do Império. Pedro II, o mais conspícuo de todos os brasileiros, desterrado, morreu longe da Pátria querida, com o coração estraçalhado

de ingratidões e a alma ulcerada de desenganos, expatriado pela verdade da República. Visconde de Ouro Preto, Silveira Martins, Rui Barbosa, Epitácio Pessoa, Siqueira Campos, Washington Luís, Otávio Mangabeira e Arthur Bernardes são constelações fulgurantes de civismo, que, a seu tempo, sofreram o exílio cruel em nome da verdade – ou de “uma” verdade.

Passei os olhos no livro *Primeira Página – 90 Anos de História nas Capas Mais Importantes da Folha*. O fluxo – alguém disse – em que se dissolvem todos os acontecimentos. Sr. Presidente, errei muito para gostar de criticar, mas permita-me uma análise sem julgamentos, sem censura e sem apologia.

No exemplar de 22 de setembro de 1931, um pequeno anúncio chama atenção: “Fazendeiros! O seu jornal é a Folha da Manhã”. Era época do café, e talvez isso explique o singelo editorial em que, ao criticar a exploração do povo pelo preço abusivo do produto, o editor usa de tanto eufemismo quando, acanhado, escreve:

Desculpem-nos a franqueza... o café, como tudo, deve ter preço compensador... mas, quando há exageros, a vida do pobre e do remediado se tornará insustentável. Roupa e sapato se torna possível apenas aos beneficiados da fortuna. O próprio cinema, antes da alta dos preços, tão módico a todas as bolsas, é hoje proibitivo. Cinco mil réis por uma poltrona! Havemos de convir: é demais!

E conclui:

Estamos todos empenhados na defesa do café, que é a riqueza de São Paulo e do Brasil. Somos francamente partidários dessa defesa, mas dentro dos limites do razoável, porque o dever do Estado não é só defender a lavoura. O povo deve, também, merecer suas atenções.

Eis aí, diante do capital, uma verdade a seu tempo dita tão baixinho, que alguém há de perguntar: “Será que é de verdade?”

Em 7 de agosto de 1945, outra manchete chama atenção: “Fruto de longas e pacientes pesquisas a sensacional descoberta – Lançado sobre Hiroshima o violento explosivo”.

No mais sangrento século da história da humanidade, com estimados 200 milhões de vítimas, no dilúvio apocalíptico de sangue, ferro e fogo da II Guerra Mundial, tal um imenso e insaciável Moloque, a devorar implacavelmente os alicerces de uma geração perempta que se avelhentara e se degenerara na impiedade, no egoísmo, na mentira e na hipocrisia; quando nesse cataclismo dos conflitos ideológicos o mundo desarvara-

do parecia mergulhar em meio à hecatombe, a bomba atômica é apresentada como sensacional numa notícia de jornal. Verdades do momento, pseudoverdades que tomam dimensões quase impossíveis de se imaginar na página de um jornal.

No julgamento mais injusto, no momento mais infame, na maior tragédia da humanidade que condenou o mais inocente dos inocentes, Pilatos, o omissso covarde, perguntou: “O que é a verdade?” E a resposta foi o silêncio.

Se Cristo não deu a Pilatos a resposta, antes a havia dado a seus discípulos, quando afirmou: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. A verdade de Deus, porque não existe a verdade dos homens. Mas, se jamais haverá a verdade dos homens, que pelo menos não seja a mentira.

Paulo, o Apóstolo, que, curiosamente, dá nome ao nome ao jornal, na fé judaica que possuía, perseguia e matava os cristãos até que, a caminho de Damasco, caiu do cavalo e ficou cego diante de uma luz forte e uma voz que dizia: “Por que me persegues?”

A verdade a que Paulo servia com tanta fé naquele momento se transformou por inteiro, e ele passou a ser o mais devoto, o mais idealista, o que mais renunciou e sofreu, o maior mestre e pregador do Cristianismo e que, embora morto há séculos, ainda fala alto aos corações e consciências dos homens de boa vontade. De perseguidor a perseguido, ele nos deixou uma lição imortal: às vezes é preciso cair do cavalo para, cego, enxergar melhor. Abandonar preconceitos, orgulhos e vaidades, tradições e arrogâncias para ver a fé e a verdade daqueles que perseguimos.

Faço esta reflexão para ressaltar algo que admiro na Folha e que, para mim, tem um profundo significado. Passo a citar as palavras escritas na capa da edição de 25 de abril de 1991, sob o título: “Carta Aberta ao Senhor Presidente da República”. Ouça-mo-las:

Não deixa de ser curioso que esteja sendo levada a julgamento, sob o silêncio acovardado e interesseiro de quase toda a mídia, a única publicação brasileira que mantém uma seção diária de retificações e remunera um dos seus profissionais pela exclusiva missão de criticar pública e asperamente as suas próprias edições.

Sr. Presidente, é o cair do cavalo. Esse jornal não podia ser Folha de São Lucas, ou de Mateus, ou de João, ou de Tomé. Tinha de ser de São Paulo. E é aí que se avulta em dignidade e honradez a memória de Otávio Frias de Oliveira.

Não constrói o País a imprensa obstinada pelo ódio, levada no vento dos delírios da tirania, que obs-

turece o entendimento na perseguição neurótica e implacável e que produz um entulho de mentiras e infâmias só comparável à dimensão da prepotência dos que se acham donos da verdade. Mas seja enaltecida aquela imprensa que não se agacha nem se verga, mas ouve sinceramente as duas partes, que se vigia, que harmoniza os impulsos da liberdade com outro direito que lhe antecede e a ele se sobrepõe, que é o sagrado direito da dignidade humana.

Poderá, então, uma notícia não ser a verdade que almejamos, mas também não será a mentira da manipulação descarada, da vassalagem ao capital econômico, das ambições cegas e desmedidas dos interesses pessoais espúrios e menores, ou o covarde e ganancioso facciosismo partidário na busca insaciável do poder.

Esse trecho da Carta Aberta ao Presidente da República de então, que citei acima, é, na minha modesta mas desinteressada, desvaliosa porém sincera opinião, a página mais significativa dos 90 anos de história da *Folha de S.Paulo*, o vértice da honradez no paroxismo da sua epopeia. E o bravo editor, com letras que ficarão para sempre, de maneira indelével, escritas na consciência nacional, conclui:

Minhas razões são públicas e de interesse geral ... Eu defendo para cada um a possibilidade de expressar o que pensa sem ir para a cadeia ... eu advogo um direito ... este jornal, desde que cultive seu compromisso com o direito dos leitores à verdade – continuará em pé: até mesmo o senhor é capaz de compreender por que a minha causa é maior e mais forte e mais justa que a sua.

Naquele momento duro, naquele instante em que o maior mandatário da Nação, premido pelas circunstâncias de um governo agitado, se sente no dever de reagir com força, a defesa ativa pela liberdade de imprensa era o toque que faltava para compor a imagem histórica da *Folha* e o píncaro resplandecente da sua trajetória empolgante.

É sempre maior, mais forte e mais justa a verdade da nossa boa-fé; daquilo que sinceramente acreditamos ser o bem de todos, do que podemos concluir ainda com o constrangimento das circunstâncias que nos envolvem. Quando a luta não é pessoal, e o público se sobrepõe ao privado, o ideal que nos acalenta e o propósito que nos anima é sempre de boa-fé. E o que é de fé, se verdade não for, mentira também não é.

Que Deus abençoe a *Folha de S.Paulo* e faça dela sempre um instrumento da democracia, da liberdade e da justiça, na construção do Brasil dos nossos sonhos e da Pátria dos nossos ideais.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Crivella.

Com as minhas desculpas, peço ao Sr. Ministro da Previdência que participe da Mesa conosco.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, subscritor também do requerimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado da República, Senador José Sarney; Exmº Sr. Ministro da Previdência Social, Senador Garibaldi Alves Filho; Exmº Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes; Exmº Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Oreste; signatário desta propositura de homenagem este estratégico e relevante conglomerado de comunicação brasileiro que é a *Folha de S.Paulo*, Senador Marcelo Crivella; Sr. jornalista Otávio Frias Filho, Diretor Editorial da *Folha de S.Paulo*; Maria Cristina Frias, colunista da *Folha de S.Paulo*; Srªs Senadoras, Srs. Senadores; colunista Melchiades Filho, Diretor-Executivo da sucursal de Brasília, em nome dos quais desejo cumprimentar todos os acionistas, diretores, editores, colunistas, jornalistas e colaboradores da *Folha de S.Paulo*.

Homenagear a *Folha de S.Paulo* pelos seus 90 anos de história – uma história de sucesso, independência e pioneirismo – é homenagear, na verdade, a liberdade de opinião e de imprensa, pilares fundamentais da democracia.

Se a *Folha* é hoje um dos veículos de comunicação mais respeitados do País, isso se deve à firmeza de um posicionamento sempre crítico e independente, que não costuma se dobrar a um ou outro interesse específico, a um ou outro grupo particular.

A guinada política que levou a *Folha* a ter um papel relevante no processo de redemocratização do País e que colocou o jornal na linha de frente da campanha pelas eleições diretas, no início dos anos 80, foi seguramente um marco na história do nosso jornalismo.

O Projeto Folha, conduzido por Otávio Frias Filho, tem pautado uma linha editorial baseada no plural e no apartidário. Um exercício nem sempre fácil no dia a dia da imprensa brasileira, mas essencial para a reflexão crítica e o equilíbrio democrático.

O espírito de inovação está no DNA do jornal desde os tempos da *Folha da Noite*, que nasceu em 1921. Segundo registros históricos da própria *Folha*, o estilo mais leve e a linguagem mais coloquial, bem diferentes do usual na época, já prenunciavam novos tempos.

E esses novos tempos ficaram ainda mais arejados a partir dos anos 40, quando a *Folha* imprimiu uma linha editorial até então inédita, de imparcialidade. Já

eram duas *Folhas* na época – a da *Noite* e a da *Manhã*. A elas se somaria depois a *Folha da Tarde*. Os três títulos dariam origem, em 1960, à *Folha de S.Paulo*.

Foi a paixão pela notícia e o espírito empreendedor e inovador de Otavio Frias que pavimentaram o caminho para que a *Folha* se tornasse o embrião do grande conglomerado de comunicação que conhecemos hoje.

Nessa longa trajetória, pesaram muito a credibilidade e o respeito conquistados com o apoio à abertura política e reforçados com o pioneirismo que revolucionou o jornalismo brasileiro. Pioneirismo, é bom frisar, não só na linha editorial, mas também nas áreas de gestão e de tecnologia.

A *Folha* foi o primeiro jornal da América Latina a ser rodado em offset, ainda no final dos anos 60. O primeiro jornal no Brasil a informatizar sua redação, no começo dos anos 80, a digitalizar imagens e a produzir suas páginas de modo inteiramente eletrônico.

A *Folha* também saiu na frente ao estabelecer uma política de transparência e avaliação criteriosa dos seus próprios erros, com a seção “Erramos” e a adoção da figura do *ombudsman*. Foi pioneira na criação do Instituto Datafolha e no uso intensivo de infográficos, que enriquecem as notícias.

O dinamismo da *Folha*, que sabe tão bem conciliar grandes reportagens com a agilidade da informação *on line*, pode ainda ser apontado pela preocupação constante com as reformas gráficas, que conferem cada vez mais atualidade e praticidade ao projeto do jornal.

Antenada à nova realidade e velocidade do mundo digital, a *Folha.com* é, sem dúvida, um ganho inestimável para o leitor. Um ganho em qualidade e agilidade da informação.

Mais, porém, que qualquer avanço tecnológico, o que faz da *Folha de S.Paulo* o grande jornal que admiramos hoje é seu compromisso com a verdade, seu compromisso com o leitor. O profissionalismo e isenção dos seus profissionais. As reportagens que muitas vezes despertam polêmica, mas que sempre garantem o contraditório.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, senhoras e senhores, homenageando a todos que fizeram e fazem da *Folha de S.Paulo* não apenas um dos jornais mais importantes do País, mas um jornal indispensável. Indispensável para a formação de tantas gerações, inclusive para minha própria formação pessoal.

Vida longa à *Folha de S.Paulo!* (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB) – AP) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferreira.

Concedo a palavra à nobre Senador Kátia Abreu, pela Liderança do DEM.

A SR^a KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de cum-

primentá-los, Sr. Presidente José Sarney, Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, Ministro da Previdência Garibaldi Alves, Diretor-Editorial da *Folha de S. Paulo*, Otavio Frias Filho, também a sua irmã, jornalista Maria Cristina Frias, os jornalistas, colunistas Melchíades Filho, Eliane Cantanhêde, Fernando Rodrigues e Valdo Cruz.

Os protagonistas dão rumo à Historia. Todos sabemos que é assim. Nos últimos quinze anos, estou vivendo essa realidade de perto ao participar de momentos importantes da vida brasileira no exercício de mandatos parlamentares consecutivos, na militância partidária e na escalada no ativismo sindical da agropecuária, minha origem na vida pública.

Por imposições das contingências, sob a pressão das paixões ideológicas e dos interesses que cercam o Estado, os Poderes da República são chamados a se manifestar entre alternativas que vão da generosidade à iniquidade, da decisão eficaz ao desastre, da consolidação das práticas legalistas a concessões ao autoritarismo.

Pois é justamente nesses momentos dramáticos do debate democrático, enquanto os protagonistas ungidos pela Constituição se preparam para anunciar decisões nem sempre devidamente amadurecidas, que surge um inesperado e pujante clamor – como deveriam ser os coros no teatro grego, arrebatadores e moralmente implacáveis – exprimindo o testemunho crítico da sociedade civil.

Muitas vezes, acontece na undécima hora escaparmos do pior, restabelecendo-se alguma racionalidade nas decisões enquanto os inimigos públicos são acuados e, mesmo que não sejam punidos, são desmascarados e assinalados. Ai deste País!

Ai deste País se não fossem os testemunhos críticos da sociedade civil expressos pela imprensa livre e independente!

Estas reflexões me ocorreram, assim, cruas, diretas, quando decidi participar desta homenagem aos 90 anos da *Folha de S. Paulo*.

Sr. Presidente, colegas Senadores, eis que quero proclamar neste momento: a *Folha de S. Paulo* exerce exemplarmente, nos momentos decisivos deste País, o testemunho crítico da sociedade civil brasileira. Exerce sem temor e sem concessões a liberdade e a independência de informar e opinar. A *Folha* tem sido um desses raros sóis que dão vida à democracia e à dignidade humana entre todos nós.

Tal papel é amplificado pelas qualidades editoriais do jornal: pela competência, probidade e senso de humor dos seus repórteres, editores e colunistas; e pela estrutura empresarial, que assegura à *Folha* os indispensáveis suportes tecnológicos, industriais e

econômico-financeiros, indispensáveis ao exercício de suas atividades. Por essas razões, a *Folha* desfruta de independência e liberdade. São fatores indispensáveis para cumprir seus compromissos com a história.

Infelizmente, este meu depoimento corre o risco de ser arguido de suspeição. Na verdade, não tenho apenas admiração pela presença testemunhal da *Folha* na vida brasileira. Vou além. Devo confessar minha condição de leitora diária do jornal, o que significa que faço parte da razoável multidão de 2,4 milhões de homens e mulheres que, segundo o Ibope, têm o mesmo hábito de ler a *Folha*.

Também sou eventual colaboradora da sua corajosa terceira página, onde debatem os que têm algo a dizer sobre os temas em discussão no País, e que é aberto até aos que discordam do próprio jornal e o acusam de parcialidade.

Além disso, com frequência, sou citada por minhas opiniões, intervenções nos trabalhos do Congresso Nacional e posições em defesa dos produtores rurais, cuja entidade nacional, a CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, tenho a honra de presidir.

Pois bem, mesmo quando as posições críticas do noticiário que me envolvem são adversas – o que é natural e nem sempre agradável, pois, às vezes, injustas –, nunca me senti desrespeitada, nem me foi negado espaço na *Folha* para explicações ou versões que me pareceram indispensáveis.

Com essas declarações, estou apenas tomando a liberdade de imitar a própria *Folha*, que costuma qualificar e biografar sumariamente os entrevistados e personagens das suas notícias, deixando ao leitor atribuir um peso às opiniões expressas, providência que os mais hipócritas consideram registros desnecessários, intimidativos, quase grosseiros. Não é a minha opinião, evidentemente.

Para mim, porém, estas revelações sobre minhas relações com a *Folha* não constituem ironia, são uma premissa essencial para que este depoimento tenha não apenas o sentido de uma homenagem, mas que vá além.

Quero demonstrar minha compreensão sobre o papel de um jornal verdadeiramente independente e seu estilo singular de ser, sempre e a qualquer pretexto, crítico. O jogo democrático no Brasil assumiu algumas características sutis e perigosas, das quais a principal é, sem dúvida, a adesão irrestrita e a solidariedade cega.

O conceito de coerência a que nos acostumamos – que, por exemplo, requer aos governistas dizerem sempre sim ao Governo e aos oposicionistas, em sentido contrário, de ficarem sempre contra, sistematicamen-

te – embute, além de brutal autoritarismo, um modelo que se repete na discussão dos grandes temas.

Estabelecem-se redutos, que não são ao menos ideológicos, mas blocos apaixonadas, improvisadamente etiquetados, imunes a argumentos, demonstrações racionais, revelações da ciência e à própria composição de opiniões e soluções que se complementariam.

De repente, sejam quais forem os temas, dos mais graves aos mais supérfluos, que envolvem desde emendas constitucionais à regulamentação de leis ordinárias, fecham-se as portas aos debates e à boa prática democrática de promover a evolução e maturação de propostas.

Todos tapam os ouvidos, vedam os olhos, excluem a conversação e o diálogo, dispensam a tribuna parlamentar – que não existe para declarações beligerantes, como é utilizado hoje, mas para o confronto dialético em busca da síntese – e todos se tornam inimigos por pensarem diferente, quando, no máximo, seríamos apenas defensores de idéias diversas e deveríamos nos associar para promover o bem comum.

Pois é nesses momentos que a *Folha* – do editorial da página dois à irreverência quase sempre malcomportada do humorista José Simão, no final da Ilustrada, de que sou leitora assídua – cumpre o impressionante papel político de desmoralizar o sectarismo e brandir os argumentos do bom senso e que vão, paradoxalmente, da racionalidade acadêmica ao escracho do humor mais contundente.

Impressiona-me a sensibilidade dos editores, indiferentes ao purismo de muitos, às vezes para espanto do próprio *ombudsman* do jornal, promovendo o melhor sensacionalismo com entrevistas e pesquisas que expõem as feridas e equívocos de todos os setores da vida brasileira.

A *Folha* agita, incomoda, provoca.

Ouço, por exemplo, com muita frequência, citações das colunas esportivas do Tostão e de Juca Kfouri e percebo que assumiram posições na contramão das opiniões acomodadas num terreno do esporte em que a paixão é fundamental.

As posições críticas dos colunistas, como Eliane Cantanhêde e Fernando Rodrigues, habilmente diversificados para que a maior parte das correntes de opinião se sinta representada, talvez incomode e desespere os que fogem do confronto democrático, mas não deixa de contribuir para uma saudável animação da sociedade. Tal estratégia somente se viabiliza porque a *Folha* dispõe de lastro histórico e princípios filosóficos que a comprometem com a democracia e as liberdades públicas.

Nos anos 80, o jornal atuou com coerência, imaginação e coragem na grande virada para a fase con-

temporânea da vida nacional. O papel da *Folha* foi extremamente relevante no grande levante popular, pacífico e organizado, que pôs fim à ditadura militar estabelecida em 64.

Foi essencial na campanha das Diretas Já!, geradora da onda de consciência democrática que produziu o Brasil atual, livre e constitucionalizado.

“A Nação Frustrada” foi a manchete do dia seguinte, 25 de abril. Naquele momento, com o reconhecimento da nova *Folha*, pois o velho jornal paulista ressurgia com perfil moderno, empresarialmente consolidado – o Brasil descobriu e aprendeu a admirar seu discreto proprietário, Octavio Frias de Oliveira, cuja memória reverencio, cumprimentando sua família, por honrá-lo ao prosseguir o seu projeto, Octavio Frias, Maria Cristina e Luis.

Espero firmemente que não falte nunca aos que protagonizam os Poderes da República e todos os setores da vida nacional os testemunhos críticos da sociedade civil, expressos com tanta graça, coragem, imaginação e competência pela *Folha de S.Paulo*.

Ai deste País se nos faltar a imprensa livre e independente, que torna nossas instituições mais democráticas e o dia a dia dos brasileiros mais bem informado e crítico da realidade!

Repto o meu colega: longa vida à *Folha de S.Paulo* e parabéns pelos seus noventa anos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado à Senadora Kátia Abreu.

Concedo agora a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, José Sarney, senhores dirigentes da *Folha de S.Paulo*, Sr. Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Ministro da Previdência, Senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço, que encabeçaram o requerimento de homenagem a esse importante jornal do Brasil, que está próximo de completar um século de existência.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, no dia 24, de fazer aqui um pronunciamento, registrando o aniversário da *Folha*, transcorrido no dia 19 de fevereiro. Portanto, não vou me alongar, nem vou repetir o bonito histórico da *Folha*, já feito aqui, inicialmente, pelo Presidente Sarney e, depois, pelos outros Senadores que me antecederam. Mas quero até praticamente repetir o que disse naquele dia.

Diante dos acontecimentos que estamos vivendo no mundo atualmente, no Egito, na Líbia e em outros países, mais se acentua, na nossa convicção, a impor-

tância de termos uma imprensa livre, uma imprensa que seja, de fato, como é a *Folha*, apartidária, independente, e que tem a coragem, como foi dito aqui, durante todo o seu período até aqui, de enfrentar, digamos, as maiores adversidades, que buscavam justamente cercear a liberdade de informação e até manipular essa informação.

Na história da *Folha de S.Paulo*, não há de fato nenhum registro de que esse jornal tenha se desviado desse caminho, porque, repito, tem até uma matéria aqui publicada, em que a *Folha* renova compromissos com o apartidarismo, a pluralidade e a interpelação jornalística das autoridades públicas.

Vendo o que está acontecendo no mundo ainda hoje, temos que valorizar demais a existência de um jornal do nível da *Folha de S.Paulo*.

Ao ler a matéria relativa à solenidade que a *Folha* promoveu para comemorar seus 90 anos, é evidente que houve vários pronunciamentos, mas o pronunciamento da Presidente Dilma me deixou sobretudo encorajado e, digamos assim, afastou certos temores que ainda pairavam no ar sobre regulação da imprensa, ou sobre um controle social da imprensa, com alguns rótulos até bonitos, como normatizar.

É evidente que pode até haver argumentos a favor quando se trata, por exemplo, do que acontece em certos Estados, onde o monopólio da imprensa, principalmente de rádio e televisão, está nas mãos de determinados grupos. Mas, como disse a Presidente Dilma, é preciso primeiro que os governos aprendam a conviver com críticas da imprensa, pois a democracia exige o convívio com diferentes opiniões. Poucos dias antes, ela tinha determinado ao próprio Ministro das Comunicações que fizesse um pente fino no projeto que está pronto e que trata dessa matéria como uma espécie de marco regulatório da imprensa como um todo.

Espero realmente que, com essa afirmação, nós tenhamos duas tranquilidades. A primeira, que a Presidente Dilma, ao contrário do que algumas pessoas temiam, está preparada para enfrentar as críticas. Aliás, não seria de esperar outra postura dela, que sofreu, na própria carne, a censura e a perseguição àqueles que pensavam diferente. E, mais ainda, essa questão de que ela vai fazer esse pente fino nesse projeto que, infelizmente, foi até elaborado, segundo consta, por um jornalista.

Então, ao registrar esses 90 anos da *Folha de S.Paulo*, quero pedir, Sr. Presidente, que sejam transcritas as matérias a que eu me referi aqui, porque acho importante que sirvam de reflexão. Eu li toda a matéria sobre a existência, desde o seu nascedouro até aqui, da *Folha de S.Paulo*, mas é importante que as gerações atuais e as futuras possam realmente es-

tar atentas ao importante papel que um órgão como a *Folha de S.Paulo* desempenha em relação à coisa mais salutar ou ao esteio principal de uma democracia, que é a liberdade de expressão. Se, realmente, não tivermos diuturnamente nos preocupando com esse aspecto, nós poderemos estar contribuindo para que, amanhã, sob uma desculpa ou outra, possa a liberdade de expressão estar cerceada.

Algumas pessoas me questionam: "Mas existem até abusos por esse ou aquele..." Mas o abuso de um ou outro jornalista, temos mecanismos legais para coibir. Quem se sentir ofendido, quem se sentir injuriado ou difamado... O que não é o caso. Não tenho visto isso na *Folha de S.Paulo*. Mas, aqui e acolá, pode aconte-

cer. Mas é a opinião de uma pessoa. Portanto, não se justifica que possamos ter uma lei que faça qualquer tipo de cerceamento à liberdade de expressão.

Quero finalizar homenageando a *Folha de S.Paulo* por este importante papel que tem, que é justamente de preservar uma linha editorial independente, apartidária e que prima de maneira muito profunda pela liberdade de expressão e pela democracia brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Nove décadas

Em seu aniversário, a Folha renova compromissos com o apartidarismo, a pluralidade e a interpelação jornalística das autoridades públicas

Ao completar 90 anos hoje, a **Folha** renova seu compromisso editorial mais básico, expresso na consecução de um jornalismo crítico, pluralista e apartidário.

Espera-se de um bom jornal que as informações publicadas sejam corretas. Mas a seleção de temas e enfoques precisa estar orientada por algum critério.

No caso deste jornal, trata-se de focalizar os problemas coletivos e fiscalizar a atuação dos agentes públicos, aos quais a sociedade delega a tarefa de gerir os impostos que paga. Daí decorre uma atitude de permanente interpelação jornalística das autoridades.

A sociedade brasileira é múltipla. Há décadas, este periódico procura refletir essa fecunda diversidade, seja ao abrigar opiniões variadas e contraditórias, seja ao ressaltar que cada fato admite mais de uma versão, julgando seu dever trazê-las ao conhecimento do leitor. Sem esquivar-se de emitir seu próprio ponto de vista, a **Folha** cultiva a pluralidade.

O leitorado tampouco é homogêneo; as mais diversas inclinações nele se encontram

representadas. Até por esse motivo, o jornal reivindica uma posição apartidária, no sentido de rechaçar todo alinhamento com partidos políticos, grupos econômicos ou correntes de opinião.

Considera que ceder às paixões partidárias seria abrir mão de sua autonomia para exercer um jornalismo livre.

Desde meados da década de 1990, o país foi sucessivamente governado por duas tendências políticas que, desde então, disputam a preferência popular, tucanos e petistas. Apesar da aspereza de sua rivalidade, ambas têm convergido para o que se poderia chamar de social-democracia atualizada. Buscam fomentar a economia de mercado e corrigir suas distorções por meio de ações regulatórias do Estado.

Formulado assim, em termos amplos, esse programa conta com o endosso deste diário. Nenhuma publicação terá sido, porém, mais incômoda do que esta o foi nos períodos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Apontaram-se erros, cobraram-se compromissos assumidos, revelaram-se irregularidades. Este é um projeto editorial que acarreta desconforto também para quem o executa, pois as paixões do momento muitas vezes não permitem ver a trajetória de longo prazo.

Ao mesmo tempo, estamos cientes dos danos que um jornalismo crítico pode ocasionar de forma indevida, por precipitação ou imperícia. Daí a existência de um sistema interno de freios e contrapesos, do qual a face mais visível é a presença de um jornalista encarregado de fiscalizar e criticar a própria Folha e a publicação diária (e penosa) de uma seção de retificações - "Erramos".

O leitor acompanha o atual período de intensa transformação tecnológica que altera as relações tradicionais entre público e meios de comunicação. Acostumado a cultivar a inovação, este jornal vê na mudança sua própria razão de ser. Mas o cerne permanece na forma de compromissos que refletem, em nossa opinião, a melhor maneira de servir as centenas de milhares de pessoas que nos distinguem com sua confiança.

FOLHA.com

21/02/2011 - 23h08

Dilma diz que governo deve conviver com críticas da imprensa

DE SÃO PAULO

Durante a cerimônia de comemoração dos 90 anos da **Folha**, a presidente da República, Dilma Rousseff, declarou que o governo "deve saber conviver com as críticas dos jornais para ter um compromisso real com a democracia" e que deve haver um convívio "civilizado com a multiplicidade de opiniões, crenças e propostas."

[Alckmin classifica liberdade de imprensa como 'pleonasmo'](#)

[Kassab diz que Folha é 'importante' para a liberdade de imprensa](#)

[Otavio Frias Filho reafirma compromissos editoriais da Folha](#)

[Regulação da mídia não é censura, afirma Dirceu](#)

[Políticos e personalidades defendem a liberdade de imprensa](#)

A presidente celebrou a existência de liberdade de imprensa no Brasil e afirmou que ser jornalista no Brasil tem sido um ato de coragem.

[Veja vídeo](#)

"A censura obrigou o primeiro jornal brasileiro a ser impresso em Londres em 1808. De Libero Badaró a Vladimir Herzog, ser jornalista no Brasil tem sido um ato de coragem."

"Livre, plural e investigativa, a imprensa é imprescindível para a democracia num país como o nosso, que, além de continental, agrupa diferenças culturais."

A presidente disse ainda que no Brasil, "com uma democracia tão nova", "devemos preferir o som das vozes críticas da imprensa livre ao silêncio das ditaduras".

NOVOS TEMPOS

Dilma declarou que a imprensa escrita atravessa um momento histórico devido aos avanços tecnológicos. "A internet modificou para sempre a relação dos leitores com os jornais."

O grande desafio, disse ela, é "oferecer um produto que não perca profundidade e como tornar as críticas dos leitores um ativo dos jornais".

A petista disse ainda acreditar que, "com a mesma dedicação que enfrentaram censura, [os jornais] vão enfrentar as respostas para esse novo desafio".

HOMENAGEM

A presidente afirmou que Octavio Frias de Oliveira (1912-2007), publisher da **Folha**, é referência para toda a imprensa nacional.

"Ele foi um exemplo de jornalismo dinâmico e inovador. Trabalhador desde os 14 anos de idade, ele transformou a **Folha de S.Paulo** em um dos jornais mais importantes do país e foi responsável por revolucionar a forma de fazer jornalismo no nosso Brasil."

Ela lembrou que o jornal ocupou um papel "decisivo em momentos marcantes da nossa história, como foi o caso das Diretas Já".

LEIA A ÍNTÉGRA DO DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF

Eu queria desejar boa noite a todos os presentes.

Cumprimentar o sr. Michel Temer, vice-presidente da República, o nosso governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e a senhora Lu Alckmin. Queria cumprimentar o senador José Sarney, presidente do Senado. Queria cumprimentar também o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Cumprimentar o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia. O ministro Cesar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal, por meio de quem cumprimento os demais ministros do Supremo presentes a esta cerimônia.

Queria cumprimentar a família Frias, o Luiz, o Otavio, a Maria Cristina, e queria cumprimentar também o senhor José Serra, ex-governador do Estado.

Dirijo um cumprimento especial também aos governadores aqui presentes e também aos ministros de Estado que me acompanham nesta cerimônia. Cumprimento o senhor Barros Munhoz, presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Queria cumprimentar também todos os senadores, deputados e senadoras, deputados e deputadas federais, deputados e deputadas estaduais. Queria cumprimentar o senhor Paulo Skaf, presidente da Fiesp. Dirigir um cumprimento especial aos representantes das diferentes religiões que estiveram neste palco.

Dirigir também um cumprimento a todos os funcionários do Grupo Folha. Queria cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas. E a todos aqueles que contribuem para que a **Folha** seja diariamente levada até nós.

Eu estou aqui representando a Presidência da República, estou aqui como presidente da República. E tenho certeza que cada um de nós percebe, hoje, que o Brasil é um país em desenvolvimento econômico acelerado. Que aspira ser, ao mesmo tempo, um país justo, uma nação justa, sem pobreza, e com cada vez menos desigualdade. Para todos nós isso não é concebível sem democracia. Uma democracia viva, construída com esforço de cada um de nós, e construída ao longo destes anos por todos aqui presentes. Que cresce e se consolida a cada dia. É uma democracia ainda jovem, mas nem por isso mais valorosa e valiosa.

A nossa democracia se fortalece por meio de práticas diárias, como os diferentes processos eleitorais. As discussões que a sociedade trava e que leva até as suas representações políticas. E, sobretudo, pela atividade da liberdade de opinião e de expressão. E, obviamente, uma liberdade que se alicerça, também, na liberdade de crítica, no direito de se expressar e se manifestar de acordo com suas convicções.

Nós, quando saímos da ditadura em 1988, consagramos a liberdade de imprensa e rompemos com aquele passado que vedava manifestações e que tornou a censura o pilar de uma atividade que afetou profundamente a imprensa brasileira.

A multiplicidade de pontos de vista, a abordagem investigativa e sem preconceitos dos grandes temas de interesse nacional constituem requisitos indispensáveis para o pleno usufruto da democracia, mesmo quando são irritantes, mesmo quando nos afetam, mesmo quando nos atingem.

E o amadurecimento da consciência cívica da nossa sociedade faz com que nós tenhamos a obrigação de conviver de forma civilizada com as diferenças de opinião, de crença e de propostas.

Ao comemorar o aniversário de 90 anos da **Folha de S.Paulo**, este grande jornal brasileiro, o que estamos celebrando também é a existência da liberdade de imprensa no Brasil.

Sabemos que nem sempre foi assim. A censura obrigou o primeiro jornal brasileiro a ser impresso em Londres, a partir de 1808. Nesses 188 anos de independência, é necessário reconhecer que na maior parte do tempo a imprensa brasileira viveu sob algum tipo de censura. De Líbero Badaró a Vladimir Herzog, ser um jornalista no Brasil tem sido um ato de coragem. É esta coragem que aplaudo hoje no aniversário da **Folha**.

Uma imprensa livre, plural e investigativa, ela é imprescindível para a democracia num país como o nosso, que além de ser um país continental, é um país que congrega diferenças culturais apesar da nossa unidade. Um governo deve saber conviver com as críticas dos jornais para ter um compromisso real com a democracia. Porque a democracia exige sobretudo este contraditório, e repito mais uma vez: o convívio civilizado, com a multiplicidade de opiniões, crenças, aspirações.

Este evento é também uma homenagem à obra e ao legado de um grande empresário. Um homem que é referência para toda a imprensa brasileira. Octavio Frias de Oliveira foi um exemplo de jornalismo dinâmico e inovador. Trabalhador desde os 14 anos de idade, Octavio Frias transformou a **Folha de S.Paulo** em um dos jornais mais importantes do nosso país. E foi responsável por revolucionar a forma de se fazer jornalismo no nosso Brasil.

Soube, por exemplo, levar o seu jornal a ocupar espaços decisivos em momentos marcantes da nossa história, como foi o caso da campanha das Diretas-Já. Soube também promover uma série de inovações tecnológicas, tanto nas versões impressas dos seus jornais, como nas novas fronteiras digitais da internet.

Reafirmo nessa homenagem aos 90 anos da **Folha de S.Paulo** meu compromisso inabalável com a garantia plena das liberdades democráticas, entre elas a liberdade de imprensa e de opinião.

Sei que o jornalismo impresso atravessa um momento especial na sua história. A revolução tecnológica proporcionada pela internet modificou para sempre os hábitos dos leitores e, principalmente, a relação desses leitores com seus jornais. Como oferecer um produto que acompanhe a velocidade tecnológica e não perca a sua profundidade? Como aceitar as críticas dos leitores e torná-las um ativo do jornal?

Sei que as senhoras e os senhores conhecem a dimensão do desafio que enfrentam, e que, com a mesma dedicação com que enfrentaram a censura, irão encontrar a resposta para esse novo desafio. E desejo a vocês o que nesse caminho sintetiza melhor o sucesso: que dentro de 90 anos a **Folha** continue sendo tão importante como agora para se entender o Brasil.

É nesse espírito que parabenizo a **Folha** pelos seus 90 anos. Parabenizo cada um daqueles que contribuem, e daquelas que contribuem, para que ela chegue à luz. A todos esses profissionais que lhe dedicam diariamente o melhor do seu talento e do seu trabalho.

Por fim, reitero sempre, que no Brasil de hoje, nesse Brasil com uma democracia tão nova, todos nós devemos preferir um milhão de vezes os sons das vozes críticas de uma imprensa livre ao silêncio das ditaduras.

Muito obrigada.

Democracia exige convívio com diferentes opiniões, diz Dilma

DE SÃO PAULO

Leia a íntegra do discurso da presidente da República, Dilma Rousseff.

★

"Eu queria desejar boa noite a todos os presentes. Cumprimentar o sr. Michel Temer, vice-presidente da República, o nosso governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e a senhora Lu Alckmin. Queria cumprimentar o senador José Sarney, presidente do Senado. Queria cumprimentar também o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Cumprimentar o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia. O ministro Cesar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal, por meio de quem cumprimento os demais ministros do Supremo presentes a esta cerimônia.

Queria cumprimentar a família Frias, o Luiz, o Otavio, a Maria Cristina, e queria cumprimentar também o senhor José Serra, ex-governador do Estado.

Dirijo um cumprimento especial também aos governadores aqui presentes e também aos ministros de Estado que me acompanham nesta cerimônia. Cumprimento o senhor Barros Munhoz, presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Queria cumprimentar também todos os senadores, deputados e senadoras, deputados e deputadas federais, deputados e deputadas estaduais. Queria

cumprimentar o senhor Paulo Skaf, presidente da Fiesp. Dirigir um cumprimento especial aos representantes das diferentes religiões que estiveram neste palco.

Dirigir também um cumprimento a todos os funcionários do Grupo Folha. Queria cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas. E a todos aqueles que contribuem para que a **Folha** seja diariamente levada até nós.

Eu estou aqui representando a Presidência da República, estou aqui como presidente da República. E tenho certeza de que cada um de nós percebe, hoje, que o Brasil é um país em desenvolvimento econômico acelerado. Que aspira ser, ao mesmo tempo, um país justo, uma nação justa, sem pobreza, e com cada vez menos desigualdade. Para todos nós isso não é concebível sem democracia. Uma democracia viva, construída com esforço de cada um de nós, construída ao longo destes anos por todos aqui presentes. Que cresce e se consolida a cada dia. É uma democracia ainda jovem, mas nem por isso mais valorosa e valiosa. A nossa democracia se fortalece por meio de práticas diárias, como os diferentes processos eleitorais. As discussões que a sociedade trava e que leva até as suas representações políticas. E, sobretudo, pela atividade da liberdade de opinião e de expressão. E, obviamente, uma liberdade que se alicerça, também, na liberdade de crítica, no direito de se expressar e se manifestar de acordo com suas convicções.

Nós, quando saímos da ditadura em 1988, consagramos a liberdade de imprensa e rompemos com aquele passado que vedava manifestações e que tornou a censura o pilar de uma atividade que afetou profundamente a imprensa brasileira.

A multiplicidade de pontos de vista, a abordagem investigativa e sem preconceitos dos grandes temas de interesse nacional constituem requisitos indispensáveis para o pleno usufruto da democracia, mesmo quando são irritantes, mesmo quando nos afetam, mesmo quando nos atingem.

E o amadurecimento da consciência cívica da nossa sociedade faz com que nós tenhamos a obrigação de conviver de forma civilizada com as diferenças de opinião, de crença e de propostas.

Ao comemorar o aniversário de 90 anos da **Folha**

de S.Paulo, este grande jornal brasileiro, o que estamos celebrando também é a existência da liberdade de imprensa no Brasil.

Sabemos que nem sempre foi assim. A censura obrigou o primeiro jornal brasileiro a ser impresso em Londres, a partir de 1808.

Nesses 188 anos de independência, é necessário reconhecer que na maior parte do tempo a imprensa brasileira viveu sob algum tipo de censura. De Líbero Badaró a Vladimir Herzog, ser um jornalista no Brasil tem sido um ato de coragem. É esta coragem que aplaudo hoje no aniversário da **Folha**. Uma imprensa livre, plural e investigativa, ela é imprescindível para a democracia num país como o nosso, que além de ser um país continental, é um país que congrega diferenças culturais apesar da nossa unidade.

Um governo deve saber conviver com as críticas dos jornais para ter um compromisso real com a democracia. Porque a democracia exige sobretudo este contraditório, e repito mais uma vez: o convívio civilizado, com a multiplicidade de opiniões, crenças, aspirações.

Este evento é também uma homenagem à obra e ao legado de um grande empresário. Um homem que é referência para toda a imprensa brasileira. Octavio Frias de Oliveira foi um exemplo de jornalismo dinâmico e inovador.

Trabalhador desde os 14 anos de idade, Octavio Frias transformou a **Folha de S.Paulo** em um dos jornais mais importantes do nosso país. E foi responsável por revolucionar a forma de fazer jornalismo no nosso Brasil.

Soube, por exemplo, levar o seu jornal a ocupar espaços decisivos em momentos marcantes da nossa história, como foi o caso da campanha das Diretas-Já. Soube também promover uma série de inovações tecnológicas, tanto nas versões impressas dos seus jornais como nas novas fronteiras digitais da internet.

Reafirmo nessa homenagem aos 90 anos da **Folha de S.Paulo** meu compromisso inabalável com a garantia plena das liberdades democráticas, entre elas a liberdade de imprensa e de opinião.

Sei que o jornalismo impresso atravessa um momento especial na sua história. A revolução tecnológica proporcionada pela internet modificou

para sempre os hábitos dos leitores e, principalmente, a relação desses leitores com seus jornais.

Como oferecer um produto que acompanhe a velocidade tecnológica e não perca a sua profundidade? Como aceitar as críticas dos leitores e torná-las um ativo do jornal?

Sei que as senhoras e os senhores conhecem a dimensão do desafio que enfrentam e que, com a mesma dedicação com que enfrentaram a censura, irão encontrar a resposta para esse novo desafio. E desejo a vocês o que nesse caminho sintetiza melhor o sucesso: que dentro de 90 anos a **Folha** continue sendo tão importante como agora para entender o Brasil.

É nesse espírito que parabenizo a **Folha** pelos seus 90 anos. Parabenizo cada um daqueles que contribuem, e daquelas que contribuem, para que ela chegue à luz. A todos esses profissionais que lhe dedicam diariamente o melhor do seu talento e do seu trabalho.

Por fim, reitero sempre, que no Brasil de hoje, nesse Brasil com uma democracia tão nova, todos nós devemos preferir 1 milhão de vezes os sons das vozes críticas de uma imprensa livre ao silêncio das ditaduras.

Muito obrigada."

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, pelo PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Bom dia a cada um e a cada uma!

Quero começar cumprimentando o nosso Presidente José Sarney, não só pela Presidência, mas também pela iniciativa; o Ministro Gilmar Mendes; o Ministro João Oreste; o Ministro Garibaldi Alves; os Senadores que também tomaram a iniciativa da sessão, Senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço; e, de maneira muito especial e carinhosa, aqueles que representam aqui a *Folha de S.Paulo* e que representam o espírito do Otávio Frias. Cumprimento Otávio Frias Filho e a Srª Maria Cristina Frias.

Quero começar, Sr. Presidente, fazendo uma coisa que pode não ser muito usual, mas é um testemunho pessoal da importância da *Folha*.

Esta é a minha primeira vinda à tribuna nesses últimos 30 dias por conta de uma cirurgia que se complicou e que me deixou fora de circulação. Nesses 30 dias, se não fossem os jornais como a *Folha*, trazendo não só as matérias, porque matérias a gente ouve e vê por televisão e rádio, mas sobretudo...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Cristovam, perdão por interrompê-lo, mas o Ministro Gilmar Mendes tem uma sessão agora no Supremo Tribunal Federal e tem que se retirar.

Quero, então, agradecer a presença do Ministro Gilmar Mendes e dizer o quanto honrado estivemos com a sua presença.

Obrigado, Senador. Me perdoe por interrompê-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu que agradeço.

Não fosse a possibilidade de ler, em casa, todos os dias, a *Folha de S.Paulo* e outros jornais, eu teria ficado isolado das opiniões. Devo, portanto, nesses 30 dias, à *Folha de S.Paulo* a possibilidade de estar hoje aqui informado e até formado também pelos debates.

Mas, independentemente deste testemunho, quero dizer que é na escola que a gente aprende a decifrar a combinação das letras. Mas a gente não aprende a ler na escola. É nos livros que a gente dá o salto de decifrar as letras e começar a ler, imaginando o mundo. Mas ler o que acontece ao nosso redor, a gente aprende lendo jornal. Como pernambucano, foi graças ao *Diário de Pernambuco* e ao *Jornal do Commercio* que aprendi a ler. Ali, lendo e discutindo obviamente com os pais, com os irmãos, aprendemos a ler.

Por isso, estamos aqui homenageando os jornais. Mas há algo especial na *Folha de S.Paulo*. É como uma

cidade em que há muitos edifícios, mas raros podemos chamar de monumentos. Temos muitos jornais, mas raríssimos podemos chamar de monumentos. E a *Folha de S.Paulo* é um monumento. E é um monumento por algumas razões.

Primeiro, por ser um instrumento de jornal que assume o risco das revoluções. A *Folha* foi sempre o primeiro jornal a tomar algumas iniciativas revolucionárias na maneira de fazer jornal, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista social, pois, já em 1920, tinha mulheres trabalhando no jornal, quando os outros se recusavam a isso. Foi a *Folha de S.Paulo* que começou, no Brasil, a ter *ombudsman*, e isso foi uma revolução. Isto faz o jornal ser um monumento, por sua história. Inclusive o fato de a *Folha* completar 90 anos em um país em que apenas um terço da população termina o segundo grau. Um jornal assim, completando 90 anos neste País, permite-se ser chamado de monumento, porque o Brasil sofre muita resistência à leitura.

Mas não é só por isso que é um monumento. É um monumento também pela sua tiragem, pela sua importância. Eu sou autor de artigos de jornal e sei a repercussão de um artigo publicado na *Folha* em comparação com outros jornais. Isso faz com que a *Folha* seja mais que um jornal. Isso a faz ser um monumento.

Sobretudo, a terceira razão para que ela seja um monumento são seus jornalistas. Eu acho que seria menos agradável acordar todos os dias se eu não soubesse que teria ali junto Clóvis Rossi, Eliane Cantanhêde, Gilberto Dimenstein – embora menos do que eu gostaria, por ser meu amigo –, Kennedy Alencar, Valdo Cruz, Fernando de Barros e Silva, Heitor Cony, José Simão, Juca Kfouri, Fernando Rodrigues, as notas da Renata Lo Prete, a Mônica Bergamo – amiga aqui de Brasília – Janio de Freitas, Ranier, Melchiades Filho, Gustavo Patu. Isso para não falar de três figuras fundamentais que fazem com que, ao acordar, a gente vá quase direto ali para ter o gosto pela inteligência: Angeli, Glauco e o saudoso Laerte. Por isso também, por esses jornalistas, podemos dizer que a *Folha de S.Paulo* é um monumento e não apenas um jornal.

Mas há uma razão a mais: as campanhas, as opiniões, as tomadas de posição que a *Folha de S.Paulo* tem a ousadia de fazer, sabendo que muitas dessas assustam leitores, mas a *Folha* tem cumprido o seu papel na hora de tomar posição, inclusive com o editorial em defesa de um candidato ou outro. E não importa se agradou ou não a mim como leitor, mas foi uma tomada de posição que faz com que o jornal seja mais do que um jornal, seja um monumento.

Meu caro Otavio Frias Filho, para não ficar apenas nesta louvação do passado de 90 anos, eu gostaria de desafiar a *Folha* a três novas grandes campanhas que este Brasil precisa desesperadamente e que não podem ser levadas adiante apenas aqui dentro, não podem ser levadas adiante sem a participação popular. A primeira é a campanha da reforma política. A reforma política é quase tão importante quanto foi a Campanha das Diretas, porque “As Diretas” trouxe a eleição e a nossa participação. A reforma política traz a moralização, a eficiência. E, sem ela, a democracia não está plena. Eu queria ver a *Folha* na campanha por uma reforma política republicana e não apenas por uma reforma eleitoral com pequenos arranjos.

A segunda é a grande revolução de que o Brasil precisa, que é a revolução educacional. A *Folha* tem sido um dos jornais que mais importância dão à educação. Talvez tenha sido o primeiro a colocar a educação como algo importante, inclusive aparecendo na primeira página. Deve-se, inclusive, ao Gilberto Dimenstein, eu acho, uma certa influência na importância que a *Folha* dá à educação. Mas não basta dar notícias sobre educação. Nós precisamos fazer uma revolução para que neste País o professor seja a categoria mais bem remunerada, a categoria sobre a qual mais pesem cobranças, porque aumentar salários e não cobrar de professor não melhora a educação. Eu gostaria de ver a *Folha* abraçando a ideia de que neste País ninguém vai ter uma educação melhor do que outra por causa de dinheiro que tem; porque a educação será igual para todos, e as pessoas serão diferentes pelo seu mérito, pela sua vocação, pela sua persistência, mas não pela sua conta bancária.

A terceira campanha tem a ver com a educação, mas é mais imediata: pela erradicação do analfabetismo no Brasil. Não podemos continuar um País, como é o nosso, com 14 milhões de adultos que não sabem ler e não tem o privilégio, portanto, de ler a *Folha de S.Paulo*. Imaginem o quanto aumentaria o número de leitores dos jornais se neste País todos terminassem o ensino médio. Mas bastaria que se alfabetizassem todos e já se aumentaria o número de eleitores. Este é o meu reconhecimento, começando por um testemunho pessoal avançando pelo meu reconhecimento do monumento e entrando na cobrança a esse grande jornal—monumento para que não apenas nos informe bem, mas que nos ajude a mudar o País.

Eu espero que, daqui a dez anos, muitos de nós ainda estejamos — não diria nesta Casa — vivos para assistir pela TV Senado a comemoração do primeiro centenário da *Folha de S.Paulo*.

Nesse dia, além de lembrar Otavio Frias, vamos lembrar também essas grandes campanhas que dei-

xo aqui como meu desafio, mas, independentemente de serem atendidas ou não, muito obrigado pelo que vocês fizeram e fazem pelo Brasil. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, Bloco/PMDB – AP) — Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, pelo Bloco parlamentar PSDB/DEM. (*Pausa*.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, pela Liderança.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente José Sarney; Sr. Ministro da Previdência, Senador Garibaldi; Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Oreste; Srs. Senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferráço, autores do requerimento para realização desta sessão; Sr. Diretor Otavio Frias Filho; senhora colunista Maria Cristina Frias; senhores colunistas; distintas autoridades; senhoras e senhores; no dia 2 de maio de 2007, daqui desta tribuna, ao homenagear Otavio Frias de Oliveira, então recém-falecido, eu dizia que as referências públicas do Brasil estavam nos deixando e que, em seu lugar, fica um vazio. Eu dizia isto em 2007, na sessão que fizemos em homenagem à memória do grande Otavio Frias, mais do que fundador, o verdadeiro inspirador da *Folha de S.Paulo*.

Eu diria que, hoje, se vivo estivesse, ele não teria motivo para qualquer receio com referência ao futuro do seu empreendimento e ao papel que ocuparia na vida pública brasileira.

Hoje, ao contrário de três anos atrás, quando eu dizia que um vazio ficava atrás da morte de Otavio Frias, eu digo que, ao completar 90 anos, ela mesma, a *Folha de S.Paulo*, é uma verdadeira referência nacional. Sentimos a morte do seu Presidente, mas o seu filho, a sua equipe, o espírito, a garra e a luta do jornal não ficaram no vazio. Eu diria que, pelo contrário, a cada ano que passa, o jornal aprofunda o que representa na vida brasileira.

Não posso esquecer que nós, o velho MDB, lançamos a campanha das Diretas Já, uma emenda que estava fadada ao ridículo, dessas que a gente apresenta para dizer que apresentou. A sociedade resolveu levar adiante; e o Brasil se empolgou, porque, no momento em que a *Folha de S.Paulo*, o primeiro jornal brasileiro, publicou em sua capa o editorial defendendo a importância da emenda das Diretas Já, eu diria que o povo brasileiro foi atrás.

Milhares, milhões de pessoas passaram a se reunir, porque a *Folha* teve a coragem de confiar além do que imaginávamos numa campanha para desempenhar um papel e tentar fazer alguma coisa contra aquilo que

parecia impossível: a derrubada daquela ditadura. A *Folha* confiava e colocava na capa do seu jornal o editorial convocando a sociedade. E a sociedade veio atrás e avançou. Milhares, milhões de pessoas fizeram uma das caminhadas mais espetaculares da história deste País, que foi a campanha pelas Diretas Já.

Essa campanha não foi vitoriosa. O Congresso Nacional, onde se sabia que a imensa maioria era favorável, foi cercada pelos tanques do Exército: pressões, coações, medo e terror. Muitos sequer puderam entrar na Casa para votar. E no dia 26 de abril de 1984, ao final de uma sessão que durou 17 horas, o Congresso rejeitou. A emenda foi aprovada, mas era preciso quórum para emenda constitucional e faltaram 22 votos para conseguir esse quórum.

O Brasil inteiro estava de luto, mas ficará marcada na história deste País uma das páginas mais emocionantes do jornalismo nacional: a coragem da *Folha S. Paulo*.

Quando este Congresso caducou, sob o medo das forças do Exército a cercando, a *Folha de S. Paulo*, imprimindo sua opinião a respeito da política nacional, sem temor, usou, na capa do jornal, a manchete *Use preto pelo Congresso Nacional*. Uma tarjeta preta, no alto da primeira página, noticiava a derrota das Diretas Já.

Eu acho que é difícil encontrar um símbolo mais fantástico da coragem, da dignidade, da correção, da honra de um jornal do que esse momento da *Folha de S. Paulo*.

E *Folha de S. Paulo* saiu vitoriosa. O Colégio Eleitoral fala diferente, mas, na verdade, naquele primeiro editorial, convocando para as Diretas Já, naquela página com a tarjeta preta “Luto pelo Congresso”, o povo continuou. Os jovens ficaram na rua. E, na rua, com os jovens, nós conseguimos derrotar a ditadura. Esta é a *Folha de S. Paulo*.

Olha, eu acho que, por mais que a gente fale, a gente não consegue interpretar, em profundidade, o pioneirismo, desde 1989, na função do *ombudsman*.

Um jornal precisa ter grandeza. Precisa ter a humildade que o Frias tinha. Precisa ter o espírito público, o que, geralmente, é difícil. O dono de um órgão de imprensa, milhões caminhando atrás, praticamente dono do que é e do que não é, podendo mexer ou não mexer com a vida da cidade, da sociedade, das pessoas, de repente, paga alguém para botar o que tem de errado no seu jornal, na sua gente, no seu comando.

Eu não sei, Sr. Presidente, se não seria uma boa o Congresso Nacional ter um *ombudsman*. Afinal, nós já temos jornal, o *Jornal do Senado*. Que tal, de repente, criarmos a figura do *ombudsman* para alguém, no

nossa jornal, falar de nós aquilo que se fala por tudo que é lugar? Mas nós não temos coragem.

Mas a *Folha* tem. A *Folha* faz. Eu fico impressionado, às vezes, acho exagerado o *ombudsman* nas críticas que ele faz ao próprio jornal, carrega nas tintas. Mas é um exemplo ao mundo do que é jornal, do que é liberdade.

No momento, neste País, em que muitas vezes jornal, rádio e televisão são propriedades de famílias, são feudos fechados, às vezes, atrás numa caminhada política que leva longe, muito longe, a *Folha de S. Paulo* nunca esteve preocupada com isso. O *ombudsman* é algo que considero emocionante, fantástico. Olha, se eu tivesse influência no Senado Federal: *ombudsman no Diário do Senado! Ombudsman no Jornal do Senado*. Não para botar tudo, porque aí também é exagero, mas para dizer algumas coisas que fariam bem a nós.

Olha, eu tenho momentos – cada um de nós tem – que marcam e que a gente nunca pode esquecer. Eu, jovem, na presidência da junta governativa da UNE, não esqueço nunca a figura de Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, naquela batina preta. Praticamente na hora de mudar havia muito tempo, ele, baixinho, pequenino, quando nós fomos falar com ele, e ele começou a falar e mostrar o que ele pensava da vida, do povo, da responsabilidade de cada um, atirando na nossa cara que vínhamos ali discutir com ele problemas que nós achávamos os mais importantes, e ele nos mostra: “Mas, jovens, vocês são uns privilegiados, vocês são as elites, vocês são os que chegaram na universidade; e, além de estarem na universidade, podem viver, estudar e estão aqui no Rio cuidando de fazer política. Olhem para o Nordeste, olhem para o bairro, olhem para a vida, olhem para a favela, olhem para os outros problemas que vocês podiam cuidar”.

Outra figura que eu lembro é o seu pai. O velho Ulysses e eu fomos lá. Nós íamos lançar a campanha das Diretas Já. Era uma campanha ridicularizada, porque a emenda Dante de Oliveira tinha sido recebida como ridícula, assim como a emenda que eu apresentei extinguindo o Ato Institucional nº 5, que ficou na gaveta, nunca aconteceu nada, e ninguém levou a sério.

Estava assim quando, na nossa reunião, alguém disse: “Olha, para tentar acertar, são três pessoas que precisamos procurar: a primeira, Otávio Frias, Diretor da *Folha*; a segunda, o Presidente da OAB, à época meu querido gaúcho; a terceira, o Presidente da ABI.

O primeiro que consultamos foi o homem da *Folha*. Aquele almoço, com a sua simplicidade, naquela época de ditadura absoluta. O Dr. Ulysses, Presidente do Partido, e eu, primeiro Vice, éramos figuras rejeitadas, com medo até de sermos recebidos. Fomos ali, e ele nos recebeu como se nós fôssemos pessoas muito

importantes. Ele nos valorizou: "Vocês são os homens da Oposição, a missão de vocês é muito importante". Ele ficou entusiasmado até e disse: "É uma grande tese". Ele, dez vezes mais otimista que nós. Ele nos deu uma aula de coragem. Nós que, de certa forma – não vou mentir –, estávamos lançando a campanha das Diretas Já por lançar, mas não tínhamos a esperança de chegar aonde chegou. Ele, não: "Dr. Ulysses, o que vale é a causa, e essa causa está certa. Alguém tem que fazer. Precisamos fazer. Se nós, o meu jornal e o seu Partido, somos contra luta armada, guerra civil; somos contra a revolução, só há uma fórmula, que é conseguir democraticamente acabar com isso, botar o povo na rua, os jovens, e fazer isso mesmo".

Nunca me esquecerei daquilo pelo resto da minha vida.

Saindo dali no final de tarde, e o Dr. Ulysses me levou à casa dele. Não sei que quantidade de *Poires* nós tomamos, mas a euforia, a alegria, o ânimo que aquilo nos deu eu nunca esqueci. Eu nunca esqueci.

Primeiro, nós que marcávamos uma reunião assim, porque, naquela época, receber os homens do MDB era perigo, poderia dar cadeia, como deu. Cercaram o Congresso Nacional para não deixar votar a emenda das Diretas Já. Votaram, mas muitos mudaram de voto de medo e muitos não compareceram porque nem deixaram entrar. E o jornal botou lá uma tarjeta preta: "Brasil de luto pelo Congresso Nacional". Esse foi o final da campanha que ele lançou.

E, agora, ultimamente, a campanha é pela ética na política. Está lá o jornal, com respeito, com dignidade, com seriedade, mas cobrando posição.

Olha, eu vejo aqui – e vou cometer uma coisa errada, porque vou deixar uma enormidade de gente – a Maria Cristina, o Kennedy Alencar, o Fernando Rodrigues; na política, o Janio de Freitas, o Clóvis Rossi, o Elio Gaspari, a Eliane Cantanhêde; o Rubens Ricupero, o Vinícius Torres, na economia; o Carlos Heitor Cony, o Ruy Castro; nas colunas com estilo, a Mônica Bergamo, a Renata Lo Prete, o meu primo José Simão – ele não sabe, mas eu sei! –; e, ainda, Ferreira Gullar, Gilberto Dimenstein, Inácio Araújo, Drauzio Varella, tantos outros, inclusive o Presidente do Senado, na sua coluna semanal, José Sarney, nas colunas de sexta-feira; o Juca Kfouri e o Tostão, nos esportes.

É impressionante a linha. E, se nós notarmos, o que chama a atenção é a independência, é a competência, é a correção, é a seriedade, é a credibilidade, é a frieza e a firmeza com que as coisas são feitas. Não é a favor de "a" nem a favor de "b".

Cá entre nós, esse gesto da Presidente da República de ir ao aniversário da *Folha* e lá dar a opinião dela sobre a liberdade de imprensa, como a *Folha* salientou,

é muito importante. Ela não podia ter escolhido lugar melhor e local melhor e falar melhor do que falou.

Confesso que sou um otimista com relação à Presidente. Nas minhas orações diárias, eu rezo pela Presidente. Eu acho que já seria uma grande coisa se, ao lado de oposição e situação, das críticas necessárias e de tudo o mais, nós fizéssemos uma plataforma de um grande entendimento em torno do Brasil.

Eu acho que ela está fazendo as coisas nesse sentido, mas o seu pronunciamento na *Folha* não podia ter sido melhor: matou a questão e matou a charada. As interrogações que o então Ministro da área dava a entender foram esclarecidas. E ela, que viveu, que sofreu e que sabe o que é a falta de liberdade de imprensa, como ela disse lá na *Folha*, deixou ali claro, muito claro, o que pensa da liberdade de imprensa.

Só não entendi uma frase do orador que me antecedeu. E eu não ia embora, não saio da tribuna sem dizer isso que eu penso, porque eu sairia chateado. Um dos oradores disse que a *Folha de S. Paulo* só podia sair em São Paulo. Eu, como gaúcho, não penso assim. Eu até acho que, agora, quando sentimos a falta do *Jornal do Brasil*, a *Folha de S. Paulo* bem que poderia ser *Folha do Brasil*, porque não há um jornal que represente mais o sentimento de São Paulo e do Brasil do que a *Folha de S. Paulo*.

Ora, meu querido Presidente da *Folha*, foram poucas as vezes que vim a esta tribuna falar, do fundo do meu coração, o que sinto como agora a V. Ex^a. Vejo V. Ex^a, que me lembra a fisionomia de seu pai. Ele era mais alegre, pelo menos naquele dia, nos dando uma lição de otimismo, e fez questão de mostrar essa alegria.

V. Ex^a tem um grande papel, e o Brasil está no caminho. Eu sinto que nós estamos no caminho, e a *Folha de S. Paulo* está a nos apontar esse caminho. Com muita emoção lhe dou meu abraço, minha admiração, e tenho certeza, nunca como agora, que estou falando em nome do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra agora ao Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

Ainda temos o último orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney; Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho; Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Ministro João Oreste Dalazen; signatários desta sessão, Senadores Marcelo Crivella, Aloysio Nunes e o Senador do Espírito Santo, Ricardo Ferraço; saudação especial a Otávio Frias Filho, Maria Cristina Frias, Melchíades

Filho, Valdo Cruz, Fernando Rodrigues; Srs. Senadores, senhores convidados, jornalistas presentes, importa mais do que qualquer pronunciamento que se possa fazer nesta hora o simbolismo desta sessão solene, mas de qualquer forma é uma honra ocupar a tribuna do Senado, em nome do PSDB, em nome também do Senador Aloysio Nunes, para celebrar as nove décadas da *Folha de S.Paulo*, um jornal que selou compromisso atemporal com a pluralidade e o apartidarismo, sem jamais eximir-se de expressar o seu próprio ponto de vista.

A permanente prontidão democrática exercida pela *Folha* não poupa os agentes públicos do monitoramento constante dos seus atos. O jornalismo crítico exercido pela *Folha* reflete na sua essência a multiplicidade da sociedade nacional, recusando qualquer adesão às agremiações partidárias, conglomerados econômicos ou linhas de pensamento. A tentação de alinhamento foi sempre repelida, prevalecendo sua autonomia e o exercício de um jornalismo livre.

Em sintonia fina com os avanços da sociedade de informação, a *Folha* comemorou seus 90 anos em grande estilo, disponibilizando na Internet a versão das suas edições desde os idos de 1921. Estamos falando de aproximadamente um milhão e oitocentas mil páginas, incluindo as edições da *Folha da Noite*, da *Folha da Manhã*, e da *Folha de S.Paulo*. Foi o primeiro dos grandes jornais brasileiros a digitalizar seu acervo integral e a colocá-lo à disposição dos leitores.

As transformações tecnológicas modificaram as relações originais entre o público e os meios de comunicação. E, nesse contexto, a *Folha* se pautou sempre pelo pioneirismo. Numa época na qual as facilidades da rede mundial de computadores não estavam à disposição, o periódico foi uma das molas propulsoras do movimento "Diretas Já" – aqui referido pelo Senado Pedro Simon –, uma das maiores manifestações de massa registradas na história do País.

A partir do primeiro grande comício realizado no dia 12 de janeiro de 1984, na Boca Maldita, em Curitiba – o qual tive a satisfação de organizar –, a partir daquele momento, a *Folha* literalmente alavancou as "Diretas Já", disseminando a informação e granjeando reputação justificada pelo trabalho jornalístico oferecido à população.

"Use amarelo pelas Diretas Já". O chamamento, impresso no primeiro caderno da *Folha* nas edições da época, personificava o engajamento cívico do jornal a serviço de uma nação que almejava o retorno ao Estado democrático de direito.

Nos tempos mais recentes, alternados pelas administrações do PSDB e do PT, o jornal apontou equívocos, cobrou compromissos assumidos em praça

pública e mostrou irregularidades sem qualquer distinção entre as legendas partidárias citadas. Os eventuais queixumes da hora não inibiram e não inibem o jornal de prosseguir sua trajetória independente de crítica. Mesmo diante das novas formas de censura à imprensa, a *Folha* nunca se curvou a mandatários nem a mandantes.

Lembro-me da frase de um estadista norte-americano que define bem a importância da liberdade de imprensa: "Entre um governo sem imprensa e a imprensa sem governo, prefiro a última alternativa". Radical, mas significativo.

A *Folha* – repito – nunca se curvou a mandatários nem a mandantes. A sua vertente de jornalismo investigativo contribui de forma robusta no combate aos desvios de conduta daqueles investidos na função pública.

E aqueles que, no Congresso Nacional, participam das Comissões Parlamentares de Inquérito, possuem a exata noção da importância da *Folha*, ao propor transparência às ações de investigação política que esse instrumento, hoje debilitado no Parlamento, tem proporcionado ao País, estabelecendo uma relação com a sociedade que permite à população convocar os responsáveis à responsabilidade.

O respeito aos seus inarredáveis compromissos editoriais levou a *Folha* a estabelecer sofisticado sistema interno de freios e contrapesos diante de possíveis prejuízos causados por um jornalismo crítico, nem sempre livre da pressa irrefletida ou imperícia perpetrada. A manutenção de um jornalista incumbido de fiscalizar e criticar a própria *Folha* e o espaço diário reservado a uma sessão de retificações, denominado "Erramos", demonstra a preocupação e o respeito ao seu diversificado leitorado.

O compromisso com a democracia é uma marca indelével do periódico, que, hoje, por mérito inquestionável, homenageamos nesta sessão especial do Senado da República.

Nada melhor sintetiza o 90º aniversário da fundação do jornal *Folha de S.Paulo* do que o mote "Um jornal a serviço do Brasil".

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, queridos Maria Cristina Frias e Otávio Frias de Oliveira, sinto a presença de vocês aqui no Senado como algo de enorme relevância. Que bom que

estão aqui, e em companhia de alguns dos principais colaboradores desse jornal, como Eliane Cantanhêde, Valdo Cruz, Fernando Rodrigues, Melchíades e diversos companheiros que aqui contribuem enormemente para que esse jornal se aprimore cada vez mais.

Quando nasci, e vou completar este ano 70 anos, meus pais já assinavam então a *Folha da Manhã*, e mesmo que eu ainda não soubesse ler, já a folheava. Mas desde que passei a ler, e na minha adolescência com maior interesse, todos os dias de minha vida, salvo nos tempos em que estudei no exterior ou por viagem ao exterior, eu tenho a *Folha* como um dos instrumentos principais e fundamentais de informação. Esse hábito permanece até os dias de hoje.

Em 1975, tive a honra de ter sido convidado por Claudio Abramo, um dia, para almoçar na *Folha de S.Paulo*. Ele havia tido conhecimento daquilo que eu vinha fazendo como estudante e professor de economia e me disse: "Olha, eu gostaria que você viesse trabalhar na *Folha*, escrevendo artigos". Nessa oportunidade, conheci Octavio Frias de Oliveira, que estava no almoço e, a partir daí, nós nos tornamos amigos.

Não foi propriamente em junho ou julho de 1975 que comecei, porque naquela época eu era editor de economia da *Visão* e fui conversar com Henry Mak-soud, perguntando se eu poderia trabalhar nos dois. Ele falou: "Não, isso não dá". Mas, quando chegou outubro, novembro, eu acabei preferindo sair da editoria de economia da *Visão* e liguei para o Claudio: "Agora eu posso". E foi lá, por volta de dezembro, que Claudio Abramo me disse que estava por iniciar uma nova etapa da *Folha de S.Paulo*, primeiro com a publicação de artigos especiais sobre o que seria o novo Brasil. E foi exatamente em 3 de janeiro de 1976, em busca de um novo modelo, que escrevi o primeiro artigo de uma sequência. De 1976 a 1980, no período antes de eu ser Parlamentar pela primeira vez, em 1978, eu escrevia três, quatro artigos por semana, além de todos os dias colaborar, indo à redação da *Folha de S.Paulo* desde o final da tarde, cinco, cinco e meia, até onze, onze e meia da noite.

Fiquei muito contente de poder fazer aquelas coisas. Quando se completa 70 anos – o Presidente Sarney já o fez, o Senador Pedro Simon também já, há tempo –, é importante poder dizer das coisas bonitas que nós fizemos e das coisas que muito valeram a pena. Eu quero dizer aos amigos da *Folha de S.Paulo* que uma das coisas que mais valeram a pena na minha vida foi ter escrito para este jornal.

Quero cumprimentar também o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho; o Ministro do Supremo; o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen; Senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço,

que propuseram esta sessão, na qual também me coloquei ao lado, e o Vice-Reitor acadêmico da Unilegis, Ministro Carlos Fernando Mathias de Souza.

Pois bem, ao final de outubro de 1976, alguns amigos vieram a mim e disseram: "Olha, Eduardo, seus artigos publicados na *Folha* têm sido muito lidos, sobretudo pelos jovens. Seria muito bom que você considerasse defender suas ideias no Parlamento". Foi então que passei a ser candidato a Deputado Estadual, eleito em 78, e depois Federal, Vereador, Presidente da Câmara e Senador já por três vezes. Então, acredito que toda essa minha vida parlamentar se deve muito à acolhida que Octavio Frias de Oliveira, a quem Claudio me apresentou, deu-me nesse extraordinário jornal.

Desde a sua criação, como *Folha da Noite*, em 1921, a *Folha* mostrou um pioneirismo no conteúdo e na parte industrial. O primeiro jornal com impressão em offset colorida, usado em larga escala e que sempre primou pela imparcialidade política do seu noticiário, medida adotada sobretudo a partir de 1945.

Mas foi na década de 70 que houve um extraordinário avanço tecnológico, quando o jornal abandonou a composição a chumbo e adotou o sistema de fotocomposição; introduziu o sistema eletrônico de fotocomposição. Todo o jornal passou a ser feito em máquinas de fotocomposição a partir de 74.

Mas as maiores alterações foram em termos do conteúdo. Seguindo os ventos de redemocratização do País, abriu as suas páginas ao debate de ideias que fervilhavam na sociedade civil, além daquela sequência de artigos denominados "Caminhos do Futuro". E eu aqui tenho o meu artigo "Em busca de um novo modelo". Era um artigo de oito páginas, publicado na íntegra. E eu pude agora recuperá-lo, graças a esse novo sistema utilizado pela Folha.com, em que disponibiliza tudo que está na sua história impressa.

Em 22 de junho de 1976, começou a circular "Tendência e Debate", com os textos dos intelectuais, daqueles que haviam – muitos – sido perseguidos pelo regime militar e das pessoas que, em qualquer área do conhecimento, tivessem contribuições importantes a dar.

Os avanços e o pioneirismo editorial e tecnológico levaram a empresa a assumir, na década de 80, a liderança da imprensa diária brasileira como o jornal de maior circulação no País.

Torna-se a primeira redação informatizada da América do Sul, com a instalação de terminais de computador para redação e edição de texto e sempre com os princípios básicos de três pontos fundamentais: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos.

Dai para a frente, as mudanças e os avanços se tornam uma constante, e nem as intervenções da Polícia Federal na década de 90 ou qualquer ameaça conseguem impedir o crescimento e a expansão do jornal.

Nos anos 90, surgem as edições regionais, Sudeste, ABCD, Nordeste, Norte e Vale. Na década de 90, o noticiário também foi reorganizado com os novos cadernos de circulação diária, além da Ilustrada, Brasil, Mundo, Dinheiro, Cotidiano e Esporte.

E, mais uma vez, a *Folha* foi o primeiro órgão da imprensa brasileira, como ressaltaram os que me antecederam, e o Senador Pedro Simon aqui tanto recordou a sua vibração, com o abraço que a *Folha de S.Paulo* deu, abrindo esse abraço ao povo brasileiro na campanha pelas Diretas Já e, depois, na Campanha pela Ética na Política, em 1984 e 1992, respectivamente.

Em 1992, Octavio Frias de Oliveira passa a ser o proprietário unitário da empresa, a página do jornal passa a ser impressa colorida todos os dias e são lançados o Caderno Mais e a Revista da Folha.

Em janeiro de 2000, o grupo Folha lança o Brasil Online (BOL) e o NetGratuita. Em maio de 2000, associado ao Infoglobo, lança o jornal *Valor*, de conteúdo financeiro e econômico, que hoje é o principal jornal desta área no Brasil. O jornal *Folha de S.Paulo* possui uma circulação média em dias úteis de 300 mil exemplares e 370 mil aos domingos. Conforme aqui Kátia Abreu relatou, mais de 2,5 milhões de pessoas leem a *Folha de S.Paulo* diariamente, inclusive este Senador. A filosofia do jornal sempre foi noticiar com pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e analítico e independência.

Alguns dos principais nomes do jornalismo brasileiro passaram pela redação da *Folha*, pessoas que já nos deixaram, como Samuel Wainer, Claudio Abramo, Paulo Francis, Lourenço Diafáeria, Otto Lara Resende, Antonio Callado, Roberto Campos, Plínio Marcos, Glauher Rocha, dentre tantos outros que continuam esse trabalho fantástico da *Folha de S.Paulo*.

Cada vez que temos a *Folha*, como hoje de manhã, abrimos para ler com extraordinário interesse. E para nós, Senadores ou Congressistas, ler o Caderno Brasil – na verdade, toda a *Folha de S.Paulo* – torna-se um instrumento fundamental. Eu, por exemplo, hoje, sinto-me na responsabilidade de comentar na sessão normal do Senado alguns dos artigos, como “País rico é país sem pobreza”, da Ministra Tereza Campello.

Lembro-me da guarda que a própria *Folha de S.Paulo* deu, por exemplo, à garantia de uma renda mínima para todos. Certo dia, nos anos 90, na primeira página, a *Folha de S.Paulo* publicou um editorial sobre a renda mínima, dizendo que era hora de o Brasil im-

plementar um programa tal como hoje existe. E bem analisado hoje está o Programa Bolsa Família pela Ministra Tereza Campello, que tão bons resultados tem tido. A renda mínima está hoje associada às oportunidades de educação e de saúde, mas poderá avançar ainda mais na direção de um dia termos – e a *Folha* também tem dado guarda a isso – a renda básica de cidadania. Ainda no último dia 25 de fevereiro, tive a honra de ter tido mais um artigo publicado, o último que tive publicado na *Folha de S.Paulo*, sobre a experiência pioneira, no mundo em desenvolvimento, de uma renda básica de cidadania que todos em uma comunidade, uma vila rural de apenas mil pessoas, tiveram.

Hoje até uso fazer uma sugestão de pauta aqui, prezado Otavio. No próximo dia 22 de abril, na Universidade de Anchorage, no Alasca, haverá um seminário especial, um workshop sobre a experiência pioneira do único lugar do mundo onde é pago, já por 28 anos, a todas as pessoas ali residentes, há um ano ou mais, um dividendo anual igual. A experiência concreta da renda básica de cidadania. Ali vão os principais estudiosos, inclusive dos Estados Unidos, mas da própria Universidade do Alasca.

Então, queria sugerir à *Folha* que cobrisse esse evento, porque, mais e mais, a experiência do Alasca está sendo vista como algo extremamente relevante. Eu próprio tive a oportunidade de publicar um artigo sobre como é que poderia o Iraque, em uma viagem que fiz em janeiro 2008, por ter grande reserva petrolífera, seguir o exemplo do Alasca, para que pudesse então haver a democratização e pacificação do Alasca.

Quando visitei o Presidente da Assembleia Nacional, os Líderes, Congressistas e Ministros, eu me lembrei do que havia lido na *Folha de S.Paulo*, logo após ter saído de São Paulo, antes de ir a Bagdá. Foi uma entrevista do técnico brasileiro Jorvan Vieira, que tinha levado o time do Iraque a vencer a Copa Asiática. Lá, eu disse para eles: “Olha, o Jorvan Vieira disse que, de início, foi muito difícil fazer os xiitas passarem a bola para os sunitas, para os curdos e daí por diante. Mas, quando conseguiu harmonizar o time, ele então levou o Iraque a ser campeão da Ásia. Da mesma maneira, se vocês têm tido, há cada duas ou três semanas, bombas que matam 60, 70, 100 pessoas, às vezes com suicidas que lançam essas bombas, quem sabe se vocês, criando um sistema em que todos se sintam solidários e participantes da riqueza da Nação, não conseguirão um bom resultado, efetivamente, para democratizar e pacificar o País?”

Pois eu gostaria de lhes transmitir que o Embaixador do Iraque, há três ou quatro semanas, convidou-me para almoçar, com o Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Iraque e com dois assessores do atual Presi-

dente do Iraque, para me dizer que a proposta que ali fiz em janeiro de 2008 acabara de ser acatada.

O Presidente do Iraque encaminhou, e foi aprovada pela Assembleia Nacional do Iraque, uma proposição na qual todo o petróleo daquele País pertence ao povo iraquiano e às suas províncias regionais, e que haverá, daqui para frente, um sistema no qual cada iraquiano, dos US\$30 milhões, vai receber algo como US\$15.00 a US\$20.00 mensais para começar. Ou seja, a ideia vai se expandindo pelo mundo inteiro. E dentre os lugares onde tive a oportunidade de ver a ideia sendo levada adiante, sendo soprada pelo vento, nas palavras do Bob Dylan, até que todos possam compreender que se trata de uma ideia de bom senso, como disse Thomas Penn, em 1795, acredito que logo, logo, isso vai ser uma realidade no Brasil.

Espero poder ter a oportunidade de dialogar com o Presidente Barack Obama, relatar isto que está acontecendo e como seria bom se pudesse contribuir para que, do Alasca à Patagônia, um dia, tenhamos uma renda básica de cidadania.

Quero também agradecer a gentileza do Líder do PT, Senador Humberto Costa, por ter me dado a oportunidade de falar em nome do Partido dos Trabalhadores.

Queridos Otavio e Maria Cristina, que bom que vocês tenham seguido a inspiração e o exemplo de seu pai, para tornar a *Folha de S.Paulo* esse jornal tão excepcional, que tão bem serve ao povo brasileiro!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Depois de encerrada a lista de oradores, ainda temos dois pedidos para manifestação nesta sessão: do Senador Wilson Santiago, da Paraíba, e do Senador José Agripino.

Eu vou conceder a palavra, pedindo que sejam breves, uma vez que temos que começar a outra sessão imediatamente, às 14 horas.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB). Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Presidente do Senado Federal, Exmº Sr. Senador José Sarney; Ministro da Previdência, Senador Garibaldi Alves Filho; Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Oreste; signatários da presente sessão, Senador Marcelo Crivella e Senador Ricardo Ferraço – parabenizo os dois pela feliz iniciativa –; Diretor do Editorial da Folha, Sr. Otavio Frias Filho; a colunista, Srª Maria Cristina Frias; Srs. Senadores; líderes partidários;

Srªs Senadoras; senhores profissionais da imprensa; demais senhores e senhoras, homenagear a *Folha de S.Paulo* pelos seus noventa anos é fazê-lo em nome da liberdade de imprensa que todos nós,

brasileiros, agradecemos. Nada pode haver de mais caro e mais importante para a democracia que uma imprensa livre. Felizmente, o Brasil de hoje, que vive um dos seus mais ricos períodos de democracia, consagra entre suas garantias fundamentais justamente a liberdade de expressão.

Segundo levantamento da organização Repórteres Sem Fronteiras, mais de um terço da população mundial, infelizmente, vive em países onde não há liberdade de imprensa. Coincidemente, nesses países, não há democracia ou existem graves deficiências no processo democrático.

A história da *Folha* começa em 1921, com a criação do Jornal *Folha da Noite*. Anos depois, é criado o jornal *Folha da Manhã*, edição matutina da *Folha da Noite*. A *Folha da Tarde* é fundada após 24 anos. E, felizmente, para o engrandecimento do próprio grupo, em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge a *Folha de S.Paulo*, tão homenageada e conhecida por todos nós.

Na década de 80, a *Folha* se informatiza e cria o Datafolha, um dos mais acreditados institutos de pesquisa do País até os dias de hoje.

Como orientação aos seus jornalistas, a *Folha* recomenda três metas: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos. Três metas que passam a influenciar toda a imprensa nacional e que, ainda na mesma década de 80, consolidam o jornalismo da *Folha* como crítico, apartidário e moderno. É quando surge o Manual da Redação, que condensa uma concepção de jornal da política editorial às fases de produção.

Foi na década de 80 que a *Folha de S.Paulo* decidiu se modernizar em vários pontos. Isso contribui para que todos nós, na verdade, reconheçamos que ele é o maior jornal, é o maior meio de comunicação deste País.

Não vou me alongar, Sr. Presidente, porque quero dar oportunidade aos demais companheiros, como, por exemplo, nosso Senador José Agripino. Portanto, para não me alongar, a fim de que outros oradores possam usar da palavra e também para que haja condições de se iniciar a sessão ordinária, quero parabenizar a *Folha de S.Paulo* e transmitir a Maria Cristina Frias, a Otavio Frias Filho, a Melchiades Filho, além dos jornalistas da *Folha* aqui presentes e a todos que engrandecem essa grandiosa empresa, os nossos parabéns pelos seus noventa anos e também pelo exemplo de jornalismo e de imprensa que tem dado durante todos esses anos, o que continuará, se Deus quiser, para o bem da democracia brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Wilson Santiago, inclusive pela sua compreensão.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pedindo-lhe também que seja breve.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sarney; Sr. Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho; Sr. Presidente do TST, Ministro João Oreste Dalazen; senhoras e senhores; Dr. Otávio Frias Filho; Jornalista Maria Cristina Frias, eu queria dizer que é elogiável a iniciativa dos Senadores Ricardo Ferraço e Crivella, que compõem esta Mesa, de propor esta sessão solene. Na verdade, o que aqui estamos homenageando é a liberdade de imprensa no Brasil.

Dr. Otávio Frias, eu sou político há 30 anos – 30 anos! Fui Prefeito de Natal, Governador, Senador, Governador, Senador, Senador. Longevidade em vida pública é decorrente de alguns atributos, mas, principalmente, de padrão ético. Longevidade em instituições como a *Folha de S. Paulo* só tem uma explicação: credibilidade.

Eu tenho consciência absoluta de que a Internet é um fato novo na divulgação de notícias do mundo inteiro, que a Internet compete com os jornais do mundo inteiro e que vão sobreviver, no futuro, apenas alguns. Mas eu tenho certeza de que *El País*, *The Guardian*, *Le Figaro*, *The New York Times* e a *Folha de S. Paulo* vão sobreviver. Tenho essa consciência – e quero ser muito rápido – porque a *Folha de S. Paulo* – e há outros jornais do Brasil com qualidade assemelhada – é um jornal que tem posição, coragem e competência nos seus quadros. Jornal emite opinião. Para emitir opinião e noticiar a verdade com isenção é preciso competência, credibilidade e coragem.

A *Folha de S. Paulo* introduz, ou vem introduzindo, ao longo desses 90 anos, mudanças para melhor em nosso País. O mensalão foi decorrente de uma denúncia da *Folha de S. Paulo* e terminou numa instituição chamada Supremo Tribunal Federal. Vai passar a limpo o padrão ético do Brasil. E decorrente de quê? Da iniciativa de um jornal.

Por isso, acho que a iniciativa de Ferraço e de Crivella é meritória, porque o Congresso brasileiro, a Casa do povo brasileiro homenageia uma instituição. A *Folha de S. Paulo*, Dr. Frias, é uma instituição a serviço de uma causa, e a causa se chama liberdade de imprensa com coragem.

Cumprimento V. S^{as}s como brasileiro, como potiguar e como Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Já que o Senador Cícero Lucena chegou e é

orador inscrito, tem a palavra. Peço-lhe, contudo, que seja breve.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, em nome de V. Ex^a, cumprimento todos que compõem a Mesa; bem como, em nome da Sr^a Maria Cristina Frias, cumprimento todos que fazem a *Folha de S. Paulo*; e dos Senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço, a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Ocupo esta tribuna, minhas senhoras e meus senhores, para homenagear os 90 anos da *Folha de S. Paulo*. São 90 anos de contribuição com a comunicação no Brasil, e quero ressaltar sua participação nos movimentos políticos dos últimos anos que resultaram no fortalecimento da democracia.

Para a *Folha de S. Paulo*, a democratização da informação, a apuração criteriosa, o jornalismo sério, imparcial e independente não são conceitos utópicos que se adquirem nos bancos das faculdades de comunicação social – são atividades praticadas no seu cotidiano.

Nessa homenagem, quero ressaltar a contribuição do grupo Folha na área de tecnologia da informação por seu jornalismo *on line*. Em 1995, quando o mundo virtual ainda engatinhava, o grupo lançou a Folha Web (atual Folha.com), o primeiro e pioneiro jornal do País transmitido pela Internet em tempo real. Em 1996, lançou o Universo Online.

Há que se ressaltar que, ao longo dos seus 90 anos, a *Folha* se redescobriu a cada dia, e sua importância na cobertura jornalística da corrida eleitoral de 2010 é uma confirmação disso – em parceria com o Portal UOL transmitiu, pela primeira vez no Brasil, o debate presidencial *on line*, um avanço, um marco histórico para o futuro da Internet em nosso País, como ferramenta social nas campanhas eleitorais.

No ano passado, em abril, a *Folha* tornou-se um dos primeiros jornais do País a unificar as equipes do jornalismo impresso e da versão *on line*. Preservou suas características próprias e possibilitou a ampliação do acesso à informação, permitindo ao leitor o processo democrático de escolher entre o papel e a tela.

No dia em que comemorou seus 90 anos – 19 de fevereiro –, lançou na Internet a versão fac-similar das suas edições desde 1921, o que nos permitiu, inclusive – o que não seria possível tecnicamente –, pedir que fizessem parte dos Anais desta Casa 1,8 milhão de páginas que tem a *Folha de S. Paulo*.

De acordo com a reportagem da Folha.com, são cerca de 1,8 milhão de páginas, incluindo as edições das primeiros Folhas: “da Noite”, “da Manhã” e “da Tarde”, publicações que tiveram seus títulos reunidos em

1960, para o surgimento da *Folha de S. Paulo*, a *Folha* como é chamada hoje em dia.

É o primeiro grande jornal brasileiro a digitalizar seu acervo integral e colocá-lo à disposição dos leitores, um processo que demorou cerca de um ano para ser concluído e envolveu dezenas de profissionais, incluídos os serviços de digitalização, armazenamento e espaço em servidores capazes de suprir a demanda que será criada na Internet.

É esse pioneirismo aliado à resistência de um jornal que chega aos seus 90 anos que devemos celebrar.

Quero concluir, parabenizando os diretores do Grupo Folha e, principalmente, todos os profissionais que, ao longo de quase um século, ocupam seus redações, na busca incessante da informação e da construção da consciência crítica dos brasileiros.

Peço também que a *Folha* siga com seu compromisso de colocar-se “a serviço da Nação” e que possibilite a todos nós, seus leitores diários, a sintonização com o nosso tempo.

Meu muito obrigado, e que Deus proteja todos.
(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Vamos ter agora a honra de ouvir a palavra do Sr. Otavio Frias Filho, que figurará nos Anais do Senado como parte integrante desta sessão.

O SR. OTAVIO FRIAS FILHO – Exmo. Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado; Ex^{mo} Sr. Ministro e Senador Garibaldi Alves Filho; Ex^{mo} Sr. Ministro João Oreste Dalazen, do Tribunal Superior do Trabalho; Sr^{as} e Srs. Senadores; senhoras e senhores, gostaria, em nome da *Folha de S. Paulo*, de agradecer pela propositura desta sessão de homenagem ao Senador Marcelo Crivella, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Ricardo Ferraço, Senador Eduardo Suplicy. Agradeço também, em nome da *Folha*, as palavras generosas contidas nos pronunciamentos que ouvimos aqui da Senadora Kátia Abreu, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Cristovam Buarque, Senador Pedro Simon, Senador Alvaro Dias, Senador Eduardo Suplicy, Senador Wilson Santiago, Senador Agripino Maia, Senador Cícero Lucena. Agradeço, especialmente, ao Sr. Presidente, pelas palavras a respeito do nosso pai, Otavio Frias de Oliveira, que foram muito comovedoras para nós.

Estou ciente de que esta homenagem não se dirige aos meus irmãos Maria Cristina, aqui presente, Luís Frias, nem a mim mesmo, nem aos nossos colegas da *Folha* que estão aqui nos ajudando a representar o jornal, mas se dirigem, sim, às milhares de pessoas que fazem da *Folha* o que ela é, que construíram a *Folha*,

aos colegas também do portal Universo Online, aos colegas do Valor Econômico. Transfiro, portanto, esta homenagem a todas essas equipes que, ao longo de sucessivas gerações, desde 1921, têm nos ajudado a construir a *Folha de S. Paulo*.

Eu gostaria de dizer que, apesar disso, estar aqui é uma honra e uma alegria. Como disse certa vez o escritor Roland Barthes, uma honra nem sempre é merecida, mas uma alegria sempre é.

Agradeço aos senhores por esta oportunidade e eu gostaria também de, de certa maneira, reverter esta comemoração para, neste momento, prestar as homenagens da imprensa ao Senado.

O Senado seguramente tem seus problemas, tem suas mazelas, tem suas deficiências. Nós da imprensa também temos os nossos problemas, os nossos defeitos, estamos no limite das nossas possibilidades, procurando reparar esses defeitos, procurando desenvolver o jornalismo que praticamos, a qualidade do serviço que prestamos. Mas, neste momento, eu gostaria, como eu disse, de reverter esta comemoração e prestar a nossa homenagem ao Senado no que ele representa de melhor como uma casa da liberdade – estou vendo ali a efígie de Rui Barbosa como se estivesse pairando sobre todos nós aqui –, como ponto de encontro, arena de encontro da imensa pluralidade do Brasil, como instituição que merece, de todos os brasileiros, o máximo respeito e a máxima consideração.

Muito obrigado a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Quero agradecer, antes de encerrar esta sessão, a presença nesta Casa do Sr. Otavio Frias Filho, Diretor Editorial da *Folha de S. Paulo*, e agradecer suas generosas palavras sobre o Senado; agradecer à Maria Cristina Frias também por sua presença nesta sessão. Eles são testemunhas do apreço do Senado, representando o povo brasileiro, pela *Folha de S. Paulo*.

Agradeço a presença do Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho; do Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. João Oreste Dalazen; dos signatários da presente sessão, Senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço; do Vice-Reitor Acadêmico da nossa Universidade do Legislativo, Ministro Carlos Fernando Mathias de Souza. Agradeço também a presença dos jornalistas que aqui se encontram e que fazem a *Folha* diariamente, que são o Melchiades Filho, diretor da sucursal de Brasília, o Fernando Rodrigues, o Valdo Cruz; e a presença de todos, dos Srs. Senadores, das Sr^{as} Senadoras e de todos que aqui estão honrando esta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Sr. Senador Vital do Rego enviou discurso

à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é todo dia que se comemoram os 90 anos do maior jornal do País. É com enorme satisfação, portanto, que tomo parte nesta sessão especial, em que celebramos o nonagésimo aniversário da *Folha de S. Paulo*.

Nessas últimas nove décadas, não foram poucos os desafios enfrentados pelos jornais diários em todo o mundo. O advento de novas mídias e tecnologias, como a televisão e, mais recentemente, a internet, impôs mudanças de rumo radicais ao dia-a-dia das redações.

A isso se soma, em um país como o Brasil, as transformações ocorridas no perfil do público leitor, que está a cada dia mais instruído, mais urbanizado e menos ingênuo. Exige-se dos jornais que entendam as necessidades de informação de seus leitores, que respeitem sua inteligência, que estabeleçam com esses leitores uma relação de respeito, de transparência e de franqueza.

A *Folha*, talvez como nenhum outro jornal do País, esteve à altura de todos esses desafios. É um diário que soube se renovar no momento certo, que se antecipou às principais tendências da modernidade e que incorporou, desde sempre, a inovação a seus princípios fundamentais.

Essa busca permanente pela inovação apresenta mais de uma dimensão. Existe, evidentemente, a inovação técnica, que a *Folha* persegue com uma competência sem paralelo na imprensa nacional. O jornal foi pioneiro, por exemplo, no uso do offset, na publicação de fotos digitais, no uso da cor, na digitalização e na disponibilização online de seus arquivos, na informatização de sua redação, na oferta de um serviço de notícias em tempo real, entre outros pioneirismos.

Sobram exemplos, também, de inovações editoriais e gerenciais. Essas são especialmente interessantes, pois evidenciam o caráter plural, democrático, cidadão, engajado e transparente da *Folha de S. Paulo*.

A figura do ombudsman, por exemplo, era novidade absoluta na imprensa sul-americana quando a *Folha* contratou seu primeiro profissional com essa qualificação. A seção “Erramos”, outra novidade trazida pela *Folha* para o jornalismo brasileiro, dentro do mesmo espírito de autocritica que o jornal exerce em relação a si mesma, é um espaço visualmente discreto, mas é de um simbolismo muito forte – são poucos os veículos de imprensa que admitem seus erros com tanta tranquilidade e tanta sinceridade quanto a *Folha*.

Os cadernos temáticos, que hoje estão presentes em todos os jornais, foram uma inovação da *Folha*. A ciência, a educação, a tecnologia, o mundo das crianças e dos adolescentes – esses e outros assuntos, que nos outros jornais eram jogados sem muito cuidado no meio de cadernos genéricos, na *Folha* receberam o destaque que merecem e ganharam seções e cadernos especiais.

A divulgação ao público de sua linha editorial e de seu manual de redação foi uma novidade também criada pela *Folha de S. Paulo*. O assunto, que sempre foi tratado de forma fechada pelas redações como um segredo que deveria ser guardado a sete chaves, na *Folha* recebeu um tratamento democrático e transparente. Ora, se o leitor é a razão de ser do jornal, o alvo a que todo o trabalho do jornalista se destina, nada mais natural do que explicitar a esse leitor as diretrizes, os critérios e os princípios que regem a informação que está sendo veiculada. A *Folha* foi pioneira nesse tipo de postura editorial no País.

É por essas e outras que a *Folha*, apesar da idade avançada, passa a impressão permanente de frescor, de novidade, de leveza. É um jornal que se renova junto com os avanços científicos, tecnológicos, econômicos e sociais. É um jornal profundamente antenado com seus leitores, que conhece as necessidades de informação de seu público e que, acima de tudo, respeita a inteligência de sua audiência.

A história do jornal é cravejada com alguns dos nomes mais ilustres do jornalismo nacional. José Nabantino Ramos, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho são, sem dúvida, três dos principais responsáveis pelo sucesso do jornal, no nome dos quais cumprimentamos todos aqueles que tornaram a *Folha* o gigante jornalístico que ela se tornou. O legado desses senhores vem sendo respeitado e constantemente renovado por Otavio Frias Filho e por todos os que hoje são responsáveis pela publicação do jornal de maior circulação do Brasil.

Parabéns, portanto, à *Folha de S. Paulo*, que há décadas vem presenteando os brasileiros com um jornalismo inteligente, pautado pelos princípios da transparência, da imparcialidade, da democracia e da liberdade de imprensa. Parabéns, da mesma forma, ao Senado Federal, pela realização da presente solenidade.

Longa vida à *Folha de S. Paulo*, um dos grandes símbolos da liberdade de imprensa e do jornalismo responsável no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 14 horas e 3 minutos.)

Ata da 26ª Sessão, Não Deliberativa em 14 de março de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Wilson Santiago, da Sra. Vanessa Grazziotin e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Humberto Costa e Cristovam Buarque.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 14 minutos e encerra-se às 18 horas e 40 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

O tempo dos oradores da primeira hora da presente sessão será destinado a comemorar a Batalha do Jenipapo, nos termos do **Requerimento nº 75, de 2011**, do Senador Wellington Dias e outros Senadores.

Quero convidar para compor a Mesa o primeiro signatário desse requerimento, Senador Wellington Dias.

Também o Governador do Piauí, que nos honra com a sua presença nesta sessão, Wilson Nunes Martins.

O Deputado Federal do Piauí, Exmº Sr. Assis Carvalho.

Quero convidar para participar da Mesa também o escritor Laurentino Gomes, que honra com sua presença esta sessão. Lembro que é um historiador consagrado no Brasil, autor de dois livros que têm feito um excelente sucesso: 1808 e 1822.

Quero convidar também o Deputado Paes Landim para participar da Mesa dos nossos trabalhos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. *Fala fora do microfone.* Com revisão do Presidente.) – Quero lembrar a Batalha do Jenipapo e dizer que ela tem um significado muito importante, porque, sem dúvida alguma, foi um marco nas guerras da Independência do Brasil.

Quando o Brasil se fez independente, nem todo o País aderiu imediatamente. O Maranhão, o Piauí, o Ceará mantiveram-se ainda sob o controle das armas portuguesas. Em Oeiras, capital do Piauí, comandava João José da Cunha Fidié — há um livro com várias edições, e nós temos aqui na nossa biblioteca do Senado Federal a primeira edição. Para responder à adesão da cidade de Parnaíba à Independência,

Fidié atravessa os setecentos quilômetros que afastam Oeiras do mar e, com reforço vindo de São Luís, ocupa a cidade. Os que lutavam pela causa brasileira refugiaram-se no Ceará.

Logo depois, em Oeiras, a 24 de janeiro de 1823, Manuel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba, proclama a Independência e assume a presidência da Junta do Governo do Piauí. Fidié resolve voltar, com 1.100 homens. Tinha uma tropa bem armada, inclusive com 11 peças de artilharia, e contava com o reforço dos soldados vindos do Maranhão.

Campo Maior, a meio caminho, aderira à Independência a 2 de fevereiro de 1823. O capitão Luís Rodrigues Chaves formou sua tropa com 1.500 homens — piauienses, cearenses, maranhenses. Eram homens simples, armados de instrumentos de trabalho, foices, chucos, facões, uma ou outra espada ou espingarda de caça.

Às margens do Jenipapo, naquela região belíssima formada de carnaubais e caatinga de vegetação baixa, os brasileiros se dividiram em dois grupos, um comandado por Chaves e outro por João da Costa Alecrim. A 13 de março de 1823, pela manhã, começaram os combates que se prolongaram até a tarde. O combate era desigual, com a artilharia causando grandes perdas: mais de 500 prisioneiros e cerca de 200 mortos e feridos.

Em Campo Maior, no Jenipapo, Fidié ganhou a batalha e perdeu a guerra. Explico: perdeu parte dos suprimentos, se enfraqueceu, desistiu da conquista de Oeiras e se refugiou em Caxias, no Maranhão, onde foi cercado e se rendeu a 31 de julho de 1823.

Assim se fez a conquista do último foco de resistência das tropas portuguesas à Independência. A Bahia caíra a 2 de julho.

Foi o heroísmo de gente simples que deu o passo fundador à união nacional tão sonhada por José Bonifácio.

Eu quero aqui relatar uma história familiar. Meu avô Assuero Leopoldino Ferreira, era de Valença, no Piauí. Aqui, o Governador que está ao lado também

é descendente de Valério Coelho Rodrigues. No livro feito sobre o ramo da família, lá nos encontramos na sétima geração.

E meu avô contava que seu tetravô tinha dito que era herói da Batalha de Jenipapo, que tinha lutado contra o Fidié, na grande Batalha do Jenipapo. Ficaram na história de nossa família esses momentos de coragem simples, desse desafio de peito aberto às armas portuguesas, a ansiedade da preparação da batalha.

O cemitério do Jenipapo celebra hoje os mortos nas sepulturas cobertas das lajes de Campo Maior. E nós celebramos todos os combatentes, que transformaram a história de nosso País.

Portanto, é com grande satisfação que estou presidindo esta sessão de hoje, em que rememoramos a Batalha do Jenipapo, que foi realmente o ponto final que possibilitou a independência total do nosso País.

Estando presente aqui na Casa o historiador Laurentino Gomes, que tem no seu livro uma página dedicada à Batalha do Jenipapo, eu peço que ele use da palavra aqui no Senado por uns momentos, dizendo o que foi a Batalha do Jenipapo e sua importância para a história do Brasil. (*Palmas*)

O SR. LAURENTINO GOMES – Excelentíssimo Sr. Presidente José Sarney, Sr. Governador Wilson Martins, Srs. Senadores e Deputados, demais autoridades, Senhores e Senhoras, é uma grande honra para mim ser convidado a participar desta sessão solene em homenagem aos mortos da Batalha do Jenipapo marcada por iniciativa do Senador Wellington Dias, do PT do Piauí.

A Batalha do Jenipapo foi o mais trágico e também o mais simbólico de todos os confrontos da Guerra da Independência. Em 1822 e 1823, o Brasil enfrentava obstáculos que, observados hoje, quase dois séculos mais tarde, pareciam insuperáveis. O maior e mais premente de todos era a manutenção da sua integridade territorial.

Ao retornar para Lisboa, em abril de 1821, o rei Dom João VI deixava para trás um país profundamente transformado pelas decisões que havia tomado nos treze anos anteriores à sua permanência no Rio de Janeiro. Antes de partir, porém, o rei mandara raspar os cofres públicos. À beira da falência, o novo Brasil deparava-se com graves dificuldades financeiras. Sem forças armadas constituídas, ele não tinha exército, marinha ou dinheiro para contratar oficiais e soldados, comprar navios, armas e munições para sustentar a guerra pela sua independência que se anunciava longa, cara e desgastante. O isolamento e a rivalidade entre as províncias anunciava uma guerra civil que poderia resultar na fragmentação territorial, a exemplo do que já ocorria nas colônias da América Espanhola.

Em Lisboa, as Cortes constituintes portuguesas apostavam na fragmentação territorial do Brasil, como forma de conter a onda revolucionária desencadeada no Rio de Janeiro no dia 9 de janeiro de 1822, o célebre Dia do Fico, e tornada irreversível pelo Grito do Ipiranga, em São Paulo, no dia 7 de setembro do mesmo ano.

Em uma série de decisões precipitadas e destituídas de sensibilidade política, as Cortes determinaram que cada província elegesse sua própria junta provisória que se reportaria diretamente a Lisboa e não ao Príncipe Regente Dom Pedro, no Rio de Janeiro. Nomearam governadores de armas, na prática, interventores militares que, da mesma forma, obedeciam a ordens diretas da antiga metrópole. Tudo parecia conspirar contra as perspectivas de sucesso do Brasil como Nação independente e soberana.

É nesse contexto que se dá o confronto às margens do rio Jenipapo, no Município de Campo Maior, interior do Piauí, tão bem descrita há pouco pelo Presidente José Sarney.

Nesse local, hoje situado às margens da BR-343, a rodovia que liga a capital Teresina à cidade de Parnaíba, no litoral piauiense, brasileiros e portugueses se bateram entre as nove horas da manhã e as duas horas da tarde do dia 13 de março de 1823. O resultado foi uma carnificina. Cerca de 200 brasileiros mortos e mais de 500 feitos prisioneiros. As perdas representavam um terço do improvisado exército brasileiro, composto em sua maioria por vaqueiros, comerciantes, alguns vereadores, um juiz, além de velhos e adolescentes. Os portugueses, comandados pelo disciplinado, porém insensato, Major João José da Cunha Fidié, tiveram apenas 16 baixas.

Para os portugueses foi uma vitória com sabor de derrota. A tragédia do Jenipapo demonstrava a determinação dos brasileiros de lutar, ao lado do imperador Pedro I, pela Independência, mesmo de forma desorganizada e a custa da própria vida. Por isso, em vez de prosseguir até Oeiras, a então capital do Piauí, a essa altura também em mãos dos revolucionários, Fidié decidiu cruzar o rio Parnaíba e se refugiar na cidade maranhense de Caxias, ainda controlada pelos portugueses. Ali foi cercado, preso e deportado para o Rio de Janeiro, depois de negociar a própria rendição.

Hoje, infelizmente, a Batalha do Jenipapo, costuma ser ignorada pelos brasileiros das outras regiões. Nunca é citada pelos brasileiros de outras regiões, nunca é citada nos livros didáticos e raramente aparece nos relatos da Independência. As tumbas de seus heróis anônimos, em Campo Maior, contem, no entanto, uma preciosa lição. É um erro acreditar que as Regiões Norte e Nordeste do Brasil apenas aderiram ao Impé-

rio depois que a Independência já estava assegurada no sul do País. Por essa interpretação equivocada, a decisão teria se tornado inevitável, diante da consolidação do poder de Dom Pedro no Rio de Janeiro e do enfraquecimento da metrópole portuguesa, às voltas com dificuldades políticas e financeiras. Na verdade, a Independência nessas regiões foi conquistada palmo a palmo, a custo de muito sangue, de muito sofrimento, o que desmente também outro mito muito freqüente, construído pela história oficial brasileira, pelo qual a ruptura com Portugal teria sido pacífica, resultado de uma negociação dentro da família de Bragança, entre o pai Dom João VI e o filho, Pedro I, futuro Dom Pedro I. O processo não foi tão pacífico como se imagina.

O cenário da guerra da Independência no Norte e Nordeste do País demonstra que a autonomia do Brasil em relação a Portugal foi uma vitória de todos os brasileiros. Por isso, os baianos celebram o 2 de julho com tanta alegria, com tanto empenho. Pela mesma razão, os piauienses, sob a liderança do seu Governador Wilson Martins, se reuniram ontem à tarde em Campo Maior, para lembrar os mortos da Batalha do Jenipapo, solenidade para a qual tive o privilégio de também ser convidado.

São datas diferentes do 7 de setembro, mas igualmente importantes para a compreensão do processo de Independência do Brasil. Deveriam, por isso mesmo, ser incluídas no calendário cívico nacional, em vez de ficarem restritas a celebrações regionais.

Em 1822 e 1823, de cada três brasileiros, um era escravo. Os analfabetos somavam mais de 90% da população. O medo de uma rebelião escrava assustava, assombrava, tirava o sono da minoria branca, até porque havia um precedente: no final do século XVIII, os escravos negros, na ilha de São Domingos, onde hoje se localizam o Haiti e a República Dominicana, uma colônia francesa, ao tomarem conhecimento de uma revolução francesa em Paris, acharam que aquele documento que defendia os direitos do homem e dizia que todas as pessoas nasciam iguais em direitos, o que incluía a liberdade, pegaram em armas para defender esses direitos e trucidaram a minoria branca. Foi um banho de sangue no Haiti. E havia o temor de que isso pudesse se reproduzir no Brasil.

Na hipótese de o Brasil mergulhar em uma guerra civil republicana, de natureza republicana, a exemplo da América Espanhola, na ausência de forças armadas constituídas, provavelmente, os chefes regionais teriam que armar os seus escravos para lutar entre si. Esses escravos armados se tornariam uma ameaça óbvia ao *status quo* dominante. Diante das ameaças e os riscos de ruptura, a elite da época preferiu se juntar ao redor do imperador Pedro I, manter o regime de monarquia

constitucional, em vez de optar por uma via republicana que oferecia realmente um risco muito maior de uma bomba social, de uma conflagração social. Isso fez com que o Brasil fosse um país construído de cima para baixo o tempo todo. Isso explica também porque o Brasil se manteve por mais de 67 anos como uma flor exótica na América, como os historiadores definem, ou seja, uma monarquia cercada de repúblicas por todos os lados.

Então, para concluir, eu diria que o Brasil vive hoje, graças as suas mudanças, as mudanças de melhor distribuição de renda, de menor índice de analfabetismo, de mais oportunidades, uma experiência inédita em sua história. São 26 anos de exercício continuado da democracia, sem rupturas. Pela primeira vez, todos os brasileiros são chamados a participar da construção nacional.

O sucesso da construção do futuro, no entanto, depende da compreensão, da aceitação e da valorização do passado. Uma sociedade que não estuda História não consegue compreender a si mesma, porque desconhece as suas raízes. E se não conhece as suas raízes, dificilmente estará preparada para construir o futuro de forma organizada e estruturada.

Só o estudo da História permite iluminar o passado para explicar o presente e preparar a construção do futuro. Estudar, refletir e valorizar episódios como a Batalha do Jenipapo é, portanto, fundamental para a construção do Brasil com que todos nós sonhamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Agradeço ao Professor Laurentino Gomes por sua presença e pelas palavras sobre a Batalha do Jenipapo que pronuncia no Senado.

Realmente, a independência do Maranhão só veio se processar em 28 de julho, já quando, desde março, em Caxias, com a fuga do Fidié, a independência já estava proclamada.

Então, ao contrário dos outros Estados do Brasil, que foram da costa para o interior, nós fomos do interior para a costa, porque quando chega o Lord Cochrane a São Luiz, a mandado de D. Pedro I, é que ele vai, dois dias depois, receber a adesão do Maranhão à independência. Mas ela começou com a Batalha do Jenipapo.

V. Ex^a nos honrou em seus livros dando à Batalha do Jenipapo a significação que ela realmente tem na história do Brasil.

Agora, convido todos os presentes, antes dos oradores desta sessão, para ouvirmos o Hino do Piauí.

(Procede-se à execução do Hino do Piauí.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco.PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, primeiro subscritor do requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, que nos honra em estar presente e presidir esta solenidade; Ex^{mo} Sr. Governador Wilson Martins, Deputados Federais pelo Piauí Assis Carvalho e Paes Landim, outros Parlamentares aqui presentes, Jesus Rodrigues, presente também o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Ismar Marques, representando a Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a me dá licença?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos corrigir o lapso e convidar o Deputado Ismar Marques, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, para compor a Mesa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Uma honra muito grande, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria saudar todos os presentes, Senadores, Deputados Federais, autoridades do Estado e do Governo Federal, representantes dos Municípios, como o Vereador Décio Solano, e representantes das entidades piauienses aqui em Brasília.

Saudo Francisco Pereira, conhecido como Chico Piauí, aqui do Distrito Federal, como tantos piauienses que moram no Distrito Federal e em outras regiões do Brasil.

Registro, Sr. Presidente, que esta solenidade, além de ser transmitida pela TV Senado, é retransmitida pela TV da Assembleia Legislativa do Piauí e pela TV Antares, que é do sistema público de televisão do Estado do Piauí e do Brasil.

Quero agradecer às Sras e aos Srs. Parlamentares da Câmara Federal, que, por uma iniciativa da Bancada do Piauí, encabeçada pelo Deputado Assis Carvalho, e daqui desta Casa, também por um requerimento assinado por mim, pelo Senador João Vicente e pelo Senador Ciro Nogueira, aprovaram a realização desta sessão.

Como foi lembrado, ontem também tive o privilégio de, mais uma vez, estar na comemoração que fazemos anualmente ao lado do Cemitério dos Mortos da Batalha do Jenipapo, às margens do rio Jenipapo, em Campo Maior, onde, pelo Governador Alberto Silva, em 1975, foram erguidos um monumento e um museu em homenagem à Batalha do Jenipapo.

Quero dizer da importância desta sessão, entre outras homenagens que já foram realizadas.

Vejam: começo dizendo que a Batalha do Jenipapo foi, na verdade, uma batalha não apenas do Piauí, não de cearenses, não de maranhenses. Ali, foi um confronto, verdadeiramente, entre Brasil e Portugal. Foi uma batalha que tinha, como bem lembraram aqui o próprio Presidente Sarney e o nosso jornalista e escritor Laurentino Gomes, uma história anterior.

Para muitos brasileiros – e a minha geração também foi parte disto, porque foi assim que se colocou nos livros de História durante muitos anos –, a Independência do Brasil se deu num ato em que D. Pedro I, às margens do rio Ipiranga, teria levantado uma espada e dito a frase “independência ou morte”. A partir daí, teríamos consolidado essa Independência. Reconhecemos a importância desse gesto. Certamente, um gesto de uma autoridade, de um príncipe como Dom Pedro I, marca profundamente a história do nosso País.

Mas é fato que outras regiões do Brasil precisaram derramar sangue e muitas vezes arriscar a vida para que tivéssemos hoje um país com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e 27 Unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal.

É fato que tivemos, no sul do Brasil, a luta de brasileiros contra espanhóis para, ali, podermos construir a verdadeira divisa entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, em guerras – umas até mais conhecidas. Além do sul, houve principalmente no norte.

Permita-me aqui, meu querido Laurentino Gomes, lembrar um trabalho recente feito pela TV Cidade Verde, no Estado do Piauí, que foi a Portugal, à Espanha, ao Rio de Janeiro, a Salvador e a outras regiões do Brasil para fazer um documentário sobre essa história. Ali, encontraram-se documentos que inclusive eram desconhecidos do Brasil. Entre eles, um registro importante em documentos que o próprio Fidié deixara.

Vejam que, como aqui foi lembrado, nós tínhamos uma situação anterior em que, fugindo do risco de perder a condição de rei de Portugal, Dom João vem ao Brasil. O Brasil, nesse momento, experimenta a possibilidade de ser administrado no próprio Brasil e não mais por alguém naquele tempo muito mais distante do que hoje, porque a única alternativa de transporte era pelo mar e em embarcações muito lentas.

Ali, naquela ocasião, Dom João cria a Casa da Moeda, implanta o Banco do Brasil, toma um conjunto de posições importantes e necessárias inclusive para a relação com os outros países: abre os portos, enfim, abre a condição do comércio. O Brasil experimenta isso.

Quando Dom João VI voltou, sabia o rei – isso hoje é documentalmente comprovado – que era inevitável que o desejo de pelo menos uma gestão local tivesse de acontecer. Nesse sentimento, ele teria tra-

tado com Dom Pedro que, se fosse outro, que fosse ele o primeiro a tomar essa decisão.

Eu acho que, por esse olhar, talvez se imaginasse ser tão simples a independência do Brasil em relação a Portugal. Ocorre que, também àquela altura, Portugal já tinha uma razoável dependência do Brasil e precisava do Brasil, porque dependia da madeira, dependia do ouro, dependia de alimentos, dependia, por exemplo, do nosso charque.

No Porto das Barcas, na Baía de Amarração, entre o Maranhão e o Piauí, na região do Delta do Parnaíba, há registros de que, nessa ocasião, nessa época, cerca de 15 mil bois eram anualmente enviados para atender parte do Brasil. Por isso, vem a música da região de Minas Gerais, na verdade: "o meu boi morreu, que será de mim? Manda buscar outro, meu bem, lá no Piauí". Muitos pensam que é uma música cantada no Piauí. Na verdade, essa música foi criada em Minas Gerais, que era abastecida de carne. Daí que vem a carne de sol do Nordeste. Não era só o Piauí; também Pernambuco, também o Pará e outras regiões enviam carne de sol para os portugueses e para os brasileiros de outras regiões.

Pois bem, por essa dependência - e isso hoje se comprova -, quis o Rei Dom João VI que essa região norte do Brasil permanecesse como colônia portuguesa. A gente, às vezes, se esquece. Eu sempre me lembro: Guiana Holandesa, Guiana Francesa. Ou seja, quantas regiões do mundo, ainda hoje, não continuam como colônias dos quatro principais colonizadores: Inglaterra, Portugal, Espanha, França?

Então, nesse cenário, Dom João VI gostaria - e trabalhou para isso - que o seu filho, dando a condição da libertação do Brasil, fosse apenas de uma parte do Brasil, a parte norte - Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima. Ou seja, toda essa parte norte, ainda pouco desbravada, ficaria sob o jugo português, como colônia portuguesa.

Vejam só qual é o dado mais revelador disso: não confiando nas forças locais – apesar de haver um príncipe, filho do Rei de Portugal –, é enviado de Portugal, em 1821, e nomeado Comandante José da Cunha Fidié, o major. Mas não era um major qualquer; era um herói da guerra contra Napoleão Bonaparte, participara do momento da derrota de Napoleão Bonaparte, na condição de libertar Portugal, de concretizar as condições de o rei voltar, inclusive. Então, era um homem experiente, do ponto de vista da guerra. Aliás, acho até que, como vemos na própria história, tinha tanto experiência que era muito confiante e cometia erros, como se vê na Batalha do Jenipapo.

Pois bem. O Comandante Fidié vem ao Brasil, mas não vem sozinho. O registro que ele deixa em Portugal

– como citei aqui nesse documentário liderado pela TV Cidade Verde – é que ele vem em embarcações com sete mil homens treinados para a guerra, sete mil militares, que aqui, no Pará, no Maranhão, no Piauí, são espalhados em pontos estratégicos. Como o meio de transporte e de comunicação naquele tempo era muito difícil, só em 1822 é que ele chega ao Brasil – já em agosto de 1822. Então, vejam, vem inclusive antes do 7 de setembro. Esse detalhe também é importantíssimo na história.

Chegando ao Brasil, o Ceará já tinha um movimento, inclusive junto com o do 7 de setembro, aqui no norte; Ceará, Pernambuco, Bahia já eram parte desse ambiente, desse clima pró-ruptura com Portugal. Então, nós temos ali uma situação em que ele chega à cidade de Oeiras – minha cidade natal, do Governador, do Deputado Assis Carvalho, do ex-Deputado Federal B. Sá, enfim, de tantos outros aqui. Então, ali, ao chegar a Oeiras, assume o governo e já sabia que não podia mais cuidar do Ceará.

Então, o Piauí, que tem um mapa comprido, como vemos ali, com divisa com o Ceará, com Pernambuco, com a Bahia, com a região que já estava sem condições de voltar atrás, funcionaria como uma trincheira para defender a parte norte do nosso País, mais da metade do território brasileiro, é bom que se diga, que ficaria como colônia portuguesa. Isso é um fato. E o resultado? Quando ele chega, vem a Independência, em 7 de setembro de 1822. Em seguida, em 19 de outubro – vejam, em 19 de outubro, após o 7 de setembro –, o Estado do Piauí, por meio de Simplício Dias, do Padre Freitas, de um conjunto de outras lideranças ali do norte, o João de Deus, enfim, nós temos ali a adesão do Piauí à Independência.

De Oeiras à Parnaíba são mais ou menos 700 quilômetros. Tentem imaginar o que era essa distância a cavalo, transportando canhão, armamento, munição. E ele se dirige para Portugal, inclusive – hoje se sabe também – já articulado com tropas do lado do Maranhão. É tanto que, quando chega a Campo Maior, quando chega, principalmente, a Parnaíba, as tropas de Carnaúbeira, no Maranhão, ali já estavam para dar suporte. Portanto, se ele saiu com um agrupamento de mais ou menos 1 mil, 1,2 mil homens, certamente foi maior porque outros se juntaram ali naquela região.

Em Campo Maior, onde tinha havido manifestações em Piracuruca, em Parnaíba – mais ou menos ali onde está aquele mapa –, temos ali, naquele instante, uma posição em que ele conteve esses atos dessas três cidades. Ocorre que, em Oeiras, em 24 de janeiro, em 22 de janeiro, para colocar a história corretamente, em Piracuruca, houve uma manifestação de adesão, mas era um grupo pequeno, que terminou estratégica-

mente se refugiando no Ceará, quando eles vieram. E esse contingente do Ceará termina se juntando ao de Campo Maior. Aí nós temos, em Campo Maior, exatamente em 13 de março, o encontro dessa batalha, porque Fidié vinha voltando para sufocar o movimento de Oeiras, que acontece em 24 de janeiro.

Pois bem. Quero aqui fazer um parêntese na história para fazer a seguinte reflexão. Vamos imaginar que não tivesse ocorrido a Batalha do Jenipapo. O que seria o normal? O comandante Fidié, com muita força, chegaria a Oeiras e, provavelmente, teria condições de retomar não só o poder, mas retomar... Porque ele já vinha articulado com o Maranhão, prevendo situações como essa.

A Batalha do Jenipapo, portanto, que começou por volta de nove da manhã e vai até as quatorze horas, se reveste, meu querido Senador Suplicy, de muita importância, porque é um dos momentos de batalha do povo na História do Brasil. Ali nós tínhamos vaqueiros, agricultores, escravos e escravas. Vejam que as armas eram poucas. Algumas pessoas mais treinadas do Ceará ficaram com as espingardas – registra-se também na história, e isso consta lá do Museu – e as outras, com facão, foice, enxada, pau. Mas aquele desejo era tão grande que achavam que iam chegar lá e quebrar o Fidié. É mais ou menos assim o sentimento que percebemos pelos depoimentos daquela época.

Partem em direção de uma forma, realmente, vamos dizer, não só corajosa, mas até num ato de loucura, como bem lembra Abdias Neves e outros historiadores. Resultado: ali naquela batalha desigual, com canhões, armamentos, enfim, fomos derrotados na verdade. Morreram alguns do contingente do Fidié, estima-se que de 200 a 400 pessoas do nosso lado, outras foram presas.

E o que houve – sempre destaco isso – nessa batalha de importante? O que acontece logo após – usarei uma linguagem bem nordestina –: estropiados por essa caminhada de não sei quantos quilômetros em lombo de animal, certamente dormindo ao relento, Fidié chega a essa batalha, que é muito fervorosa, pelo que colocam os relatos. É tanto que ele teve que ficar acampado ao lado do Jenipapo, ainda por dois dias, não só para enterrar seus mortos, mas para cuidar também dos feridos e “reaglutinar” seu plano. E aí vem a parte que eu considero importante: aqueles homens ali, na astúcia nordestina, vendo que, embora tivessem ganhado, estavam cansados, tomam os animais, que eram o meio de transporte da época – imaginem, em uma guerra hoje, alguém ir lá, acabar com os aviões, derramar o combustível, enfim –, repito: tomam os animais, pólvora, armas, mantimentos; tudo isso é tirado da tropa pelos nordestinos, cearenses, principalmen-

te piauienses, mas também alguns maranhenses. E qual foi o resultado? O resultado foi que isso mudou o plano do Fidié, ou seja, exatamente por conta desse ato, ele desvia seu curso para Caxias, no Maranhão; para na fazenda Estanhado, perto de União, e de lá vai para Caxias, no Maranhão, onde é preso e, em 31 de junho, deportado.

Ainda houve um combate de mais ou menos 60 dias na cidade de Caxias até que ele pudesse se entregar. Queriam matá-lo, mas o Visconde da Parnaíba, que tinha assumido o cargo de Governador na junta provisória lá em Oeiras, não deixou que o matassem. E que bom, porque a maior parte dessa história hoje é possível resgatar num livro escrito em memória.

Porque, quando, Senadora Vanessa, o Fidié volta para Portugal, chega lá e é preso. Passado algum tempo, o Governo português se lembra: “Mas esse é um herói de guerra!”. Traz ele de volta, dá-lhe uma promoção e, a partir daí, ele, inclusive, fica chefiondo a casa militar, a Academia Militar melhor dizendo, lá de Portugal, tão grande era a competência dele.

Mas, nesse período em que ele esteve preso, houve um lado bom: ele escreveu as suas memórias sobre essa batalha, onde claramente ele se sente humilhado por, com toda a competência que ele tinha, ter sido derrotado numa batalha por pessoas tão simples.

O que eu quero dizer com isso? Repito o que disse no começo da minha fala: a Batalha do Jenipapo é fundamental, porque foi a batalha em que o Brasil venceu Portugal. Foi o momento em que, a partir do que aconteceu ali em Campo Maior e em seguida em Caxias, concretizou-se e fortaleceu-se, pelo menos, a consolidação deste continente chamado Brasil. Exetuando a região do Acre, nas outras regiões do Brasil, praticamente foi no ano de 1823 que tivemos essa consolidação, como lembrava aqui o Presidente Sarney.

Então eu quero aqui destacar o que desejamos com esta sessão comemorativa.

Primeiro, essa batalha não pode ser vista como uma batalha do povo de Campo Maior. Essa batalha não pode ser vista como uma batalha do povo do Piauí. Ela não pode ser vista e olhada apenas como uma batalha do povo do Piauí com alguns cearenses, com alguns maranhenses. Não! A Batalha do Jenipapo é um momento especial da história da independência do Brasil.

E o que nós desejamos? Uma coisa simples. Estamos aqui, a nossa bancada na Câmara e no Senado, apresentando que o 13 de março, hoje uma comemoração ainda estadual – durante todo o governo do Presidente Lula, a cada ano, um representante seu, inclusive o Vice-Presidente José Alencar esteve uma vez lá, no monumento dos Heróis do Jenipapo,

participando dessa batalha –, mas nós queremos mais do que isso: que possamos estabelecer em lei o 13 de março como uma data nacional comemorativa da independência do Brasil. Como uma data em que possamos comemorar, como desejamos comemorar o 2 de julho na Bahia, como desejamos comemorar outros momentos importantes da história do Brasil – Balaiada, Canudos e tantas outras vitórias importantes do Norte, do Sul e do Sudeste. Creio, como o nosso historiador Laurentino Gomes diz aqui – e quero aqui louvá-lo por essa compreensão, que é o que eu penso também: um povo que não conhece com profundidade da sua história, das suas origens não está preparado para construir com segurança o seu presente e, principalmente, o seu futuro.

Então, o Brasil precisa compreender, e vou além: como, historicamente, a história deste País foi escrita ou pelo algoz ou por alguém muito próximo da corte, ela tem sempre uma visão deturpada. Batalhas como essa, que têm vaqueiro, que têm lavrador, que têm escravo, não podem estar escritas na história. Eram assim que pensavam até pouco tempo. Quanto tempo levamos para reconhecer Zumbi dos Palmares? Quanto tempo nós levamos?

Então, é preciso resgatar, meu querido Mozarildo, minha querida Vanessa, que são da região Norte, a história do povo indígena, que tem um papel importante no meu Estado. E, tenho certeza, em vários momentos, o povo indígena participou desse momento da história da Independência: a história de homens e mulheres que vieram como escravos da África, alguns como reis, como pessoas importantes e que aqui se transformaram em escravos e que contribuíram muito para a construção dessa história, desse momento que vivemos hoje no Brasil.

Enfim, o que queremos é que o Congresso Nacional – isso que pedi há pouco ao Presidente Sarney –, que a gente possa realizar uma audiência pública, porque a lei exige uma audiência pública, para que, em seguida, possamos aprovar que, se Deus quiser, no 13 de março de 2012, a gente já comemore em Campo Maior, ali ao lado do Monumento do Jenipapo, não apenas como uma data do Estado do Piauí, mas como uma data do Brasil. Uma data do Brasil!

A outra proposta que estamos apresentando é que esse local onde, V. Ex^a viu ontem, há um cemitério, onde estão ali os heróis que nem nome têm, há uma cruz, umas pedras – eram pessoas tão do povo que ninguém teve o cuidado, naquela época, de saber que era o João, que era o Pedro, que era a Maria, que era o Antônio, ou seja, nem o nome nós temos. Mas é para esses heróis anônimos, eu creio, que desejamos que naquela região, no monumento, no cemité-

rio, na região às margens do Jenipapo, onde tivemos esse momento, possamos ter o reconhecimento como patrimônio histórico brasileiro, como monumento do povo brasileiro, com a dimensão lá da que temos em Tiradentes, em Ouro Preto, em Guararapes, em outras regiões do Brasil.

Então, eu quero aqui agradecer a meus Pares pela oportunidade desta sessão. Entendemos que o Brasil reconstrói a sua verdadeira história, percebendo que somos o que somos hoje fruto de muita luta, luta que teve a participação dos portugueses, sim; de descendentes de portugueses, sim; de espanhóis, de holandeses, de franceses, sim; mas que também teve a participação das nossas raízes, do povo indígena, dos que vieram da África, dos descendentes dos vaqueiros, dos agricultores, das pessoas simples, dos comerciantes, das donas de casa.

Aliás, na peça apresentada ontem, Governador Wilson Martins, eu brincava com uma das atrizes, porque há uma parte, minha querida Vanessa, em que estão as mulheres. As mulheres tiveram uma forte participação na Batalha do Jenipapo. Não tinham dinheiro coisa nenhuma! Então, as mulheres: “Temos que ajudar nossos maridos.” Como? “Vamos ter que dar aqui as nossas joias!” Imaginem! Aí, as outras disseram: “As joias, não, pelo amor de Deus! Mas vamos ter que dar”. E resolveram.

Foram contribuições assim que financiaram as condições dessa Batalha. E, aí, uma delas disse: “Mas eu não tenho nada”; “Então, você vai ter que convencer seu marido a participar da Batalha!”. E ela: “Mas e se meu marido morrer?” E a outra disse: “Que morral!” Então, esse era o espírito, contado ontem e que louvo aqui.

Quero parabenizar aqui o povo do Piauí. Tenho dito no Piauí que é preciso que a gente também compreenda, mais do que os outros, a importância dessa história. Sou grato e espero contar com o apoio desta Casa. Não se trata de ufianismo, não se trata de querer nada além da verdade.

E parabenizo aqui todos os historiadores – o Chico Castro, que esteve aqui uma vez lançando um livro, o Fonseca Neto e tantos outros nossos –, historiadores brasileiros que também agora se interessam por essa história.

E destaco aqui, meu querido Laurentino Gomes, a sua participação: o livro 1808 e o livro 1822 – já estou doido para ler o 1889, sobre a história da República. Esses livros, primeiro, V. Ex^a faz de forma muito simples, gostosa de ler. Eu dizia ontem: ah, se no meu tempo de estudante houvesse livros de história com tanta facilidade de leitura!

Então, quero aqui agradecer-lhe porque foi a partir de 1822 que, acho, a gente começou a dar essa dimensão nacional, e esta sessão do Senado tem esse objetivo.

Sr. Presidente, desculpe-me por ter me alongado, mas saiba que me empolgo muito sobre esse tema. E eu queria aqui, em homenagem aos nossos heróis do Jenipapo e também saudando o povo do meu Estado, do meu querido Piauí, dizer que o Piauí é parte da história do Brasil, como outros Estados. Temos muito orgulho disso.

E, neste instante, estamos prontos para outras batalhas no Brasil: a batalha para a erradicação da miséria, da pobreza; a batalha para que a gente possa enfrentar tantos desafios que todos temos, no nosso País e no mundo.

Por tudo isso, agradeço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Ao tempo que convidado para usar da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, também convidado o Senador Wellington Dias para merecidamente presidir a sessão que requereu.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Wellington Dias, quero dizer da minha alegria de falar no momento exato em que V. Ex^a assume a direção e os trabalhos desta sessão tão importante. E repito suas palavras: é uma comemoração não do Piauí, mas é uma comemoração do Brasil como um todo.

Quero cumprimentar o Governador do Estado do Piauí, Exmº Sr. Wilson Nunes Martins, Deputados Federais Assis Carvalho e Paes Landim, por meio de quem cumprimento os demais Deputados Federais que se encontram neste plenário; quero cumprimentar o Sr. Ismar Aguiar Marques, Deputado Estadual que aqui representa a Assembleia Legislativa, e quero cumprimentar o Sr. Laurentino Gomes, autor dos livros 1808 e 1822, cumprimentar não por sua presença aqui, mas pela grande colaboração que S. S^a tem dado ao resgate da bela história desta bela Nação, deste belo povo chamado e conhecido como povo brasileiro.

Quero dizer, Senador Wellington, que fiquei muito feliz em saber da realização da sessão no dia de hoje, por isso corri e fiz questão de me inscrever logo.

Quando V. Ex^a, Senador Wellington, toma essa iniciativa da realização desta sessão comemorativa,

que não é uma iniciativa exclusiva, por meio da qual V. Ex^a anuncia a sua luta pelo reconhecimento desta data como uma data efetivamente nacional, como parte integrante, inseparável, indissociável da história do nosso Brasil, do nosso País, quero dizer que falar da história do Brasil é falar, sim, do Nordeste, dos Estados do Nordeste, é falar dos Estados do Norte.

Se. V. Ex^a me permite, Senador Wellington, quero aqui abrir um parêntese no meu pronunciamento e dizer que certa vez apresentei, logo que cheguei à Câmara, diversos projetos de lei, Deputado Nazareno, que resgatavam não só parte da história do Brasil, do meu Estado, o Amazonas, da Amazônia, mas resgatavam a importância de trabalhadores que existiram num determinado momento da história e que foram fundamentais não só para o Brasil, mas para o mundo. Refiro-me aqui aos soldados da borracha. Soldados da borracha, figura criada por um decreto presidencial, à época da Segunda Guerra Mundial, que foram não apenas alistados para servirem na guerra, na Europa, no fronte de guerra, mas também para irem à Amazônia trabalhar na extração da borracha.

Um dos meus projetos de lei, Senador, foi caracterizado por um colunista de uma revista importante semanal do nosso Brasil como um dos projetos folclóricos – folclórica é a opinião deste colunista que desconhece a história brasileira e a importância que tiveram os soldados da borracha na Segunda Guerra Mundial. Brasileiros do Maranhão, brasileiros do Ceará, brasileiros do Piauí foram chamados para trabalhar na Amazônia, e tivemos um número de mortos na região muito maior do que os que foram lutar diretamente no fronte de guerra.

Digo isso para apenas ilustrar como nós, brasileiras e brasileiros, conhecemos pouco a nossa história. Iniciativas como esta de V. Ex^a são iniciativas muito importantes não apenas para resgatar o reconhecimento do nosso povo, da nossa história, daqueles que lutaram e tombaram na luta em defesa da nossa liberdade, em defesa da nossa Nação, em defesa de uma sociedade melhor. O que nós queremos não é apenas uma Nação livre, soberana; é uma Nação, principalmente, igualitária, onde as pessoas tenham condições de viver com dignidade.

Então, a Batalha de Jenipapo, ocorrida – foi dito aqui, mas faço questão de repetir – no ano de 1823, às margens do Riacho Jenipapo, onde atualmente fica o Município, como foi muito bem falado, de Campo Maior, é considerada pelos historiadores a única e verdadeira batalha durante o processo de independência.

E aí eu resgato o fato de que havia um interesse, sim, de Portugal, sendo o Príncipe Regente obrigado a proclamar a independência do Brasil, a intenção de

manter sob o seu domínios diversas províncias, como a do Piauí, e estabelecer com o Maranhão e Grão-Pará – que pertencia ao meu Estado do Amazonas, como foi dito aqui, as tantas Guianas que ainda existem, a Inglesa, a Francesa – uma área de domínio lusitano. Era esse o desejo efetivamente. Mas o povo brasileiro, aquele povo humilde, simples, vaqueiros e roceiros armados com espingardas de caça, facões, machados, muitas vezes pedras, pedaços de paus, e não apenas homens, mas também mulheres, lutaram, abriram mão de tudo, do pouco que tinham individualmente para ajudar nessa grande batalha; como foi dito aqui, entraram na luta definitiva.

Não se sagraram vitoriosos naquele momento, mas vitoriosos logo em seguida, quando veio a vitória, no Município de Caxias, no Maranhão, com a participação também de um grupo importante de brasileiros. Agora, devemos nos perguntar: a vitória viria, no Município de Caxias, não tivesse havido a Batalha de Jenipapo? Talvez, muito mais difícil. E a vitória foi consolidada.

Portanto, essa batalha é um capítulo fundamental no processo da consolidação do território nacional. E essa é uma luta quotidiana. Não é uma luta de dois séculos atrás, é uma luta cotidiana; a luta pela integridade do território nacional é uma luta cotidiana. É óbvio que as feições dessa luta são diferentes, mas querer dizer que não há cobiça sobre parte do território brasileiro em relação a grandes potências estrangeiras é desconhecer a realidade efetiva, porque nós somos um País que vai muito além dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados - e aqui está o Senador Mozarildo -, nós somos a Nação que detém a maior reserva natural do Planeta, de água potável, que detém a maior capacidade de produção de alimentos do Planeta. Não temos problemas. Vivemos, sim, um ou outro desastre, mas longe de acontecer o que aconteceu na Indonésia, o que aconteceu recentemente com o povo japonês – e fica aqui a nossa mais irrestrita solidariedade e sentimento por aquilo tudo que vem acontecendo naquele País. Somos um País de grandes possibilidades, e, obviamente, essas grandes possibilidades são visadas principalmente pelas grandes potências, pelas grandes forças deste sistema capitalista em que todos nós vivemos.

Quero cumprimentar o Piauí, não apenas V. Ex^a, Senador Wellington, que foi Governador – e aqui temos o Deputado Hugo Napoleão, também ex-Governador do Estado do Piauí; Governador Wilson, o Líder da nossa Bancada, do meu Partido, na Câmara dos Deputados; Deputado do Piauí, Deputado Osmar, que tem conduzido da melhor forma a nossa Bancada parlamentar

na Câmara Federal –, mas cumprimentar o Estado do Piauí por essa demonstração de brasiliade.

Sei que muitos eventos aconteceram no Estado do Maranhão, no Estado do Piauí. Certamente o Maranhão deve ter comemorado. Se não comemorou, vamos chamar a atenção dos maranhenses para que, da mesma forma, comemorem também.

Então, quero cumprimentar todas as senhoras e os senhores que participam desta sessão e dizer a V. Ex^a, Senador Wellington: conte comigo! Lutar pelo tombamento, como um patrimônio, desse episódio nacional é algo fundamental. Conte comigo! Fazer com que seja uma data de comemoração nacional, conte comigo! Tenho certeza de que não apenas comigo, V. Ex^a contará, unanimemente, com o apoio de todos os seus Pares, de todos os Senadores e Senadoras que têm assento nesta Casa.

Logo, cumprimento todos; cumprimento o povo brasileiro, neste momento, cumprimentando os piauienses; cumprimento vocês pela oportunidade que nos dão em comemorar data tão importante.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Durante o discurso da Sra. Vanessa Grazziotin, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço à nossa Senadora Vanessa. E fica aqui também todo o nosso reconhecimento.

Hoje, com esta aula de História, o que se percebe é que, assim como Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, nós também estamos descobrindo o Brasil do ponto de vista da sua história. Parabéns ao povo do Amazonas!

Convidado, para fazer uso da palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Registro também a presença do nosso Líder, Senador Humberto Costa, que nos alegra com a sua presença; do nosso querido Deputado Nazareno Fontes e do Deputado Federal Hugo Napoleão, ex-Governador do Piauí e também Senador, membro desta Casa também.

Sejam bem-vindos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Wellington Dias, que foi o primeiro signatário deste requerimento de homenagem à Batalha do Jenipapo – homenagem que se faz nesta parte da sessão do Senado – e que preside a sessão neste momento; Sr. Governador Wilson Nunes Martins; Deputado Federal Assis Carvalho; Deputado Paes Landim, com quem eu tive o prazer de conviver quando

fui Deputado; Deputado – agora, mas eterno Senador – Hugo Napoleão, com quem tivemos a oportunidade de conviver muito tempo aqui, no Senado; Deputado Estadual Ismar Aguiar Marques; cumprimento também o autor dos livros 1808 e 1822, o historiador Laurentino Gomes.

Evidentemente, não vou fazer um retrospecto, que já foi brilhantemente feito pelo ex-Governador e Senador Wellington Dias, e também complementado pelas palavras competentes da nossa Senadora Vanessa Grazziotin. Aliás, a primeira parte foi justamente a fala do historiador Laurentino Gomes.

Eu fiquei muito feliz de ler os seus livros, até porque, em 2005/2006, acompanhando o ex-Governador Ottomar Pinto, nós fomos fazer uma visita ao Presidente Chávez, que falou quase duas horas sobre geopolítica e história da América Latina. E, lá, ele disse ao Governador uma coisa que me marcou muito: "Governador, eu sei que o senhor é de um partido de oposição ao Presidente Lula, mas diga ao Presidente que ele tem que mudar essa imagem que nós, hispânicos, temos do Brasil, que foi o único império das Américas e permanece ainda com essa imagem de império para os países que são vizinhos". "E, pior", disse ele, "um império que não brigou para ser império e uma república que não brigou para ser república." Ou seja, menosprezando, como foi dito aqui pelos que me antecederam, como se a nossa independência tivesse sido realmente um conchavo entre o pai – rei, lá em Portugal – e o filho – imperador aqui, no Brasil –, que fizeram um acordo e, aí, fizeram a independência do Brasil. E, depois, também num conchavo entre a elite militar do Brasil, fez-se a Proclamação da República. Na hora, o Governador estava presente e eu, já Senador, disse: "Presidente Hugo, não é bem assim a nossa história, não".

Agora, é verdade que a história que ele leu foi a história que eu li também nos bancos escolares, a de que a nossa Independência foi uma grande jogada feita pela elite, que envolveu Dom Pedro – primeiro, com o Fico e, depois, com o Grito da Independência –, e que houve um grande acordo com os militares, que viram em Dom Pedro II um homem já cansado. Então, essa parte da história, realmente, que inclui a Batalha do Jenipapo, não aprendi, nem no ensino fundamental, nem no ensino médio. Só depois, por curiosidade, fui tendo essas informações.

Mas não é só a visão do Presidente Chávez. A visão de muitos brasileiros importantes, inclusive, é de que realmente essa batalha e tantas outras havidas pela independência do Brasil não aconteceram. Muita gente importante com quem a gente conversa não só não dá o valor que tem um ato desses, como também até duvida que a história tenha sido exatamente

essa, até porque, como disse o Senador Wellington Dias, eram pessoas do povo, pessoas anônimas que tiveram a coragem de arrastar um exército, como foi frisado aqui, comandado por um herói de guerra, um homem experiente.

Até falei isso para o Governador, antes, quando estávamos sentados lado a lado. No meu Estado, existem muitos piauienses, como existem muitos maranhenses. Permanentemente, quando eles têm algum problema de saúde mais grave, querem ir se tratar em Teresina. Aliás, eu, como médico, fico feliz em saber que é um ponto de referência da medicina brasileira.

Foi o historiador Laurentino que disse que um povo que não conhece a sua história verdadeira, que não busca realmente se inteirar do que efetivamente aconteceu vai ficar só com as informações dos vencedores, ou daqueles que manipularam de alguma forma os acontecimentos. A história oficial, portanto, que é aceita nas escolas, é uma história incompleta.

Fico feliz de fazer aqui este registro. Iniciativas como esta, de incluir essa data como uma data nacional e não como uma data apenas que interesse ao Estado do Piauí, são muito importantes e terão todo o meu apoio. Ao mesmo tempo, quero dizer que o povo piauiense realmente foi fundamental para que não tivéssemos dois brasis: um Brasil independente, através do nosso movimento; e outro Brasil, colônia de Portugal, e, quem sabe, hoje, um outro país.

Então, é importante que esse registro seja feito, até para que os jovens que ainda estão nos bancos escolares tenham a informação correta da nossa história.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço muito a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti pelas suas palavras. Com certeza, vamos estar juntos, aqui, nessa trincheira pela aprovação desse reconhecimento.

Com muito prazer, concedo a palavra ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, quero cumprimentar também o nosso Senador – sempre Senador, hoje Deputado Federal – Hugo Napoleão, nosso piauiense ilustre. Quero também cumprimentar o Governador do Estado do Piauí, Exmº Sr. Wilson Nunes Martins; o Landim, querido Landim; o Sr. Assis Carvalho, Deputado Federal; o Sr. Nazareno Fonteles; o Sr. Jesus Rodrigues; o Sr. Isnar Aguiar Marques, que é Deputado Estadual; o Vereador do

Município de Teresina, capital do Piauí, Exmº Sr. Décio Solano, que hoje nos visita e abrilhanta esta Casa com a sua presença. Cumprimento também a Subsecretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal, Srª Maria de Fátima Santos de Deus; o Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, Sr. Acácio Salvador Veras e Silva. Quero cumprimentar o autor dos livros *1808* e *1822* – eu tenho os dois –, Sr. Laurentino Gomes; e o autor do livro *A Coluna Prestes no Piauí*, Sr. Chico Castro.

Minhas senhoras e meus senhores, eu não podia deixar de vir aqui prestar esta homenagem, mas, como disse o Senador Mozarildo, eu não vou ler o discurso, porque dois professores ilustres já nos deram uma aula: o professor Laurentino, a sistematizada; o Wellington, com seu gênio político, com seu verbo potente e com a sobranceria desta alma piauiense, falou-nos das emoções. Mas eu gostaria de fazer uma reflexão rápida com vocês.

As nacionalidades dependem muito da sua configuração física, dos acidentes misteriosos e imprevisíveis da sua formação... Nossa Líder do PT, Senador Humberto, de Pernambuco! Mas eu dizia que as nacionalidades dependem muito dos acidentes imprevisíveis e misteriosos da sua formação histórica, dos símbolos telúricos que vincam a sua índole e a sua vocação. Mas não há notícia na história de que alguma delas tenha se transformado em uma nação culta, poderosa, rica e influente sem a presença dos seus heróis, dos seus líderes, dos seus condutores carismáticos, proféticos, líderes sábios e generosos. São eles que, com suas mãos fortes, nas virtudes e defeitos de seus povos, são capazes de argamassá-los, dinâmicos, viris, com o olhar fito no futuro, para rasgar nos horizontes a perspectiva iluminada e gloriosa de seu destino.

Deles, mercê de Deus, está referta a nossa história. Desde aquelas páginas encantadoras, escritas, com heroísmo e patriotismo, pelos missionários, passando pela epopeia das bandeiras, onde os Garcias, os Raposos, os Fernão Dias, os Bartolomeus Buenos, a golpes de tenacidade e bravura, romperam as matas atlânticas, subiram e desceram tantas serras, tantos morros, fugiram das onças e das cobras, venceram o sertão, o lobo-guará, entraram pelo Planalto Central, atravessaram o Pantanal e nos deram uma das maiores geografias do mundo, até chegar aos sonhos de liberdade de Tiradentes e Frei Caneca, que o princípio, resoluto e audaz, concretizou, dando-nos a legenda bela e estupenda da nossa Independência.

Tiradentes, mineiro, o herói enlouquecido de esperança e liberdade, foi enforcado, corpo esquartelado, carne e sangue marcados pelo sal da maldição,

para que no futuro construíssem, sob o seu sacrifício, a pátria dos seus ideais.

A independência de um país é muito mais que um grito, muito mais que um gesto. Ela é um sacrifício, e todo sacrifício requer sangue. E onde esse sangue foi derramado? Não foi às margens do rio Ipiranga, tão demonstrado e cantado em tantos quadros, em tantos versos, em tantos livros. Ali não pingou uma gota do sangue brasileiro. Esse sangue pingou às margens de outro rio: o rio Jenipapo. E, quando os brasileiros juntam seus sonhos para construir a pátria dos seus ideais, todos nós devemos ter uma palavra de gratidão para com o povo do Piauí. Foi ali que nós conquistamos, de verdade, e mostramos a Portugal que éramos valentes e que estávamos dispostos a tudo para conquistar o nosso País e a nossa nacionalidade.

De tal maneira que não quero ser fastidioso, mas quero prestar a minha homenagem, como Senador do Rio de Janeiro, e dizer ao Senador Wellington que não só eu, mas também o meu partido, o PRB – que é modesto, sou apenas um Senador aqui, mas temos doze Deputados Federais –, estamos ao seu lado para não deixar, na consciência nacional, morrer o gesto daqueles brasileiros humildes, simples, mas que ungiram a nossa história com um ato de tamanha bravura.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço ao Senador Crivella, brilhante Senador pelo Rio de Janeiro. Com certeza, é da maior importância esse apoio do nosso querido PRB.

Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Assis Carvalho, que, como alguns Senadores, também propôs, lá na Câmara Federal, a realização dessa sessão.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de abraçar todos e todas, abraçando, com muita alegria, o nosso querido Senador Wellington Dias, que preside esta sessão, e o nosso querido Governador Wilson Martins. Quero abraçar o nosso Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, meu grande amigo Ismar Marques, grande Deputado, que esteve comigo lá quando fui Deputado Estadual. Quero abraçar o nosso querido Deputado Federal Hugo Napoleão. Quero saudar o nosso Deputado Federal Paes Landim. Com muita alegria, quero abraçar também meus companheiros de Parlamento, meu querido Jesus Rodrigues Alves, que subscreveu junto comigo um requerimento para que fizéssemos sessão conjunta, e o Deputado Federal Nazareno Fonteles. Quero abraçar esse grande historiador, que foi um orgulho muito grande ouvido aqui, o nosso querido Laurentino Gomes – quanta honra para todos nós. Quero abraçar aqui todas as

autoridades, as lideranças já nominadas pelo grande Senador Crivella, que o fez muito bem aqui, meu querido Décio e outros já nominados, adicionando o meu querido B. Sá, que foi Deputado Federal, que foi Prefeito da minha querida Oeiras e que hoje está aqui, em Brasília, assessorando muito bem o nosso Governador Wellington Dias, na superintendência local. Quero abraçar também os meus colegas da Caixa Econômica Federal, que prestigiam este rico momento, meu grande irmão Nelson Antonio de Souza, Bosquinho, Celson, Tunas, Ricardo Pontes. Em nome dessas pessoas, quero abraçar todos e todas.

Mas eu queria destacar, por ser hoje a primeira sessão depois de 8 de março, o nome da nossa querida irmã, minha amiga e aqui suplente de Senador, Regina Sousa, como também o nome da minha querida Rosangela Sousa, lá de longe, dando-lhe o meu abraço; a minha querida Miriam, que também é da Caixa, mas que eu queria destacar também como mulher; a Mila, aqui presente também, que assessora na Câmara Federal. Quero estender o nosso abraço pela passagem do dia 8 de março, que é o Dia da Mulher.

Neste momento, eu queria aproveitar para abraçar o nosso querido Nonatinho, do Banco do Brasil, que está aqui presente. Com essa saudação, abraço todos e todas. Gostaria também de abraçar a Sânia Menezes. Eu queria aqui também abraçar o orgulho do nosso Estado do Piauí, que é a Sarah Menezes; temos um orgulho muito grande de ter essa grande judoca, irmã dessa grande mulher que está aqui conosco.

Na verdade, assim como fez o Senador Crivella, vou deixar de fazer a leitura do pronunciamento que havíamos programado, porque, depois da fala do Senador Wellington Dias e do grande historiador Laurentino, eu dispensaria uma leitura mais aguçada.

Eu queria aproveitar este momento para, primeiro, somar-me ao sentimento do nosso querido Senador Mozarildo Cavalcanti, que, na sua fala, destacou algo que talvez seja a razão principal, meu querido Senador Wellington Dias, desta sessão pública: a luta para que a gente possa reescrever a nossa história.

O Senador Wellington Dias disse muito bem que a história está sempre sendo escrita e que foi escrita, no passado, por aqueles que não queriam jamais aceitar a participação popular, o sentimento do povo na luta, nas conquistas – e foram muitas as que tivemos neste País. E é exatamente por isso que Hugo Chávez e outros talvez tenham esse sentimento de que aqui é o império da pactuação, do jeitinho, o que não é verdade.

Desde quando a gente se lembra da velha história do tal descobrimento do Brasil, que veio por acaso, que o vento trouxe? Isso é um absurdo! É uma coisa

que a gente estudou tanto e tanto tempo e sabe que não é verdade, que foi uma situação programada, pensada, visitada. Mas a história assim não foi dita. Assim é quando a gente lembra, por exemplo, a luta. Tantos irmãos nossos morreram pelo direito à libertação dos escravos! De repente, passa-se que uma princesa, pelo bom coração, assinou um documento e resolveu tudo. E não foi bem assim.

É com esse mesmo sentimento que é preciso seja reescrita a história do Brasil, porque não poderemos deixar de reconhecer o papel que teve ali, na época, Dom Pedro I. Mas não foi por uma vontade, não foi pelo bom coração de Dom Pedro I que chegamos a ter uma Nação livre como temos hoje. Muitos e muitos, nobre Senador Humberto Costa, morreram, lutaram e se debruçaram exatamente para que isso acontecesse. É esse sentimento que precisamos incorporar à história. Todos nós – que estamos no Senado e na Câmara Federal, escritores e intelectuais – precisamos fazer um esforço muito grande para que essa história seja conhecida por aqueles que virão e por nós, desta geração, que já estamos aqui.

Aqui, estamos exatamente comemorando o nosso 13 de março, muito bem colocado aqui pelo nosso nobre Senador. Ontem, mais uma vez, em Campo Maior, foi lembrada por todos a importância daquela data. É uma importância que nosso poeta Carlos Drummond de Andrade, lá de Minas Gerais, já diz numa frasezinha:

No cemitério de Batalhão os mortos do Jenipapo

Não sofrem chuva nem sol; o telheiro os protege.

Asa imóvel na amplidão campeira.

Esse grande poeta faz referência àquela luta que tivemos ali naquele momento.

Mas, nessa realidade, nessa história, é preciso lembrar também outros fatos, meus nobres Senadores e meu querido Laurentino, o grande historiador, nosso oeirense, meu amigo Dagoberto Carvalho, médico, que hoje reside em Pernambuco, lá em Recife, e tem várias obras que tratam exatamente dessa luta dos piauienses pela sua liberdade.

Nesse ponto, precisamos destacar também o grande papel que teve o povo oeirense, na figura de Manuel de Sousa Martins. E logo mais vamos ouvir aqui nosso Governador, que faz parte de sua linhagem familiar. Um vaqueiro nasceu ali, na Serra Vermelha, em Paulistana, que era Município de Oeiras. De vaqueiro, foi soldado e alferes, chegando a um papel importante, que acho tem sido diminuído na dimensão e na grandiosidade da Independência do Brasil, incorporando o Piauí a esse mapa gigante.

Na verdade, o dia 24 de janeiro – e aqui também precisamos lembrar – era exatamente a data comemorativa do Dia da Independência do Piauí, até os anos 70. Somente a partir da publicação de uma lei do Deputado José Auto de Abreu, de 1937, mas que só foi implantada pelo Governo Alberto Silva nos anos 70, a data foi mudada para o dia 19 de outubro, que tem uma importância muito grande e relevante.

Mas é preciso também destacar, nobre Deputado B. Sá, o papel relevante que Oeiras teve na história dessa Independência. E, como diz o Dagoberto, entre muitas lutas ali havidas, há um momento muito esquecido, exatamente o dia 13 de dezembro de 1822, lembrado como a Noite das Chibatadas, quando, na verdade, o Governador das Armas, que é o Fidié – já bastante lembrado aqui –, estava distante, e a Casa da Pólvora, na qual as armas eram guardadas, estava com poucos seguranças. E, naquela noite – alguns acham que alunos, professores ou gente do povo ou algum movimento articulado –, invadiu-se a Casa da Pólvora, bateram nos vigias, deixaram-nos amarrados. E, no dia seguinte, passou-se a mensagem para a cidade de que o povo podia se levantar, que as armas não estavam tão seguras com a ausência do Fidié para Parnaíba, e que era o momento de encorajar aqueles que queriam a independência do Estado do Piauí. E isso - fora Dagoberto - tem sido muito pouco lembrado: um papel relevante que também aconteceu ali no mês de dezembro de 1822.

No entanto, tivemos o 24 de janeiro, que já é uma história bastante conhecida, que é exatamente quando Manuel de Sousa Martins assume o poder, declara o Piauí independente. Era a capital do Estado do Piauí naquele momento... Trinta anos depois, a capital mudou para a nossa hoje capital Teresina.

E, naturalmente, temos aí a outra parte da história, a soma dessa história, que foi a relevante batalha, a importante batalha que tivemos pelo valente povo piauiense, no dia 13 de março de 1823. E é o que nós estamos aqui a defender: que essa história seja contada na sua totalidade, que seja incluído cada pedacinho dessa história, para que ela seja analisada nas escolas, para que o povo conheça a verdadeira história do povo brasileiro, a partir da luta de cada Estado, a luta dos cearenses, a luta dos maranhenses, a luta dos pernambucanos, a luta dos baianos. Enfim, cada espaço, cada célula desta Nação junto é o que a gente chama de Brasil, esta grande Nação. Não queremos que essa história seja secundarizada, que essa história não seja contada.

Portanto, meu nobre Senador Wellington Dias, acredito que essa seja a razão maior desta audiência: que o Brasil conheça a História do Brasil.

É com isso que nós gostaríamos de parabenizar todos os piauienses, todas as piauienses, todos aqueles e aquelas que lutaram para que nós tivéssemos o Brasil do tamanho que o temos. Que Deus abençoe a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço o Deputado Federal Assis Carvalho.

E, já caminhando para o encerramento, gostaríamos de ouvir, com o maior prazer também, o nosso Deputado Federal, ex-Senador, ex-Governador, Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (DEM – PI) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Registro aqui a presença também de muitos piauienses, alguns que atuam aqui na Caixa Econômica Federal – a Celeste, o Celson, o Nelson.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wellington Dias, com os meus cumprimentos pela iniciativa extremamente louvável e os agradecimentos pelas homenagens que me presta; Exmº Sr. Governador do Estado do Piauí, Dr. Wilson Martins; eminent historiador Laurentino; Deputado Paes Landim; Deputado Assis Carvalho; Deputado Ismar Aguiar Marques; Deputado Jesus Rodrigues; Deputado Nazareno Fonteles; Deputado B. Sá, e uma saudação póstuma ao Deputado Federal Mussa Demes.

Eu gostaria de, neste momento, abordar três assuntos, todos relacionados com a sessão de hoje, não sem antes dizer da imensa emoção de voltar a ocupar esta tribuna que, por tantos e tantos anos, ocupei, graças a Deus e ao glorioso povo do Estado do Piauí.

Gostaria de significar nesta hora, neste instante, que quando o Deputado Assis Carvalho fez referência a nossa capital, a nossa formosa Teresina, recordei-me, e lembrei ao historiador Laurentino, de Teresa Cristina, imperatriz, mulher de Dom Pedro II. A ela, justamente, é a homenagem de Teresina, como Tere-sópolis o é também.

Eu tenho profunda admiração pelo estadista que foi Dom Pedro II. O Ministro Marcos Vinícius Vilaça me deu umas cópias de umas cartas que ele escrevera para a Princesa Imperial Regente, Princesa Isabel, sobre administração, saúde e educação, como ela devia se comportar em cada um desses níveis. Magnífico! Ele que é da Academia Brasileira de Letras.

Agora, gostaria de dizer também, acrescentando, que Dom Pedro II, uma vez, num congresso na Filadélfia, encontrou-se com Alexander Graham Bell, que entregou a ele uma taça e ficou com a outra, e havia um fio ligando as duas taças. Ele se moveu uns 20 metros e recitou os versos de Shakespeare para Dom Pedro, que, assustado, disse: "Ué, isto fala?". E instalou imediatamente no Brasil, no Paço Imperial, depois em Niterói, o telefone. Também fomos o segundo país a ter o selo. Depois do Penny Black, da Grã-Bretanha, foram justamente o Olho de Boi e o Olho de Cabra, do Brasil, graças a Dom Pedro. E, em várias e várias outras situações, ele realmente revelou ser um estadista.

Ao Senador Mozarildo Cavalcanti, à Senadora Vanessa e ao Senador Marcelo Crivella, que me brindaram, agradeço de coração. Tendo sido colega do Senador Mozarildo nesta Casa durante muito anos, ele fez referência à Medicina do Piauí, médico que ele é, como nosso Governador Wilson Martins também – e excelente neurologista, salvou já a vida de um Deputado que é Presidente da Assembléia Legislativa. Eu gostaria de dizer que a Medicina no Piauí é tão boa que, uma vez, quando houve a comemoração dos 500 anos de Independência do Brasil, no Município de São Raimundo Nonato – mais precisamente em Coronel José Dias, dele desmembrado –, houve a comemoração dos 500 anos na parte relativa aos índios, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso lá foi. Também fui, acompanhando a comitiva, e me sentei ao lado do ex-Ministro Paulo Renato, que me perguntou: "Por que a Medicina é tão boa aqui, no Piauí? E o curso de Medicina na Universidade Federal?". Eu disse: "Por que essa pergunta?". O Ministro me disse: "É tão exemplar que é sempre uma das cinco primeiras no Provão do Ministério da Educação".

Então, isso foi devido a grandes médicos piauienses que, no passado, formaram, há 40 anos, a nossa Universidade Federal do Piauí, que está completando 40 anos agora! São 40 anos de boa experiência também na área da Medicina. Lá, na época, o Dr. Zenon Rocha, o Dr. Nathan Portella, irmão do saudoso Ministro e Senador Petrônio Portella e do valoroso ex-Governador e ex-Senador Lucídio Portella e seu irmão Elói Portela, uma família ilustre. Também o Dr. Lineu Costa Araújo e vários outros médicos se juntaram e fizeram a nossa Medicina piauiense, com grande amor e com garra. Hoje, nós recebemos doentes não apenas do Ceará, do Maranhão, do Tocantins, de outros Estados, mas até de outros países, como o Suriname. Vem gente de fora.

Eu, que sou membro da oposição na Câmara dos Deputados, disse que sei elogiar quando se faz necessário. O Ministro da Saúde foi a Teresina e lan-

çou o cartão do SUS, altamente interessante sob três aspectos: o do registro, o de evitar fraudes e o da compensação, exatamente nos casos em que os hospitais que recebem imigrantes, doentes de outros Estados, vão receber igualmente o pagamento por isso.

Três momentos são extremamente valiosos na História do Brasil. O primeiro – vivam as mulheres! –, a Guerra do Paraguai, quando o piauiense mandou contingentes de homens, tendo à frente a heroína Jovita Feitosa. Foram combater lá longe, no Paraguai, com seus sacos e cofos cheios de rapadura para aguentarem o rojão.

Falando em Ministro da Educação, quero saudar ali o Ministro Cristovam Buarque, a quem tive o prazer de, quando fui Ministro também, amizade que me orgulha e me honra muito durante todos esses anos.

Eu ia dizer que, na realidade, a heroína Jovita Feitosa foi a grande líder. Depois, na revolução dos Beckman, o Bequimão, no Maranhão, os piauienses tiveram acirrada participação.

Finalmente, falo da Batalha do Jenipapo. O Deputado Assis Carvalho, o ex-Governador e Senador Wellington Dias e todos que aqui falaram registraram a importância dos gritos em Oeiras, em Parnaíba, de Manuel de Sousa Martins.

O mais importante, já vou caminhando para o final, é que, enquanto no Sul do País a comemoração foi "Independência ou Morte", com festas; no Piauí, realmente houve mortes.

O 2º Batalhão de Engenharia e Construção, 2º BEC, de Teresina, passou a ter o nome de Batalhão Heróis do Jenipapo, e eu tive a oportunidade de participar de solenidade lá. Todos os governadores do Estado presidem comemorações e há um monumento, à semelhança daquele aos praticas no Rio de Janeiro, que fica ali perto da Glória, perto do Castelo. Os governadores presidem cerimônias cívico-militares impecáveis todos os dias 13 de março de cada ano, em Campo Maior – na época, era Santo Antônio do Surrubim o Município, ou o distrito, se fosse assim. De lá, à noite, a batalha foi renhida, e os portugueses foram descansar. Nesse momento, astutamente, os piauienses, os brasileiros bravos, sequestraram a bagagem. Depois, alguns historiadores – não brasileiros, claro – disseram que foi crime. Crime foi, disse um grande historiador brasileiro, não ter sido sequestrada toda a bagagem. Com isso, eles enfrentaram e venceram. E os governadores sempre fazem a aposição de uma coroa de flores no cemitério do Soldado Desconhecido, onde há centenas de corpos enterrados no chão.

Bem, de lá, empurram as tropas para o Município de Livramento – hoje, José de Freitas, que tem até o nome do meu bisavô –, e, depois, União, que se

chamava Estanhado – terra do meu avô, que foi parlamentar durante muitos anos também –, e, de Estanhado, para Caxias, no Maranhão. E lá foi sufocada. Junto com os maranhenses, capitularam os portugueses, comandados por João José da Cunha Fidié, comandante-mor das forças portuguesas. E lá, então, nesse dia, nasceu Gonçalves Dias, que, anos e anos depois, traz um belo poema a respeito da Batalha do Jenipapo e da capitulação em Caxias.

Sr. Presidente, nada mais me resta senão agradecer, enaltecer e dizer que é um orgulho ser descendente desse povo tão corajoso, tão firme, sofrido, mas aguerrido, como o piauiense.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que agradecemos ao Deputado Federal Hugo Napoleão. É um prazer muito grande ouvir aqui esse depoimento.

Caminhando para o encerramento, nós gostaríamos de ouvir aqui o nosso Governador Wilson Martins, que, como lembrado aqui, é descendente do nosso Visconde de Parnaíba. Hoje, foi comprovado aqui – ouviu, Senador Humberto? –, que também é parente do Senador Sarney. Puxaram as gerações aqui de muitos anos.

Com o maior prazer, nosso querido Governador Wilson Martins, que inicia lá no Piauí um belo trabalho.

O SR. WILSON NUNES MARTINS – Muito boa tarde a todos!

Cumprimento o Sr. Presidente desta sessão, Senador Wellington Dias, saudando os demais Senadores em nome dos Senadores que se pronunciaram desta tribuna sobre a nossa história: Senador Moacir Cavalcanti, Senadora Vanessa, do PCdoB do nosso companheiro Osmar Júnior, e também o Senador Crivella.

Muito já aprendemos aqui sobre a história, já ouvimos tantos como o nosso companheiro Deputado Assis Carvalho, que também cumprimentamos; o Deputado Hugo Napoleão; o Deputado Paes Landim; o Ismar Marques, que representa aqui o Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, Deputado Themístocles Filho; e também nosso escritor e jornalista Laurentino Gomes.

Queremos saudar os demais Senadores e Senadoras, saudar os Deputados Federais do Estado do Piauí, Nazareno Fonteles, Jesus Rodrigues, o Secretário e Ex-Deputado Federal Dr. B. Sá, demais autoridades do nosso querido Estado do Piauí, homens e mulheres que vieram para esta solenidade.

Mas muito já aprendemos nesta tarde, meu caro Presidente Wellington Dias. Mas é preciso que a gente possa reafirmar aquilo que é bom e que é positivo.

Quando D. João VI resolveu voltar para Portugal, pelas circunstâncias da vontade do povo do Brasil, na construção da sua independência, preocupado com o movimento nacionalista que se avolumava de forma rápida, mandou para o Brasil um dos seus principais comandantes, acostumado a guerras na Europa e a combater também os franceses com Napoleão Bonaparte em vitórias que foram, ao longo dos anos, importantes para Portugal: enviou seu afilhado Fidié ao Piauí para criar o Brasil do Norte, com os Estados do Piauí, do Maranhão e do Grão-Pará, envolvendo aí os Estados do Pará e do Amazonas hoje.

Fidié chega ao Brasil, em Oeiras, e toma posse como Governador das Armas no dia 16 de agosto de 1922, portanto um mês e doze dias antes do Grito do Ipiranga, da Independência do Brasil. E a partir de então não tem sossego, porque logo no dia 19 de outubro de 1822, a irreverência dos piauienses do Norte, lá na Parnaíba, comandados por Simplício Dias, Presidente do Senado da Câmara de Paranaíba, por Leonardo Castello Branco, com sua juventude e sua impaciência, e por João Cândido de Deus, declararam a independência do Piauí. Isto foi no dia 19 de outubro de 1822, portanto pouco tempo depois de declarada a Independência do Brasil, em anos, meu caro Laurentino, em que não havia absolutamente nenhuma facilidade para comunicação. Daí a grandeza que representa esse grito de independência na nossa querida cidade de Parnaíba.

Fidié, que se dizia estrategista, cometeu um grande erro deixando a capital Oeiras para combater lá a revolta pela independência do norte do Piauí. Foi aí que começou a sua desgraça e foi aí que começou a história da nossa independência. Passou por Campo Maior, por Piracuruca, demorou quase dois meses para chegar a Parnaíba, onde se demorou quase dois meses também. Quando voltou, a história fala da sua passagem por Piracuruca e por um combate que, na realidade, em Piracuruca, na Lagoa do Jacaré, não havia nenhum preparo e foi mais uma corrida, foi mais uma perseguição de desmandos cometidos em Piracuruca, pois todas as casas que ficaram abandonadas tiveram seus bens subtraídos pelo grupo que andava com Fidié.

E dali, em 13 de março, se encontram na cidade de Campo Maior, às margens do rio Jenipapo, onde um exército improvisado e sem nenhuma preparação dos brasileiros, como já foi bem dito aqui, de homens e mulheres, de agricultores familiares, usando armas como garruchas, como as lazarinas, as bate-buchas,

machados, foices e facões foram ao combate e perderam a guerra, comandados por Luís Rodrigues Chaves, combatente exemplar que, mesmo perdendo a guerra e tendo mais de duzentos mortos e de quinhentos feridos, foi fundamental para a história da nossa independência. E aquilo que o Deputado Assis Carvalho colocou aqui, assim como o nosso Deputado Federal Hugo Napoleão, de que houve subtração da munição, das armas, mas também soltaram os animais depois, no descanso pós-guerra dos portugueses. E aí enfraqueceram todos os planos do comandante Fidié, que resolveu, de forma enfraquecida, mudar seu rumo e, em vez de voltar para Oeiras, seguiu a atravessar em Estanhado, hoje União, para a cidade de Caxias.

Felizmente, nosso Presidente José Sarney não está aqui, mas, à época, Caxias tinha um decidido apoio e uma excelente relação com a Coroa Portuguesa. Fidié foi para Caxias porque esperava receber o apoio de Portugal, que, durante quase três meses, não chegou.

E aí, Luís Rodrigues Chaves, junto com Manuel de Sousa Martins, já comandando o Exército, com cearenses, com maranhenses e com piauienses, saíram em perseguição ao comandante Fidié.

Em 24 de janeiro, meu caro Assis, na nossa querida Oeiras, foi o dia constitucional da independência do Piauí. Manuel de Sousa Martins foi à Câmara do Senado de Oeiras e declarou, em sessão solene, a independência do Estado do Piauí.

Uma semana, dez dias antes, no dia 13 de dezembro, a noite da chicotada, da chibatada, na realidade, foi um plano bem feito, estrategicamente pensado na casa do brigadeiro Manuel de Sousa Martins, e lá não só prenderam os guardas, mas, sobretudo, tomaram conta dos armamentos que estavam lá e também de toda a pólvora e de toda a munição. Começava ali a independência do Piauí, na cidade de Oeiras.

Mas aí, de Caxias, não teve outra saída para Fidié. Sitiado no morro do Alecrim, ele se entregou e, graças a Deus – como disse aqui o nosso Senador Wellington Dias –, pela experiência, pela capacidade de articular de Manuel de Sousa Martins, porque o sentimento da grande maioria de exército piauiense, dos soldados que se juntaram vindos do Ceará e também do Maranhão, é para que se linchasse ali mesmo Fidié e sua tropa.

Mas o comandante, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins se conteve e disse: "Não! Não é dessa forma! Vamos prendê-lo! Vamos torná-lo prisioneiro!" E assim o fez. Levou-o para Oeiras, onde ficou preso por algum tempo, de onde foi para Salvador, na Bahia, depois para o Rio de Janeiro, como frisou aqui muito bem o nosso Senador Wellington Dias. Lá ele teve a oportunidade

de escrever suas memórias, fundamentais para os registros históricos, da história, da Independência do Brasil, da nossa independência do Piauí.

Quero, para não ser repetitivo, porque existem muito mais detalhes, Sr. Presidente, Senador Wellington Dias, dizer que há pouco tempo Laurentino Gomes resolveu visitar o Piauí, junto com o nosso companheiro Fonseca Neto, professor da Universidade Federal do Piauí e também historiador. Fizeram uma visita ao monumento do Jenipapo, foram a Campo Maior, no dia 13 de junho, Festa de Santo Antônio. Lá contemplam a beleza de nossa religiosidade, do alto do monumento que foi feito para o Jenipapo. Viu ao vivo o acontecido e os registros feitos pelo povo do Piauí da história do Jenipapo. A partir de então, pela beleza da leitura dos livros 1808 e 1822, o País todo, o Brasil todo e também o Piauí passaram a conhecer uma história importante de sua independência e também da independência do Brasil.

Vale registrar que piauienses como Abdias Neves, meu caro Deputado Hugo Napoleão, como Abdias Neves, como Wilson Brandão, como Monsenhor Chaves, como Fonseca Neto, como Paulo Nunes têm registros irreparáveis da nossa história da independência do Piauí e da Batalha do Jenipapo.

Mas foi Deus que fez, com o conhecimento que tem, com a história que tem, Laurentino Gomes fazer com que este registro pudesse ser nacionalmente reconhecido.

Portanto, meu caro Presidente Wellington Dias, no momento em que agradecemos a V. Ex^a a lembrança – o que também já foi lembrado nesta Casa por outros Senadores do Piauí –, queremos fazer os agradecimentos ao Senado Federal, em nome do nosso Presidente José Sarney e de todos os Senadores e Senadoras, pela oportunidade desta sessão especial em homenagem à nossa história, à nossa gente e à bravura do povo do Piauí.

Queremos, portanto, fazer mais um pedido. E aí vale, agora, a necessidade que tem o Estado do Piauí, um Estado que vem se transformando ao longo dos anos; cada um dos seus governantes, fazendo a sua parte, colocando o seu tijolo.

Reconhecemos o tanto que avançamos nos últimos oito anos da gestão do nosso Senador Wellington Dias. Mas nós precisamos muito que os Pares do Senador Wellington Dias nesta Casa possam ajudar tanto ele como o Senador Ciro Nogueira e o Senador João Vicente Claudino para que a independência verdadeira do Piauí, a transformação de nossas riquezas, de nossas potencialidades possam ser verdadeiramente importantes e priorizadas por esta Casa, pelo Senado Federal no sentido de que a gente possa avançar

a passos largos, comemorando o fato que aconteceu recentemente, no ano de 2008: o Piauí ser um dos Estados que teve o maior crescimento do Produto Interno Bruto.

Por isso, devemos correr a favor desta corrente importante de desenvolvimento do nosso País, da sua infraestrutura, que foi implementada pelo nosso querido ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, meu caro Presidente Wellington Dias, nossos agradecimentos fraternos a esta Casa, ao Senado Federal, pela lembrança e pela oportunidade de estarmos aqui, falando e enaltecedo a bravura do povo piauiense.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos ao Governador Wilson Martins. Tenho certeza, posso afirmar aqui a todos desta Casa, de que contará com o apoio não só do Senado, mas, também da Câmara Federal e com o apoio da nossa Presidente Dilma, da sua equipe, para que possamos prosseguir neste importante projeto em nome do qual o povo o elegeu.

Agradecendo a todos os presentes, lembro aqui aos nossos amigos Senadores os compromissos que tratamos aqui. Foi dito na fala também do Presidente Sarney, da Senadora Vanessa, do Senador Mozarildo, do Senador Crivella, da Senador Gleisi, do Senador Cristovam, do Senador Humberto que podemos agilizar uma audiência pública a partir da qual se permitirá a votação de um projeto de lei que reconhece como data comemorativa nacional o 13 de março.

Dito isso, agradecendo a todos os presentes, registro também a presença da Dona Carmen Gomes, que esteve no Piauí, esposa do Laurentino Gomes. Ela não subiu a escada do monumento de Jenipapo com ele, que fez um grande exercício físico. Registro

a presença também da nossa querida Regina Souza e do meu querido Urbano, ex-Presidente da Fetag, que também há pouco estava aqui.

Enfim, agradecendo a todos os homens e mulheres, a todos os piauienses, aos meios de comunicação, que, por intermédio da TV Senado, acompanharam, repito aqui, esta sessão, que foi transmitida pela TV Assembleia Legislativa, presidida pelo nosso Presidente Themístocles Filho; ao meu querido Ismar. Também foi transmitida pela TV Antares, que é a TV estatal do Estado. Houve também transmissões pelas nossas TVs privadas Cidade Verde, Meio Norte, Antena 10 e por outros meios de comunicação do nosso Estado.

Nossos agradecimentos a todos que colaboraram para este momento.

A Presidência agradece às personalidades que nos honraram com o seu comparecimento, à banca federal. Registro aqui que, além do Assis Carvalho, também o Jesus Rodrigues participou desta iniciativa neste momento.

Suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos, e, em seguida, será retomado o expediente normal.

Muito obrigado.

(Suspensa às 16 horas e 16 minutos, a Sessão é reaberta às 16 horas e 21 minutos, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 202 DE 2011

Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda sobre a arrecadação e destinação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a. 216, I e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, seja encaminhado **pedido de informações** ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda no sentido de que sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Qual o montante arrecadado, a cada ano, desde 2004, a título da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001?

2. Qual o montante global distribuído, a cada ano, desde 2004, a título de "financiamento de programas de infra-estrutura de transportes", conforme o disposto no art. 1º, § 1º, III, da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001? Deixou-se, em algum ano, de dar às verbas a destinação prevista na referida lei? Se afirmativo, quais foram as razões?

3. Qual o montante distribuído, a cada ano, desde 2004, a cada Unidade da Federação, segundo os critérios estabelecidos em cada um dos incisos I, II, III e IV do § 2º do art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001? Deixou-se, em algum ano, de dar às verbas a destinação prevista nos referidos dispositivos? Se afirmativo, quais foram as razões?

4. Qual o percentual de participação de cada Unidade da Federação, a cada ano, desde 2005, estabelecido pelo Tribunal de Contas da União nos termos do disposto no § 4º do art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001?

Justificação

A lei que instituiu o tributo em questão determina que parcela da arrecadação seja aplicada em financiamento de infra-estrutura de transportes, fato de relevante importância para o estado de Minas Gerais, que detém a maior malha rodoviária do país.

A Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 prevê apenas três destinações possíveis para os recursos da CIDE, conforme o seguinte:

§ 1º O produto da arrecadação da CIDE será destinada, na forma da lei orçamentária, ao:

- I - pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo;
- II - financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e
- III - financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.

Como podemos verificar, nenhuma outra destinação é prevista para os recursos em questão, nem mesmo a de compor valores de superávit primário. Daí ser relevante conhecermos, neste Senado da República, a efetiva destinação dada ao montante arrecadado, especialmente para nos assegurarmos de que o Governo Federal está fazendo as aplicações na forma da lei.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2011.

Senador **ITAMAR FRANCO**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º 203 DE, 2011

Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes sobre a destinação de recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216, I e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista o disposto no art. 1º-A, §§ 1º e 11, da Lei nº 10.336, de 2001, seja encaminhado **pedido de informações** ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Nos termos do o art. 1º-A, §11, da Lei nº 10.336, de 2001, qual o volume de recursos executado anualmente, desde o exercício de 2004, por Estados e Distrito Federal?
2. Discriminar, por Unidade da Federação, o percentual de recursos executados em relação ao que foi disponibilizado nos termos do § 1º do art. 1º-A da mesma lei.

Justificação

A lei que instituiu o tributo em questão determina que parcela da arrecadação seja aplicada em financiamento de infra-estrutura de transportes, de acordo com o tamanho da malha rodoviária, consumo de combustível e população. É de relevante importância para o estado de Minas Gerais, que destaca-se em relação a todos esses critérios, conhecer a destinação desses recursos.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2011.

Senador **ITAMAR FRANCO**

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 204, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor EDISON LOBÃO, Ministro de Minas e Energia, a solicitação para que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, forneça seguintes informações:

1. As razões que justifiquem a deliberação da Diretoria da ANP, em sua 559^a Reunião, realizada no dia 23 de fevereiro de 2010, de excluir os blocos exploratórios de petróleo e gás, situados na bacia do Espírito Santo, da 11^a Rodada de Licitações de Petróleo e Gás Natural.
2. As curvas de produção de petróleo e de gás natural da bacia do Espírito Santo, desde que a ANP começou a monitorar esses dados, bem como a projeção de produção para os próximos vinte (20) anos.

JUSTIFICAÇÃO

A receita gerada pela exploração do petróleo é fundamental para a economia do Estado do Espírito Santo e considerando que a produção de um poço de petróleo é limitada ao seu volume, significam então que as explorações em curso tendem ao declínio e a inviabilidade econômica da produção. Portanto, mais que ganhos adicionais, a inclusão de novos blocos nas rodadas de licitações tem um aspecto estratégico para o Espírito Santo, que é evitar perdas futuras, com a eventual exaustão das áreas já exploradas. É a segunda e consecutiva vez em que o Espírito Santo fica inexplicavelmente fora da rodada de licitações, determinando inaceitáveis prejuízos para o Estado.

Sala das Sessões, em 03 de março de 2011

Senador RICARDO FERRAÇO

(À Mesa para decisão.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 002/2011 – GSMS-+

Brasília, 3 de março de 2011

Ao Presidente do Senado Federal

Senador **José Sarney**

Senhor Presidente,

Tendo participado hoje pela manhã da reunião da Mesa Diretora e proferido discurso no plenário do Senado, solicito ratificar minha presença, que por um lapso, deixei de registrar no painel.

Atenciosamente, – Senadora **Marta Suplicy**, Primeira Vice-Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Iniciamos agora com a relação dos oradores inscritos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para falar como Líder do PSDB.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Como Líder do PSDB, inscrevo o Senador Alvaro Dias.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria pedir minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Gleisi, para uma comunicação inadiável eu já havia solicitado a minha inscrição. Então, V. Ex^a fica sendo a segunda Senadora inscrita para uma comunicação inadiável. (Pausa.)

Repto: eu já havia solicitado a minha inscrição para uma comunicação inadiável. Então, V. Ex^a fica inscrita como segunda oradora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Segunda. Está ótimo! Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senadora.

Então, reiniciando os nossos trabalhos, convido agora para fazer uso da palavra, como primeiro orador inscrito, o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a está sendo convidado a usar a tribuna, como primeiro orador inscrito, depois dessa bela sessão que tivemos, patrocinada pelo Senador Wellington Dias, que tratou da Batalha do Jenipapo.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a dispõe de 20 minutos na tribuna como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Vanessa Grazziotin, venho à tribuna no dia de hoje primeiro dizendo que encaminhei à Mesa dois votos de pesar e solidariedade às respectivas famílias.

O primeiro voto, Sr^a. Presidenta Vanessa Grazziotin, refere-se ao nosso colega e amigo ex-Deputado Eduardo Valverde, Líder com certeza do nosso povo, da nossa gente, que, infelizmente, faleceu neste fim de semana.

Sr^a Presidenta, a cena política brasileira, com certeza, nesta semana está mais triste. Faleceu, na última sexta feira, vítima de acidente automobilístico, na BR-364, em Rondônia, o Presidente Regional do PT e ex-Deputado Federal Eduardo Valverde, com quem eu dialogava muito, conversava muito. Ele tinha posições muito firmes, muito claras em defesa do Governo Lula e, consequentemente, em defesa da nossa Presidenta Dilma.

No mesmo acidente, também morreu o radialista Ely Bezerra, Secretário de Organização do Partido dos Trabalhadores e Secretário-Adjunto da Semdestur, em Porto Velho.

Todos, Sr^a Presidenta, com certeza estamos chocados e externamos aqui as nossas condolências e sentimento de solidariedade não somente ao PT, como também a todos os seus familiares.

Valverde eu aprendi a respeitar. Era um defensor dos direitos humanos e da floresta amazônica, um lutador cotidiano e incondicional em favor dos direitos e conquistas de todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso País. Aprendi a respeitá-lo, Sr^a Presidente, porque, em inúmeros momentos, tive a satisfação de dialogar e debater com ele e sempre percebi nele muita convicção naquilo que defendia e naquilo em que acreditava.

Recebi dos companheiros do PT lá de Rondônia, ainda no fim de semana, o comunicado. Eles não me pediram, mas fiz questão de vir à tribuna encaminhar este voto de solidariedade a esse grande líder que nós perdemos. O voto já foi encaminhado à Mesa; V.

Ex^a terá oportunidade de encaminhar e já se propõe a assinar junto.

Sra Presidenta, é com tristeza que também registro neste momento um falecimento, lá no meu Rio Grande, mais precisamente, em Osório, cidade do meu litoral. No sábado, foi assassinado o jovem Tairone Silva, de 17 anos. Tairone levou dois tiros, um deles a queima roupa, dados por um policial.

O crime comoveu a cidade. Ele foi velado na Câmara de Vereadores, e o Prefeito Romildo Bolzan, do PDT, decretou luto oficial de três dias, Senador Cristovam.

Infelizmente, Sra Presidenta, fatos como esse ocorrem diariamente no Brasil. Tairone Silva era negro. Conforme dados do Mapa da Violência 2011, em cada três assassinatos no Brasil, dois são de jovens negros. Em 2008, morreram 103% mais negros do que jovens que não são negros. Dez anos antes, essa diferença já existia, mas era de 20%. De 2005 para 2008, as taxas de assassinatos entre os negros subiram 12,1%.

O cenário é muito pior entre os jovens de 15 a 24 anos. Os assassinatos entre os jovens negros passaram de 11.308 para 12.749 – um aumento de 13%.

Esse jovem era lutador de boxe, destacou-se nacionalmente, era uma referência do esporte e, no dia anterior do seu assassinato, já falava para sua mãe que um policial tinha colocado um revólver na sua boca e ameaçado matá-lo. Infelizmente, foi o que veio a acontecer no dia posterior.

Por isso, Sra Presidente, de forma muito respeitosa, peço à Casa que aprove os dois requerimentos, o do jovem pugilista e o desse líder, não só do nosso Partido, mas também um líder que tinha conquistado o carinho e a credibilidade, tenho certeza, de todos os Deputados Federais e do povo de Rondônia.

Sra Presidenta, ainda quero fazer um registro, neste momento, do julgamento que teremos no Supremo Tribunal Federal referente ao piso nacional dos professores.

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar, na próxima quinta, dia 17, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 4.167, que contesta alguns pontos da Lei Nacional do Piso dos Professores, sancionada em 2008 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os professores estão desejosos de que essa ação seja votada e têm certeza de que será favorável à categoria. Já defendi a matéria aqui várias vezes e acompanhei também a defesa aqui feita pelo Senador Cristovam diversas vezes.

Sra Presidente, necessitamos que o Estado brasileiro reconheça o valor e o trabalho dos nossos professores. O piso nacional foi o primeiro passo dado. Foi aprovado por unanimidade nesta Casa – lembro-me,

um trabalho brilhante do Senador Cristovam e também da Senadora Ideli Salvatti.

É importante destacar que o Governador do meu Estado, o Rio Grande do Sul, Tarso Genro, apresentou, no dia 20 de janeiro, requerimento ao Ministro Joaquim Barbosa demonstrando o seu desinteresse pelo objetivo dessa ação. Explico.

A Governadora anterior tinha entrado com uma ação no Supremo, junto com outros quatro Governadores, para considerar inconstitucional o piso dos professores. O Governador eleito, Tarso Genro, apresentou, no dia 20 agora, a sua posição, deixando claro que ele não é contra; pelo contrário, é a favor do piso dos professores.

A posição do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul – CPERGS, é a de que a implantação do piso nacional deve acontecer rapidamente.

No meu entendimento, é fundamental que todos os Estados reconheçam, Senador Cristovam – tenho insistido em falar no seu nome, porque sei dessa sua luta –, o piso nacional como vencimento básico da carreira de professor e que tanto a União como os Estados federados criem as condições financeiras para seu pagamento.

O Governo Federal vem implantando, nos últimos anos, uma série de medidas e ações públicas que colocam a educação como um dos eixos básicos para o avanço e o desenvolvimento tanto regional como nacional – foi essa a fala, inclusive, da Presidenta Dilma a todo o País em rede de televisão.

Se a educação é ponto de convergência para a nação que sonhamos e buscamos, é inadmissível que seus trabalhadores, ou seja, seus mestres, os professores, aqueles que ensinam, não sejam reconhecidos como tais, por um piso mínimo, que, eu diria, fica em torno aí de dois salários mínimos.

A remuneração é apenas um ponto dessa questão. Sobre isso, nosso País está avançando. Não tenho dúvida alguma de que a não aplicação da lei federal que cria o piso nacional dos professores seria um enorme retrocesso. Reitero aqui todo o apoio ao pleito dos professores brasileiros.

Sr. Presidente, ainda no meu tempo, aproveitando a presença do ex-Senador Ulisses Riedel de Resende, que está aqui conosco, quero fazer um registro, de que o nosso amigo Ulisses Riedel de Resende, diretor técnico do Diap e presidente da União Planetária, vai lançar amanhã, dia 15 de março – para quem não sabe, é a data do meu aniversário e todo mundo tem de me cumprimentar amanhã; eu já avisei outro dia e estou avisando hoje: no mínimo, um cumprimento! -, data do meu aniversário, às 18 horas e 30 minutos, na Biblioteca do Senado Federal, um livro muito, muito in-

teressante que revela as suas reflexões sobre as causas da miséria e sua superação. Nesse livro, que eu li porque recebi de forma antecipada – não o li todo, mas já li partes, Ulisses; senão, quando eu descer, ele me pergunta página por página –, ele viaja por questões sempre atuais, resgatando o valor delas para a nossa sociedade. São pontos cruciais, como a importância da solidariedade.

Ele não para aí: propõe ações concretas para resolver o problema da miséria em nosso País. Ele sugere, por exemplo – eu encontrei Ulisses quando entrei aqui; eu disse que ia falar aqui, ele me disse para dar o destaque a esta parte e estou dando destaque, estava escrito aqui -, a criação da Autoridade Pública para a inclusão social e o estímulo à organização em cooperativas especiais protegidas pelo Estado.

Sabemos que a superação da miséria não se dará, segundo ele e eu também concordo, por obra de um único governo, mas pelo produto do esforço do Estado e de toda a sociedade. Precisamos, a exemplo do que já vem fazendo a Presidenta Dilma, engajar-nos nessa luta, que deve ser de todos os Poderes da República e, naturalmente, de toda a sociedade brasileira.

Ulisses Riedel é advogado trabalhista, humanista e militante social. Foi também Senador da República, ainda que por um curto período, concluindo o mandato do inesquecível, já falecido, Senador Lauro Campos.

Faço questão de estar presente, Ulisses, no lançamento do seu livro, que vai ser amanhã, dia 15, às 18 horas e 30 minutos, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, aqui, no Senado Federal. Parabéns, Ulisses, pelo seu livro!

Por fim, Sr. Presidente, eu só quero registrar que a Federação das Associações da Síndrome de Down enviou convite para participarmos dos eventos relativos ao Dia Internacional da Síndrome de Down, que será dia 21 de março. Dia 21 de março é também o Dia Internacional da Luta Contra os Preconceitos. Dia 21 de março foi escolhido por ser também o Dia Internacional da Síndrome de Down.

A síndrome é causada pela trissomia do cromossomo 21. Ou seja, o cromossomo 21, em vez de se dividir em dois, divide-se em três. O Senador Mozarildo está entendendo o que estou dizendo; eu estou lendo, mas não estou entendendo muito, porque é uma questão mais da sua área, a área médica.

No entanto, mais do que explicar o porquê da escolha, essa data marca o Dia Internacional da Síndrome de Down e foca naquilo que diferencia os seres humanos.

Quero neste momento focar no que nos torna iguais: todos somos capazes de sentir, de aprender e de desenvolver-nos. A deficiência, seja ela qual for,

não traz em si a sentença do fracasso pessoal ou individual, do insucesso na vida. Sempre digo que temos de dar oportunidade àqueles que têm algum tipo de deficiência, porque eles mostrarão toda a sua capacidade nas outras áreas. No relato de muitos pais de crianças com síndrome de Down, é comum o sentimento de que a notícia de que seu filho é uma criança com Down é impactante. Muitas vezes, essa notícia é passada pelos médicos e fica marcada, como se a criança não soubesse e não pudesse desenvolver-se em outras áreas.

Quero aqui destacar que ouvi muito os pais e familiares de pessoas com deficiência e repito muito isto: as deficiências nessa ou naquela área ou uma deficiência física não querem dizer que essa criança – ou esse adulto – não possa desenvolver sua atividade em outra área.

Sr. Presidente, quero ainda permitir, no meu tempo, um aparte ao Senador Cristovam e pedir que V. Ex.^a considere, na íntegra, esta minha fala.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, quero, em primeiro lugar, dizer que seu discurso me ajuda a corrigir uma declaração que dei, há algumas semanas, exatamente sobre a posição do Governo do Rio Grande do Sul em relação ao pedido de declaração de inconstitucionalidade do piso salarial. Naquela época, eu ainda não sabia que o Governador Tarso Genro tinha tirado a assinatura do Governador. Quero aqui parabenizá-lo e dizer que isso faz com que o Estado do Rio Grande do Sul assuma uma posição muito melhor do que aquela que via enquanto estava ao lado de quatro Governadores que pediram a inconstitucionalidade de uma lei tão óbvia como é o piso salarial do professor. Se fosse pelo argumento de que não tinha dinheiro – esse, primeiramente, não é um argumento suficiente para justificar a inconstitucionalidade –, era preciso vir aqui buscar dinheiro do Governo Federal, como, aliás, a própria lei do piso salarial já prevê. Ou, então, como eu disse, que o Governador incapaz de pagar um piso tão pequeno entregue suas escolas para o Governo Federal e começemos aquilo que acho que é a única saída para a educação brasileira: a federalização da educação de base. Fazer toda escola do Brasil igual ao Colégio Pedro II, que é federal; às escolas técnicas, que são federais; aos colégios de aplicação, que são federais e que têm como média a melhor entre todas do Brasil. As escolas federais têm uma média melhor, pelo Ideb, do que as particulares – não que a melhor particular seja pior do que a melhor federal, mas, na média, as federais têm uma média melhor. Então, quero aqui parabenizar o Governador Tarso Genro e dizer que espero que agora os juízes entendam que, de todos os 27 Governadores, apenas

quatro entraram com isso – e não os mais pobres, como o próprio Rio Grande do Sul não é dos mais pobres. E, se o argumento da constitucionalidade é o fato de que o Governo Federal não pode interferir, faz pouco tempo que a gente decidiu qual é o salário mínimo. Nenhum Governador disse que era constitucional. Aliás, 123 anos atrás, a Princesa Isabel declarou a abolição dos escravos em todas as províncias brasileiras. Nenhuma alegou constitucionalidade. Ainda bem que não foi agora que a Lei Áurea saiu, senão alguns Governadores iam dizer que era constitucional, porque ia atrapalhar as finanças e a produção agrícola dos seus Estados. Então, eu quero deixar aqui os meus cumprimentos ao Governador Tarso Genro e espero que os outros quatro Governadores, que substituíram os que antes estavam, façam o mesmo, que retirem as suas assinaturas, que desfaçam esse pedido de constitucionalidade de uma lei tão importante quanto foi a Lei do Piso Salarial do Professor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a me permite? Serei muito breve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Também gostaria de cumprimentá-lo não como Senadora somente, mas como professora integrante da direção que fui da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE hoje – na minha época, CPB, Confederação de Professores do Brasil. E dizer que talvez essa tenha sido uma das maiores conquistas da categoria, primeiro com a criação do Fundef e agora do Fundeb. São medidas que vão fazendo avançar a qualidade da educação brasileira e promovem a inclusão não só de jovens, mas de adultos também no processo educacional. Quero dizer, Senador Paulo Paim, que nós poderíamos ir lá acompanhar o julgamento da sessão no Supremo, no dia em que for votado, porque compartilho com sua opinião, com a opinião do Senador Cristovam Buarque, a respeito do assunto. Não há constitucionalidade a ser declarada diante dessa lei. Não há. Tantas outras regras nacionais foram aprovadas e continuam vigorando até hoje. Portanto, parabenizo V. Ex^a e também transmito em meu nome... Salvo engano, o Governador Tarso Genro retirou o Estado do Rio Grande do Sul ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente. Foi esse o destaque que eu...

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – ... daqueles Estados proponentes da Ação Direta de Inconstitucionalidade, da Adin. Parabéns a V. Ex^a que

vem do Rio Grande do Sul, ao Governador Tarso Genro. Era isso mesmo que os professores, que o Magistério do Brasil inteiro esperava de um Governador comprometido com o País, comprometido com a educação.

(*Interrupção do som.*)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Paim, então, ficam os meus cumprimentos a V. Ex^a e aqui a ideia de que possamos fazer uma comitiva, para que, no dia do julgamento, possamos acompanhar de perto uma votação, que não é importante para o Magistério, mas para a educação, para o Brasil como um todo. Parabéns, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, nosso Líder, eu quero só registrar nos Anais da Casa este pronunciamento – porque naturalmente eu não vou ler, sei que o meu tempo terminou –, em que eu faço uma homenagem ao grande ex-Senador Abdiás do Nascimento, que hoje completa 97 anos. Abdiás dedicou a sua vida na luta contra todo tipo de preconceito. Então, eu queria pedir a V. Ex^a esse registro.

E, quanto ao outro, se V. Ex^a permitir, vou ler só a introdução, são duas linhas: Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro voto de solidariedade aos familiares do ex-Governador e ex-Senador Mário Covas Júnior, pelos 10 anos da sua morte.

Era isso e obrigado.

Peço que V. Ex^a considere na íntegra os meus pronunciamentos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de solidariedade aos familiares de Mario Covas Júnior, pelos 10 anos de sua morte.

Mario Covas Júnior nasceu em Santos, SP, em 21 de abril de 1930, filho de Mario Covas e Arminda Carneiro Covas. Casado com Florinda Gomes Covas, teve dois filhos, Renata e Mario, e quatro netos: Bruno, Gustavo, Mario e Sílvia. Ele faleceu no dia 6 de março de 2001. Deputado Federal, Senador, Prefeito do Município de São Paulo e Governador do Estado de São Paulo.

Cursou o primeiro grau no Colégio Santista e o segundo grau no Colégio Bandeirantes, em São Paulo, onde também se graduou em Química Industrial e foi em seguida professor. Formou-se engenheiro civil

pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, turma de 1955. Teve intensa militância na política estudantil dos anos 50 e foi vice-presidente da UNE - União Brasileira dos Estudantes - em São Paulo. Formado, prestou concurso público na Prefeitura de Santos, onde trabalhou como engenheiro até 1962.

Candidatou-se a prefeito de Santos em 1961, pelo PST, obtendo o segundo lugar na votação. No ano seguinte, e pelo mesmo partido, elegeu-se deputado federal. Com a extinção dos partidos políticos em 1966, foi um dos fundadores do MDB, pelo qual nesse mesmo ano se reelegeu deputado federal.

Covas foi então escolhido líder da bancada oposicionista na Câmara dos Deputados. Aos 37 anos de idade, o jovem parlamentar liderava uma bancada composta por figuras expressivas da vida política brasileira, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Yvete Vargas, entre outros.

Desde o primeiro mandato, iniciado em 1963, até o final do segundo, em 1968, Mario Covas foi todos os anos incluído na lista dos melhores parlamentares, organizada anualmente pelos jornalistas que cobrem o Congresso Nacional.

Em 16 de janeiro de 1969 teve seu mandato cassado pela ditadura militar e os direitos políticos suspensos por dez anos. Alijado da vida política do País, Mario Covas dedicou-se a atividade privada, como engenheiro.

Embora proscrito, Covas nunca perdeu contato com seus companheiros e com a política. Ao recuperar a plenitude de seus direitos políticos, em 1979, foi nesse mesmo ano eleito presidente do MDB de São Paulo. Com a extinção do MDB, foi o principal articulador da fundação do PMDB e seu presidente estadual em três mandatos.

Eleito deputado federal com 300 mil votos em 1982, foi nomeado em março de 1983 secretário dos Transportes do Governo Montoro. Indicado por Montoro e aprovado pela Assembleia Legislativa, tornou-se prefeito da capital paulista em 10 de maio, cargo que ocupou ate 31 de dezembro de 1985.

Após deixar a Prefeitura, Mario Covas foi eleito senador, em 1986, com a maior votação da história do Brasil até então: 7,7 milhões de votos. Líder do seu partido na Assembleia Nacional Constituinte, Covas foi o grande articulador das comissões temáticas que garantiram a participação democrática de todos os segmentos organizados da sociedade na elaboração da Carta Magna.

Em junho de 1988, Mario Covas foi um dos fundadores do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira - e, meses depois, seu presidente nacional. No ano seguinte, 1989, seu partido o fez candidato a

presidente da República, eleição em que obteve o quarto lugar. Em 1990, outra vez o PSDB o fez candidato, desta vez a governador, ficando em terceiro lugar.

Prestes a encerrar seu mandato de senador, Mario Covas foi eleito governador do Estado de São Paulo em 1994 com 8,6 milhões de votos e reeleito em 1998 com 9,8 milhões.

Este grande político brasileiro muitas vezes foi incompreendido, mas eu estive com ele na Assembleia Geral Constituinte e a cada palavra e a cada gesto de Mario Covas todos paravam para ouvir.

Ele por diversas vezes atuou como mediador com os setores mais conservadores para aprovarmos os direitos sociais na Constituição.

Para tanto gostaríamos que voto fosse encaminhado para Fundação Mario Covas, no seguinte endereço: Rua 7 de Abril, 59 - 2º andar - Centro - São Paulo, SP. CEP 01043-900.

SEGUEM, NA ÍNTegra, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –Sr Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a cena política brasileira está triste. Faleceu na última sexta-feira, vítima de acidente automobilístico, na BR 364, em Rondônia, o presidente regional do PT, ex-deputado federal Eduardo Valverde.

No mesmo acidente também morreu o radialista Ely Bezerra, secretário de organização do Partido dos Trabalhadores e secretário adjunto da Semdestur, em Porto Velho.

Todos nós estamos chocados e externamos aqui nossas condolências e sentimentos de solidariedade aos seus familiares. Valverde era um defensor dos direitos humanos da floresta amazônica, e um lutador cotidiano e incondicional dos direitos e conquistas de todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Sr. Presidente, foi com tristeza que recebi no sábado a notícia do assassinato do jovem Tairone Silva, de 17 anos, ocorrido na cidade litorânea de Osório, Rio Grande do Sul.

Tairone levou dois tiros, um deles à queima-roupa. O crime comoveu a cidade. Ele foi velado na Câmara de Vereadores e o prefeito Romildo Bolzan decretou luto oficial de três dias.

Infelizmente, fatos como este ocorrem diariamente no Brasil. Tairone Silva era negro.

Conforme dados do Mapa Violência 2011, no Brasil, em cada três assassinatos, dois são de negros.

Em 2008, morreram 103% mais negros que brancos. Dez anos antes, essa diferença já existia, mas era de 20%.

De 2005 para 2008, as taxas de assassinatos entre os negros, subiram 12,1%. O cenário é ainda pior entre os jovens (15 a 24 anos).

Os assassinatos entre os jovens negros passaram de 11.308 para 12.749 – aumento de 13%.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, peço, respeitosamente, que esta Casa aprove requerimentos de minha autoria com o objetivo de levar voto de pesar e solidariedade aos familiares das vítimas que aqui citei.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar na próxima quinta-feira, dia 17, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) Nº 4167 que contesta alguns pontos da Lei Nacional do Piso dos Professores, sancionada em 2008, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os professores estão desejosos de que essa ação seja votada favoravelmente à categoria. O que eu concordo.

Necessitamos que o Estado brasileiro reconheça o valor e o trabalho dos nossos professores. O Piso Nacional foi o primeiro passo dado.

Importante destacar que o governador do estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, apresentou, no dia 20 de janeiro, requerimento ao ministro Joaquim Barbosa, demonstrando seu desinteresse pelo objetivo dessa ação.

A posição do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato – é de que a implantação do piso nacional deve acontecer independentemente do resultado do julgamento do STF.

No meu entendimento é fundamental que todos os estados reconheçam o Piso Nacional como vencimento básico da carreira de professor. E que tanto a União como os estados federados criem condições financeiras para o pagamento do mesmo.

Sr. Presidente, o governo federal vem implantando nos últimos anos uma série de medidas e ações públicas que colocam a educação como um dos eixos básicos para o avanço e o desenvolvimento tanto regional como nacional.

Se a Educação é ponto de convergência para a nação que sonhamos e buscamos é inadmissível, que os seus trabalhadores, ou seja, os mestres, os professores, aqueles que ensinam, não sejam reconhecidos como tal.

A remuneração é apenas um ponto desta questão. E sobre isso o nosso País está avançando. Eu não tenho dúvida alguma.

A não aplicação da Lei Federal que cria o Piso Nacional dos Professores é um retrocesso.

Reitero aqui o total apoio ao pleito dos professores brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de registrar que o meu amigo, Ulisses Riedel de Resende, diretor Técnico do DIAP e presidente da União Planetária, irá lançar amanhã, dia 15 de março, às 18h30, na Biblioteca do Senado Federal, um livro muito importante, em que revela suas reflexões sobre “As Causas da Miséria e Sua Superação”.

Nesse livro ele viaja por questões sempre atuais, resgatando o valor das mesmas para nossa sociedade. São pontos cruciais como a importância da solidariedade, por exemplo. Mas, ele não pára por aí, ele propõe ações concretas para resolver o problema da Miséria em nosso País.

Ele sugere, por exemplo, a criação da Autoridade Pública para Inclusão Social e o estímulo a organização em cooperativas especiais protegidas pelo Estado.

Sabemos que a superação da Miséria não será obra de um único Governo, mas produto do esforço do Estado. Precisamos, a exemplo do que já vem fazendo a presidente Dilma Rousseff, nos engajar nessa luta, que deve ser de todos os poderes da República e da sociedade Brasileira.

Ulisses Riedel é advogado trabalhista, humanista e militante social. Foi também senador da República, ainda que por um curto período, concluindo o mandato do falecido senador Lauro Campos.

Faço questão de estar presente no lançamento do seu livro e gostaria de convidar a todos para prestigiar esse evento cultural, que acontecerá amanhã, às 18h30, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, aqui no Senado Federal.

Parabéns Ulisses Riedel pela iniciativa e conte com nosso apoio.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Federação das Associações Síndrome de Down enviou convite para participar dos eventos relativos ao Dia Internacional da Síndrome de Down, que será dia 21 de março.

O dia 21 de março foi escolhido para ser o dia internacional da síndrome de down porque a síndrome é causada pela trissomia do cromossomo 21, ou seja, o cromossomo 21 ao invés de se dividir em dois, divide-se em 3. No entanto, mais do que explicar o porquê da escolha dessa data para marcar o dia internacional da síndrome de down e focar naquilo que diferencia os

seres humanos, quero neste momento focar no que nos torna iguais.

Todos somos capazes de sentir, de aprender e de desenvolver-nos. A deficiência, seja ela qual for, não traz em si a sentença de fracasso pessoal, de insucesso na vida.

No relato de muitos pais de crianças com síndrome de down é comum o sentimento de que a notícia de que seu filho é uma criança com down é algo impactante, e que muitas vezes essa notícia é passada pelos médicos de forma a estigmatizar essa criança, colocando-a como alguém que nunca terá uma vida independente.

A primeira sensação é de pessimismo, de impotência diante do inesperado. Depois, através do amor e do carinho por seu filho, os relatos, quase que unanimemente, são de que eles passaram a aprender com seu filho, com a sensibilidade que essas crianças demonstram, com a capacidade de autonomia delas, com a capacidade para o estudo e para o trabalho.

Sr. Presidente, nós temos, nesta Casa, exemplos de que essas pessoas estão perfeitamente aptas a viver sua capacidade laboral. No setor de higienização de livros da Biblioteca do Senado, por exemplo, trabalham oito jovens com deficiência intelectual, sendo dois deles com síndrome de down.

Na minha visão, mais importante do que cair no erro das visões estereotipadas, é acreditar que vale a pena investir na educação de uma criança com síndrome de down, que vale a pena crer no seu futuro, que ela pode ser uma criança e um adulto com autonomia, uma pessoa feliz.

Desejo sucesso a todos que estão empenhados nessa contínua luta em defesa da plena cidadania das pessoas com síndrome de down!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaria de registrar junto aos Srs. E Sras Senadoras e a todos que nos escutam e nos vêem em suas casas ou em seu trabalho, que no dia de hoje, o nosso ex-Senador Abdias do Nascimento, está completando 97 anos.

Todos sabem que o nosso Senador Abdias, é um dos maiores defensores da cultura e da igualdade para as populações afrodescendentes no Brasil. Trata-se de um intelectual de grande importância para a reflexão e atividade sobre a questão do negro na sociedade brasileira.

Abdias registra uma trajetória longa e produtiva, indo desde o movimento integralista, passando por atividade de poeta (com a Hermandad, grupo com o qual viajou de forma boêmia pela América do Sul),

até ativista do Movimento Negro, ator (criou em 1944 o Teatro Experimental do Negro) e escultor.

Após a volta do exílio (1968-1978), ele ingressou na vida política (foi deputado federal e senador da República), além de colaborar fortemente para a criação do Movimento Negro Unificado (1978). Em 2006, em São Paulo, criou o dia 20 de novembro como o Dia Oficial da Consciência Negra.

Recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Brasília. Escreveu vários livros, entre eles: Sortilégio e O Negro revoltado.

Abdias foi também, professor benemerito da Universidade do estado de Nova York e Doutor Honoris Causa pelo estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, gostaria de finalizar dizendo que num dos aniversários de Abdias, em uma das muitas homenagens que já fizemos a ele, declamei uma poesia, de minha autoria, que diz:

Abdias, tua vida, Abdias, foi dedicada a essa causa, a nossa causa, à causa da nação negra.

Abdias, meu velho e querido Abdias, o nosso povo há de contar em versos e prosa a tua história. A história de um guerreiro, a história de um lutador.

Os poetas vão lembrar de Abdias, falando de paz, rebeldia e, tenho certeza, a emoção será tão forte como é hoje o que sentimos quando ouvimos a batida do tambor.

Falarão de um homem negro, de cabelos brancos e barba prateada, que, independentemente do tempo, nunca parou.

Fez da sua guerra a nossa batalha, como ninguém. Nunca tombou. Foi dele e é nossa a bandeira da igualdade, da justiça e da liberdade.

Abdias, tu és exemplo para todos nós.

Tu és um homem que viveu à frente do teu tempo.

Que as gotas de sofrimento arrancadas do teu corpo se tornem pérolas, luzes a iluminar a jornada do nosso povo, da nossa gente.

Tu nos deixas uma lição de vida.

Viverás para sempre junto de nós.

A rebeldia de tuas palavras, que somente os guerreiros ousam, estão cravadas na história da humanidade, nos nossos corações e mentes.

Sei que não estás preocupado em agradar a todos, mas sei que a mensagem é: jamais, jamais deixem de lutar e sonhar.

Sonhem, não aquele sonho bonito que tu gostarias que acontecesse num passe de mágica, mas, sim, o sonho que com nossa luta haveremos de tornar realidade.

Esse, sim, será o fruto da tua, da nossa vitória.

Viva a Nação Negra,

Viva Zumbi dos Palmares,
Viva o gigante Abdias do Nascimento!
Vida longa para ti, Abdias!

Parabéns meu nobre amigo, Abdias do Nascimento, e que seu aniversário de 97 anos celebre esse grande homem guerreiro que você sempre foi e, tenho certeza, continua sendo!!!

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 205, DE 2011

Nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento de Tairone Silva.

O esporte nacional acordou de luto neste sábado. Na tarde de sexta-feira (11-3-2011), o boxeador brasileiro Tairone Silva foi assassinado por um policial quando dirigia-se à casa da mãe para uma visita, em Osório, Rio Grande do Sul.

Tairone, 16, tornou-se, em 2010, campeão brasileiro de cadetes (15/16 anos). Mais que isso, o boxeador foi escolhido o melhor atleta daquela competição, independentemente da categoria de peso.

Em fevereiro de 2011 teve seu talento reconhecido internacionalmente ao ser um dos boxeadores brasileiros que representou o País no *Campeonato Internacional de Boxeo Verano de Iquique 2011*, realizado em Iquique, Chile. Retornou ao Brasil com o título de campeão daquela competição na categoria 75Kg.

O Brasil perde mais que um atleta de futuro que tinha o sonho de se tornar um grande boxeador e participar dos Jogos Olímpicos de 2016. Deixa a saudade de um grande companheiro dos colegas do esporte e a imagem de correção e educação dentro e fora do boxe.

Neste momento de dor, quero transmitir meus sentimentos a todos da sua família, parentes, amigos e para tanto, gostaria que o presente voto fosse enviado para Rua Farrapos, 1010 - Bairro Albatroz - Osório - RS - CEP 95520-000 – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO N° 206, DE 2011

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de solidariedade aos familiares de Mario Covas Júnior, pelos 10 anos de sua morte.

Mario Covas Júnior nasceu em Santos, SP, em 21 de abril de 1930, filho de Mario Covas e Arminda Carneiro Covas. Casado com Florinda Gomes Covas teve dois filhos, Renata e Mano, e quatro netos: Bruno, Gustavo, Mano e Sílvia. Ele faleceu no dia 6 de março de 2001. Deputado Federal, Senador, Prefeito do Município de São Paulo e Governador do Estado de São Paulo.

Cursou o primeiro grau no Colégio Santista, e o segundo grau no

Colégio Bandeirantes, em São Paulo, onde também se graduou em química industrial e foi em seguida professor. Formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, turma de 1955. Teve intensa militância na política estudantil dos anos 50 e foi vice-presidente da UNE - União Brasileira dos Estudantes - em São Paulo. Formado, prestou concurso público na Prefeitura de Santos, onde trabalhou como engenheiro até 1962.

Candidatou-se a prefeito de Santos em 1961, pelo PST, obtendo o segundo lugar na votação. No ano seguinte, e pelo mesmo partido, elegeu-se deputado federal. Com a extinção dos partidos políticos em 1966, foi um dos fundadores do MDB, pelo qual nesse mesmo ano se reelegeu deputado federal.

Covas foi então escolhido líder da bancada oposicionista na Câmara dos Deputados. Aos 37 anos de idade, o jovem parlamentar liderava uma bancada composta por figuras expressivas da vida política brasileira, corno Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Yvete Vargas, entre outros.

Desde o primeiro mandato, iniciado em 1963, até o final do segundo, em 1968, Mario Covas foi todos os anos incluído na lista dos melhores parlamentares, organizada anualmente pelos jornalistas que cobrem o Congresso Nacional.

Em 16 de janeiro de 1969 teve seu mandato cassado pela ditadura militar e os direitos políticos suspensos por dez anos. Alijado da vida política do país, Mario Covas dedicou-se à atividade privada, como engenheiro.

Embora proscrito, Covas nunca perdeu contato com seus companheiros e com a política. Ao recuperar a plenitude de seus direitos políticos, em 1979, foi nesse mesmo ano eleito presidente do MDB de São Paulo. Com a extinção do MDB, foi o principal articulador da fundação do PMDB e seu presidente estadual em três mandatos.

Eleito deputado federal com 300 mil votos em 1982, foi nomeado em março de 1983 secretário dos Transportes do governo Montoro. Indicado por Montoro e aprovado pela Assembléia Legislativa, tornou-se

prefeito da Capital paulista em 10 de maio, cargo que ocupou até 31 de dezembro de 1985.

Após deixar a Prefeitura, Mario Covas foi eleito senador, em 1986, com a maior votação da história do Brasil até então: 7,7 milhões de votos. Líder do seu partido na Assembléia Nacional Constituinte, Covas foi o grande articulador das comissões temáticas que garantiram a participação democrática de todos os segmentos organizados da sociedade na elaboração da Carta Magna.

Em junho de 1988, Mario Covas foi um dos fundadores do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira - e, meses depois, seu presidente nacional. No ano seguinte, 1989, seu partido o fez candidato a presidente da República, eleição em que obteve o quarto lugar. Em 1990, outra vez o PSDB o fez candidato, desta vez a governador, ficando em terceiro lugar.

Prestes a encerrar seu mandato de senador, Mario Covas foi eleito governador do Estado de São Paulo em 1994 com 8,6 milhões de votos e reeleito em 1998 com 9,8 milhões.

Este grande político brasileiro muitas vezes foi incompreendido, mas eu estive com ele na Assembléia Geral Constituinte e a cada palavra e a cada gesto de Mario Covas todos paravam para ouvir.

Ele por diversas vezes atuou como mediador com os setores mais conservadores para aprovarmos os direitos sociais na constituição.

Para tanto gostaríamos que voto fosse encaminhado para Fundação Mario Covas, no seguinte endereço: Rua 7 de Abril, 59 - 2º andar - Centro - São Paulo, SP. CEP 01043-900. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Os requerimentos se encontram sobre a mesa e serão encaminhados na forma do Regimento.

A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Fará uso da palavra agora a Senadora Vanessa Grazziotin, na parte de comunicação inadiável.

V. Exª terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa, Líder do nosso Bloco aqui no Senado Federal.

Eu quero dizer que é com muita tristeza que ocupo a tribuna neste momento. Primeiro, porque venho aqui para falar da partida de uma pessoa importante, o genitor, o pai do Senador Inácio Arruda, e sou surpreendida com o pronunciamento do Senador Paulo Paim, que nos trouxe a notícia do falecimento, neste último final de semana, do ex-Deputado Eduardo Valverde,

seu amigo, meu amigo, amigo de todos nós; uma pessoa firme nas suas convicções, que não é Deputado Federal porque se candidatou ao Governo do Estado de Rondônia, senão, sem dúvida nenhuma, estaria de volta à Câmara dos Deputados, e lá, na tarefa árdua, cotidiana na defesa do Governo, daquilo que é certo, que vem sendo encaminhado pelo Governo.

Então, fica aqui o meu abraço, a minha solidariedade aos amigos, à família do Deputado Eduardo Valverde e ao povo de Rondônia, do meu querido vizinho Estado de Rondônia. Quantas vezes participei de atividades naquele Estado juntamente com o Deputado Eduardo Valverde!

Quero dizer também, Sr. Presidente, que, ao cair da tarde da última quinta-feira, dia 10 deste mês, a vida de Francisco Lopes de Arruda, pai do Senador Inácio Arruda, encontrou-se com a eternidade.

“Seu” Lopes, como era conhecido, faleceu aos 97 anos, deixando esposa, filhos, filhas, netos, netas, genro, noras, amigos e muitas amigas com eternas saudades e muitas lembranças de um honrado homem do sertão que viveu na cidade grande tudo o que há para viver.

Orgulhoso filho da localidade de Sítio Madeiro, na pequena e serrana cidade de Mulungu, Ceará, Chico Camundo – apelido de infância que o acompanhou por toda a vida – foi para Fortaleza ainda jovem. Trabalhou no cais do porto, em um hotel do centro da cidade e em outros empregos até se estabelecer como funcionário civil da Base Aérea de Fortaleza. Serviu aos militares da esquadra norte-americana sediados em Fortaleza na II Guerra Mundial, tendo com eles aprendido frases em inglês que deixavam escapar a dureza com que os homens simples eram tratados naqueles tempos, mas que sempre foram motivo de orgulho pelo vivido e também motivo de sorrisos mangadores.

Galante e dono de um bom humor tipicamente sertanejo, conquistou e casou-se com a jovem migrante de Mossoró, Rio Grande do Norte, Francisca Nunes de Arruda. Fizeram morada no Bairro Dias Macedo e juntos tiveram, criaram e educaram sete filhos, entre eles o nosso querido companheiro, nosso colega, Senador Líder da minha bancada, do meu Partido, o PCdoB, Inácio Arruda.

Homem de hábitos simples, era amante da sanfona, do violão, do cordel, do repente, das cantigas populares, do tempo bonito pra chover e da fartura conquistada com o trabalho duro na roça ou no batente.

De pouco estudo, mas de muita inteligência, nunca deixou faltar nada em casa, sempre garantiu o suficiente para alimentar a família e garantir o estudo da prole. Conservador, respeitou tanto quanto não entendeu quando os filhos e filhas declararam sua escolha pelas lutas e

causas populares. Mesmo assim, vigiou inúmeras reuniões, abrigou muitas e muitos lutadores em sua casa e foi eleitor fiel dos “encarnados”, como são conhecidos os vermelhos, os comunistas, no Nordeste brasileiro.

Já não estava tão lúcido quando perdeu um dos filhos e mais recentemente uma neta, mas quase sempre lembrava seus nomes quando perguntado e lamentava suas partidas precoces. Um dos seus prazeres nos últimos anos era passear no carro do filho.

A mão estendida em busca do aperto, o chamado pela companheira Francisca Nunes de Arruda, com quem partilhou quase sessenta anos de vida, e um ar sério que, de vez em quando, deixava escapar o espírito gaiato são algumas das muitas marcas do “Seu” Lopes, o Chico Camundo, que ficarão eternizadas na lembrança de quem teve a felicidade de conhecê-lo e principalmente com ele conviver.

Foi esse homem solar que, no último dia 10, na última quinta-feira, se fez eterno ao pôr do sol.

Então, Sr. Presidente, eu quero encaminhar também à Mesa um requerimento em que nós solicitamos voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Lopes de Arruda e também externamos toda nossa solidariedade não só ao Senador Inácio Arruda, mas aos seus familiares.

Fica aqui a expressão do nosso mais profundo sentimento. Um homem simples, que não entendia muito da política, mas de tudo fazia para proteger aqueles que colocavam suas vidas em risco, lutando em prol da democracia, lutando por um País melhor.

Então, meu mais profundo abraço ao Senador Inácio Arruda e a todos os seus familiares, amigos e amigas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Os requerimentos estão sobre a Mesa e serão encaminhados para deliberação.

Convido o Senador Mozarildo Cavalcanti, na condição de orador inscrito, para usar, durante vinte minutos, a tribuna.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente Humberto Costa, que preside neste momento a sessão do Senado, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, uma das coisas com que o Parlamentar até se frustra é quando ele toma algumas iniciativas – e eu fui Deputado dois mandatos – numa Casa e a outra Casa não aprova o que foi aprovado na Casa de origem.

Ora, apresentei aqui, Senador Humberto, um projeto de lei autorizativo, portanto, um projeto de lei, como se diz, inofensivo, porque, uma vez que é autorizativo, o Poder Executivo executa quando lhe aprouver, quando tiver recursos, quando for conveniente.

E de que tratava esse meu projeto? Da criação de colégio militar na capital do meu Estado, Roraima, e o Senador Tião Viana, agora Governador do Acre, como Relator, acrescentou também lá no Estado do Acre, na capital, Rio Branco.

E qual a importância de termos colégio militar? Só temos colégio militar, na Amazônia, em Manaus. Para toda a área da Amazônia, que é 61% do território nacional, só temos em Manaus.

Então, como é que nós pensamos em formar militares com visão de Amazônia se não temos lá colégio militar, não temos uma escola preparatória? E esse projeto foi aprovado. Eu o apresentei em agosto de 2002 e foi aprovado aqui depois de dois anos, em novembro de 2004. Pois bem, no dia 16 de novembro de 2004 foi para a Câmara – 2004! Nós estamos em 2011, e esse projeto ainda não foi votado na Câmara dos Deputados.

Eu já fiz na legislatura passada alguns ofícios aos Líderes, ao Presidente da Câmara, e hoje, de novo, reiterei com novos ofícios para todos os Líderes, e vou ligar, um por um, para pedir o apoio. Porque poderá se dizer: ah, mas não é hora de se aprovar um projeto desses, que vai implicar despesas para o País num momento de dificuldade.

Mas acontece que, uma vez sancionado, não é preciso, repito, implantar imediatamente. Foi assim com dois outros projetos meus, quando eu era Deputado, que autorizaram o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima e também a Escola Técnica Federal de Roraima, que são hoje instituições consolidadas. A nossa universidade federal tem cerca de 29 cursos – inclusive Medicina e Engenharia – e tem servido muito ao meu Estado e até a muitos lugares do Brasil, porque jovens se deslocam para lá para fazer o vestibular.

A escola técnica deu tão certo que saiu de escola técnica para Centro Federal de Ensino Tecnológico e hoje já é o Instituto Federal de Educação Tecnológica. Então, vem avançando. Eram duas leis autorizativas, que foram não só aprovadas como também sancionadas pelo então Presidente Sarney, Presidente da República à época.

Agora, o que eu não posso compreender é que o próprio Parlamento não dê andamento a uma iniciativa de um Parlamentar que defende, portanto, que o meu Estado e o Estado do Acre, no caso, passem a contar com mais um estabelecimento público de ensino de qualidade, como é o ensino dos colégios militares. Então, nós precisamos realmente fazer alguma coisa.

Estou tomando essa atitude de mandar de novo os ofícios para regulamentar, Senador Humberto Costa, um prazo para ser aprovado aqui o projeto que vem da Câmara, e também um prazo para ser aprovado na Câmara o

projeto já aprovado no Senado. Nós já não podemos votar muita coisa por causa das sucessivas medidas provisórias que trancam a pauta. Portanto, só acontece a votação daquilo que, vamos dizer, o Poder Executivo quer.

Parece que a Presidente Dilma já está sinalizando que não vai usar esse instrumento de medida provisória com a exurreda que era antigamente. Sei até que ela está propondo uma normatização da tramitação das medidas provisórias, aqui no Senado e na Câmara.

E o Presidente Sarney anuncia – hoje o *Jornal do Senado* noticia – que ele vai apresentar um projeto justamente para criar normas de procedimentos novos com relação às medidas provisórias, porque, além de elas não serem, muitas vezes, nem relevantes nem urgentes, quando chegam aqui, ou mesmo aqui, inclui-se, por exemplo, numa medida provisória que trata de saúde, Senador Humberto, segurança, concurso, anistia de dívidas. E aí sai um verdadeiro Frankenstein, como se diz aqui, a medida provisória que deveria tratar de um assunto específico relevante e urgente.

Então, faço este registro e peço a V. Ex^a que autorize a transcrição dessa cronologia que fiz do meu projeto para mostrar – estou aqui até prestando um esclarecimento à população do meu Estado – que não é por falta de empenho meu que essa lei autorizativa, repito, não foi aprovada até hoje, não diria nem que por um descaso, mas pela falta de prioridade e até de certo cuidado no trato de certas matérias que, no meu entender, deveriam ter prazo para serem tratadas, quando saem do Senado, pela Câmara, repito, ou, quando vêm da Câmara, pelo Senado.

Então, encerro pedindo a V. Ex^a que autorize a transcrição dessa cronologia que fiz desde a apresentação do projeto até a aprovação pelo Senado, o encaminhamento para a Câmara e como é que ele se encontra até hoje lá.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

PLS Nº 211, DE 2002 – SF

PL Nº 4.428, DE 2004 – CD

(Criação de Colégios Militares)

Cronologia

- 28/08/2002 – Apresentação do PLS nº 211, e encaminhado à Comissão de Educação;
- 25/06/2004 – Apresentado requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti solicitando a inclusão em Ordem do Dia;

- 08/07/2004 – Aprovado o requerimento de inclusão em Ordem do Dia, aguardando inclusão;
- 12/08/2004 – Apresentado requerimento de urgência para o projeto, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti;
- 19/10/2004 – Aprovado o requerimento de urgência, aguardando desobstrução da pauta para votação da matéria;
- 10/11/2004 – Aprovada a matéria, com a relatoria do Senador Tião Viana que apresentou as emendas nºs 01 e 02 de plenário, esta última incluiu a cidade de Rio Branco, no Acre, sendo também abrangida pelo projeto;
- 16/11/2004 – Encaminhada a matéria à Câmara dos Deputados;
- 16/11/2004 – Apresentação do Projeto na Câmara dos Deputados, recebendo o nº de Projeto de Lei nº 4.428, de 2004;
- 26/11/2004 – Encaminhado o Projeto às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania;
- 15/12/2004 – Apresentação de requerimento de urgência para inclusão do projeto na mesma Ordem do Dia, de autoria do Deputado Júlio Delgado;
- 17/03/2005 – Requerimento não votado por falta de *quorum*;
- 30/03/2005 – Aguardando desobstrução da pauta para votação do requerimento;
- 10/06/2005 (CEC) Designado Relator, Dep. Colombo (PT – PR);
- 31/10/2005 (CEC) Parecer do Relator, Dep. Colombo (PT – PR), pela aprovação;
- 30/11/2005 (CEC) Aprovado por unanimidade o Parecer;
- 20/12/2005 (CCJC) Designado Relator, Dep. André de Paula (PFL – PE);
- 15/02/2006 (CCJ) Parecer do Relator, Dep. André de Paula (PFL-PE), pela inconstitucionalidade;
- 09/03/2006 (CCJC) Aprovado por unanimidade o Parecer;
- 28/03/2006 (Mesa) Sujeito a arquivamento, nos termos do art. 54 combinado com o § 4º do art. 58 do RICD. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 2º do art. 58 do RICD;
- 28/03/2006 (Plen) Apresentação do REC nº 275/2006, pelo Dep. Pastor Frankembergen, que recorre da apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação ao Projeto de Lei nº 4.428, de 2004”;
- 11/02/2009 (Mesa) Apresentação do Requerimento nº 4.088, de 2009, pelo Deputado Sandro Mabel (PR – GO) que requer a inclusão na ordem do

Dia do Plenário da Câmara dos Deputados, o REC nº 275/2006 do Dep. Pastor Frankembergen, “que recorre da apreciação terminativa da CCJC e de Redação ao PL nº 4.428/2004”.

Desde então (28/03/2006) o recurso aguarda inclusão em Ordem do Dia da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Dando sequência, convido para usar a palavra, na condição de Líder, por cinco minutos, para comunicado urgente de interesse partidário, o Senador Alvaro Dias, do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, é lamentável, mas as chuvas fortes que castigaram o litoral do Paraná transformaram em drama a vida dos paranaenses que vivem especialmente nas cidades de Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaratuba.

A situação é preocupante. O número de desabrigados e casas danificadas em Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaratuba é crescente. Em Morretes, cidade onde já se declarou estado de calamidade pública, oito mil pessoas estão desabrigadas; e, na cidade de Antonina, já há, lastimavelmente, óbitos registrados.

A situação permanece complicada ainda nesta segunda-feira. Quedas de barreiras voltaram a interditar as BRs, a 277 e a 376, rodovias que ligam Curitiba ao litoral paranaense e catarinense. Em Antonina e Paranaguá, falta água mineral desde ontem. Outro problema em Antonina é a falta de combustível. A cidade de Morretes, como disse, declarou estado de calamidade pública e há registro de pessoas desaparecidas.

O drama humano é a faceta mais amarga dessas intempéries. O rastro de desolação transcende os balanços apresentados pela Defesa Civil.

Eu apresentei, em 2009, o Projeto de Lei nº 29, propondo a destinação de 1% da arrecadação total de todas as loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para o Fundo Especial de Calamidades Públicas – Funcap. Esse percentual seria estabelecido com relação ao valor destinado ao prêmio bruto.

Quando apresentei o projeto, destaquei a flagrante incapacidade do fundo criado. O Funcap é um fundo que existe, mas existe sem recursos. Não há fonte de recursos e, quando ocorre uma calamidade como essa do Paraná, ou como a do Rio de Janeiro, recentemente, ou ainda como a de Santa Catarina, não há recursos para atender celeremente, especialmente os desabrigados, que são as primeiras vítimas dessas tragédias. O Governo edita medida provisória, há uma burocracia, o tempo passa, e não há consequência. Até hoje, cobram recursos em Santa Catarina. Quando da

primeira enchente, as casas não foram construídas, as promessas foram palavras soltas ao vento.

É preciso definir, portanto, um mecanismo permanente de apoio e de socorro nessas emergências.

O Funcap não recebe os recursos orçamentários que foram previstos no decreto que o criou – é um fundo criado por decreto. O decreto estabelece fonte de custeio, mas, até hoje, não houve a providência prática. Esse fundo foi criado pelo Decreto-Lei nº 13, de outubro de 1969 – portanto, há um bom tempo –, ratificado nos termos do art. 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e regulamentado pelo Decreto nº 1.080, de 1994. Deveria receber dotações orçamentárias da União, auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, destinadas à assistência à população de áreas em estado de calamidade pública.

Curiosamente, nos últimos anos, o fundo não tem recebido recurso algum e, por isso, está impedido financeiramente de cumprir o objetivo para o qual foi criado.

Na ausência de recursos para o atendimento imediato de emergências, geralmente há uma corrida frenética dos governos municipais e estaduais no sentido de obtê-los junto ao Governo Federal, em geral sem muito êxito, pelo menos no prazo requerido.

Sr. Presidente, ressalto, mais uma vez, a vantagem de autorizar a destinação permanente ao Funcap de um percentual fixo da arrecadação de todas as loterias administradas pela Caixa Econômica.

A fonte de recursos proposta já geraria, no médio e longo prazo, um volume de recursos significativos para atender as vítimas das calamidades. Pó um cálculo feito com base no ano de 2007, por exemplo, esse percentual representaria recursos da ordem de R\$52 milhões de reais para o fundo – isso com base no ano de 2007.

Na recente tragédia do Rio de Janeiro, a população poderia ter sido atendida de modo mais imediato e eficiente pelo Governo Federal se houvesse, por exemplo, recursos disponíveis no Funcap.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para concluir – já que o Sr. Presidente me convoca à conclusão do pronunciamento –, a solidariedade irrestrita aos paranaenses do litoral, que vivem esse momento dramático, e o apelo ao Governo Federal para que, imediatamente, determine providências, constituindo uma comissão, quem sabe, para, na localidade, verificar o que o Governo Federal pode fazer nesta hora. Naturalmente, o que pedimos é celeridade. Muitas vezes,

a lentidão dos procedimentos acaba comprometendo o resultado final das providências adotadas.

Esta é a manifestação que tinha a fazer, especialmente, de solidariedade, mas também de apelo ao Governo Federal para que as providências sejam tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 207, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 175, de 2011.

Sala das Sessões, 11 de março de 2011 – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 208, DE 2011

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Valverde Araújo Alves.

O ex-deputado federal Eduardo Valverde (PT), faleceu devido a um grave acidente automobilístico ocorrido no final da tarde desta sexta-feira (11) na saída de Ji-Paraná, indo para Ouro Preto. A confirmação veio através da Polícia Rodoviária Federal, que registrou o acidente no Km 355, da BR 364.

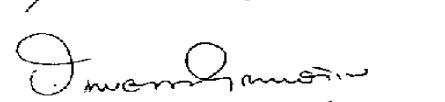
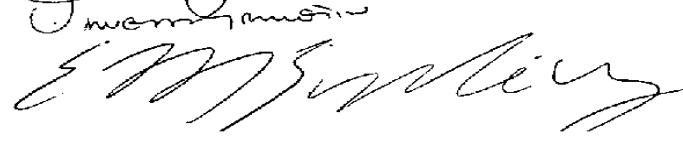
Carioca que morava em Rondônia há 20 anos, Valverde atuou firmemente para a consolidação sindical daquele estado, participando diretamente da fundação de vários sindicatos e do Partido dos Trabalhadores, no qual exercia, atualmente, a função de presidente regional do estado de Rondônia. Como auditor fiscal do trabalho e parlamentar, lutou pelas causas sociais, pela erradicação do trabalho escravo e contra a exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

Neste momento de dor, quero transmitir meus sentimentos a todos da sua família, parentes, amigos e correligionários e **para tanto, gostaria que o presente voto fosse enviado para Av. Calama, nº 895, Centro, Porto Velho/RO, CEP. 78.903-000**

Sala das Sessões,


Senador **PAULO PAIM**

- ISOLAP -
- ISOLAP -


Humberto Costa

Alvaro Dias

REQUERIMENTO N° 209, DE 2011

Senhor Presidente

Nos termos do artigo 222, parágrafo 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de voto de pesar aos familiares de EDUARDO VALVERDE, ex-Deputado Federal, falecido no dia 11 de março de 2011.

JUSTIFICATIVA

Ex-Deputado Federal, filiado ao Partido dos Trabalhadores, Eduardo Valverde, faleceu no último de 11 de março de 2011, vítima de um grave acidente automobilístico ocorrido na BR 364, próximo à cidade de Ji-Paraná em Rondonia.

Natural do Rio de Janeiro, Eduardo Valverde, se mudou para o Estado de Rondônia onde vinha morando nos últimos 20 anos. É funcionário público federal, lotado na Delegacia Regional do Trabalho/RO. Graduado e pós-graduado em Tecnologia, Administração e Direito.

Valverde tem uma extensa folha de serviços prestados à sociedade rondoniense. Fundador do Sindicato dos Urbanitários (Sindur) de Rondônia, presidiu a CUT em Rondônia entre 1985 e 1989 e participou diretamente da fundação da maioria dos sindicatos de profissionais urbanos, bem como do Partido dos Trabalhadores. Foi membro da Comissão Estadual do Trabalho e do Conselho Estadual de Previdência Social.

Como auditor Fiscal do Trabalho batalhou pela erradicação do trabalho escravo e da exploração do trabalho infanto-juvenil. Valverde é filiado ao PT desde 1985 e foi dirigente municipal e estadual do partido. Atualmente, era presidente do Diretório Estadual do PT. Diplomado Senador em 2001, teve sua posse cancelada por ato do TSE, frustrando milhares de rondonienses e impedindo que fosse a

vigéssima sétima assinatura na CPI da Corrupção, que investigaria ações do governo FHC.

Em seu primeiro mandato na Câmara Federal, Eduardo Valverde, destacou-se como um parlamentar atuante e propositivo. Nos primeiros dois anos de trabalho, o deputado já apresentou 33 projetos de lei, 14 projetos de lei complementar e 14 propostas de emenda à Constituição. Além disso, Valverde foi autor do requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado, que apurou a saída ilegal do País de, pelo menos, U\$S 30 bilhões.

Eduardo Valverde figurou, pelo segundo ano consecutivo, na lista do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) intitulada "Cabeças do Congresso", que divulga quem são os parlamentares que comandam o processo legislativo. Valverde foi o único parlamentar do estado incluído na classificação, que identifica os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. O deputado fez carreira política como sindicalista e auditor fiscal do trabalho, cargo do qual se encontra licenciado para exercer mandato parlamentar.

Na Câmara dos Deputados, Eduardo Valverde foi membro efetivo das Comissões de Fiscalização Financeira e da Comissão de Minas e Energia e participou ainda de outras oito comissões especiais e externas da Casa. O deputado manifestou-se em plenário mais de 300 vezes desde que tomou posse, participando ativamente das discussões das matérias em votação e posicionando-se sobre assuntos de interesse do povo brasileiro e, em especial, do povo de Rondônia.

Sem dúvida alguma, a morte de Eduardo Valverde é uma grande perda para o Brasil, e mais especificamente para os rondonienses. Portanto, quero, num gesto de reconhecimento, solicitar que esta Casa envie aos seus familiares um respeitoso voto de pesar.

Senador HUMBERTO COSTA



REQUERIMENTO N° 210 DE 2011.

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inscrição de Voto de Pesar pelo falecimento, no último dia 10 de março, do senhor **Francisco Lopes de Arruda**, pai do senador Inácio Arruda, bem como apresentação e envio de condolências à sua esposa Francisca Nunes de Arruda e família, no seguinte endereço: Rua Pedro Dantas, 907, Bairro Dias Macêdo, Fortaleza – Ceará, 60.860-150.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 10 de março, na cidade de Fortaleza/CE, faleceu aos 97 anos, o senhor Francisco Lopes de Arruda, pai do senador Inácio Arruda, deixando esposa, filhos(as), netos(as), genro, noras e amigos (as) com eternas saudades e muitas lembranças de um honrado homem do sertão que viveu na cidade grande tudo o que há pra viver.

O senhor Francisco, foi orgulhoso filho da localidade de Sítio Madeiro, na pequena e serrana cidade de Mulungú/CE, "Chico Camundo" - apelido de infância que o acompanhou por toda a vida - veio para Fortaleza ainda jovem, trabalhou no cais do porto, em um hotel do centro da cidade e em outros empregos até se estabelecer como funcionário civil da Base Aérea de Fortaleza. Serviu aos militares da esquadra norte-americana sediados em Fortaleza na segunda grande guerra, tendo com eles aprendido frases em inglês que deixavam escapar a dureza com que os homens simples eram tratados naqueles tempos, mas que sempre foram motivo de orgulho pelo vivido e sorrisos mangadores.

Galante e dono de um bom humor tipicamente sertanejo, conquistou e casou com a jovem migrante de Mossoró/RN Francisca Nunes de Arruda, fizeram sua morada no Bairro Dias Macêdo e juntos tiveram, criaram e educaram sete filhos. Homem de hábitos simples era amante da sanfona, do violão, do cordel, do repente, das cantigas populares, do tempo bonito pra chover e da fartura conquistada com o trabalho duro na roça ou no batente.

De pouco estudo e muita inteligência nunca deixaram faltar em casa o suficiente para alimentar a família e garantir o estudo da prole. Conservador respeitou tanto quanto não entendeu quando os filhos e filhas declararam sua escolha pelas lutas e causas populares. Mesmo assim, vigiou inúmeras reuniões, abrigou muitos(as) lutadores (as) em sua casa e foi eleitor fiel dos "encarnados".

Já não estava tão lúcido quando perdeu um dos filhos e mais recentemente uma neta, mas quase sempre lembrava seus nomes quando perguntado e lamentava suas partidas precoces. Um dos seus prazeres nos últimos anos era passear no carro do filho.

A mão estendida em busca do aperto, o chamado pela compaixão Francisca Nunes de Arruda com quem partilhou quase 60 anos de vida e um ar sério que de vez em quando deixava escapar o espírito gaiato são algumas das muitas marcas do "Seu" Lopes, o Chico Camundo, que ficarão eternizadas na lembrança de quem teve a felicidade de conviver com ele.

Sala das Sessões, 14 de março de 2011.



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 211, DE 2011

(Do Senador Pedro Simon)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador **José Sarney**,

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal que seja apresentado voto de louvor a Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos, pelo seu pronunciamento na 16ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) – segmento de alto nível das Organizações das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça, proferido no dia 28 de fevereiro do corrente ano.

Justificação

A Ministra Maria do Rosário proferiu discurso na ONU, no qual além de expor a posição do Brasil de defesa intransigente dos direitos humanos em toda a sua extensão, como fator de civilidade e fundamento da democracia, registrou, numa análise do ponto de vista histórico, a interferência de interesses estratégicos de grandes potências na abordagem da questão. De forma corajosa, nossa representante abordou ainda os novos desafios que a atualidade apresenta, entre eles a superação necessária de atitudes dos homens e dos países perante o racismo, a infância abandonada, a miséria extrema, a intolerância de diversas naturezas, sempre destacando a democracia como um valor universal. Acrescento o discurso à justificativa deste Voto de Louvor, para que fique registrado nos Anais do Senado, para exame da posteridade

O Conselho de Direitos Humanos da Organização das nações Unidas (ONU) foi criado em 15 de Março de 2006, tendo por finalidade aconselhar a Assembléia-Geral em casos de violação dos Direitos Humanos.

Abaixo a íntegra do discurso feito pela ilustre Ministra.

“Senhor presidente do Conselho de Direitos Humanos,

Senhora alta comissária dos Direitos Humanos,
Senhoras e senhores ministros de Estado,
Senhoras e senhores embaixadores,

Senhoras e senhores,

Venho a esse Conselho com a mensagem de compromisso da Presidenta Dilma Rousseff com a causa dos direitos humanos. Sua trajetória pessoal e

política reflete uma história de vida dedicada à defesa das garantias individuais e dos direitos coletivos.

A semente da democracia sempre esteve presente nos corações dos brasileiros,

mesmo nos momentos mais difíceis. Como afirmou a Presidente Dilma em seu discurso de posse “nossa política externa está baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de nãointervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo”.

Para o Brasil não existe hierarquia entre os direitos econômicos, sociais e culturais e os direitos civis e políticos. Todo ser humano tem direito à alimentação, ao

emprego, à moradia digna e à paz social. Da mesma forma, todo ser humano tem o direito à liberdade de opinião, de expressão e de escolher seus governantes. Foi na luta pelo exercício dessas liberdades que o povo brasileiro superou a um regime autoritário e reconquistou a democracia. Essa luta se deu com o sofrimento de milhares e com a vida de muitos, aos quais sempre devemos nossa homenagem e reconhecimento.

O direito à memória e à verdade é aspecto integrante dos direitos humanos, e

instrumento fundamental para o fortalecimento da democracia.

Senhoras e Senhores,

A crise que abala regimes políticos no Oriente Médio e no Norte da África não

chega sem um alerta. Nenhum governo se sustentará pela força ou pela violência. Nenhuma liderança perdurará em meio à exclusão social, ao desemprego e à pobreza. Nenhum povo suportará em silêncio a violação de seus direitos fundamentais.

Pessoas têm perecido na defesa da liberdade e dos direitos humanos. O desperdício dessas vidas é uma perda para a toda a humanidade. É forçoso reconhecer que, por anos a fio, alianças estratégicas alimentaram o silêncio acerca de violações de direitos humanos. Essas situações estiveram ausentes de deliberação deste Conselho. O Brasil considera e tem defendido que este Conselho debata as violações de direitos humanos em todos os países, onde quer que elas ocorram. Mas é importante que delibre sem selitividade e sem politização.

O Brasil entende que questões econômicas e sociais e até mesmo políticas não

podem servir de pretexto para a violação dos direitos humanos. Todavia, a proteção desses direitos tampouco pode ser um pretexto para ações unilaterais sem o respaldo da comunidade internacional.

Neste momento de mudanças, o Brasil deseja que as aspirações dos manifestantes sejam atendidas por meio do diálogo político. A escolha do mundo árabe não é entre extremismos. É preciso combater estereótipos e reconhecer a capacidade de cada povo de enfrentar suas questões mais difíceis e construir alternativas para a paz.

Tampouco podemos nos esquecer daqueles que, em horas de incerteza e de desespero, são levados a deixar sua pátria. Eventuais ondas migratórias devem ser tratadas com humanidade, com respeito aos direitos humanos, com compreensão pela diversidade e sem xenofobia. Esse é o espírito que nos move nas deliberações deste Conselho.

Senhoras e Senhores,

Em junho de 2009, diante deste Conselho, o então Presidente Lula reiterou o

compromisso do Estado brasileiro com os direitos humanos e denunciou os efeitos da crise financeira global sobre os mais pobres do mundo. Diante dessa crise, desencadeada pelo absolutismo do modelo especulativo dos mercados, o Brasil não recuou na determinação de enfrentar a fome, a pobreza e construir um país mais justo. De fato, hoje vivemos um dos melhores períodos da vida nacional, com um ciclo virtuoso e sustentável de crescimento com inclusão social. Nos últimos 8 anos, quase 27 milhões de brasileiros superaram a pobreza; cerca de 36 milhões de brasileiros passaram a integrar as classes A, B e C. Ampliamos significativamente o acesso à educação em todos os níveis e modalidades. Foram criados milhões de empregos formais no campo e nas cidades. Pela via democrática, o povo brasileiro escolheu continuar esse caminho. A

missão da Presidenta Dilma é consolidar e aprofundar esses avanços. Ela lidera um amplo e estratégico programa de desenvolvimento para o Brasil, profundamente comprometido com a justiça social e os direitos humanos. Na suas palavras, “país rico é um país sem pobreza”.

A decisão política é o primeiro passo no estabelecimento de um sistema de garantia dos direitos humanos. Para tanto, são necessárias parcerias com a sociedade civil e instituições internacionais. Há que se destacar programas em curso no Brasil para proteger defensores de direitos humanos, coibir a violência, combater o trabalho forçado, reconhecer a plenitude dos direitos e necessidades das pessoas com deficiência, proteger adolescentes e cidadãos coagidos pelo tráfico de drogas, coibir a discriminação em todas as suas manifestações, entre muitas outras iniciativas.

O Direito da Criança está entre as prioridades do Governo da Presidenta Dilma.

Progredimos no cumprimento de metas como a diminuição da mortalidade e do trabalho infantil, o acesso universal aos primeiros anos do ensino fundamental e a garantia de renda mínima para as famílias em situação de vulnerabilidade. Mas ainda temos grandes desafios, em particular no enfrentamento ao abuso e à exploração sexual – questão inaceitável para o nosso país – assim como à mortalidade juvenil e à situação dos adolescentes em conflito com a lei. Pretendemos reverter essas situações com a participação direta da juventude, reconhecida como sujeito de direitos dessa mudança.

O Brasil participou ativa e construtivamente das negociações do Protocolo Facultativo à Convenção dos Direito da Criança. Defende que o instrumento seja forte e que ofereça meios efetivos para a adequada implementação da Convenção dos Direitos da Criança e seus Protocolos. Conclamamos a todos, sem exceção, a apoiar esse esforço.

Senhoras e Senhores,

O Brasil tem hoje uma mulher no mais alto cargo da República. Criar oportunidades em todos os terrenos para todas as meninas e mulheres brasileiras é compromisso inexorável do Governo brasileiro. As políticas sociais, inclusive as direcionadas ao acesso à moradia adequada, qualificação para o acesso ao trabalho, participação nos espaços de poder, tomada de decisão e combate à violência, estão prioritariamente voltadas para as mulheres. É necessário enfrentar o fenômeno da feminização da pobreza. No Ano Internacional da Pessoa de Descendência Africana, não podemos deixar de reafirmar o firme compromisso do Estado brasileiro em combater o racismo e a discriminação em todas as suas manifestações. A aprovação, no ano passado, do Estatuto da Igualdade Racial foi passo decisivo na consolidação dessa luta.

Uma democracia ampla impõe responsabilidades e requer compromisso dos

governantes em relação a todos os seus cidadãos, sem distinções de gênero, raça, etnia, origem, crença, religião, classe social, idade, orientação sexual ou deficiência. No que se refere à orientação e diversidade sexuais, o Brasil acredita que a violência e a intolerância são retrocessos que não podemos admitir, nem a eles nos associar. Denunciamos a homofobia e trabalhamos por uma sociedade livre de preconceitos.

Diante da nossa história, são grandes também os nossos desafios para assegurar os direitos às comunidades tradicionais, como os povos indígenas e os quilombolas. O reconhecimento das terras ancestrais, a implementação de políticas de ação afirmativa, o combate à violência, demonstram o compromisso do Governo Federal com os direitos dessas populações.

O direito à saúde é o direito à vida e o Brasil quer chamar a atenção do Conselho para o tema. O acesso a medicamentos é parte integrante desse direito. O Brasil apresentará, nesta sessão do Conselho, projeto de resolução sobre a proteção dos direitos humanos no contexto do HIV/AIDS.

Senhoras e senhores,

O Brasil mantém, com o Conselho de Direitos Humanos, diálogo aberto, transparente e equilibrado. Não tememos discussões construtivas sobre os nossos desafios. O sistema prisional brasileiro foi recentemente debatido em evento paralelo organizado pela sociedade civil, com a participação de representantes governamentais. Esse diálogo já produziu desdobramentos positivos para assegurar os direitos humanos da população carcerária do Brasil. Estamos determinados a implementar o Mecanismo de Prevenção e Combate à tortura em cumprimento aos compromissos assumidos com a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura.

No enfrentamento da violência urbana, colocamos em prática políticas que integram iniciativas de policiamento comunitário e investimos na capacitação em direitos humanos das forças de segurança, em consonância com as necessidades dos moradores das periferias das grandes cidades. Estamos convictos de que as soluções mais abrangentes para que áreas ocupadas pelo crime sejam devolvidas à população exigem uma presença cada vez mais ampla do Estado. Medidas em curso conjugam, com esse objetivo, o oferecimento de serviços públicos qualificados nessas áreas.

Enfim, várias iniciativas estão em curso no Brasil para assegurarmos a promoção e a defesa dos direitos humanos. E mesmo que tenhamos a clareza do muito que ainda devemos avançar, cada passo nos aproxima da consolidação de um país mais justo.

Senhoras e Senhores,

Na defesa dos direitos humanos, a crítica e a condenação podem ser necessárias, em alguns momentos até essenciais. No entanto, sem diálogo, engajamento e cooperação, inclusive técnica, não é possível alcançar melhorias efetivas na vida das pessoas atingidas por violações de direitos humanos.

Ao concluir, reafirmo a convicção da Presidenta Dilma e a determinação do Brasil de continuar trabalhando neste Conselho, no plano internacional e no plano interno, para defender os direitos humanos. O Brasil continuará defendendo a necessidade de encontrar espaços de diálogo e de convergência nesse Conselho.

Entendemos ser este o caminho para combater a parcialidade, a seletividade e a

politicização no debate sobre questões que afetam os direitos humanos.

Ao despedir-me, permitam-me manifestar a satisfação e a disposição do Governo brasileiro de sediar no mais curto prazo possível uma reunião informal do Conselho de Direito Humanos no Brasil

Muito obrigada."

Nesse sentido, é altamente relevante a proposta do presente voto de louvor.

Sala das Sessões, 10 de março de 2011. – Senador **Pedro Simon**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 212, de 2011

Solicita ao Tribunal de Contas da União informações sobre o cumprimento, por parte do Ministério da Educação, das recomendações constantes do Acórdão 816/2009, que se refere a auditoria operacional realizada no Programa Universidade para Todos – ProUni.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no **inciso VII do art. 71 da Constituição Federal**, e no **inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal**, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, informações sobre o cumprimento, por parte do Ministério da Educação, das recomendações constantes do Acórdão 816/2009, que se refere a auditoria operacional realizada no Programa Universidade para Todos – ProUni.

Justificação

Em 2008, o Tribunal de Contas da União-TCU realizou uma auditoria no Programa Universidade para Todos – ProUni, cujas conclusões estão no Acórdão 816/2009. Em relação às isenções fiscais concedidas à instituição que aderiu ao Programa, o TCU concluiu que (§ 194 do Acórdão) :

"Levando-se em consideração apenas o critério relativo ao percentual de bolsas efetivamente ocupadas e não as ofertadas, se fosse aplicado, grosseiramente, esse método de cálculo, a renúncia fiscal nos anos de 2005 e 2006 seria de R\$ 76,4 milhões e R\$ 191,6 mil-

hões, ao invés de R\$ 106,7 milhões e R\$ 265,7 milhões, como efetivamente ocorreram, ou seja, deveriam ser recolhidos aos cofres públicos, pelo menos, R\$ 104,4 milhões nesses dois anos do programa pela não ocupação de todas as vagas ofertadas.”

Em relação ao custo do Programa, o TCU solicitou à Receita Federal informações a respeito das isenções fiscais. Em razão do sigilo fiscal, a Receita encaminhou um relatório separando os beneficiários por tipo (com ou sem fins lucrativos) e custo anual das bolsas do Prouni por mantenedora, sem identificá-las. A partir destes dados o TCU chegou à seguinte conclusão (§ 206 do Acórdão):

“Portanto, a princípio, pode-se concluir que, em média, o custo de uma bolsa do Prouni para o Estado é maior que o valor da mensalidade dos cursos em que há bolsistas do programa. Significa dizer que, em média, se tem “pago” – indiretamente – um preço maior pelas vagas nas instituições privadas de ensino superior do que o montante que elas efetivamente valem, especialmente nas instituições sem fins lucrativos. A melhoria do acesso ao programa, com a consequente diminuição do número de bolsas ociosas, é medida que reduz o custo da bolsa, uma vez que os custos referentes às vagas não ocupadas são incorporados nas bolsas efetivamente ocupadas”.

Ou seja, a persistirem baixas as taxas de ocupação das vagas oferecidas pelo PROUNI, seria mais econômico aos cofres públicos pagar diretamente os valores que seriam devidos pelos bolsistas do que oferecer a isenção fiscal.

O TCU, além de constatar que o ProUni é inefficiente sob o aspecto econômico, faz, no referido Acórdão, uma série de recomendações ao Ministério da Educação para a adoção de medidas como, por exemplo, “*instituir rotina de fiscalização in loco nas instituições de ensino superior com o objetivo de verificar a aderência das informações por elas prestadas em relação ao ProUni*” e “*avaliar a conveniência de alterar o mecanismo de isenção fiscal oferecido às IES participantes do ProUni, de modo a abranger critérios como o número de cursos bem avaliados e de bolsas efetivamente ocupadas, a fim de que o benefício oferecido pelas instituições seja equivalente à contrapartida recebida do Estado*”, entre outras.

Portanto, o presente requerimento tem por objetivo verificar, junto ao Tribunal de Contas da União, se o Ministério da Educação cumpriu as recomendações constantes do referido Acórdão 816/2009 e que visam o aprimoramento do Prouni.

Sala das Sessões, 10 de março de 2011. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Peço ao Senador Cristovam Buarque que me substitua, para que eu possa aqui fazer meu pronunciamento.

O Senador Renan Calheiros falará depois da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

O Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É com prazer que passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores aqui presentes, eu queria, antes de iniciar meu pronunciamento, apresentar aqui, da mesma forma que apresentou o Senador Paulo Paim, um voto de pesar aos familiares do nosso companheiro Eduardo Valverde, ex-Deputado Federal, falecido na última sexta-feira, dia 11. Sua família tem de todos nós a solidariedade, a manifestação do nosso companheirismo.

Eduardo Valverde era presidente do nosso partido no Estado de Rondônia, filiado ao PT desde 1985, alguém que desempenhou sua militância no movimento sindical, posteriormente no movimento partidário, foi Deputado Federal e aqui se destacou como um dos Parlamentares mais influentes da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

Sem dúvida, a morte de Eduardo Valverde é uma grande perda para o Brasil, mais especificamente para os rondonienses. Quero me associar aqui aos que expressaram as suas condolências à família e a sua solidariedade aos seus familiares.

Mas, Sr. Presidente, por uma felicidade do destino, V. Ex^a é também pernambucano. E hoje venho ocupar esta tribuna, tendo sido de forma muito feliz antecedido aqui por uma sessão do Senado Federal que comemorou a Batalha do Jenipapo, no Piauí, que homenageou o Estado do Piauí e aqueles que lutaram pela independência do Piauí e do Brasil.

Venho hoje para falar de um outro grande acontecimento importante para o Brasil, que se deu antes da independência e que fazia parte da luta pela independência do nosso próprio País. Refiro-me à Revolução Pernambucana de 1817, que se comemorou no dia 6 de março, mesmo período do aniversário das cidades irmãs de Olinda e Recife, que este ano comemorou os seus 194 anos de ocorrência e é, sem dúvida, uma

das manifestações libertárias mais importantes do nosso País, em que pese ser de pouco conhecimento da nossa população, como de sorte outros tantos fatos históricos importantes do nosso País.

Foi uma das maiores lutas libertárias que o Brasil já viveu e tinha como base as idéias iluministas de Rousseau, Voltaire, Montesquieu, inspiração em movimentos revolucionários, como o dos Estados Unidos, com a Constituição Americana.

A Revolução Pernambucana de 1917 não era somente uma luta pela independência do País, mas também a luta pela implantação da República no Brasil. Essa Revolução se estendeu por outros Estados nordestinos, como a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará e a Bahia, e durante 74 dias Pernambuco viveu essa revolução, que, como eu disse, tinha princípios republicanos extremamente avançados para aquela época em nosso País.

Entre as ideias imprimidas pelos revolucionários no Brasil, estavam a liberdade de culto, ainda que o catolicismo tivesse sido mantido como religião oficial do novo governo, a liberdade de imprensa, uma grande novidade para o Brasil naquela época; a implantação das liberdades individuais e a construção do nacionalismo em contraponto com a visão imperialista da Coroa, ideias que continuaram a influenciar os brasileiros mesmo depois do fim da revolução.

Não foi por acaso que um dos primeiros atos do governo revolucionário foi decretar a igualdade nos tratamentos. Abolimos o “vosmicê” e o “senhor”, destinados às pessoas de alta classe social do vocabulário pernambucano, e, durante a revolução, todos passaram a ser chamados apenas de patriotas.

Vale lembrar como viviam os pernambucanos e brasileiros naquela época. Havia uma grande carga de tributos imposta pela família real, o que prejudicava a atividade comercial, especialmente dos brasileiros, que eram tratados de forma diferenciada daquela dos portugueses. A monarquia também restringia a liberdade política individual. No Nordeste, a situação era ainda pior, porque, àquela época, a nossa região enfrentava os efeitos de uma recessão e da seca, que diminuíram a produção dos setores de abastecimento e de agroexportação.

É preciso aqui falar de alguns nomes que lideraram a revolução na época. O Padre Roma, que reuniu boa parte da comunidade eclesiástica do Estado na defesa da República, mas que não era mais padre e que foi morto na Bahia diante do seu próprio filho, que foi levado a Salvador para assistir ao sacrifício de seu pai.

O filho dele era, nada mais nada menos, do que o grande General Abreu e Lima, que viria se tornar, ao

lado de Simon Bolívar, um dos grandes libertadores da América Latina.

Ao lado do Padre Roma o capitão José de Barros Lima, o conhecido Leão Corrado, encabeçou o movimento entre os militares. É importante destacar aqui também o papel da maçonaria, na época um importante reduto de intelectuais.

Para conter os rebeldes, a Coroa, movida por questões muito menos idealistas, iniciou um grande derramamento de sangue. Mais do que recuperar Pernambuco do domínio dos revolucionários, o império queria aterrorizar, mostrar seu poder. Para isso, foram efetuadas milhares de prisões, sequestro de bens, açoitamentos públicos e condenações ao exílio e à morte, muitas delas seguidas de esquartejamento. Como se não bastasse, Pernambuco perdeu com a guerra parte do seu antigo território, que deu origem ao belo Estado de Alagoas. E se iniciava ali também um período durante o qual Pernambuco, exatamente por esse espírito libertário, viria perder parte substancial do seu território, culminando em 1825, após a Confederação do Equador de 1824, quando perdemos toda a região do São Francisco para a Bahia e para o Estado de Minas Gerais.

Entre os mártires da revolução, nomes como o do Padre João Ribeiro Pessoa, o Padre Antônio Pereira, o capitão Domingos Theotônio, o Magistrado José Luiz de Mendonça e o comerciante Domingos José Martins.

Apesar da dura repressão, os ideais de igualdade e liberdade já estavam plantados no solo pernambucano e espalhados em todo o Brasil. A revolta influenciou outros movimentos, como a também pernambucana Confederação do Equador, em 1824, sete anos depois da Revolução Pernambucana, liderada pelo grande herói nacional Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o Frei Caneca, que ajudou a ampliar a consciência patriótica e libertária do povo brasileiro.

Por isso, precisamos lembrar do dia 6 de março de 1817, dia do início da Revolução Pernambucana e data magna de Pernambuco.

E certamente esse espírito libertador dos pernambucanos se fez presente ao longo do próprio século XIX e do século XX em torno de pessoas da maior importância para a nossa história, de um Joaquim Nabuco, de um Miguel Arraes, de um Gregório Bezerra e tantos e tantos outros que deram a sua contribuição para que tivéssemos no nosso País hoje uma marca importante da luta popular e ao mesmo tempo a conquista da democracia.

Por isso, queria terminar aqui as minhas palavras citando um trecho da canção pernambucana de Frei Caneca que, embora não tendo um papel tão impor-

tante quanto teve na Confederação do Equador, teve também desempenho importante na Revolução de 1917 e que, como eu disse, liderou a Confederação do Equador.

Frei Caneca dizia na sua *Canção Pernambucana*, diz:

Cidadãos pernambucanos
Sigamos de Marte a lida;
É triste acabar no ócio,
Morrer pela Pátria é vida.
Quando a voz da Pátria chama
Tudo deve obedecer;
Por ela a morte é suave,
Por ela cumpre a morrer.
O patriota não morre
Vive além da eternidade
Sua glória, seu renome
São troféus da humanidade.

Por isso, Sr. Presidente, quero não apenas fazer o registro desse importante momento da história do nosso País, mas registrar aqui, com toda aquela modéstia que caracteriza o pernambucano, o nosso orgulho de termos escrito essa importante página da História do nosso País.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Humberto Costa, antes de chamar a Senadora Gleisi Hoffmann, quero dizer que lamento não estar aí embaixo para poder fazer um aparte e dizer do meu orgulho de pernambucano. Pelo que o senhor leu é que se justifica a ideia de Leão do Norte para o nosso Estado.

Senadora Gleisi, com muito prazer, passo-lhe a palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna hoje não é um tema que me agrada. Muito pelo contrário, me entristece muito. É a tragédia das chuvas, das águas, que tivemos no Paraná. Aliás, essa semana, esse final de semana foi um final de semana de tragédias. Assistimos ao tsunami, no Japão, ao desespero das pessoas, uma tragédia sem precedentes.

O nosso Estado do Paraná também foi muito atingido, Sr. Presidente. Nosso litoral do Estado é pequeninho, mas é muito bonito. E nunca tínhamos visto uma situação como essa. Aliás, de todas as tragédias naturais acontecidas recentemente no Paraná, devo dizer que essa foi uma das mais violentas. Desde Guaratuba, que é um Município litorâneo muito conhecido no nosso Estado, até a região norte de Antonina, estamos com alagamentos. São cerca de 20 quilômetros de largura de alagamentos. Tivemos des-

lizamentos de terra, deslizamentos grandes, médios e pequenos, com inundação em todos os rios do litoral. É o fenômeno chamado cabeça d'água, um fluxo de água que atinge grande velocidade e sai arrastando tudo: tronco, terras, pedras.

Temos hoje cerca de 10 mil pessoas desabrigadas. Duas pessoas morreram e mais de 4 mil casas foram destruídas. É um número muito considerável em relação à população que temos no litoral do Paraná, que é uma população pequena. O litoral está isolado. Ainda estamos com falta de água, combustível e alimentos. Já estamos tomando, junto com o Governo Federal e em parceria com o Governo do Estado, as providências para ajudar o Paraná.

Queria deixar este registro aqui, na tribuna, manifestar a minha solidariedade ao povo do litoral do meu Estado, que sofre muito, e dizer que estamos todos empenhados para que, de fato, consigamos levantar os recursos necessários para ajudar aquela população.

Ontem e hoje, conversei com o Governador Beto Richa, do meu Estado. Conversei também com o Ministro Fernando Bezerra Coelho, da Integração Nacional. Aliás, quero parabenizar o Ministro pela presteza, pela agilidade. Já estão fazendo o levantamento de todos os danos que tivemos no Estado. A Defesa Civil nacional já está lá, o Exército da Região Sul já foi deslocado para o nosso litoral, além de ponte móvel do Dnit também.

Amanhã pela manhã, teremos uma reunião – e quero convidar a nossa bancada do Paraná, em especial o Senador Alvaro Dias, que me antecedeu nesta tribuna, a nos acompanhar nesta audiência – com os prefeitos do Paraná e também com representantes do Governo do Estado, para que possamos fazer a liberação de recursos.

Temos de ter agilidade. Infelizmente, temos legislação neste País em que as coisas seguem um rito. Nós gostaríamos que fossem mais ágeis, mas temos que seguir o que a lei manda, até porque temos responsabilidade.

Então, respondendo ao Senador Alvaro, que esteve nesta tribuna, se nós fizermos as coisas fora da lei, ele será o primeiro a vir aqui e questionar o Governo. Mas quero dizer que o Governo Federal está imbuído em fazer as coisas acontecerem de forma muito rápida.

Então, eu não poderia deixar de usar esta tribuna hoje para registrar este fato lamentável, a situação em que se encontra a população, mas também para registrar as ações do Ministério da Integração, as iniciativas que já vem tomando e também a reunião que teremos amanhã com os prefeitos do litoral, a bancada do Paraná e representantes do Governo do Estado.

Então, externando a minha solidariedade ao povo do litoral, quero dizer que estamos aqui à inteira disposição. Tenho certeza de que esta Casa, se precisar, também estará solidária, para que possamos minimizar a dor e a tragédia que o nosso povo está sofrendo neste momento.

Obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Gleisi Hoffmann, o Sr. Cristovam Buarque deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Convidado o Senador Cristovam Buarque para, na condição de Líder, utilizar a palavra por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no final desta semana, o Brasil vai receber a visita de um Presidente dos Estados Unidos. Já recebemos diversos Presidentes dos Estados Unidos, mas esta visita se caracteriza por duas coisas extremamente diferentes, e eu quero propor uma terceira diferença.

As duas primeiras dizem respeito ao Presidente Obama. A primeira é o fato de que é a primeira vez em que um Presidente norte-americano vem ao Brasil antes de o Presidente brasileiro ir aos Estados Unidos.

Senador Humberto Costa, havia quase que uma espécie de beija-mão de Presidentes brasileiros em direção aos Estados Unidos. A Presidenta Dilma não foi aos Estados Unidos primeiro; ela será a primeira a receber o Presidente norte-americano.

Claro que é mérito da diplomacia brasileira, da Presidenta Dilma, mas é um mérito muito especial do Presidente Obama. Diante do que representa a República americana, é visto até como natural que a ida de um Presidente norte-americano seja um gesto de boa vontade, e a ida do Presidente dos demais países seja quase um gesto de obrigação. Desta vez, o Presidente norte-americano vem ao Brasil antes que o Presidente eleito no Brasil vá aos Estados Unidos.

A segunda diferença, Senador, é a característica de cada um dos dois.

Quando se lê a biografia do Presidente Obama – e eu recomendo, não a biografia dele já Presidente, mas aquela escrita quando ele acabava de assumir o Senado, representando o Estado de Illinois –, vê-se que é uma autobiografia que lembra os jovens revolucionários brasileiros com os quais eu convivi tanto. As leituras que ele coloca no seu livro são as leituras dos grandes mestres internacionais, de críticos sociais incluindo Marx e grandes líderes negros norte-

americanos. Não é por acaso que a sua autobiografia é uma referência ao seu pai, negro. E ele assume, ao longo de toda a sua história, até aquele momento, a importância do pai, negro, com quem ele teve uma convivência muito pequena ao vivo, embora uma convivência longa por cartas e por constante contato e até mesmo orientação do ponto de vista político, do ponto de vista existencial.

Nós vamos receber a visita de um Presidente norte-americano diferente dos outros. Na sua autobiografia, ele chega a mostrar que houve momento em que, não por pobreza, mas até pela vida que tinha o jovem naquele momento, chegou a dormir fora de qualquer casa durante uma visita a Nova York, ou seja, na rua. Ele mostra como foi a vida dele de jovem como organizador social. Opção que fez diferente dos jovens norte-americanos que buscam emprego e procuram se organizar na vida. Nós vamos receber a visita não apenas de um Presidente norte-americano que aceitou vir ao Brasil antes que o Presidente brasileiro fosse aos Estados Unidos, mas de um Presidente completamente diferente dos anteriores, um Presidente que tem uma formação, uma visão de mundo – que nós podemos dizer – do lado da Esquerda, que muitos não querem mais falar, mas insisto em falar. Essa é uma diferença. A outra é que, do nosso lado, nós também temos a apresentar uma Presidenta que tem uma tradição ideológica, que tem uma posição clara e uma visão de mundo. Isso permite criar uma expectativa para aquilo que quero sugerir aos serviços diplomáticos brasileiros que procurem trabalhar.

Nós temos, pela primeira vez, o encontro de dois líderes que, nós podemos dizer, estão à altura do seu tempo; não estão aquém deste tempo, porque este é um tempo muito difícil de se ter estadista. Era fácil ter estadista na Guerra Fria porque você tinha um lado e tinha o outro, assumia o seu lado e fazia um discurso para o mundo inteiro. Tanto os Presidentes norte-americanos como os outros Presidentes não falavam para os seus Países apenas; falavam para o mundo inteiro; criavam programas para o mundo inteiro, como o Plano Marshall, como alimentos para o País, como a criação de diversos bancos de desenvolvimento. Passada a Guerra Fria, os estadistas se aperfeiçoaram, voltaram-se para dentro dos seus Países, eles viraram até caixeiros-viajantes, preocupados com o comércio e não com o Planeta inteiro.

Está na hora de surgiram líderes globais, e nós temos a possibilidade, neste encontro de fim de semana, de dois líderes assumirem posição de líderes globais.

Para isso, eu acho que eles não podem e não devem ficar na discussão apenas do comércio entre os

dois Países. Não devem ficar nem mesmo, Senador Gim Argello, na discussão apenas dos interesses bilaterais. Eles devem fazer um discurso para o mundo.

Peço um minuto mais, Senador Presidente, se não for pedir demais.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Dois minutos para V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

Eu tenho o atrevimento, como Senador e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, de sugerir que eles formulem um documento em que, além dos interesses comerciais entre os dois Países e dos outros interesses entre os dois Países, tenhamos também assuntos de interesse do mundo inteiro. Por exemplo, é óbvio que tem de entrar o problema do terrorismo e o problema da disseminação de armas nucleares, sobretudo depois do que vimos e estamos vendo acontecer com a energia nuclear no Japão.

Entendo que há outros quatro pontos que deveriam trabalhar. Esses quatro pontos seriam, em primeiro lugar, uma grande mensagem ao mundo de que é preciso enfrentar o quadro de pobreza que há no Planeta. Até o tempo dos estadistas globais, eles podiam falar no desenvolvimento. Não precisavam falar em pobreza, porque ela seria eliminada naturalmente pelo crescimento.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bastava falar em crescimento econômico que já se falava em diminuição da pobreza. Não é mais suficiente isso. É preciso fazer um discurso que diga: nós temos como erradicar a pobreza. E o Brasil tem exemplo de como fazer isso. O Brasil tem o Programa Bolsa Escola, o Bolsa Família, ou o programa em que a gente precisa avançar, de educação para o mundo inteiro.

O segundo item é o problema do meio ambiente. Os estadistas globais Dilma e Obama têm de falar para o mundo sobre a necessidade de subordinar o crescimento aos interesses do equilíbrio ecológico.

O terceiro ponto são os direitos humanos. É claro que devemos defender a autonomia de cada povo, mas essa autonomia tem de ser hoje considerada dentro da visão de um planeta que seja um grande condomínio: cada um é dono da parcela do seu apartamento, mas não pode tocar fogo no seu apartamento, não pode deixar a torneira aberta o tempo todo, tem de respeitar a comunidade global...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Finalmente, o último item é o problema do uso da ciência e da tecnologia a serviço dos interesses dos povos do mundo. Não podemos continuar deixando que milhões de pessoas morram porque não conseguem ter acesso à ciência e à tecnologia já disponíveis, que milhões de crianças não aprendam porque não têm acesso às tecnologias modernas da pedagogia.

O quarto ponto, Sr. Presidente, de que espero falar nos segundos que está me dando, que eu gostaria de ver a minha Presidenta e o Presidente do Estados Unidos, que acho que todos temos de respeitar, abordando: o problema da subordinação do crescimento ao meio ambiente, o problema da luta pela erradicação da pobreza, o problema dos direitos humanos como valores fundamentais do ser humano e, finalmente, a ideia de que a tecnologia tem de servir a todos. Respeitemos os direitos autorais, mas a serviço dos interesses dos povos.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Dois estadistas globais se reúnem, mas, para isso, eles têm de assumir a posição de globais. Eles não podem ficar prisioneiros dos interesses específicos apenas dos seus Países. Eles não podem ser caixeiros-viajantes discutindo apenas como vender mais um para o outro.

Este era, Sr. Presidente, o pronunciamento que eu queria fazer, desejando muita sorte para o Presidente Obama e para a Presidenta Dilma, porque a sorte que eles tiverem vai repercutir para todos nós e para as gerações futuras, não só dos nossos dois Países, mas do mundo inteiro.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Pela Liderança do PMDB, com a palavra o Senador Renan Calheiros, Líder da Bancada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, no último dia 12, Alagoas teve a honra de receber a visita do Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo. Lamentavelmente, Sr. Presidente, estive viajando nestes últimos dias e não pude, como queria muito, receber em nosso Estado o Ministro da Justiça, por quem tenho muito respeito e grande consideração.

É indiscutível, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a visita do Ministro José Eduardo Cardozo a Alagoas é mais uma demonstração da atenção que o

Governo Federal vem tendo com o Estado de Alagoas desde o Governo Lula, independentemente da posição política do governo local.

Como se sabe, Alagoas ainda enfrenta severas dificuldades, mas o que está amedrontando e encarcerando a sociedade alagoana é a superexplosão da criminalidade. Os resultados da mais recente radiografia da criminalidade, divulgados no final de fevereiro pelo Ministério da Justiça, não poderiam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, provocar outra reação que não a perplexidade e o estarrecimento.

O novo Mapa da Violência mostra, novamente, que o aumento de homicídios no Brasil nas últimas décadas vitimou principalmente jovens. Em 2008, ano base da pesquisa, a juventude entre 15 e 24 anos representava 18,3% da população brasileira. Já o número de jovens assassinados, 18.321, correspondeu a 36,6% do total de homicídios no País. Ou seja, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quase 40% das vítimas.

Para nós nordestinos e, infelizmente, para mim, como alagoano, outra conclusão da pesquisa foi trágica: houve uma explosão de violência na região Nordeste. E desta vez, Sr. Presidente e Srs. Senadores – já disse aqui em outra intervenção que fiz e queria repetir –, nem podemos falar exclusivamente em causas sociais. Enquanto a pobreza diminuiu na região, os homicídios aumentaram 65%, os suicídios, 80% e os acidentes de trânsito, 37%.

O Estado de Alagoas, que figurava na parte de baixo do *ranking* da violência, agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, pulou para a primeira posição. Em uma década, Alagoas passou da décima terceira posição para o primeiro lugar no *ranking* da violência nacional. Foram 60,3 de óbitos por grupo de 100 mil habitantes. Número, Sr. Presidente e Srs. Senadores, intolerável, inaceitável. Esta é uma triste e desconfiável posição.

Só em 2010, ano não compreendido pela análise Mapa da Violência, foram 2.266 assassinatos. Repito: 2.266 assassinatos em Alagoas. Isso equivale, Sr. Presidente, a 190 mortes por mês e 6,2 assassinatos/dia. Os 2.266 homicídios ao ano representam a marca recorde de 73,3 mortes por grupo de cem mil habitantes, percentual que – observem os senhores – nunca foi alcançado por nenhum Estado da Federação. Nunca, nunca foi alcançado esse percentual por nenhum outro Estado da Federação. Este, Sr. Presidente, é outro recorde triste que o governo local, lamentavelmente, tem a apresentar.

Lembro ainda que, quando Ministro da Justiça, montei uma força tarefa para combater o crime organizado no Estado de Alagoas de forma permanente. Ela, Sr. Presidente, apresentou resultados, muitos resultados.

E a única maneira de enfrentar com resultados o crime organizado é combatê-lo de forma permanente.

Em 1999 – eu pediria só dois minutos a V. Ex^a para concluir –, graças à atuação dessa força tarefa, o número de homicídios foi de apenas 552. Onze anos depois, ele cresceu absurdos 300% e bateu, Sr. Presidente, em 2010, em 2.266 homicídios. Aquele foi o único momento em que se verificou a redução da violência no Estado de Alagoas. De lá para cá, a violência só cresceu e todos os alagoanos exigem a rápida reversão dessas vergonhosas estatísticas.

Outros Estados, como o Rio de Janeiro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que tinham a violência como problema crônico, estão enfrentando o problema de frente e, por isso, vêm obtendo resultados muito expressivos. Os alagoanos têm o direito de esperar a mesma reação do governo local e também do Governo Federal.

Venho defendendo, há anos, uma completa reformulação do modelo atual de segurança pública, prevendo, Sr. Presidente, inclusive, fontes fixas de financiamento para a segurança pública e até mesmo a vinculação orçamentária provisória para fazer face à gravidade do problema.

Mas enquanto a reforma não vem, com a obrigatoriedade inclusão da definição do papel do Governo Federal, é preciso lembrar que segurança pública é da responsabilidade dos governos estaduais, que não podem, Sr. Presidente, de forma nenhuma, cruzar os braços, reduzir ano a ano, os recursos que gastam com segurança pública e lamentar as carências enquanto a população está sendo massacrada nas ruas.

Durante a reunião com o Ministro José Eduardo Cardozo, o Governador de Alagoas pediu socorro ao Governo Federal, admitindo que a violência está fora do controle, está fora do seu controle. Na lista, Sr. Presidente, de reivindicações do Governo de Alagoas, outro pedido foi o reforço da Força Nacional nas ruas, para coibir a violência, e a instalação de 43 bases da política comunitária em Alagoas.

Todos sabem que a segurança pública é a soma de polícias bem equipadas, bem remuneradas, serviços de inteligência eficientes e investimentos. Mas os investimentos solicitados ao Governo Federal durante o encontro do final de semana em Alagoas precisam ser precedidos de projetos, de programas, de políticas públicas, de planos viáveis, como frisou na oportunidade o Ministro José Eduardo Cardozo.

Foi o que, Sr. Presidente, Srs. Senadores – já encerro –, fez, por exemplo, o Governador Sérgio Cabral ao criar as Unidades de Polícia Pacificadora que, progressivamente, foram ocupando áreas outrora dominadas pelo crime.

Quando o Estado do Rio de Janeiro precisou do socorro federal na invasão do Morro do Alemão, ele veio exatamente porque existia uma política pública para combater a violência.

Eu me coloco, mais uma vez, à disposição do Governo de Alagoas para, ao lado de toda a bancada, lutar pelos recursos de que Alagoas precisa, como sempre fiz, Sr. Presidente, como sempre a Bancada de Alagoas fez, a Bancada de Alagoas aqui no Senado Federal.

Mais verba para novos presídios, concursos para delegados, para policiais militares, para policiais civis e modernização dos equipamentos policiais e melhores salários!

Mas do que os brasileiros reclamam neste momento é a rediscussão urgente do modelo atual de segurança pública, sabidamente dispersiva e ineficaz.

As tragédias urbanas brasileiras, que em muitos casos superam em números a quantidade de vítimas de guerras e guerrilhas, não podem, Sr. Presidente, seguir sendo banalizadas e só provocarem reações esporádicas diante de grandes comoções, como tem acontecido aqui no Brasil e especialmente em Alagoas.

É preciso enfrentar o crime e rediscutir nosso atual modelo de insegurança pública. E os Governadores, Sr. Presidente, repito, precisam ter vontade política para combater permanentemente o crime organizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Renan, V. Ex^a faz um pronunciamento muito importante em relação à segurança pública não só para Alagoas como também para o Nordeste, que tem sofrido muito com essa onda de violência.

Parabéns a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço se outro Senador porventura quiser falar à minha frente, uma vez que falta um documento para minha fala.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, Senador Suplicy, muito obrigado pela sua gentileza. Prometo que não passo de três minutos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, peço vénia a V. Ex^a e a este Plenário para trazer um assunto e um breve pedido de informação à Casa, mais especificamente ao setor administrativo dela.

Logo que assumi este mandato de Senador, mais exatamente no dia seguinte à posse, encaminhei a V. Ex^a – que, registre-se, prontamente deu andamento – um pedido de esclarecimentos, pelas razões então expostas, sobre a legalidade de percepção cumulativa do salário que passaria a receber de Senador da República com os proventos de aposentadoria que até janeiro eu percebia, valores esses proporcionais ao período em que eu exercera mandatos anteriores de Senador da República. Eu indagava, também, Sr. Presidente, sobre a forma de sustar o recebimento da aposentadoria.

Dias depois, informado por parecer da Advocacia-Geral do Senado da impossibilidade da percepção cumulativa em face da Lei nº 7.087, em seu art. 45, item I, de pronto e por formulário próprio da Casa, requeri a suspensão do benefício.

Repto e ressalto: requeri a suspensão do benefício.

Para meu espanto, em 24 de fevereiro, no Boletim Administrativo de Pessoal nº 4.669, saiu publicado o Ato da Diretoria-Geral nº 3.219, em que aquela Diretoria, “fundamentada não no meu pedido, mas na Lei que o havia ensejado”, resolia suspender a aposentadoria que até janeiro eu recebera. Além de dar ares de decisão unilateral a algo que eu havia solicitado, o documento trazia um detalhe curioso: ele explicitava o valor que o parlamentar passaria a não receber. Detalhe que de curioso transformou-se em grave, pois trazia um erro grosseiro: o valor “suspenso” era diferente, bem superior ao que eu até então recebera.

Sr. Presidente, fui Senador por 16 anos, somados os mandatos que Minas me concedeu. Nesse período, recolhi mensalmente a parcela devida ao Instituto de Previdência dos Congressistas.

Em janeiro deste ano, último mês em que fiz jus ao benefício dessa aposentadoria, subtraídos os descontos regulamentares de Imposto de Renda e do Plano de Seguridade dos Congressistas, entre outros descontos, minha aposentadoria resultava em um salário líquido de R\$6.477,81. Entretanto, segundo o que saíra publicado, eu deixaria de receber R\$13.027,53.

E isso, Sr. Presidente, deu confusão em alguns jornalistas de má-fé neste País.

Descuido, erro, negligência, má-fé, a mim nem importa tanto qual foi a causa. Não advogo, claro, que se escamoteiem dados, especialmente os que apontem o destino de recursos do Erário. Importam-me, sim, sob pena de sermos injustos, eu diria até levianos,

a clareza, a justeza que devem pautar a divulgação dessas informações, reduzindo biografias e nivelando, pelo piso, o nível ético que deve pautar a conduta do homem público.

Para finalizar, Sr. Presidente, esclareço que meu gabinete, por determinação minha, solicitou me fossem fornecidas explicações sobre o episódio. Tenho-as aqui comigo.

Contudo, por tê-las considerado incompletas, gostaria de solicitar a V. Ex^a a gentileza de encaminhar o seguinte pedido de informações ao setor administrativo do Senado Federal:

1. Por que o Ato da Diretoria-Geral nº 3.219, de 2011, não fez referência ao fato de que a suspensão da aposentadoria se dava a meu pedido, na forma do que prevê a lei?

É a primeira indagação que faço a V. Ex^a

2. Por que o referido Ato, ao suspender a aposentadoria, divulgou um valor de R\$13.027,53 que eu jamais recebera nem viria a receber?

Eram essas duas informações, Sr. Presidente, que eu gostaria que a Mesa me esclarecesse.

E eu quero, mais uma vez, Senador Suplicy, agradecer a V. Ex^a a gentileza e espero não ter ultrapassado os três ou quatro minutos que pedi a V. Ex^a. Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Itamar Franco, a Presidência aguarda o requerimento de V. Ex^a e o despacha, em seguida, à Diretoria-Geral, baseado no art. 215, §1º, inciso II, alínea b, do Regimento da Casa. Posteriormente, V. Ex^a será comunicado da decisão e da informação.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 213, DE 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Requeiro, na forma do art. 215, inciso II-b, do Regimento Interno do Senado Federal esclarecimentos sobre fatos referentes à minha solicitação de suspensão dos proventos de aposentadoria.

Peço a Vossa Excelência a gentileza de encaminhar o seguinte pedido de informações ao setor administrativo do Senado Federal:

1. Por que o Ato da Diretoria Geral nº 3219, de 2011, não fez referência ao fato de que a suspensão da aposentadoria se dava a meu pedido, na forma do que prevê a lei?

2. Por que o referido Ato, ao suspender a aposentadoria, divulgou um valor (R\$13.027,53) que eu jamais recebera e nem viria receber?

Sala das Sessões, 14 de março de 2011.


ITAMAR FRANCO
Senador

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É exatamente baseado neste artigo do Regimento que eu estou fazendo as devidas solicitações.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Por permuta, concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria, antes de me reportar ao tema que trago a esta Casa, de agradecer ao Senado pela importante sessão comemorativa da Batalha do Jenipapo, realizada durante o dia de hoje. Aqui ainda temos a presença do nosso Governador Wilson Martins, com uma importante comitiva do Piauí, que esteve aqui presente, com a Bancada federal, enfim.

Também quero registrar a solidariedade do povo do Piauí – tenho certeza que posso falar pelo povo do Piauí – ao povo do Paraná, por este momento que vivencia, Senadora Gleisi, neste instante em que brasileiros lá do Paraná, da região de Morretes, de Antonina, de Guaratuba, enfim, sofrem com esse problema das enchentes, onde estão desabrigadas milhares de pessoas, assim como também nossos irmãos e irmãs de Santa Catarina, da região baixa de Santa Catarina. Há bem pouco tempo, nós tivemos problemas semelhantes também no Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil, no Espírito Santo. E eu queria aqui manifestar, pelo povo do Piauí, não só a nossa solidariedade, mas também todo o nosso apoio para que possamos agilizar, junto ao Governo Federal, as condições de atendimento.

Fui Governador e sei a dureza que é lidar, de um lado, com a necessidade da agilidade, da urgência e, de outro, com o cumprimento das leis, o cumprimento das regras. Muitas vezes, quando não se faz, quando se liberam recursos agilmente, aparecem imediatamente aqueles e aquelas que representam ali, dizendo que não estão cumprindo as leis, não estão cumprindo as regras, insinuando que naquilo ali há desvios, enfim.

No entanto, eu sei que, em momentos como esse, a urgência é algo fundamental. Vivi, durante o meu Governo, muitos momentos, ora de irregularidade de chuvas, por falta de chuva, ora de enchentes, envolvendo vários Municípios no meu Estado. Então, queria aqui transmitir, pelo povo do Piauí, toda a nossa solidariedade.

Da mesma forma, solidarizo-me também com os nossos irmãos do Japão. Estamos vivendo um momento dramático naquela região do Planeta. Pensávamos que já se havia passado essa dolorosa situação, e agora houve um novo tremor, com *tsunami*, causando ainda

mais destruição, ceifando vidas, enfim, e trazendo mais dores também para o nosso povo. Então, para todas as colônias japonesas no Brasil e a seus familiares manifesto a nossa solidariedade.

A Presidente Dilma, eu sei, tanto em relação aos temas internos do Brasil, como é o caso do Paraná, estará com a sua equipe assumindo condições. O Presidente Lula, ao final do mandato – e devo dizer que essa ideia nasceu no Estado do Piauí –, em dado momento, visitava uma situação de enchente no Nordeste: Piauí, Maranhão, Pernambuco, enfim. E, quando ele visitou o Piauí, eu disse: Presidente Lula, eu quero dizer aqui que, se eu pudesse fazer um pedido só, seria de mudanças no rito de convênio, no rito processual para que possamos tratar de assuntos de urgência e emergência.

Lembro-me ali, Senadora Gleisi e Senador Lindbergh, de que mostrei para ele que, para se fazer a casa de uma pessoa que teve a sua casa derrubada por uma enchente, era necessário cumprir 112 leis, normas, resoluções, atos de instrução, instruções normativas, enfim, uma infinidade de problemas. E isso foi reduzido a um número bem mais baixo. Hoje são cerca de seis os atos. É um plano de trabalho com um projeto, mas tem de haver o plano de trabalho, tem de haver o projeto. Sem isso, não pode haver a liberação, porque há uma prestação de contas a ser feita. Afinal, o dinheiro não é da Presidente Dilma, não é do Ministro Guido, não é do Ministro da Integração; o dinheiro é do povo brasileiro e precisa ter as condições dessa prestação de contas.

Senador Lindbergh, com maior prazer.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington, é um prazer apartear V. Ex^a. Quero também me associar a V. Ex^a na solidariedade ao povo do Paraná e ao povo de Santa Catarina. Eu, que, aqui, como Senador do Rio de Janeiro, assumi essa tribuna para agradecer uma imensa rede de solidariedade construída no Brasil, em um episódio trágico que houve na região serrana do Rio de Janeiro, devo lembrar V. Ex^a de que a Presidente Dilma, depois de ir ao Rio de Janeiro e quando veio entregar a sua mensagem a este Congresso Nacional, chamou os Parlamentares, o Senado e a Câmara Federal, à discussão de um marco regulatório do Sistema Nacional de Defesa Civil no nosso País. É preciso reconhecer que a nossa estrutura é muito frágil. Eu mesmo, Senador Wellington, apresentei aqui vários projetos. Um deles cria uma Força Nacional da Defesa Civil, nos mesmos moldes da Força Nacional de Segurança Pública, que não criaria custos adicionais, porque, na Força Nacional de Segurança Pública, como nessa Força Nacional de Defesa Civil, requisitaríamos os homens, os funcionários dos

Estados. Falava também num cadastro nacional. Hoje não é obrigatório; há um prazo de 180 dias, mas não existe nenhuma punição no caso de prefeituras e Estados não cumprirem aquele prazo para criarmos um cadastro nacional das áreas de risco. É preciso haver um mapa disso. O que acho? Queria aqui aproveitar a fala de V. Ex^a para dizer que o Senador Jorge Viana apresentou à Mesa desta Casa um requerimento para que se crie uma comissão temporária para juntarmos todos os projetos que tramitam sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil. Senador, não podemos chegar novamente a novembro, dezembro do próximo ano com um marco regulatório extremamente frágil como esse. Amanhã, está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos um projeto do Senador Inácio Arruda que cria o Fundo de Calamidades Públicas. Pois bem. Acho que essa discussão tem de ser feita em bloco, porque, de fato, o fundo, como está hoje na lei, não funciona, nunca funcionou desde seu início. Então, primeiro, é preciso que todos nós reconheçamos a nossa parcela de responsabilidade em todos esses fatos e observemos o caso do Japão. É preciso que se diga que, se não houvesse um sistema que funcionasse, com treinamento, com envolvimento das pessoas, sabemos que, em uma tragédia como aquela, o número de mortes seria muito maior. E sabemos que, com as mudanças climáticas, cada vez mais vamos enfrentar problemas dessa ordem no nosso País. Acho que é um dever nosso aqui, é um dever do Governo Federal. E sabemos que há uma comissão discutindo o assunto no Governo Federal, mas esta Casa não se pode furtar a entrar a fundo em um assunto como esse. Por isso, apelo à Mesa para que aprovemos esse requerimento do Senador Jorge Viana para que possamos discutir em conjunto e apresentar uma proposta deste Senado. Peço desculpas a V. Ex^a por ter, já no início de sua fala, tomado um tempo precioso, mas julguei ser importante. Este é um tema que fala muito forte a mim, como Senador do Rio de Janeiro, Estado que vive esse problema e continua vivendo, porque a região serrana do Rio de Janeiro hoje ainda tem um desafio muito grande pela frente: recuperar sua economia, apagar, na verdade, suas dores, sua tristeza. Sabemos o trauma que aquela região está enfrentando. Na próxima sexta-feira, vamos estar presentes em Teresópolis, onde está sendo criado um consórcio dos Municípios de toda aquela região. Mas devo dizer que sei que o drama da região serrana vai persistir por muito tempo, por anos, até recuperarmos a capacidade econômica. Há muita gente desempregada nas mais diversas áreas. Então, acho que o Senado Federal tem de assumir seu protagonismo e tem de montar essa comissão especial para que tenhamos, de uma vez por todas, um

marco regulatório mais eficiente no Sistema Nacional de Defesa Civil. Muito obrigado, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu é que agradeço. Quero dizer que nós nos sentimos honrados com a sua participação, com toda a experiência que viveu diretamente, que acompanhou como Senador, como Prefeito, enfim. Com certeza, quero aqui manifestar também o nosso apoio a essa proposta do Senador Jorge Viana.

Dizemos, inclusive, que nessa visita do Presidente Lula apresentamos cinco propostas: uma delas era nesta direção que V. Ex^a apresentou, de ter a força nacional. Qual a coisa fantástica da Força Nacional? Por exemplo, no momento de dificuldade na área da segurança, são policiais treinados de todos os Estados brasileiros – o meu Estado foi um dos primeiros a assinar, aderindo à Força Nacional – que são colocados em uma região do País. Então, são médicos... Hoje, se um Estado quer ajudar outro, não há mecanismo legal para fazer isso. Um Estado não pode, tem a maior dificuldade de transferir dinheiro para outro Estado, para o Município de um outro Estado e de oferecer um trabalho de médico. Fazemos isso muito mais na linha da espontaneidade. Há uma burocracia muito grande a ser cumprida. Eu acho que esse regulamento ajudaria.

Em relação ao fundo, ele tem que ser permanente por conta das mudanças climáticas. Todos os anos temos situações de calamidade. Já se sabe qual a média de custo, às vezes um pouco mais, um pouco menos, mas já temos uma noção: são mais ou menos R\$3 milhões, R\$3,5 milhões por ano que se colocam para atender a situações como essa.

Como é que vou tratar de uma questão emergencial, uma questão previsível como emergencial? Dou um exemplo: no Estado do Piauí – e o Governador Wilson Martins, que está aqui presente, e o Prefeito Bessa, de uma das cidades contempladas –, tínhamos, a cada ano, seca naquela região. Faz o mapa aqui aonde é que vai o carro-pipa. Então, tenho que ter um plano permanente para fazer ali um sistema de água, uma alternativa, uma adutora, alguma coisa para dar uma solução.

Se eu tenho uma defesa civil municipal ou estadual, eu sei onde estão os riscos de uma ponte cair, de um morro desabar. Enfim, se você tem uma fonte permanente, você atua melhor, inclusive de forma preventiva. Por isso, creio ser da maior importância.

Senadora Gleisi, com o maior prazer, ouço V. Ex^a.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Wellington. Eu queria agradecer a solidariedade manifestada por V. Ex^a, também pelo Senador

Lindbergh, ao povo do Paraná, do nosso litoral, que está sofrendo muito com as chuvas desde quinta-feira. A situação está bastante dramática. E também dizer que tivemos uma pronta disposição do Governo Federal, do Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, que já esteve em contato com o nosso Governador do Estado, já deslocou a força civil, a Defesa Civil nacional, o Exército. Amanhã nós temos reunião com o Ministério para sabermos o montante de recursos que serão necessários. E como bem lembrou V. Ex^a, nós temos, sim, determinações legais a serem seguidas que nos colocam a responsabilidade com o dinheiro público. Mas, indo na linha do que o Presidente Lula fez ano passado para simplificar esse processo, o Executivo mandou um projeto de lei que tramita hoje na Câmara dos Deputados, o qual tem o objetivo de facilitar ainda mais...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT - PR) – ...estabelecendo uma mesa de negociação com os Estados e os Municípios atingidos, inclusive prevendo doação de recursos para facilitar e agilizar. Então, esse é um dos projetos que também penso devemos trazer a essa comissão a que se referiu o Senador Lindbergh, que, com certeza, contará com o meu apoio. Muito obrigada, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Eu é que agradeço.

Para finalizar, Sr. Presidente, o tema que eu gostaria de trazer é também importante para o Brasil.

Dialogamos com a Agência Nacional de Petróleo. O próprio Governador do Piauí esteve com o Presidente da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima, que foi Deputado Federal, um companheiro baiano da melhor estirpe. Ele ali assegurou uma coisa importante para o Brasil, que é a continuidade das pesquisas de gás e petróleo na Bacia do Parnaíba.

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Os dados já existentes dão conta de uma grande reserva de gás e possibilidade de petróleo no Estado do Maranhão, no Estado do Piauí. Agora a ideia é de se aprofundarem as pesquisas na região do Araguaia, do Tocantins, nos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins, onde nós temos condições de ter uma reserva capaz de garantir a autossuficiência do Brasil nesse ponto.

Hoje, nós vivemos dramas muito fortes, nos últimos anos, nessa área. E essa pesquisa é de fundamental importância. De um lado, para o desenvolvimento de uma região ainda pouco desenvolvida do Brasil – Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, enfim, com uma

riqueza natural espetacular –, e de outro, a garantia de que nós possamos dar sustentação ao Brasil.

Daqui a pouco, nós iremos a uma audiência com o Ministro das Minas e Energia, o Ministro Edison Lobão..

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E, com ele, nós trataremos, com a presença novamente do Governador Wilson Martins e da Bancada do Piauí, da realização de uma reunião de um conselho que aprove as novas áreas para leilões, nessa área de gás e petróleo, para que possamos ter ainda neste semestre – eu espero – os lotes, tanto do lado do Maranhão, como do Piauí. Que nós tenhamos condições de incentivar empresas públicas, como a Petrobras, e também abrir para que empresas privadas possam ali participar desse leilão e garantir as condições de prosseguir, nesse caso, na perfuração de poços.

Eu tenho a certeza e a convicção de garantir esse fato para o Piauí e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador Wilson Santiago, Sr^s e Srs. Senadores, a iniciativa popular dos projetos de lei, uma das modalidades da democracia direta, tal como previsto no inciso III, do art. 14, e no §2º, do art. 61, ambos dispositivos da Constituição Federal, foi saudada, desde a promulgação da Constituição Federal, como uma das grandes conquistas dos cidadãos brasileiros, no que concerne à possibilidade de efetiva e direta participação no processo político.

Cerca de dez anos após a promulgação da Lei Maior, a matéria foi regulamentada por intermédio da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Imaginou-se que, com a publicação da norma regulamentadora, estaria assegurado, de forma plena, o exercício de tão relevante direito fundamental.

No entanto, não foi isso o que se constatou na prática, na devida medida. Em face dos rigorosos requisitos fixados pelo §2º do art. 61 da Constituição Federal e pelo *caput* do art. 13, da Lei nº 9.709, de 1998, poucos foram os projetos de lei de iniciativa popular apresentados pelos eleitores brasileiros. E, de todos os projetos apresentados, apenas quatro foram, ao final do processo legislativo, transformados em leis – entre os quais, o mais recente, o projeto relativo à Ficha Limpa, que teve, na verdade, como autor, tendo em conta toda a mobilização da sociedade civil, o próprio Presidente da Câmara de então, o Deputado Michel

Temer. É um número muito acanhado, que demonstra que a concepção originária do Constituinte de 1987 e 1988 não foi concretizada em sua plenitude.

Da engenhosa conformação de um regime democrático com tonalidades de democracia semidireta, que combina os clássicos institutos da democracia representativa com modalidades da arrojada democracia participativa, percebe-se que o seu potencial encontra-se, ainda, não devidamente explorado.

Essa análise é circunscrita à iniciativa popular de projeto de lei e deixa de abordar a subutilização do plebiscito e do referendo, eis que o escopo do projeto, como dito, é o aprimoramento da apresentação de projetos de lei pelos eleitores brasileiros.

No que concerne à iniciativa popular do processo legislativo, há que se destacar, basicamente, duas ordens de críticas feitas às balizas normativas hoje existentes e disciplinadas tanto no §2º do art. 61 da Constituição, quanto no art. 13 da Lei nº 9.709, de 1998.

A primeira refere-se aos requisitos quantitativos para que tal projeto possa ser admitido a tramitar no Congresso Nacional, inicialmente pela Câmara dos Deputados.

Um por cento do eleitorado nacional, algo como um 1,3 milhão de eleitores, dos 130 milhões de eleitores hoje existentes no Brasil, distribuídos por pelo menos cinco Estados, com não menos do que três décimos por cento de eleitores de cada um deles, é, sem dúvida, requisito quantitativo de difícil cumprimento.

Qualquer tentativa de alteração desse requisito para torná-lo mais razoável teria como objeto o dispositivo constitucional que estabelece os quantitativos reproduzidos depois, no texto da lei. Seria necessária, então, a aprovação de emenda constitucional com esse desiderato.

Não é esse o foco do presente projeto de lei.

A segunda ordem de críticas diz respeito à forma como são colhidas as assinaturas dos eleitores que aderem a uma proposta de lei de iniciativa popular.

Hoje, o modelo é absolutamente artesanal. Listas são distribuídas em locais estratégicos, como aglomerados urbanos, portas de fábrica, escolas, universidades, centros comerciais, enfim, locais onde haja grande fluxo de pessoas que, em tese, poderiam ter interesse em apoiar iniciativas legislativas populares.

Há um hercúleo esforço de coleta de assinaturas, conferência de dados e verificação de eventuais duplicidades e incorreções que acabam por transformar esse direito fundamental em “letra quase morta”.

Gargalos operacionais e logísticos não podem solapar o princípio democrático, que se constitui em um dos principais retores de todo o ordenamento jurídico-constitucional, especialmente numa conjuntura

em que os recursos tecnológicos, disponíveis a grandes segmentos da população, permitem uma intensa exploração da comunicação eletrônica.

E mais: as circunstâncias atuais de exigência de transparência e efetividade da ação do Poder Público impõem um diálogo cada vez mais intenso e cooperativo com os eleitores, e o consequente dever do Estado, em suas múltiplas manifestações, de direcionar seus recursos materiais, humanos e tecnológicos à efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Gostaria de agradecer ao Sr. Ivens Iraty de Pontes Vieira, da cidade de Bauru, que originalmente me apontou a necessidade da referida mudança legislativa. Antes de aqui transformá-la em projeto de lei, tive a oportunidade de interagir sobre o tema com o professor Fábio Konder Comparato – um dos principais defensores da iniciativa popular no aperfeiçoamento do nosso processo democrático – que louvou a oportuna apresentação deste projeto.

Nesse sentido, submeto à consideração das Sras. Senadoras, o presente projeto de lei que prevê as assinaturas eletrônicas e, dessa forma, possibilita que os requisitos constitucionais e legais de admissibilidade dos projetos de iniciativa popular possam ser alcançados com mais facilidade.

Aponto, em seguida, as principais características do projeto:

– As assinaturas dos eleitores poderão ser manuais ou eletrônicas;

– A Câmara dos Deputados e o Senado Federal deverão disponibilizar, em suas páginas na rede mundial de computadores, conexões para os anteprojetos de iniciativa popular que lhes tenham sido encaminhados por número de eleitores que represente quatro centésimos por cento do eleitorado nacional, com o objetivo de permitir a subscrição eletrônica por outros eleitores;

– A mensagem eletrônica que encaminhar o anteprojeto de iniciativa popular deverá conter também elementos que permitam a identificação dos eleitores-autores;

– Os eleitores que desejarem subscrever anteprojeto de iniciativa popular disponível na página da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal deverão acessar as respectivas páginas da rede mundial de computadores, informando o seu nome, data de nascimento e o número do seu título de eleitor;

– Cada eleitor que enviar mensagem eletrônica encaminhando anteprojeto de lei de iniciativa popular ou indicando interesse em subscrever anteprojeto de lei de iniciativa

popular receberá como resposta uma senha que será atrelada ao número do seu título e que admitirá apenas o cômputo de uma manifestação de apoio por anteprojeto;

– O sistema recusará automaticamente a apresentação do anteprojeto ou a manifestação de apoio caso os proponentes do anteprojeto ou aqueles que o desejem apoiar não estejam regularizados perante a Justiça Eleitoral.

Destaco a preocupação do presente projeto de lei tanto com a banalização do uso de tão poderoso instrumento de participação popular quanto com a possível inviabilização operacional do modelo causada pelo travamento dos sistemas eletrônicos da Câmara e do Senado, caso fosse admitido o encaminhamento de anteprojetos de lei por um único eleitor.

Nesse sentido, criam-se filtros à remessa dos anteprojetos de lei.

A proposta concreta é que somente possam ser encaminhados anteprojetos de lei por eleitores em número que correspondam a quatro centésimos por cento do eleitorado nacional.

Esse número, que equivale, hoje, a cerca de 55 mil eleitores, foi obtido não a partir de elucubrações teóricas, mas, sim, a partir de relevante experiência vivida no Parlamento brasileiro.

Na época da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988, o art. 24 de seu Regimento Interno admitia a apresentação de emenda popular ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por trinta mil eleitores, que correspondiam a quatro centésimos por cento do eleitorado brasileiro que, naquele momento, era da ordem de 80 milhões de eleitores.

Assim, parece oportuno adotar esse paradigma histórico de participação do eleitorado no processo legislativo brasileiro como medida de corte para o encaminhamento dos anteprojetos de iniciativa popular que aguardarão a subscrição eletrônica de outros eleitores.

É importante, por fim, tecer algumas considerações preventivas a eventuais críticas que sugeram de que a matéria tratada no presente projeto de lei é da competência privativa tanto do Senado Federal, quanto o disposto no art. 52, inciso XIII, quanto da Câmara dos Deputados, ex vi do contido no inciso IV do art. 51, ambos da Constituição Federal, por ser tratar de matéria afeta a sua organização e ao seu funcionamento interno.

Na verdade, o que se pretende com o projeto em análise é tornar mais razoável o exercício de um direito fundamental dos eleitores, mediante a expressa e formal admissão das subscrições eletrônicas em apoio às iniciativas legislativas populares.

A partir desse ideia-força, o projeto delineia a participação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados na execução do direito subjetivo previsto, mediante a disponibilização de espaços em suas páginas eletrônicas na Internet, tendo em vista tratar-se de matéria absolutamente consentânea com as competências finalísticas precípuas desses órgãos legislativos.

Essa, por sinal, é a razão essencial da escolha das Casas do Congresso Nacional como hospedeiras dos anteprojetos de lei que aguardam a subscrição eletrônica necessária a torná-los aptos a se converterem em projetos de lei de iniciativa popular.

Esses órgãos detêm a competência constitucional e legal, além de ampla *expertise*, para cuidar do processo legislativo, seja nas matérias de iniciativa dos próprios Parlamentares, seja naquelas cujo início é externo ao Parlamento, como é o caso dos projetos de competência privativa do Presidente da República, dos Presidentes dos Tribunais Superiores, do Chefe do Ministério Público Federal e, também, quando se trata de hipótese de iniciativa popular.

Os Tribunais Eleitorais, especialmente o Tribunal Superior Eleitoral, detêm os dados sobre os eleitores no Brasil, porém não consta do rol de suas competências institucionais cuidar de atos, ainda que preliminares, do processo legislativo iniciado pelos eleitores.

O presente projeto propõe, então, a cooperação entre o Congresso Nacional, que cuida do processo legislativo, e o Tribunal Superior Eleitoral, que detém os dados dos eleitores, que permita a migração ou a disponibilização dos dados essenciais à verificação da regularidade da situação do eleitor.

É um caso típico de combinação de interesses envolvendo órgãos públicos com vistas a um objetivo comum, qual seja, maximizar a participação popular direta.

Há detalhamentos tecnológicos a serem elaborados e normatizados, matéria, contudo, que escapa ao âmbito de abrangência do presente projeto e que deve ser tratada em normas internas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

De outro lado, o projeto lida com riscos, ainda que potenciais, de desvio na utilização dos dados dos eleitores, caracterizando essas condutas como atos e improbidade administrativas e submetendo-as, consequentemente, à regência pela Lei nº 8.429, de 1992, sem prejuízo de outras sanções legais.

São essas as propostas que pretendo submeter ao elevado escrutínio das Srs e dos Srs. Senadores, esperando merecer a atenção necessária ao aprimoramento e à aprovação do presente Projeto de Lei.

Há aqui, em anexo, como Legislação citada a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, a Lei nº 8.429,

de 2 de novembro junho de 1992, e o projeto de lei que altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para admitir e disciplinar a subscrição eletrônica de projeto de lei de iniciativa popular.

Diz o seguinte, Sr. Presidente:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 13. da Lei 9.709, de 18 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescidos dos seguintes §§ 3º a 16:

“Art.13.

.....
§ 3º As assinaturas dos eleitores de que trata o caput poderão ser manuais ou eletrônicas.

§ 4º Na hipótese de as assinaturas serem eletrônicas, a subscrição obedecerá ao estabelecido nesta Lei e em Resoluções na Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 5º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal deverão disponibilizar, em suas páginas na rede mundial de computadores, conexões com os anteprojetos de iniciativa popular que lhes tenham sido encaminhados com o objetivo de permitir a subscrição eletrônica por outros eleitores.

§ 6º O anteprojeto, de iniciativa popular, será encaminhado, por via eletrônica, à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, por número de eleitores que represente quatro centésimos por cento do eleitorado nacional.

§ 7º A mensagem eletrônica que encaminhar o anteprojeto de iniciativa popular deverá conter, além do texto do anteprojeto, sua justificativa, o nome, a data de nascimento e o número do título de eleitor dos autores que o subscrevem.

§ 8º Os eleitores que desejarem subscrever anteprojeto de iniciativa popular disponível na página da Câmara dos Deputados ou na do Senado Federal deverão acessar as respectivas páginas na rede mundial de computadores informando seu nome, data de nascimento e o número de seu título de eleitor.

§ 9º Cada eleitor que enviar mensagem eletrônica encaminhando anteprojeto de lei iniciativa popular, observado o disposto no §6º deste artigo, ou indicando interesse em subscrever anteprojeto de lei de iniciativa popular, receberá como resposta uma senha que será atrelada ao número de seu título e que admitirá apenas o cômputo de uma manifestação de apoio por anteprojeto.

Sr. Presidente, peço que sejam considerados os demais itens do projeto de lei que encaminho a V. Exª.

E, abraçando a solidariedade e pesar que o Senador Paulo Paim e o Senador Humberto Costa, hoje, manifestaram pelo falecimento de nosso ex-Deputado Eduardo Valverde, de Rondônia, gostaria de dizer que também...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) –

...subscrevo os respectivos requerimentos e também homenageio a extraordinária qualidade de nosso ex-dirigente e companheiro Eduardo Valverde, que inclusive foi candidato ao Governo do Estado de Rondônia nas últimas eleições. Também seu companheiro, um radialista – se puder me citar o nome dele – que faleceu no mesmo desastre automobilístico e que também era companheiro do Partido dos Trabalhadores. Agradeço apenas se puder informar o nome, por favor. (Pausa.)

Pode dizer, Paulo, por favor. (Pausa.)

Eu vou buscar ali embaixo e o transmito à Mesa imediatamente, porque tenho um documento comigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª registra o ocorrido no dia de ontem: o falecimento do ex-Deputado Eduardo Valverde, Deputado Federal por várias legislaturas e integrante do PT nacional, que deixa um prejuízo muito grande ao PT e também à política brasileira pelas suas defesas em favor do seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2011

Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para admitir e disciplinar a subscrição eletrônica de projeto de lei de iniciativa popular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º a 16:

“Art. 13.

.....

§ 3º As assinaturas dos eleitores de que trata o caput poderão ser manuais ou eletrônicas.

§ 4º Na hipótese de as assinaturas serem eletrônicas, a subscrição obedecerá ao estabelecido nesta Lei e em Resoluções da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 5º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal deverão disponibilizar, em suas páginas na rede mundial de computadores, conexões para os anteprojetos de iniciativa popular que lhes tenham sido encaminhados com o objetivo de permitir a subscrição eletrônica por outros eleitores.

§ 6º O anteprojeto de iniciativa popular será encaminhado, por via eletrônica, à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, por número de eleitores que represente quatro centésimos por cento do eleitorado nacional.

§ 7º A mensagem eletrônica que encaminhar o anteprojeto de iniciativa popular deverá conter, além do texto do anteprojeto, sua justificativa, o nome, a data de nascimento e o número do título de eleitor dos autores que o subscrevem.

§ 8º Os eleitores que desejarem subscrever anteprojeto de iniciativa popular disponível na página da Câmara dos Deputados ou na do Senado Federal deverão acessar as respectivas páginas na rede mundial de computadores informando seu nome, data de nascimento e o número do seu título de eleitor.

§ 9º Cada eleitor que enviar mensagem eletrônica encaminhando anteprojeto de lei de iniciativa popular, observado o disposto no § 6º deste artigo, ou indicando interesse em subscrever anteprojeto de lei de iniciativa popular receberá como resposta uma senha que será atrelada ao número de seu título e que admitirá apenas o cômputo de uma manifestação de apoio por anteprojeto.

§ 10. Haverá informações, acessíveis a qualquer tempo e a qualquer pessoa, sobre o número de subscritores de cada anteprojeto de lei de iniciativa popular existente nas páginas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na rede mundial de computadores.

§ 11. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão firmar termo de cooperação, convênio, ou qualquer outra modalidade de ajuste com o Tribunal Superior Eleitoral para que seja encaminhada base de dados, atualizada periodicamente, contendo relação

com o nome de todos os eleitores em situação regular perante a Justiça Eleitoral e os respectivos números dos títulos de eleitor, ou forma de acesso a esses dados diretamente nas bases de dados do Tribunal.

§ 12. Os dados referentes aos eleitores encaminhados ou disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, na forma do § 11, somente serão utilizados para os fins de que trata a presente Lei.

§ 13. Serão considerados atos de improbidade administrativa, previstos no art. 11, incisos I e III, da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, punidos sob sua égide, os procedimentos daqueles que derem aos dados encaminhados ou disponibilizados pela Justiça Eleitoral, na forma do § 11, destinação diversa da prevista nesta Lei, sem prejuízo das sanções administrativas, civis ou penais aos seus autores, previstas em legislação específica.

§ 14. O sistema recusará automaticamente a apresentação do anteprojeto ou a manifestação de apoio, caso os proponentes do anteprojeto ou aqueles que o desejem apoiar não estejam com sua situação regularizada perante a Justiça Eleitoral.

§ 15. O anteprojeto que tenha sido remetido originariamente ao Senado Federal para a subscrição eletrônica por outros eleitores será encaminhado à Câmara dos Deputados após o adimplemento dos requisitos previstos no caput deste artigo, sob a forma de projeto de lei de iniciativa popular.

§ 16. O anteprojeto que tenha sido remetido originariamente à Câmara dos Deputados para a subscrição eletrônica por outros eleitores tramitará sob a forma de projeto de lei de iniciativa popular após o adimplemento dos requisitos previstos no caput deste artigo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A iniciativa popular dos projetos de lei, uma das modalidades da democracia direta, tal como prevista no inciso III do art. 14 e no § 2º do art. 61, ambos dispositivos da Constituição Federal, foi saudada, desde a promulgação da Constituição Federal, como uma das grandes conquistas dos cidadãos brasileiros, no que concerne à possibilidade de efetiva e direta participação no processo político.

Cerca de dez anos após a promulgação da Lei Maior, a matéria foi regulamentada por intermédio da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Imaginou-se que com a publicação da norma regulamentadora estaria assegurado, de forma plena, o exercício de tão relevante direito fundamental.

No entanto, não foi isso o que se constatou na prática.

Em face dos rigorosos requisitos fixados pelo § 2º do art. 61 da Constituição Federal e pelo *caput* do art. 13 da Lei nº 9.709, de 1998, poucos foram os projetos de lei de iniciativa popular apresentados pelos eleitores brasileiros, e, de todos os projetos apresentados, apenas quatro foram, ao final do processo legislativo, transformados em leis.

É um número muito acanhado, que demonstra que a concepção originária do constituinte de 1987/1988 não foi concretizada em sua plenitude.

Da engenhosa conformação de um regime democrático com tonalidades de democracia semidireta, que combina os clássicos institutos da democracia representativa com modalidades da arrojada democracia participativa, percebe-se que seu potencial encontra-se, ainda, não devidamente explorado.

Essa análise é circunscrita à iniciativa popular de projeto de lei e deixa de abordar a subutilização do plebiscito e do referendo, eis que o escopo do projeto, como dito, é o aprimoramento da apresentação de projetos de lei pelos eleitores brasileiros.

No que concerne à iniciativa popular do processo legislativo, há que se destacar, basicamente, duas ordens de crítica feitas às balizas normativas hoje existentes e disciplinadas tanto no § 2º do art. 61 da Constituição Federal, quanto no art. 13 da Lei nº 9.709, de 1998.

A primeira refere-se aos requisitos quantitativos para que tal projeto possa ser admitido a tramitar no Congresso Nacional, inicialmente pela Câmara dos Deputados.

Um por cento do eleitorado nacional, algo como um milhão e trezentos mil eleitores, distribuídos por pelo menos cinco Estados, com não menos do que três décimos por cento de eleitores de cada um deles é, sem dúvida, requisito quantitativo de difícil cumprimento.

Qualquer tentativa de alteração desse requisito para torná-lo mais razoável teria como objeto o dispositivo constitucional que estabelece os quantitativos reproduzidos, depois, no texto da lei. Seria necessária, então, a aprovação de emenda constitucional com esse desiderato.

Não é esse o foco do presente projeto de lei.

A segunda ordem de críticas diz respeito à forma como são colhidas as assinaturas dos eleitores que aderem a uma proposta de lei de iniciativa popular.

Hoje, o modelo é absolutamente artesanal.

Listas são distribuídas em locais estratégicos como aglomerados urbanos, portas de fábrica, escolas, universidades, centros comerciais, enfim, locais onde haja grande afluxo de pessoas que, em tese, poderiam ter interesse em apoiar iniciativas legislativas populares.

Há um hercúleo esforço de coleta de assinaturas, conferência de dados e verificação de eventuais duplicidades e incorreções que acabam por transformar esse direito fundamental em "letra quase morta".

Gargalos operacionais e logísticos não podem solapar o princípio democrático, que se constitui em um dos princípios reitores de todo o ordenamento jurídico-constitucional, especialmente numa conjuntura em que os recursos tecnológicos, disponíveis a grandes segmentos da população, permitem uma intensa exploração da comunicação eletrônica.

E mais. As circunstâncias atuais de exigência de transparência e efetividade da ação do Poder Público impõem um diálogo cada vez mais intenso e cooperativo com os eleitores, e o consequente dever do Estado, em suas múltiplas manifestações, de direcionar seus recursos materiais, humanos e tecnológicos à efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Gostaria de agradecer ao Senhor Ivens Iraty de Pontes Vieira, da cidade de Bauru, que originalmente me apontou a necessidade da referida mudança legislativa. Antes de aqui transformá-la em projeto de lei, tive a oportunidade de interagir sobre o tema com o professor Fábio Konder Comparato – um dos principais defensores da iniciativa popular no aperfeiçoamento do nosso processo democrático – que louvou a oportuna apresentação deste projeto.

Nesse sentido, submeto à consideração das Srs. e Srs. Senadores, o presente projeto de lei que prevê as assinaturas eletrônicas e, dessa forma, possibilita que os requisitos constitucionais e legais de admissibilidade dos projetos de iniciativa popular possam ser alcançados com mais facilidade.

Aponto, em seguida, as principais características do projeto:

As assinaturas dos eleitores poderão ser manuais ou eletrônicas;

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal deverão disponibilizar, em suas páginas na rede mundial de computadores, conexões para os anteprojetos de iniciativa popular que lhes tenham sido encaminhados por número de eleitores que represente quatro centésimos por cento do eleitorado nacional, com o objetivo de permitir a subscrição eletrônica por outros eleitores;

A mensagem eletrônica que encaminhar o anteprojeto de iniciativa popular deverá conter, também,

elementos que permitam a identificação dos eleitores/ autores;

Os eleitores que desejarem subscrever anteprojeto de iniciativa popular disponível na página da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal deverão acessar as respectivas páginas na rede mundial de computadores informando seu nome, data de nascimento e o número de seu título de eleitor;

Cada eleitor que enviar mensagem eletrônica encaminhando anteprojeto de lei de iniciativa popular ou indicando interesse em subscrever anteprojeto de lei de iniciativa popular receberá como resposta uma senha que será atrelada ao número de seu título e que admitirá apenas o cômputo de uma manifestação de apoio por anteprojeto;

O sistema recusará automaticamente a apresentação do anteprojeto ou a manifestação de apoio, caso os proponentes do anteprojeto ou aqueles que o desejem apoiar não estejam regularizados perante a Justiça Eleitoral.

Destaco a preocupação do presente projeto de lei, tanto com a banalização do uso de tão poderoso instrumento de participação popular, quanto com a possível inviabilização operacional do modelo causada pelo travamento dos sistemas eletrônicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, caso fosse admitido o encaminhamento de anteprojetos de lei por um único eleitor.

Nesse sentido, criam-se filtros à remessa dos anteprojetos de lei.

A proposta concreta é que somente possam ser encaminhados os anteprojetos de lei por eleitores em número que corresponda a quatro centésimos por cento do eleitorado nacional.

Esse número, que equivale, hoje, a cerca de 55.000 (cinquenta e cinco mil) eleitores, foi obtido não a partir de elucubrações teóricas, mas, sim, a partir de relevante experiência vivida no Parlamento brasileiro.

Na época da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988, o art. 24 de seu Regimento Interno admitia a apresentação de emenda popular ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por trinta mil eleitores, que correspondiam a 0,04 % (quatro centésimos por cento) do eleitorado brasileiro que, naquele momento, era da ordem de oitenta milhões de eleitores.

Assim, parece oportuno adotar esse paradigma histórico de participação do eleitorado no processo legislativo brasileiro como medida de corte para o encaminhamento dos anteprojetos de iniciativa popular que aguardarão a subscrição eletrônica de outros eleitores.

É importante, por fim, tecer algumas considerações preventivas a eventuais críticas que sugeram que a matéria tratada no presente projeto de lei é da

competência privativa tanto do Senado Federal, consante o disposto no art. 52, inciso XIII, quanto da Câmara dos Deputados, ex vi do contido no inciso IV do art. 51, ambos da Constituição Federal, por se tratar de matéria afeta à sua organização e ao seu funcionamento interno.

Na verdade, Srªs. e Srs. Senadores, o que se pretende com o projeto em análise é tornar mais razoável o exercício de um direito fundamental dos eleitores, mediante a expressa e formal admissão das subscrições eletrônicas em apoio às iniciativas legislativas populares.

A partir dessa idéia-força, o projeto delinea a participação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados na execução do direito subjetivo previsto, mediante a disponibilização de espaços em suas páginas eletrônicas na *internet*, tendo em vista tratar-se de matéria absolutamente consentânea com as competências finalísticas precípuas desses órgãos legislativos.

Essa, por sinal, é a razão essencial da escolha das Casas do Congresso Nacional como “hospedeiras” dos anteprojetos de lei que aguardam a subscrição eletrônica necessária a torná-los aptos a se converterem em projetos de lei de iniciativa popular.

Esses órgãos detêm a competência constitucional e legal, além de ampla *expertise*, para cuidar do processo legislativo, seja nas matérias de iniciativa dos próprios parlamentares, seja naquelas cujo início é externo ao Parlamento, como é o caso dos projetos de competência privativa do Presidente da República, dos Presidentes dos Tribunais Superiores, do Chefe do Ministério Público Federal e, também, quando se trata de hipótese de iniciativa popular.

Os Tribunais Eleitorais, especialmente o Tribunal Superior Eleitoral, detêm os dados sobre os eleitores do Brasil, porém, não consta do rol de suas competências institucionais cuidar de atos, ainda que preliminares, do processo legislativo iniciado pelos eleitores.

O presente projeto propõe, então, a cooperação entre o Congresso Nacional, que cuida do processo legislativo, e o Tribunal Superior Eleitoral, que detém os dados dos eleitores, que permita a migração ou a disponibilização dos dados essenciais à verificação da regularidade da situação do eleitor.

É um caso típico de combinação de interesses envolvendo órgãos públicos com vistas a um objetivo comum, qual seja, maximizar a participação popular direta.

Há detalhamentos tecnológicos a serem elaborados e normatizados, matéria, contudo, que escapa ao âmbito de abrangência do presente projeto e que deve ser tratada em normas internas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

De outro lado, o projeto lida com riscos, ainda que potenciais, de desvio na utilização dos dados dos eleitores, caracterizando essas condutas como atos de improbidade administrativa e submetendo-as, consequentemente, à regência pela Lei nº 8.429, de 1992, sem prejuízo de outras sanções legais.

São essas as propostas que pretendo submeter ao elevado escrutínio das Sras e Srs. Senadores, esperando merecer a atenção necessária ao aprimoramento e à aprovação do presente projeto de lei. – Senador **Eduardo Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA

(PLS que admite e disciplina a subscrição eletrônica de projeto de lei de iniciativa popular)

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998.

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

O Presidente Da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Brasília, 18 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O Presidente Da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

.....
III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

.....
Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR
Célio Borja

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e despachado à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

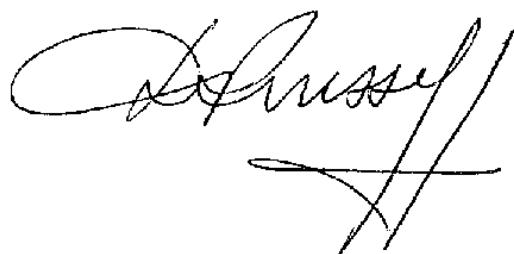
São lidas as seguintes:

**MENSAGEM
Nº 52, DE 2011
(nº 65/2011, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

Brasília, 9 de março de 2011.



Curriculo resumido

Alessandro Serafin Octaviani Luis

Data de nascimento: 15 de junho de 1975

Filiação: Serafin Counago Luis e Olga Aparecida Octaviani Counago

Local de nascimento: São Caetano do Sul, São Paulo

CPF: 252.248.008-11

RG: 22.078.583-1

Av. Angélica, 1683, apto. 62, Higienópolis - São Paulo/SP, CEP: 01227-100

I. Atividade Profissional**Docência**

2010 - atual Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Área de Direito Econômico e Economia Política.

2010 - atual Professor da Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

2008 - atual Professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas – SP, Cadeira de Direito.

2008 Professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – SP, Cadeiras de Direito e desenvolvimento; Propriedade intelectual e acesso ao conhecimento e Alternativas institucionais.

2005-2008 Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – SP.

2004-2005 Pesquisador na área de Contratos da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – SP.

Advocacia

2008-2010 Sócio de Octaviani & Massonetto Advocacia, especializada em Direito Econômico.

1998-2004 Associado de Ernesto Tzirulnik Advocacia, especializada em Direito do Seguro.

Consultoria

2009-2010 Consultor da PGV Projetos, na área de inovação tecnológica.

II. Formação acadêmica

Doutorado em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo.

Título: Recursos genéticos e desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramsciano.

Orientador: Gilberto Bercovici (2005 – 2008)

Mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

Título: Hegemonia e Direito: uma reconstrução do conceito de Gramsci.

Orientador: Cícero Araújo (2001 – 2005)

Graduação na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1994 – 1999)

III. Produção Bibliográfica

Livros

Recursos genéticos e desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramsciano. São Paulo: Saraiva, no prelo.

TZIRULNIK, Ernesto e OCTAVIANI, Alessandro. *Regulação de Sinistro* (ensaio jurídico). São Paulo: Max Lichtenad, 2001. v. 1. 182 p.

Capítulos de livros

Hegemonia e direito, in Martonio Lima e Enzo Belo (orgs.). *Direito e Marxismo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 333-67.

BioTechnology in Brazil: Promoting open innovation, in Lea Shaver (org.). *Access to knowledge in Brazil: New research on intellectual property, innovation and development*. New Haven: Yale Law School, 2008, p. 127-61.

Artigos em periódicos

Seguro, desenvolvimento e políticas públicas, in Revista Brasileira de Direito do Seguro e da Responsabilidade Civil, v. 1, p. 223-33, 2009.

O Centenário do Centro Acadêmico XI de Agosto, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 98, p. 725-742, 2003.

TZIRULNIK, Ernesto e OCTAVIANI, Alessandro. *Fraude contra o seguro*, in Revista dos Tribunais (São Paulo), v. 772, p. 11-43, 2000.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

Documento eletrônico: seguro e proteção ao consumidor, in IV Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho - Contrato de Seguro: Uma lei para todos. IBDS (São Paulo), v. IV, p. 65-80, 2004.

Textos em jornais de notícias/revistas

Estado moderno, sistema econômico e seguro: aproximação da regulação pública sobre os seguros privados, in Revista Brasileira de Direito de Seguros, p. 2 - 13.

Entre três blocos (Opinião: Reforma do Judiciário), in Revista da Oficina de Informações, p. 42 - 43.

Breve aproximação da Defesa do Consumidor de Seguros Privados no Brasil. Instituto Brasileiro de Direito de Seguro, site.

TZIRULNIK, Ernesto e OCTAVIANI, Alessandro. *Legitimidade Democrática*, in Estado de Minas – Pensar, p. 1 - 1, 27 mar. 2004.

TZIRULNIK, Ernesto e OCTAVIANI, Alessandro. *Seguro e Fraude: as Provas*, in Revista Brasileira de Direito de Seguros, site, v. 6, p. 2 - 22.

IV. Palestras realizadas

2010 Inovação, Poder e Relações Internacionais. Um debate sobre como as novas tecnologias estão redesenhando o panorama da Geopolítica e Geoeconomia mundiais. IBMEC.

- 2010 Acesso e Continuidade das Garantias Securitárias para as empresas no Brasil. Seminário “Contrato de Seguro: Problemas e Soluções para a Garantia das Empresas”. IBDS.
- 2010 Direitos de Propriedade Intelectual e acesso a medicamentos. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Universidades Aliadas para Medicamentos Essenciais (UAEM).
- 2007 Seminário de Incentivos Fiscais à Inovação - Lei de Inovação Tecnológica: Alcance, Incentivos Fiscais e Experiências Práticas. A economia política da Lei de Inovação. EDESP – FGV.
- 2007 Seminário Propriedade Intelectual e Acesso ao Conhecimento no Brasil. EDESP – FGV.
- 2006 A inovação no campo biodiversidade/biotecnologia na periferia: o desafio furtadiano. XV Congresso Nacional do CONPEDI.
- 2006 Seminário de Inauguração da Casoteca Latino-americana de Direito e Política Pública. Formulação das políticas públicas e desenho institucional: qual o papel do jurista? EDESP – FGV.
- 2006 II Semana Jurídica Universitária. Biodiversidade e Biotecnologia.
- 2006 II Semana Jurídica Universitária. Direito como instrumento de transformação social.
- 2005 I Semana Jurídica do Curso de Direito da Faculdade Taboão da Serra. Debates sobre a querela entre Jusnaturalismo e Positivismo. FTS.
- 2004 IV Fórum de Direito do seguro José Sollero Filho. Documento eletrônico: Seguro e proteção ao consumidor. IBDS.
- 2003 Poder Judiciário e Desenvolvimento. Seminário Direitos e Desenvolvimento: Interfaces, Políticas e Estratégias. IDEPES.
- 2003 Seminário Teoria Democrática: controle externo e direitos sociais. Democracia Social e Reforma do Judiciário. CA XI de Agosto.

- 2003 Curso de Introdução à Sociologia Clássica. CA XI de Agosto.
- 2002 XI Semana de Ciências Sociais da PUC/SP. Elementos para a percepção do conflito jurídico: análise a partir de Gramsci. PUC/SP.
- 2002 Hegemonia e direito. I Seminário Jurídico - Direito e Política. CA XI de Agosto.

V. Formação complementar

- 2008-2009 Bolsista do International Training Programme Putting Ideas To Work: Strategies For Innovation-Led Sustainable Growth. Curso promovido pela Agência Sueca de Inovação Tecnológica – VINNOVA. Estocolmo (Suécia) e Bangkok (Tailândia).
- 2003 I Curso de Formação em Direito do Seguro (Carga horária: 60h). Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, IBDS, Brasil.
- 2001 Empresa de Seguros e Previdência Privada (Carga horária: 3h). II Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho, Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, IBDS, Brasil.
- 2000 Teoria do Ordenamento Jurídico (Carga horária: 12h). School of Global Law – Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.
- 2000 Agências reguladoras: uma visão comparada (Carga horária: 12h). School of Global Law - Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.
- 2000 Princípios e Atualidades (Carga horária: 3h). I Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho, Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, IBDS, Brasil.
- 1999 Extensão universitária em Curso de Formação de Governantes. Escola de Governo da Associação Brasileira de Formação de Governantes, EG - ABFG, Brasil.

- 1999 Extensão universitária em O novo Direito Administrativo Econômico (Carga horária: 32h). Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.
- 1999 Teoria do Direito e Globalização Econômica (Carga horária: 12h). School of Global Law - Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.
- 1999 Teoria Contratual Moderna (Carga horária: 12h). School of Global Law - Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.
- 1999 Legal English - Public Law (Carga horária: 12h). School of Global Law - Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.
- 1999 Agências reguladoras: uma visão comparada (Carga horária: 12h). School of Global Law - Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.
- 1999 Kelsen e a Teoria da Democracia (Carga horária: 12h). School of Global Law - Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.
- 1999 A Transformação do Direito Constitucional Brasileiro (Carga horária: 12h). School of Global Law - Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.

Aviso nº 73 - C. Civil.

Brasília, 9 de março de 2011.

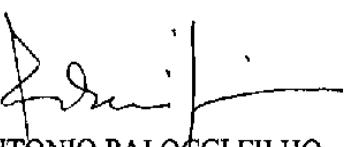
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

Atenciosamente,


ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

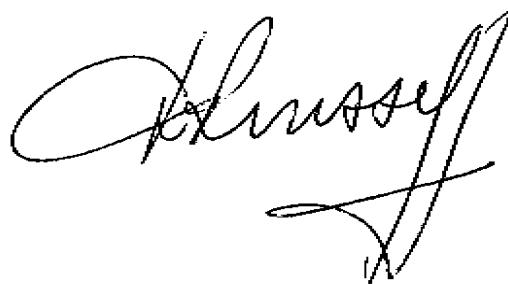
(À Comissão de Assuntos Econômicos)

MENSAGEM Nº 53, DE 2011 (nº 66/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como Conselheiro.

Brasília, 9 de março de 2011.



FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN

- Naturalidade: Concórdia, Santa Catarina
- Data de Nascimento: 28.09.1968 (42 anos)
- RG: 1/R – 1.815.152 (SSI/SC) - CPF: 609.751.809-91
- Título de eleitor: 0232 0374 0990/DF
- Documento militar: Carta-Patente (2º ten R/2 Inf). Portaria nº 22 S/3-D Prom, 25/12/1988
- Endereço: SQSW 300, bloco J, apto. 105 – Sudoeste – 70.673-040 – Brasília-DF. Tel.: (61) 3341-3645
- Filiação: Vasco Fernande Furlan e Myrian de Magalhães Furlan

ESCOLARIDADE

- Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Doutorado em Ciência Política – 2006 (revalidado pela UFMG como doutorado em direito – 2009)
- Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Mestrado em Ciência Política/Relações Internacionais – 2000 (revalidado pela UnB – 2003)
- Harvard University. Faculdade de Governo (John F. Kennedy School of Government). Programa executivo em "Gestão de Performance Governamental" (Driving Government Performance: leadership strategies that produce results) em parceria com a Escola de Negócios (Harvard Business School) - 2005.

- **Harvard University.** Faculdade de Direito (*Harvard Law School*) em parceria com a Escola de Negócios (*Harvard Business School*), o Massachusetts Institute of Technology – MIT e a Fletcher School of Law and Diplomacy/Tufts University em um consórcio inter-universitário – Programa de Negociações de Harvard (PON), incluindo os seguintes cursos: (i) "Negociação para Executivos Seniors" (*Negotiation for Senior Executives*), (ii) "Lidando com Pessoas Difíceis e Situações Difíceis" (*Dealing with Difficult People and Difficult Situations*) e (iii) "Negociando Acordos Complexos de Negócios" (*Negotiating Complex Business Deals*). De 08 a 12 de dezembro de 2008, em Cambridge, MA, Estados Unidos da América.
- **Georgetown University.** Faculdade de Relações Internacionais (School of Foreign Service) – Programa de Diplomacia Econômica Internacional. Curso de Liderança Internacional (*Georgetown Leadership Seminar*) – 2004
- **Instituto Rio Branco** (Ministério das Relações Exteriores). Diploma em Negociações Internacionais – 2003
- **Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.** Especialização em Direito (aprovado com distinção e louvor) – 1999.
- **Centro Europeu de Public Affairs – ECPAB.** Bruxelas, Bélgica. Aperfeiçoamento em Relações Institucionais com a União Europeia e Public Affairs - 1997
- **Universidade de Brasília – UnB.** Especialização em Processo Legislativo e Relações Executivo-Legislativo – 1992
- **Universidade de Brasília – UnB.** Bacharel em Direito – 1993 (OAB/DF nº 11.779)
- **Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC/ESAG.** Bacharel em Administração – 1990 (CRA/DF nº 7.799)
- **Universidade de Michigan.** Instituto de Língua e Literatura Inglesa. Diploma de Proficiência em Inglês – 1987

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

CARGOS PÚBLICOS:

- **Presidente interino do CADE** – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Nov/2009 (atual)
- **Conselheiro do CADE** – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – 2008/(atual)
- **Diretor do Departamento de Defesa Comercial (DECOM)**, da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 2005/2008
- **Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** – 2003/2005 (nesta condição, foi nomeado **Ministro de Estado, Interino**, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em outubro de 2004)
- **Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE** – 2001/2003
- Assessor do Gabinete da Presidência do Supremo Tribunal Federal - 1995
- Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal – 1994/1995
- Analista do Supremo Tribunal Federal. Admitido por concurso público - 1994
- Assessor Jurídico da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados – 1993/1994
- Assessor Internacional da Presidência da Câmara dos Deputados – 1993
- Chefe de Gabinete Parlamentar. Câmara dos Deputados – 1991/1993

OUTRAS FUNÇÕES PÚBLICAS:

- Membro do Conselho (Junta) de Administração da FINAME/BINDES – 2005/2007
- Membro do Grupo de Especialistas do Mercosul, designado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, para a emissão de pareceres em procedimentos no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias do Mercosul (Protocolo de Olivos) – 2004/(atual)
- Membro da Seção Nacional da Comissão de Comércio do Mercosul – CCM – 2005/2008

- Membro do **Grupo de Especialistas dos Regimes de Solução de Controvérsias dos Acordos de Complementação Econômica nº 35 (Mercosul-Chile), nº 36 (Mercosul-Bolívia) e nº 59 (Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela)** – 2005/(atual)
- Membro do **Conselho Fiscal da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI** – 2005/2006
- Presidente do **Conselho Fiscal da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI** – 2006/2008
- Conselheiro do **Conselho Nacional de Imigração** do Ministério do Trabalho e Emprego, designado pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego - 2003/2005
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior junto ao Ponto de Contato Nacional – PCN para a implementação das Diretrizes do Comitê de Investimento Internacional e das Empresas Multinacionais da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), designado pelo Ministro de Estado da Fazenda – 2003/2006
- Membro da bancada governamental do **Fórum Nacional do Trabalho**, na qualidade de representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, designado pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego – 2003/2008
- Conselheiro do **Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Diffusos** do Ministério da Justiça. Designado pelo Ministro da Justiça – 2001/2003
- Representante brasileiro na **Comissão de Monitoramento de Lácteos Brasil-Argentina** – 2005/2008
- Coordenador Nacional (Brasil) do **Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas do Mercosul** – 2005/2008

OUTRAS ATIVIDADES PÚBLICAS RELEVANTES:

Membro de delegações oficiais brasileiras em organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC); o Fórum Econômico Mundial (WEF), em Davos; a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a International Competition Network – ICN (Rede Internacional de Concorrência). Membro de delegações oficiais brasileiras em negociações comerciais e rodadas de negócios na China, Estados Unidos, Alemanha, Rússia, países do MERCOSUL, México, Kuwait, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, entre outros.

NA INICIATIVA PRIVADA:

- Coordenador de relações institucionais (nível gerencial) de Sadia S/A – 1995/1998
- Consultor em comércio Internacional – 1998/2001
- Advogado estrangeiro de O'Connor and Company, firma europeia de advocacia. Bruxelas, Bélgica. Áreas de concentração: comércio internacional, direito europeu e OMC – 1997
- Advogado estrangeiro de McDermott, Will & Emery, firma americana de advocacia. Chicago, IL e Washington, D.C. Áreas de concentração: comércio internacional, tributação internacional, agricultura/agronegócio e OMC – 1996
- SECO – Desquenne et Giral. Empresa francesa de trabalhos públicos. Paris, França. Departamento Financeiro-Contábil. Estágio remunerado por meio da Associação Internacional para o Intercâmbio de Estudantes para Experiência Técnica - AIESEC – 1992

ATIVIDADES DOCENTES E ACADÉMICAS

- Professor Doutor dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da Uniplac/Faciplac – Setembro/2008 – (atual)
- Professor da pós-graduação em direito do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB – 2008
- Professor da graduação da faculdade de direito do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB – 1995/1998

- Professor do curso de especialização em direito econômico do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP – 2001
- Pesquisador-colaborador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI – 2007/actual)
- Editor-chefe da Revista de Direito da Concorrência (ISSN 1806-5287). Setembro 2008/actual.

PUBLICAÇÕES

LIVROS:

No Brasil:

- "A Supranacionalidade nas Associações de Estados: repensando a soberania". Editora Juruá (2008). Curitiba. 324 páginas.
- "Integração e Soberania: o Brasil e o Mercosul". Editora Aduaneiras (2004). São Paulo. 190 páginas.
- "Questões Polêmicas em Direito Antitruste". Lex Editora (2005). São Paulo. 182 páginas.
- "Brasil-China: comércio, direito e economia". Lex Editora (2005). São Paulo. 316 páginas (co-organizador). Listado na 19ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo (2006)
- "Princípio de Legalidade - Da Dogmática Jurídica à Teoria do Direito". Editora Forense (2009). São Paulo. 632 páginas (co-autor).

No Exterior:

- «Supranationalité et intégration régionale – le leçons de la construction européenne pour l'intégration dans les Amériques» Éditions Universitaire Européenne – EUE (2010). Berlim, Alemanha. 363 páginas.

PRINCIPAIS ARTIGOS:

- "The Companhia de Bebidas das Américas – AmBev Loyalty Rebates Case". International Antitrust Bulletin. Section of Antitrust Law. American Bar Association – ABA. 2010. Volume 4. P. 13.
- "As negociações dos acordos". Jornal Valor Econômico nº 2448. Primeiro caderno. Seção Opinião. Página A14. Publicado em 19 de fevereiro de 2010.
- "Processo decisório do Cadu supre limitações pessoais". Sítio "Consultor Jurídico" (www.conjur.com.br). Em 21 de outubro de 2009. Em co-autoria com Carlos Emmanuel Jopperi Ragazzo, Olavo Zago Chinaglia, Paulo Furquim de Azevedo e Vinicius Marques de Carvalho.
- "Capacidade Negociadora do Setor Público". Jornal O Estado de São Paulo. Nº 41793. Caderno de Economia, Seção Opinião. Página B2. Publicado em 17 de setembro de 2006.
- "Parâmetros do Antidumping no Brasil". Jornal O Estado de São Paulo. Nº 41402. Caderno de Economia, Seção Opinião. Página B2. Publicado em 24 de fevereiro de 2007.
- "A Consolidação da Defesa Comercial no Brasil". Jornal Valor Econômico. Nº 1586. Primeiro Caderno, Seção Opinião. Página A14. Publicado em 31 de agosto de 2006. Em co-autoria com Armando Mezat.
- "Política Industrial e Livre Concorrência". Jornal Folha de São Paulo. Nº 27.832. Seção "Opinião Econômica" do Caderno "Dinheiro". Página B2. Em 15 de junho de 2005.
- "O Sistema de Salvaguardas no Brasil". Periódico "PONTES - Entre o comércio e o desenvolvimento sustentável", publicação do International Centre for Trade and Sustainable Development - ICTSD e da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Volume 2, número 2. (março-abril/2006). Páginas 18 a 20. Em co-autoria com Evaristo Augusto Pinheiro Camelo.
- "A aplicação das leis antitruste no Poder Judiciário brasileiro". Jornal Valor Econômico. Nº 605. Seção Legislação. Página E2. Em 30.09.2002.
- "Competition and Antitrust Framework In Brazil". American Bar Association – Section of Antitrust Law. Forum on International Competition Law. New York, NY. 2003.
- "O Brasil e a geografia comercial nas Américas: Mercosul, Comunidade Andina e ALCA" (em co-autoria com Tatiana Lacerda Prazeres). Revista Política Externa vol. 14, nº 1, junho/julho/agosto de 2005, páginas 67-78. Editora Paz e Terra.
- "O Tribunal do Mercosul". Jornal O Estado de São Paulo. Nº 40508. Caderno de Economia. Página B2. Em 13 de setembro de 2004.
- "Um Tribunal Permanente para o Mercosul". Revista Jurídica Consulex nº 187, outubro de 2004, página 25.

- "Direito da Integração e Dogmas de Estado: análise da doutrina da soberania e regime constitucional brasileiro". *Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal*. N° 17 – janeiro/junho de 2001, pp. 98-143. Brasília.
- "Independência Jurídica do Mercosul". *Gazeta Mercantil Latino-Americana* (5 a 11.01.1998, p. 8), *Correio Brasiliense* (Caderno Direito e Justiça), *Jornal da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos* (Nº 3 de Março de 1998, p. 18) e *homepage* do Ministério das Relações Exteriores – MRE
- "Recent Developments in Mercosur and FTAA" ("Avanços Recentes no Mercosul e na ALCA"). *Jornal da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos*, N° 7, 1998, p. 4
- "The Road from Belo Horizonte to San José de Costa Rica – Analyzing the Results of the FTAA Meetings" ("O Caminho de Belo Horizonte até São José da Costa Rica – Análise dos Resultados das Reuniões da ALCA"). *Jornal da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos*, N° 5, Maio de 1997, capa e p. 4
- "Amazônia: patrimônio e desafio". *Revista Jurídica do Ministério da Defesa*, ano 1, nº 2, março de 2005, páginas 117-118.

IDIOMAS:

- Inglês – "Certificate of Proficiency in English". Universidade de Michigan – Instituto de Língua e Literatura Inglesa - Estados Unidos. Proficiência. Residente em 1996.
- Francês – Fluente. Residente em 1992 e 1997.
- Italiano – Fluente. Residente em 1992.
- Espanhol – Fluente.



Fernando de Magalhães Furlan

Aviso nº 74 - C. Civil.

Brasília, 9 de março de 2011.

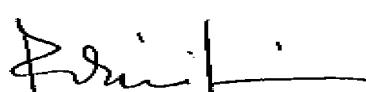
A Sua Excelência o Senhor
 Senador CÍCERO LUCENA
 Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excellentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como Conselheiro.

Atenciosamente,



ANTONIO PALOCCI FILHO
 Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
 da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer a leitura hoje deste Ofício, que na verdade foi encaminhado ao meu gabinete ainda no dia 10 de março de 2011 e diz o seguinte:

Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Paim,

Em resposta ao Ofício nº 004/11 – CDH, datado de 10 de março de 2011, gostaríamos de informá-lo que todos os esforços foram feitos junto ao Governo da Grande Jamahiriya para a liberação do Jornalista Andrei Netto.

Informamos ainda que o mesmo foi detido pelo Governo líbio por ter entrado no País ilegalmente pela fronteira com a Tunísia. Sua detenção ocorreu pelo motivo de proteção ao repórter, visto a grande preocupação do Governo com a segurança da mídia estrangeira.

Depois de vários contatos com as autoridades competentes, tivemos a informação de que o mesmo já foi liberado e que embarcará hoje de volta ao Brasil.

Fizemos, por iniciativa do Senador Suplicy, no dia 10, este encaminhamento ao Embaixador da Líbia no Brasil. No dia 11 pela manhã, ele já nos remetia este documento em que o Embaixador, Dr. Salem Ezubedi, informa, como foi confirmado pela própria imprensa, que o jornalista havia sido solto naquele fim de tarde do mesmo dia 10.

Faço apenas o registro, para que fique nos Anais da Casa, à Comissão de Direitos Humanos, Senador Suplicy, que todos cumprimos nossa parte. Naturalmente, foi importante o fato de que o Embaixador da Líbia, de imediato, deu retorno a esta Casa.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, queria cumprimentar o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, queria informar que o outro militante do Partido dos Trabalhadores, Secretário de Organização do Diretório Regional do

PT, que faleceu foi Ely Bezerra, no mesmo acidente em que faleceu Eduardo Valverde, por acidente rodoviário ocorrido em Rondônia, perto de Ji-Paraná, na última sexta-feira. Infelizmente, ambos perderam a vida. A nossa homenagem a eles.

E quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, inclusive pelo convite feito ao Andrei Netto, para que possa vir à Comissão de Direitos Humanos para relatar tudo que aconteceu com ele na Líbia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente, eu queria, inicialmente, apresentar minha solidariedade e a solidariedade também da Bancada do Partido Socialismo e Liberdade ao Partido dos Trabalhadores pela trágica perda dos companheiros militantes do Partido dos Trabalhadores de Rondônia, neste último final de semana, em especial do companheiro Eduardo Valverde, que foi candidato a Governador daquele Estado. Cheguei a comungar com ele de momentos de militância comum no Partido dos Trabalhadores.

Então, queria aqui apresentar a solidariedade do Partido Socialismo e Liberdade à Bancada do Partido dos Trabalhadores, ao Senador Eduardo Suplicy, ao Senador Paulo Paim, ao Líder Humberto Costa, e lamentar a triste perda.

Outro registro, Sr. Presidente, que eu não poderia deixar de fazê-lo antes de V. Ex^a concluir a sessão não deliberativa desta tarde/noite de segunda-feira, é em relação ao dia de hoje, o Dia Nacional da Poesia.

Lá do meu Estado vem um dos mais belos poetas amazônidas, que é o poeta Alcy Araújo Cavalcante, que vai ser futuramente objeto de uma publicação nossa, aqui do Senado Federal.

Eu queria só fazer o registro da data de hoje, do Dia Nacional da Poesia, de uma data que referencia, Senador Suplicy, tantos belos poetas brasileiros – Drummond, Cecília Meirelles, o nosso querido Moacyr Scliar, que perdemos recentemente, e tantos outros. Mas não poderia deixar de fazer esse registro, citando um poema de um poeta amapaense, amazônida, Alcy Araújo, do livro *Poemas do Homem do Cais*, em que diz:

Estou convosco.

Participo dos vossos anseios coletivos.

Vim unir meu grito de protesto

Ao suor dos que suaram nos campos e nas fábricas.

Aqui estou
para juntar minha boca
às vossas bocas no clamor pelo pão
sancionar com este rumor que vai crescendo
a petição de liberdade.
Estou convosco.
Para unir meu sangue ao sangue
dos que tombaram
na luta contra a fome e a injustiça
foram vilipendiados em sua glória
de mártires
de heróis.
Vim de longe
percorrendo desesperos.
Das docas agitadas de Hamburgo
das plantações de banana da Guatemala
dos seringais quentes do Haiti.
Vim do cais angustiado de Belém
dos poços de petróleo do Kuwait
das minas de salitre do Chile.
Passei fome nos arrozais da China
nos canaviais de Cuba
entre as vacas sagradas da Índia
ouvindo música de jazz no Harlem.
Afundei nas geladas estepes russas.
Morri ontem no Canal da Mancha
e hoje no de Suez.
Tombei nas margens do Reno
E nas areias do Saara
lutando pela vossa liberdade
pelo vosso direito de dizer
e de amar.
Por fim, termina este belo poema Alcyr Araújo:
[...]
Meu filho
e o filho do meu filho
saberão que o meu poema não se omitiu
quando vossas vozes fenderem o silêncio
e ecoarem inutilmente nos ouvidos de Deus.

É um poema que fala muito do dever nosso de Senadores, Senador Suplicy, e é um poema que aqui, fazendo registro do Dia da Poesia, eu dedico ao nosso companheiro comum Eduardo Valverde, de Rondônia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues, V. Ex^a registra uma data muito importante, o dia da poesia, o dia do poeta. Parabenizamos V. Ex^a e todos os poetas brasileiros por um dia tão significativo para a história e para a poesia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência designa, nos termos do Ofício 32, de 2011, da Liderança do PT, os Senadores

Aníbal Diniz e Jorge Viana como membros representantes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 153, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 32/2011 – GLDBAG

Brasília, 14 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. nº 313/2011-SF e nos termos regimentais, indico os Senadores Aníbal Diniz e Jorge Viana como membros representantes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 153, de 2011, que tem por finalidade a averiguação, *in loco*, da situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e em diversos estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

Atenciosamente, – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência designa, nos termos do Ofício 86, de 2011, da Liderança do PRB, o Senador Marcelo Crivella, para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 86/2011-GSMC

Brasília, 2 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 112/2011, indico o meu nome para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Atenciosamente, – Senador Marcelo Crivella, Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência designa, nos termos do Ofício 87, de 2011, da Liderança do PRB, o Senador Marcelo Crivella para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 87/2011-GSMC

Brasília, 2 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 113/2011, indico o meu nome para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício 88, de 2011**, da Liderança do PRB, o Senador Marcelo Crivella para compor o Programa Senado Jovem Brasileiro.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 88/2011-GSMC

Brasília, 2 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 114/2011, indico o meu nome para composição do Programa Senado Jovem Brasileiro.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Por último, no dia de hoje, esta Casa realizou uma sessão especial para celebrar, solenemente, a passagem dos 180 anos da Batalha do Jenipapo.

Solicito à Mesa publicar um posicionamento nosso em relação a esta Batalha e a este dia.

É o seguinte o pronunciamento:

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/ PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, ao celebrar solenemente, como convém, a passagem dos 188 anos da Batalha de Jenipapo, o Senado da República presta homenagem, antes de tudo, à verdade histórica. Explico-me. Uma perversa tradição historiográfica em nosso País tentou, ao longo do tempo, forjar uma História Nacional que jamais existiu. Uma História que conferia à minoria absoluta da população o protagonismo de todos os acontecimentos, deixando à margem de tudo, como meros coadjuvantes ou massa de bestializados, os brasileiros em sua imensa maioria.

Foi sob essa perspectiva que se construíram verdadeiros mitos em torno de momentos cruciais de nossa História. Movimentos tipicamente populares, comprometidos tão-somente com a causa patriótica da emancipação da antiga colônia portuguesa, sem que quaisquer outros interesses estivessem em jogo, como foi o caso da Conjuração Baiana de 1798, praticamente desapareciam dos livros didáticos. Assim, aos brasileiros comuns, homens e mulheres do povo, era sonegada a possibilidade de compartilhar parte significativa da memória nacional, justamente aquela em que poderiam se identificar e se reconhecer como agentes de sua própria História.

Não foi diferente, Sr. Presidente, a construção de uma versão oficial para a nossa Independência. Durante muito tempo, meninos e meninas aprenderam nos bancos escolares que a Independência do Brasil

deveu-se quase que exclusivamente ao destemido heroísmo de um príncipe. O rompante do gesto “às margens plácidas do Ipiranga” desvelava a suprema coragem de quem ousava enfrentar o poder da metrópole, ancorado no apoio de algumas poucas lideranças espalhadas por algumas poucas Províncias. Assim, a liberdade chegava até nós como dádiva de um jovem e magnânimo nobre, nunca pela ação das camadas mais humildes da população.

Esta Sessão do Senado Federal transforma-se numa espécie de desagravo e de repulsa à visão distorcida e apequenada de nossa História. Digo isso, Senhor Presidente, porque Jenipapo foi possivelmente a batalha mais emblemática ocorrida no processo de consolidação do Sete de Setembro de 1822. É preciso que todos os brasileiros saibam que o gesto de Dom Pedro, por mais importante que tenha sido e por mais meritória sua intenção, por si só não assegurava a concretização da Independência. Reação militar portuguesa de grande envergadura manifestava-se, ao Sul, na Província Cisplatina, e, no Norte e no Nordeste, em Províncias como o Grão-Pará, o Ceará, a Bahia e o Piauí.

Pois foi na Província do Piauí que se deu o mais desproporcional confronto entre colonizadores e colonizados. De um lado, a bem preparada e muniada tropa lusitana, comandada por quem trazia a experiência de ter combatido as tropas invasoras de Napoleão. De outro, ao lado de poucas lideranças de destaque social e político, homens simples e rudes, calejados apenas na luta diária pela sofrida sobrevivência, se apresentavam como voluntários para garantir a Independência de uma terra que já identificavam como Pátria.

Pouco importa que a Batalha de Jenipapo tenha resultado em verdadeiro massacre. Paus, pedras, facões e velhas espingardas eram as armas de que dispunham esses valentes patriotas. Morta, na grande maioria, em combate absurdamente desigual, essa gente fez do sangue derramado a invencível chama libertária. Depois de Jenipapo, uma após outra, as ações de resistência militar portuguesa foram sendo neutralizadas e, por fim, eliminadas do território brasileiro. Daí, a justeza desta homenagem.

Aos que tombaram em Jenipapo, fica a imortalidade gratidão das gerações de brasileiros que os sucederam. Gerações que, ora representadas pelo Senado da República, levaram e levam adiante o sonho de consolidação de um Brasil soberano, livre e justo!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 32 E 33, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, que altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário.

PARECER Nº 32, DE 2011 (Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

RELATOR: Senador LEOMAR QUINTANILHA

RELATOR "AD HOC": Senador JOÃO DURVAL

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 734, de 2007, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, tem por objetivo alterar a Lei que define as competências dos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

O art. 1º do Projeto altera o art. 3º da Lei nº 10.883, de 2004, para incluir, entre as atribuições do cargo de Fiscal Federal Agropecuário a competência para a "inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, distribuição, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares produzidos pela indústria alimentícia".

De acordo com a Justificação, o cargo de Fiscal Federal Agropecuário somente pode ser exercido por Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários, Zootecnistas, Farmacêuticos e Químicos.

Ainda segundo a Justificação, os Engenheiros de alimentos são preparados para atuar na área de processamento de alimentos na indústria alimentícia, como as de laticínios, sucos e carnes, mas a Lei que institui o cargo de Fiscal Federal Agropecuário não prevê a competência para fiscalizar as linhas de processamento da indústria de alimentos.

II – ANÁLISE

Devemos destacar a alta relevância da proposta do Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Atualmente, existem no Brasil 65 cursos de graduação em Engenharia de Alimentos, além de 30 cursos de mestrado e 19 de doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Os profissionais formados nesses cursos possuem habilitação profissional para atuar na indústria de processamento de alimentos. Porém, a Lei que instituiu o cargo de Fiscal Federal Agropecuário não prevê a competência específica de fiscalizar o processamento dos produtos da indústria alimentícia, mas apenas para inspecionar os produtos alimentícios já embalados, o que acaba deixando de fora os Engenheiros de Alimentos.

Entendemos que a Lei deve resguardar o interesse público, e não apenas o interesse de uma determinada categoria profissional. É com esse espírito que analisamos a Proposta em destaque.

Nesse sentido, julgamos essencial que a fiscalização sanitária seja feita ao longo de todo o processo de produção da indústria alimentícia. Todos nos lembramos do escândalo da adulteração do leite longa vida, com a adição de soda cáustica durante o seu processamento. Notemos que a fraude ocorreu ao longo do processo de produção, justamente a fase em o Projeto de Lei sob análise pretende agregar às atribuições do Fiscal Federal Agropecuário.

Reconhecemos que os Engenheiros Agrônomos, os Médicos Veterinários e os Zootecnistas são de fundamental importância para fiscalizar as matérias-primas desde a produção no campo até sua entrada na fábrica, mas é o Engenheiro de Alimentos o profissional mais bem capacitado para inspecionar as linhas de processamento de alimentos dentro da indústria alimentícia.

III – VOTO

Dante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 734, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº 734, DE 2007**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/8/2007, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	NEUTO DE CONTO
RELATOR:	"A9 Hoc" João Durval
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PB/PSB/PC-DO-B/PRB/PP)	
DELcíDIO AMARAL	1- PAULO PAIM
ANTONIO CARLOS VALADARES	2- VAGO
EXPEDITO JÚNIOR	3- CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	4- AUGUSTO BOTELHO
	5- JOSÉ NERY
PMDB	
VAGO	1- VALDIR RAUPP
LEOMAR QUINTANILHA	2- ROMERO JUCÁ
PEDRO SIMON	3- VALTER PEREIRA
NEUTO DE CONTO	4- MÃO SANTA
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	
HERÁCLITO FORTES	1- VAGO
JAYME CAMPOS	2- ELISEU RESENDE
GILBERTO GOELLNER	3- RAIMUNDO COLOMBO
MARCO ANTÔNIO COSTA	4- ROSALBA CIARLINI
CÍCERO LUCENA	5- MARCONI PERILLO
FLEXA RIBEIRO	6- JOÃO TENÓRIO
MARISA SERRANO	7- SÉRGIO GUERRA
PDT	
OSMAR DIAS	1- JOÃO DURVAL

PARECER Nº 33, DE 2011
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador OSMAR DIAS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 734, de 2007, de autoria do Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário, vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual compete, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias.

O art. 1º do PLS nº 734, de 2007, altera o art. 3º da Lei nº 10.883, de 2004, para incluir, entre as atribuições do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, a competência para a “inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, distribuição, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares produzidos pela indústria alimentícia”.

Conforme a Justificação do PLS, embora os Engenheiros de Alimentos sejam preparados para atuar na área de processamento de alimentos na indústria alimentícia, como as de laticínios, sucos e carnes, a Lei nº 10.883, de 2007, reestrutura a remuneração e define as competências dos ocupantes dos cargos da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, não atribui a este cargo a competência para fiscalizar as linhas de processamento da indústria de alimentos.

Argumenta o autor que, atualmente, pelas atribuições definidas na Lei, o cargo de Fiscal Federal Agropecuário somente pode ser exercido por Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários, Zootecnistas, Farmacêuticos e Químicos.

II – ANÁLISE

No Brasil há 65 cursos de graduação em Engenharia de Alimentos, 30 cursos de mestrado e 19 de doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Os profissionais egressos desses cursos têm habilitação para atuar na indústria de alimentos, acondicionamento, preservação, transporte e abastecimento de produtos alimentares, seus serviços afins e correlatos.

Conforme a Associação Brasileira dos Engenheiros de Alimentos (ABEA), esses profissionais têm ainda a competência para exercer a fiscalização de alimentos e bebidas, atuando “junto aos órgãos governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, objetivando o estabelecimento de padrões de qualidade e identidade de produtos, e na aplicação destes padrões pelas indústrias, garantindo assim, os direitos do consumidor”.

Com apoio na Lei nº 10.883, de 2007, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem realizado concursos para fiscal agropecuário, restringindo a participação aos Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários, Zootecnistas, Farmacêuticos e Químicos. Reconhecemos que esses profissionais são importantes na fiscalização da produção e transporte de matérias-primas agropecuárias, mas é o Engenheiro de Alimentos o profissional melhor capacitado para inspecionar o processamento de alimentos dentro da indústria alimentícia. Ao permitir o ingresso desses profissionais nos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, o PLS nº 734, de 2007, efetiva uma medida relevante.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não encontramos óbices.

III – VOTO

Em decorrência das considerações expostas, somos pela aprovação do PLS nº 734, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente



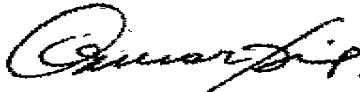
, Relator

EMENDA N° 1-CCJ
Ao PLS nº 734, de 2007

Altere-se o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007, e, a título de modificação correlata (art. 230, III, do Regimento Interno do Senado Federal), altere-se ainda sua respectiva ementa, nos seguintes termos:

"Autoriza o Poder Executivo a acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004."

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a acrescentar ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, a atribuição de inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, distribuição, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares produzidos pela indústria alimentícia.”



Senador OSMAR DIAS

Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na 46ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007, e a Emenda nº 1-CCJ, conforme discussão.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2010



Senador DEMOSTENES TORRES
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 734 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/MA/10, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	Senador DEMÓSTENES TORRES
RELATOR:	<i>Osmar Dias</i> (SENADOR OSMAR DIAS)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO)
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELEI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIRO SANTANA
JAYME CAMPOS	3. NÍURA DEMARCHI
MARCO MACIEL	4. JOSÉ BEZERRA
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
VAGO	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 34, DE 2007

TIPOLOGIA	bloco e voto no governo	sim	nao	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE VOTO	sim	nao	AUTOR	ABSTENÇÃO
1 - PLANO, PCTB, PRB						GOLBERG, QUEIROZ, RIBEIRO				
SERYS SHHESSARENKO						1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE						2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPlicy						3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X					4 - INACIO ARRUDA				
DELLI SALVATTI						5 - CESAR BORGES	X			
TIÃO VIANA						6 - MARINA SILVA (PV)				
TIPLARES - VOTO NO DEPUTADO						SUPLENTE - VOTO DE PV				
PEDRO SIMON	X					1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA						2 - REINAN CALHEIROS				
GILVAM BORGES						3 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FRANCISCO DORNELLES						4 - HELO COSTA				
VALTER PEREIRA						5 - VALDIR RAUPP				
EDISON LOBÃO						6 - NEUTO DE CONTO				
TIPLARES - VOTO DA MINORIA DEPUTADO						SUPLENTE - VOTO DA MINORIA DEPUTADO				
KATIA ABREU						1 - EBRAIM MORAIS	X			
DEMOSTENES TORRES (PRES.)						2 - ADELMIRO SANTANA				
JAYME CAMPOS						3 - NIURA DEMARCHI	X			
MARCO MACIEL						4 - JOSE BEZERRA				
ANTONIO CARLOS JUNIOR						5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS						6 - EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS						7 - MARCONI PEREIRO				
LUCIA VÂNIA	X					8 - ARTHUR VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI						9 - FLEXA RIBEIRO	X			
TIPLARES - VOTO NOMINAL						SUPLENTE - VOTO NOMINAL				
VAGO						1 - GIM ARGELLO				
OSMARDIAS (PLATAFORMA)	X					2 - MARCOS FERREIRA				
						3 - PATRICIA SABOYA				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: PRESIDENTE / PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 11 / 2010

Senador DEMÓSTENES FERREIRA

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 27/10/2010).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMERGÊNCIA N.º 1 - CQJ AO
PROPOSIÇÃO: PL S N.º 734, DE 2007 -

MEMORIAS - BLOCO DE VÍOICAS	CONTENDO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO	SILENTES - BLOCO DE VÍOICAS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO
DE LA FER CLUBB PFM			X			CONFIRMADO DET. JAILSON REBELO e PRV				
SERYS SLIHESSARENKO						1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE						2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY						3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X					4 - INACIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI						5 - CESAR BORGES				
TIAO VIANA						6 - MARINA SILVA (PV)				
MILITARES - BLOCO DA MEMORIA		SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO	SILENTES - BLOCO DA MEMORIA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO
PEDRO SIMON		X				1 - ROMERO JUCA				
ALMEIDA LIMA						2 - RENAN CALHEIROS				
GILVAM BORGES						3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES						4 - HÉLIO COSTA				
VALTER PEREIRA						5 - VALDIR RAUPP				
EDISON LOBÃO						6 - NEUTRO DE CONTO				
MILITARES - BLOCO DA MEMORIA		SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO	SILENTES - BLOCO DA MEMORIA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO
(DEM e PRD)						(DEM e PRD)				
KATIA ABREU						1 - Efraim Morais				
DEMÓSTENES TORRES (PCF)	X					2 - ADELMIRO SANTANA				
JAYME CAMPOS	X					3 - NÍURA DEMARCHI				
MARCO MACIEL	X					4 - JOSÉ BEZERRA				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X					5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS						6 - EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS	X					7 - MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA						8 - ARTHUR VIRGILIO				
TASSO JEREISSATTI	X					9 - FELIX RIBEIRO				
MILITARES - BMB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO	SILENTES - BMB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO
VAGO										
OSMAR DIAS (AN702)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO	SILENTES - BMB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSENTIAÇÃO

SALA DAS REUNIÕES. EM 10 / 10 / 2010

Senador DEMÓSTENES TORRES

Sresside

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (art. 132, § 8º, do RISF)

TEXTO FINAL
Do PROJETO DE LEI DO SENADO N° 734, DE 2007
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Autoriza o Poder Executivo a acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a acrescentar ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, a atribuição de inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, distribuição, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares produzidos pela indústria alimentícia.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2010.

, Presidente

Ofício nº 304/10-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 10 de novembro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007, que “Altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário”, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **OSMAR DIAS**

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 734, de 2007, de autoria do nobre Senador ARTHUR VIRGÍLIO, que altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário.

O art. 1º do PLS nº 734, de 2007, altera o art. 3º da Lei nº 10.883, de 2004, para incluir, entre as atribuições do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, a competência para a "inspeção sanitária do acondicionamento, preservação, distribuição, processamento, transporte e abastecimento de produtos alimentares produzidos pela indústria alimentícia".

Conforme assegura a Justificação do Projeto de Lei, embora os Engenheiros de alimentos estejam preparados para atuar na área de processamento de alimentos na indústria alimentícia, como as de laticínios, sucos e carnes, a Lei que institui o cargo de Fiscal Federal Agropecuário não prevê a competência para fiscalizar as linhas de processamento da indústria de alimentos.

Atualmente, o cargo de Fiscal Federal Agropecuário somente pode ser exercido por Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários, Zootecnistas, Farmacêuticos e Químicos.

II – ANÁLISE

Existem no Brasil 65 cursos de graduação em Engenharia de Alimentos, além de 30 cursos de mestrado e 19 de doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Os profissionais formados nesses cursos possuem habilitação profissional para atuar na indústria de processamento de alimentos, tão importante do ponto de vista econômico e de saúde pública.

É louvável, por essa razão, a iniciativa do ilustre Senador ARTHUR VIRGÍLIO, em defesa do fortalecimento das competências do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, por meio do ingresso de Engenheiros de Alimentos aprovados em concurso público.

Não podemos deixar de reconhecer, que os Engenheiros Agrônomos, os Médicos Veterinários e os Zootecnistas são de fundamental importância para fiscalizar as matérias-primas desde a produção no campo

até sua entrada na fábrica, mas, sem qualquer dúvida, o Engenheiro de Alimentos encontra-se muito bem capacitado para inspecionar as linhas de processamento de alimentos dentro da indústria alimentícia. Nesse sentido, permitir o ingresso desses profissionais nos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário seria uma medida salutar.

Entretanto, entendemos haver óbices formais à aprovação do presente PLS nº 734, de 2007, a despeito de sua reconhecida relevância. As disposições do art. 61, § 1º, inciso II, alínea a, da Constituição Federal, estabelece que a *criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração* compete privativamente ao Presidente da República.

A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário foi criada por meio da publicação da Medida Provisória (MPV) nº 2.048, de 30 de junho de 2000, e suas reedições. O art. 27 do mencionado texto normativo estabelece as atribuições do cargo, ressaltando, no parágrafo único, que o Poder Executivo *disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional*. Atualmente, a MPV nº 2.229-43, de 2001, é a sucedânea da MPV nº 2.048, de 2008.

Embora a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, tenha reestruturado a remuneração e redefinido as competências dos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, mais uma vez reservou ao Poder Executivo, nos termos do parágrafo único do art. 3º, a competência para disciplinar as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário.

Portanto, em nosso entendimento, o PLS em análise incorre em vício de iniciativa, por confrontar-se com o art. 61 da CF, sendo essa a razão para sermos contrários à proposição, em que pese todo o mérito do Projeto.

III – VOTO

Em decorrência das considerações expostas, somos pela rejeição do PLS nº 734, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 304, de 2010**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 304/10-Presidência/CCJ

Brasília, 10 de novembro de 2010

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2007, que “Altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição Cargo de Fiscal Federal Agropecuário”, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com referência ao **Ofício nº 304, de 2010**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de amanhã, será destinado a comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2011, cujo tema será *Fraternidade e a Vida no Planeta*, nos termos do **Requerimento nº 51, de 2011**, da Senadora Ana Rita e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida comemoração.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Encerrou-se na sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 6, de 2011**, da Senadora Gleisi Hoffmann, que acrescenta Capítulo à Resolução do Senado nº 20, de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar).

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seguindo posteriormente à Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 212, de 2011**, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 472, de 2011, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, com informações complementares resultantes da auditoria realizada na Diretoria de Serviços Gerais do Ministério das Relações Exteriores e na Fundação Alexandre de Gusmão determinada pelo Acórdão 997/2009, proferidos nos autos do TC 012.093/2009-6, referente ao Requerimento nº 1.300, de 2007, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência recebeu da Senhora Presidente da República as seguintes Mensagens:

- **nº 52, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2009 (nº 2.191/2007, na Casa de origem, do Deputado Narciso Rodrigues), que *institui o dia 6 de dezembro como Dia Nacional do Extensionista Rural, sancionado e transformado na Lei nº 12.386, de 2011*;
- **nº 53, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2010 (nº 4.640/2009, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que institui o Dia Nacional do Empresário Contábil, sancionado e transformado na Lei nº 12.387, de 2011;
- **nº 54, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2010 (nº 5.255/2009, na Casa de origem, do Deputado Roberto Alves), que *confere ao Município de Taubaté, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Literatura Infantil, sancionado e transformado na Lei nº 12.388, de 2011*;
- **nº 55, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 271, de 2009 (nº 3.593/2008, na Casa de origem, do Deputado Luiz Carlos Heinze), que *dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Calcário Agrícola, sancionado e transformado na Lei nº 12.389, de 2011*;
- **nº 56, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 250, de 2009 (nº 2.207/2007, na Casa de origem, da Deputada Nilmar Ruiz), que *institui o dia 27 de junho como o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino, a ser comemorado em âmbito nacional, sancionado e transformado na Lei nº 12.390, de 2011*;

- nº 59, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2010 (nº 5.819/2009, na Casa de origem, do Deputado Luiz Alberto), que *inscreve no Livro dos Heróis da Pátria os nomes dos heróis da “Revolta dos Búzios” João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manuel Faustino Santos Lira e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, sancionado e transformado na Lei nº 12.391, de 2011;*
- nº 60, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2010 (nº 6.498/2009, na Casa de origem, do Deputado Luiz Carlos Hauly e outros Srs. Deputados), que *institui o ano de 2011 como o Ano da Holanda no Brasil, sancionado e transformado na Lei nº 12.392, de 2011;*
- nº 61, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2010 (nº 4.628/2009, na Casa de origem, do Deputado Roberto Alves), que *institui a Semana da Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida, sancionado e transformado na Lei nº 12.393, de 2011; e*
- nº 62, de 2011, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 215, de 2009 (nº 7.022/2006, na Casa de origem, do Deputado Beto Albuquerque), que *confere ao Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Berço da Colonização Alemã no Brasil, sancionado e transformado na Lei nº 12.394, de 2011.*

Encaminhem-se à Câmara dos Deputados cópias dos autógrafos.

Arquivem-se os processados.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a sessão de hoje, convocando outra para amanhã, no horário regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2011 (Proveniente da Medida Provisória Nº 507, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011, que institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e dá outras providências.

(Lida no Senado Federal no dia 02.03.2011) Relator revisor: Senador João Vicente Claudino (Sobrestando a pauta a par-

tir de: 20.11.2010) Prazo final prorrogado: 15.03.2011

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócioincapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2008 (nº 696/2003, na Casa de origem, do Deputado Zezé Ribeiro), que dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.599 e 1.600, de 2010, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável; e
– de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos da Emenda no 1-CE (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 18 horas e 40 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente José Sarney
14/03/2011
Segunda-feira

11h – Sessão Especial destinada a comemorar o nonagésimo aniversário de fundação do jornal Folha de S. Paulo.

Plenário do Senado.

14h – Sessão destinada a comemorar a Batalha do Jenipapo

Plenário do Senado.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rego**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rego (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
 - **. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
 - ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSD, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Baer como membros suplentes, para comporem a CAE.
 - ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

1. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(7,9)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(3,4)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²⁾	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁾
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽¹³⁾
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽¹¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rego (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rego (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rego (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e orientações a serem adotadas pelos municípios.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (1)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (2)	1.
	2.
PSOL	
Marinor Brito	1.
Notas:	
*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.	
**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.	
***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.	
****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.	
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.	
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).	
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.	

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rego (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Gim Argello

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- **. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
- 3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
- 4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blaio Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
	1.
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argello, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

Composição

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB-AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT-RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT-RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB-ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB-TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR-TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR-PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB-MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	LÍDER DA MINORIA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB-CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB-AL)

(Atualizada em 23.2.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	

(Atualizada em 23.2.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 164 páginas

OS: 2011/10754